

1

Negociação Cultural: Uma Introdução

A implementação das recomendações contidas no Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento é um direito soberano de cada país, consistente com leis nacionais e prioridades de desenvolvimento, com respeito integral pelos diversos valores religiosos e éticos e antecedentes culturais de seu povo, e em conformidade com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

—Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Princípios¹

Por que a Cultura?

Relatórios anteriores sobre a Situação da População Mundial trataram de temas de políticas como igualdade de gênero, empoderamento das mulheres, saúde reprodutiva, migração, urbanização e pobreza.² O presente relatório incorpora esses temas e chama a atenção para as formas como o desenvolvimento pode trabalhar a favor de grupos culturais e minorias, tendo em mente, de modo especial, as questões do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero. Essa é uma área fundamental, mas ainda assim negligenciada.

As culturas ajudam a moldar o modo como as pessoas convivem e influenciam sua compreensão sobre e a abordagem ao desenvolvimento. A experiência do UNFPA mostra que a sensibilidade cultural nos programas é essencial para atingir as metas do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD, 1994) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), ou seja, por um desenvolvimento em conformidade com os direitos humanos. Abordagens sensíveis às diferenças culturais são ferramentas para construir o acesso aos direitos humanos nas comunidades.

O ponto de partida do relatório é a validade e a aplicação universal do marco internacional sobre direitos humanos. Valores culturais e expectativas de direitos humanos devem estar em harmonia; de fato, os direitos humanos podem ser descritos como valores culturais universais – valores que todas as culturas têm em comum. Os direitos humanos individuais não estão em conflito com os interesses

◀ Uma jovem no começo do trabalho de parto e seu parceiro esperam do lado de fora da maternidade nos arredores de Portoviejo, Equador. Entre as funções da cultura estão a proteção e o cuidado com as gerações atuais e futuras.

© Carina Wint

mais abrangentes da sociedade - os interesses da coletividade em geral - mas, sim, aprimoram-nos.

Algumas práticas sancionadas pela tradição conflitam com os direitos humanos. A resolução dessas tensões fortalece as culturas e enriquece a vida dos indivíduos.

A implicação disso é que os direitos humanos não devem ser interpretados por meio de uma lente cultural específica: devem ser interpretados por todas as culturas.

As culturas se modificam – elas se adaptam a circunstâncias em mutação. O ímpeto para uma mudança pode vir de circunstâncias externas, mas a mudança vem de dentro, por meio de uma dinâmica específica da cultura. A cooperação com agências de desenvolvimento como o UNFPA pode ajudar a abrandar o processo de adaptação cultural em conformidade com os direitos humanos. A assistência é especialmente valiosa no caso de um conjunto de circunstâncias externas que mudam

Os seres humanos são criaturas sociais, mas as abordagens ao desenvolvimento geralmente enfatizam as formas como as pessoas se comportam como indivíduos e não em seu contexto social. O desenvolvimento humano depende do acesso do indivíduo aos bens e às oportunidades; mas também depende da qualidade das relações sociais, as quais estão inseridas nas culturas.³

rapidamente, como as mudanças climáticas ou a globalização econômica.

A mudança não deve perturbar a integridade cultural. Às vezes as culturas precisam defender-se do impacto de circunstâncias externas. A cooperação externa pode auxiliar nesse caso também.

A igualdade de gênero é um direito humano.⁴ Em todas as culturas há pressões direcionadas e contrárias ao empoderamento das mulheres e à igualdade de gênero. A conclusão mais importante do

relatório é que as abordagens sensíveis às diferenças culturais são fundamentais para a concretização do desenvolvimento e dos direitos humanos.

Antecedentes

O *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008* compartilha os princípios de relatórios anteriores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a

1 A CULTURA SEGUNDO A UNESCO E O PNUD

Em 1995, o relatório da UNESCO *Nossa Diversidade Cultural*⁵ sugeria que uma abordagem econômica linear teria obstruído soluções culturais criativas e resultado em tensões culturais e frustrações. O desenvolvimento humano requeria o aperfeiçoamento de capacidades e o enriquecimento de vidas mediante a expressão cultural e a prática: “A cultura é uma parte constitutiva do desenvolvimento humano.” O relatório reivindicava uma nova ética global; um compromisso com o pluralismo e com a promoção da criatividade artística; responsabilidade cultural nas representações da mídia; atenção aos direitos das mulheres, incluindo sua liberdade reprodutiva e participação política; abordagem dos direitos das crianças e

das pessoas jovens; preservação da herança cultural; e soluções fundamentadas na cultura para a proteção do meio ambiente. O relatório buscou expandir a noção da formulação de políticas culturais para além da indústria cultural e das artes para garantir que indivíduos e comunidades tenham liberdade para construir suas capacidades, além de expressar e praticar suas culturas.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 do PNUD: *A Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*⁶, também celebrava a diversidade cultural e enfatizava a importância da inclusão cultural. Reiterava que o desenvolvimento humano requer direitos humanos e o aprofundamento da democracia, assim

como políticas multiculturais que permitam que as pessoas sejam quem elas de fato são e querem ser. O relatório objetava a idéia de que a pluralidade cultural inevitavelmente leva ao conflito e de que os direitos culturais são inerentemente superiores aos direitos políticos e econômicos. Elencava recomendações sobre como os estados poderiam trabalhar a fim de acomodar as diversidades culturais, como por exemplo, aprendendo com os novos modelos de democracia multicultural – os quais têm sido úteis para lidar com injustiças arraigadas – e implementando arranjos de compartilhamento de poder para a resolução de tensões.

Fonte: UNFPA. 2008. *Integrando Cultura, Gênero e Direitos Humanos na Programação: Um Manual de Treinamento*. Nova York: UNFPA.

Ciência e a Cultura - UNESCO - e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (consulte caixa 1). É importante analisar e compreender as diversas funções da cultura nas relações sociais e as formas como a cultura influencia as escolhas individuais e sociais: este relatório, contudo, dá ênfase a colocar em prática as abordagens sensíveis às diferenças culturais. Aborda algumas das circunstâncias cotidianas nas quais a cultura afeta não apenas as relações sociais, mas questões do desenvolvimento, como, por exemplo, as desigualdades de gênero, a saúde materna, a fecundidade, o envelhecimento e a pobreza.

Na Indonésia, por exemplo, o UNFPA vem trabalhando com o Ministério para o Empoderamento da Mulher e parceiros selecionados da sociedade civil para reduzir a violência contra as mulheres. Durante as demonstrações anti-Suato em 1988, a violência sexual, incluindo o estupro – particularmente contra mulheres pertencentes a minorias – foi amplamente divulgada, mas a violência contra a mulher não era novidade e continuou quando as demonstrações acabaram. Estava enraizada em normas culturais e práticas que davam pouco valor às mulheres. Muitas haviam se conformado com sua condição. “O conceito da violência associada ao gênero, particularmente a violência doméstica, geralmente não tem ressonância na sociedade indonésia e não é prontamente identificada, mesmo entre muitas das próprias vítimas. As mulheres que se identificam como sobreviventes da violência geralmente ficam em silêncio em função da desonra associada a esse tabu.”⁷

A conscientização cultural e o engajamento foram fundamentais para promover mudanças. O UNFPA estabeleceu parcerias com instituições religiosas voltadas para os direitos e outras que já vinham trabalhando em favor da mudança, comunicando-se com as pessoas na linguagem que elas entendiam através de meios de comunicação culturais, familiares e respeitados.

Puan Amal Hayati, um grupo de muçulmanas e intelectuais feministas

*A cultura é uma matriz de infinitas escolhas e possibilidades. De dentro da mesma matriz cultural podemos extrair argumentos e estratégias para a degradação ou o engrandecimento da nossa espécie, para sua escravização ou libertação, para a supressão de seu potencial produtivo ou para sua ampliação.*¹⁰

—Wole Soyinka, nigeriano ganhador do Prêmio Nobel
<http://www.unfpa.org/culture/quotes.htm>

2 UNFPA: SUGESTÕES PARA TER SENSIBILIDADE CULTURAL NOS PROGRAMAS

- Invista tempo tentando entender a cultura na qual você está operando.
- Ouça o que a comunidade tem a dizer.
- Demonstre respeito.
- Mostre paciência.
- Obtenha o apoio das estruturas locais de poder.
- Busque a inclusão.
- Apresente evidências concretas.
- Confie na objetividade da ciência.
- Evite juízos de valor.
- Utilize o idioma com sensibilidade.
- Trabalhe com a ajuda de aliados locais.
- Adote o papel de facilitador.
- Honre os compromissos.
- Conheça seus adversários.
- Encontre pontos de convergência.
- Enfatize o positivo.
- Utilize a promoção ou a defesa de direitos e causas para efetuar a mudança.
- Crie oportunidades para as mulheres.
- Promova a capacitação da comunidade.
- Aproxime-se da cultura popular.
- Deixe que as pessoas façam o que elas sabem fazer melhor.
- Fomente as parcerias.
- Comemore as realizações.
- Nunca desista.

Fonte: UNFPA. 2004. Guia para Trabalhar de Dentro para Fora: 24 Dicas para uma Programação Culturalmente Sensível. Nova York: UNFPA. <http://www.unfpa.org/culture/24tips/cover.htm>.

formado em resposta à crise, faz uso de ensinamentos e valores islâmicos para promover o empoderamento da mulher, prevenir a violência e prestar assistência às vítimas. Os integrantes trabalham com internatos islâmicos, os *pesantrens*, o que garante um público numeroso. Os líderes dos *pesantrens*, tanto homens como mulheres, são muito populares nas comunidades e estão em posição privilegiada para dar bons exemplos de relações homem-mulher mais equitativas.⁸

Essa abordagem vai à raiz das percepções culturais que legitimam o poder masculino sobre a mulher e levam algumas mulheres a aceitar relações de poder que lhes são nocivas. A abordagem caracteriza-se pela fluência cultural, que significa familiaridade com a cultura: é a natureza e como ela funciona em tempos de conflito e harmonia. A fluência cultural implica a consciência das diversas dimensões da cultura, incluindo a comunicação; formas de denominar, enquadrar e apaziguar o conflito; abordagens para a formação de significados; identidades e papéis.⁹

Este relatório demonstra que as abordagens sensíveis às diferenças culturais devem ser integradas com explicações econômicas, políticas, sociais e de outra natureza para compor um quadro abrangente de como as pessoas operam dentro de seus contextos sociais e o porquê das escolhas que fazem. Como o exemplo da Indonésia demonstra, o conhecimento cultural se origina de um engajamento paciente e comprometido, do desenvolvimento de parcerias e políticas que trabalhem com a mudança de dentro para fora. Em toda cultura, há pessoas que questionam práticas nocivas e desenvolvem soluções concebidas localmente e que podem ser ajudadas e fortalecidas por meio do diálogo e de idéias novas. O apoio àqueles que compartilham das prioridades e objetivos do desenvolvimento, em particular um compromisso com os direitos humanos, é usualmente a maneira mais eficiente de assegurar mudanças significativas e duradouras nas relações sociais.

O relatório enfatiza que as abordagens sensíveis às diferenças culturais têm um papel fundamental no “avanço em direção à efetivação dos objetivos de desenvolvimento internacional e à promoção dos

*A Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO (2001), aprovada pelos 190 Estados - membros, define cultura como “[o] conjunto das características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintivas de uma sociedade ou um grupo social. Além da arte e literatura, compreende estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças”.*²⁰



▲ Uma mulher e seus filhos em seu vilarejo, próximo a Quito, Equador.
© Ed Darack/Getty Images

direitos humanos”²¹. Recomenda uma análise criteriosa e dá exemplos de abordagens sensíveis às diferenças culturais. Apresenta alguns dos desafios e dilemas que as abordagens sensíveis às diferenças culturais enfrentam na prática e utiliza relatórios de casos para demonstrar como as agências de desenvolvimento têm trabalhado em parceria para enfrentá-los.

O que é a Cultura?

A cultura é constituída por padrões herdados de significados que as pessoas compartilham dentro de contextos específicos.²² Por meio da socialização, as pessoas desenvolvem entendimentos comuns daquilo que é significativo e daquilo que não é. Esses entendimentos comuns, que podem refletir-se em símbolos, valores, normas, crenças, relações e diferentes formas de expressão criativa,²³ influenciam a maneira como as pessoas “lidam com seu mundo diariamente, de maneira ampla ou restrita”;²⁴ “moldam a maneira como as coisas são feitas e o entendimento do porquê terem de ser feitas”;²⁵ proporcionam uma lente por meio da qual as pessoas interpretam sua sociedade.²⁶

Contudo, isso não significa que pessoas que compartilham das mesmas culturas administrem seus mundos

cotidianos de maneiras idênticas, pois embora as culturas “afetem como as pessoas se alinham e como agem em relação a um amplo leque de questões”, elas não produzem uniformidade de pensamento ou de comportamento. “Indivíduos que vivem dentro do mesmo ambiente cultural podem ter convicções antagônicas, baseadas em valores diferentes.”¹⁸ Contudo, esses valores e interações variadas são parte de um sistema cultural que fornece “a linguagem que torna o entendimento [os modos de viver dentro dele] possível”.¹⁹

As interpretações da cultura devem ser qualificadas em relação a dois aspectos importantes:

- *Em primeiro lugar, é importante situar as culturas em seus contextos.* As culturas estão atreladas à disponibilidade de recursos; a níveis e tipos de tecnologia e conhecimento; a modos de produção e estruturas e relações de poder que são originadas para geri-las; a filosofias herdadas e à religião; a percepções das pessoas quanto a seu lugar e espaço na sociedade e no mundo; e a mecanismos e tipos de socialização. As culturas são parte de um panorama mais amplo; elas influenciam e são influenciadas pelo seu contexto e se modificam com o contexto geral. Essa dimensão “dinâmica e interativa”²¹ é importante para o entendimento dos papéis que a cultura desempenha no desenvolvimento.

- *Em segundo lugar, as culturas não são estáticas.* As pessoas estão continuamente reformulando as culturas por meio de suas interações. É importante não superestimar a velocidade de mudança das culturas. Alguns de seus aspectos continuam a influenciar as escolhas e os estilos de vida por muito tempo;²² as pessoas podem manter seu apego a estilos de vida compartilhados, em especial quando acreditam que suas identidades culturais e marcos de referência estejam sendo ameaçados. Normas, comportamentos, crenças e valores

*Uma coisa é acreditar e praticar nossa fé, outra coisa é de fato entrar em contato com as pessoas e ver como podemos traduzir nossa fé em ações que possam auxiliar aqueles que solicitam nossa ajuda.*²³

—Pastor Pax Tan Chiow Lian, Drogas e Aids na Prisão, Assistência Malasiana
<http://www.unfpa.org/culture/quotes.htm>

adquiridos, particularmente durante a infância, podem ter influência duradoura, embora seu significado varie. Fatores mais amplos podem inibir a fluidez cultural e restringir o desenvolvimento de um entendimento compartilhado, expectativas e normas; por exemplo, quando as pessoas têm oportunidades limitadas de socialização além de seu contexto imediato; quando elas não têm acesso à informação ou a habilidade de tirar proveito dela; ou quando lhes são negados os direitos econômicos, sociais, políticos e culturais que lhes permitiriam expandir sua gama de escolhas.

O que a Cultura não é...

As diferentes definições e usos do termo “cultura” têm representado um sério problema para sua análise, comunicação e ação. Por exemplo, a cultura é frequentemente definida em termos de costumes, normas, padrões de indumentária, gostos culinários e formas de expressão artística. Essas manifestações de cultura são importantes, mas um enfoque exclusivo nelas facilita a não assimilação de sua essência.

Distinções baseadas em juízos de valor são arriscadas, por exemplo, “tradicional” e “moderno”; o “primeiro” e o “terceiro” mundo; “nós” e “eles”.²⁴ Generalizações simplistas desse tipo obscurecem as complexidades do desenvolvimento e ignoram evidências, por exemplo, de que a tradição e a modernidade coexistem na maioria das sociedades, frequentemente sem distinções bem definidas; que há várias concepções do que constitui o

O desafio para o UNFPA é ajudar os países como nós sempre fizemos, sem ter uma agenda própria; com sensibilidade para valores culturais únicos; com uma disposição infinita de trabalhar com tudo o que for positivo; e com a determinação de ajudar os países e as pessoas a transformar princípios universais em ações concretas.

—Thoraya Obaid, Diretora Executiva, UNFPA

desenvolvimento e que valores aparentemente distintos em diferentes sociedades podem ser complementares.

Tal tendência a rotular cai na armadilha de utilizar os sistemas de valores e normas dos próprios observadores para interpretar os modos de vida em outras sociedades. Pode negligenciar algumas culturas completamente, em especial aquelas consideradas inferiores ou atrasadas. Pode atribuir rótulos em termos muito gerais e que dão pouca atenção à diversidade cultural.

Supor, por exemplo, que as mulheres em todas as sociedades não ocidentais estejam sujeitas à opressão masculina²⁵ é mais do que um flagrante erro teórico: em termos práticos, ignora o poder e a mediação que tanto o homem quanto a mulher podem exercer como guardiães de valores culturais.

Categorizações rudimentares semelhantes levam à falsa e perigosa suposição de que todas as pessoas aceitam todos os valores culturais de suas próprias sociedades. Pessoas que compartilham da mesma cultura podem discordar, e discordam, quanto a valores, costumes, normas, objetivos e cursos de ação. Essas discordâncias podem dar origem a várias formas de resistência interna, as quais então encorajam transições a partir de seu cerne. Por exemplo, movimentos contra as desigualdades de gênero em grupos religiosos originaram-se no interior dos próprios grupos, a partir tanto de mulheres quanto de homens.²⁶ A luta dos homens contra a desigualdade de gêneros é um mecanismo efetivo de mudança cultural.

Um debate que se inicia com suposições sobre “valores” pode acabar em relativismo moral, no qual apelos por sensibilidade cultural e engajamento são interpretados como a aceitação de que todos os valores e práticas culturais são igualmente significativos. O relativismo moral não oferece uma base para ação porque todos os valores e práticas locais são considerados

igualmente válidos. O resultado em termos de desenvolvimento é uma situação de impasse e frustração.

Consciência e sensibilidade culturais não implicam relativismo moral. Descobrir em que as pessoas acreditam e pensam; descobrir o que faz sentido para as pessoas e trabalhar com esse conhecimento não requer uma aceitação uniforme de todos os valores e práticas. Valores e práticas que infringem os direitos humanos podem ser encontrados em todas as culturas. Na realidade, o caminho não é evitar o engajamento cultural, mas assimilá-lo: abordagens sensíveis às diferenças culturais podem revelar-se como as formas mais efetivas de desafiar práticas culturais negativas e de fortalecer as positivas.

Por que as Abordagens Sensíveis às Diferenças Culturais são Essenciais?

As abordagens sensíveis às diferenças culturais são obrigatórias para as organizações e pessoas que lidam com o desenvolvimento humano. Elas também são um “imperativo de ordem lógica e prática”²⁷ para o desenvolvimento bem sucedido em virtude das seguintes razões-chave:

Primeiro, as pessoas têm o direito humano a que as políticas de desenvolvimento e seus respectivos programas incluam seus interesses e

conhecimento cultural. Isso é consistente com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada por meio da Resolução da Assembléia Geral 41/128 de 4 de dezembro de 1986.²⁸ No preâmbulo, a Assembléia Geral declarou estar preocupada:

...com a existência de sérios obstáculos ao desenvolvimento, assim como à plena realização dos seres humanos e povos, constituídos, inter alia, pela recusa dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e levando em conta que todos os direitos humanos

As melhores intenções de um estrangeiro realmente preocupado em ajudar serão infrutíferas se nenhuma de suas prioridades corresponderem àquelas da pessoa que estiver sendo ajudada nem estiverem engajadas com a cultura e suas instituições políticas e econômicas. É muito fácil e humano esquecer que também há as boas intenções dos mecanismos locais de previdência social, que existiam antes da invenção da assistência, e um sistema humano de valores que não depende dos estrangeiros para dizer às pessoas que devem cuidar dos mais fracos.²⁹

e as liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes e que, a fim de promover o desenvolvimento, atenção idêntica e consideração urgente deveriam ser dadas à implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e que, conseqüentemente, a promoção dos, o respeito pelos e o gozo de certos direitos humanos e liberdades fundamentais não podem justificar a recusa de outros direitos humanos e liberdades fundamentais.

O ARTIGO 1º DA DECLARAÇÃO AFIRMA:

O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável. Todo indivíduo e todos os povos têm direito a participar de, contribuir para e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, nos quais todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados.

O ARTIGO 2º AFIRMA:

O ser humano é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ter participação ativa e ser beneficiário do direito ao desenvolvimento... Todos os seres humanos têm responsabilidade pelo desenvolvimento, individual e coletivamente, levando em conta a necessidade de respeito integral aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, assim como seus deveres para com a comunidade, o que pode, em si, garantir a livre e plena realização do ser humano, e assim eles deveriam promover e proteger uma ordem política, social e econômica adequada ao desenvolvimento.

Segundo, abordagens sensíveis às diferenças culturais desvendam as soluções criativas que existem em abundância no interior das culturas. Por outro lado, a rejeição indiscriminada e a falta de apreço sério pelas culturas negligenciam os “... costumes e práticas tradi-

3 A LENTE CULTURAL

A lente cultural é a ferramenta do UNFPA para facilitar o processo de contestação e mudança das práticas que sustentam a desigualdade de gênero e para a construção de alianças que promoverão a eficácia dos programas e sua apropriação (ownership). Também ajuda a desenvolver as habilidades – fluência cultural – necessárias para negociar com indivíduos, grupos e comunidades, para persuadir as partes interessadas e parceiros e para cultivar a aceitação cultural e a adoção de conceitos como equidade de gênero, igualdade de gênero e direitos humanos.

A lente cultural ajuda a:

- Entender as necessidades e aspirações de diferentes grupos, incluindo os integrantes mais marginalizados da comunidade ;
- Conduzir pesquisas para esclarecer as realidades políticas, sociais, jurídicas e econômicas, assim como as possibilidades de mudança;

- Estudar as crenças e práticas da comunidade e identificar aquelas que mais respaldam os direitos humanos, o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero;
- Entender as inter-relações políticas entre parceiros em potencial, como os grupos de pressão e os grupos da sociedade civil, além das relações políticas requeridas para construir alianças efetivas;
- Aprender a linguagem cultural – desenvolver “fluência cultural” – a qual será necessária para aprender, negociar e persuadir;
- Estabelecer conexões entre os valores culturais locais e os direitos humanos universalmente reconhecidos;
- Desenvolver as habilidades de comunicação, mediação, negociação e facilitação necessárias para construir



relações de confiança, resolver conflitos e encorajar a assimilação dos direitos humanos e da igualdade de gênero.

Fonte: UNFPA. 2008. Integrando Cultura, Gênero e Direitos Humanos na Programação: Um Manual de Treinamento. Nova York: UNFPA.



▲ Mulher carrega fardo pesado no interior do Nepal.

© Peter Bruyneel

cionais nativas que podem contribuir positivamente para o planejamento do desenvolvimento”.³⁰

Terceiro, as abordagens sensíveis às diferenças culturais são cruciais para entender os contextos locais. Isso é importante, já que os programas de desenvolvimento têm sucesso apenas quando são relevantes para os ambientes culturais nos quais são implementados.³¹

Quarto, o conhecimento cultural é indispensável para a compreensão das relações de poder nos grupos culturais e das implicações para as políticas de desenvolvimento. Uma consciência cultural desse tipo dispensa generalizações. Reconhece que as mulheres e os homens, os meninos e as meninas não são grupos homogêneos; há estratificações no tocante à raça, classe, idade, idioma, etnia, entre outras variáveis, que podem levar a diferentes processos de desenvolvimento e resultados.

Quinto, somente com o emprego de abordagens sensíveis às diferenças culturais é possível começar a lidar com etnocentrismos rígidos e perniciosos no âmbito do desenvolvimento. As pessoas inevitavelmente rotulam as outras, com base principalmente em seus próprios referenciais culturais. Se as organizações de desenvolvimento e seus respectivos atores não explicitarem para si mesmos que tipo de entendimento têm da cultura, então farão suposições implícitas e possivelmente inúteis sobre cultura no trabalho que realizam.

*Ver-nos como os outros nos vêem pode ser revelador. Ter uma visão dos outros como parte de nossa natureza é mera decência. Mas é a partir da prática bem mais difícil de ver a nós mesmos entre outros, como exemplo local das formas que a vida humana assumiu localmente, um caso entre casos, um mundo entre outros mundos, que a grandeza da mente – sem a qual a objetividade é autocomplacente e a tolerância é uma falácia – concretiza-se.*³²

Visão Geral dos Capítulos

Este relatório demonstra por que e como as abordagens sensíveis às diferenças culturais são importantes para os processos de desenvolvimento e seus resultados. Cada capítulo enfoca uma área prioritária para a CIPD e para os ODMs: direitos humanos e relações de gênero, igualdade de gênero, direitos e saúde reprodutivos, dinâmica populacional e conflito.

CAPÍTULO 2: Negociação Cultural: Construindo Apoio para os Direitos Humanos

Este capítulo revê os debates sobre a universalidade do marco dos direitos humanos, assim como os argumentos sobre a oposição inerente entre direitos humanos e cultura. Destaca as “dificuldades para se traçar distinções claras entre a cultura e os direitos humanos ou para se ver o relativismo e o universalismo como sendo situa-

ções diametralmente opostas e incompatíveis”.³³ O capítulo enfatiza que consciência cultural e sensibilidade **não** significam relativismo moral. De fato, a vantagem das abordagens sensíveis às diferenças culturais reside em que oferecem uma percepção clara sobre como alinhar práticas culturais e direitos humanos de forma mais efetiva. Abordagens sensíveis às diferenças culturais são fundamentais para se construir apoio cultural para os direitos humanos: “A cultura é o contexto no qual os direitos humanos têm de ser especificados e concretizados.”³⁴ O capítulo delinea como as abordagens sensíveis às diferenças culturais podem ajudar a construir legitimidade cultural para os direitos humanos.

CAPÍTULO 3: Negociação Cultural: Promovendo a Igualdade de Gênero e Empoderando a Mulher

O capítulo 3 argumenta que as abordagens sensíveis às diferenças culturais são importantes para a promoção da igualdade de gênero e para o empoderamento das mulheres. Utilizando exemplos de casos, o capítulo descreve as abordagens analíticas e as estratégias de programação que funcionaram bem em diferentes contextos. Destaca a importância de uma abordagem de gênero que estude as experiências de homens, mulheres, meninos e meninas em diferentes contextos sociais e que enfoque a compreensão dos modos segundo os quais variáveis como classe, raça, etnia, fé e idade transcendem o gênero e afetam a forma como as pessoas vivenciam os direitos e a cultura. O capítulo enfatiza que as abordagens sensíveis às diferenças culturais não têm uma preocupação exclusiva com **quais** significados são relevantes. Para entender as diversidades, elas devem elucidar **por que** esses significados são relevantes. As abordagens culturais sensíveis ao poder devem ter interesse em quem compartilha esses significados, por meio de quais processos e com que efeitos. Essa profundidade de conhecimento é importante para estabelecer parcerias e para fortalecer iniciativas locais já existentes.

CAPÍTULO 4: Negociação Cultural: Saúde Reprodutiva e Direitos Reprodutivos

Este capítulo aprofunda temas que foram levantados no capítulo 3. Demonstra que abordagens culturais específicas e com sensibilidade política são essenciais para

lidar com a saúde reprodutiva e os direitos reprodutivos. Utilizando estudos de caso, o capítulo realça a importância de compreender os contextos: *insights* culturais esclarecem como o contexto influencia as escolhas reprodutivas individuais. Por sua vez, isso estrutura os tipos de intervenções necessárias para acomodar modos de pensar e padrões comportamentais. Isso é parte do valor das abordagens sensíveis às diferenças culturais. Da mesma forma que o capítulo 3, este capítulo também demonstra como uma abordagem de gênero sensível a “interseccionalidades” como classe, raça, etnia, fé e idade torna-se fundamental para a negociação cultural e para assegurar os direitos reprodutivos e a saúde reprodutiva.

CAPÍTULO 5: Negociação Cultural: Pobreza, Desigualdade e População

Este capítulo debate as questões culturais no contexto da pobreza e da desigualdade. Enfatiza que as estratégias de desenvolvimento em geral excluem cerca de 750 milhões de integrantes de minorias culturais; discute as consequências para a saúde, o bem-estar, o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero; e dá alguns exemplos de abordagens bem-sucedidas.

CAPÍTULO 6: Negociação Cultural: Gênero e a Saúde Reprodutiva em Situações de Conflito

Este capítulo utiliza exemplos de casos para demonstrar como e por que as abordagens sensíveis às diferenças culturais são fundamentais para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em contextos de guerra. Mais uma vez, os exemplos reforçam temas que foram levantados em capítulos anteriores, incluindo a importância de uma abordagem de gênero e a necessidade de estar ciente das interseccionalidades. O capítulo descreve abordagens analíticas e sugere estratégias práticas para implementar abordagens sensíveis às diferenças culturais.

CAPÍTULO 7: Negociação Cultural: Algumas Conclusões

Este capítulo compila as linhas de raciocínio do relatório e oferece algumas sugestões para ação.



2

Negociação Cultural: Construindo Apoio para os Direitos Humanos

“A legitimação dos direitos humanos nas culturas locais e nas tradições religiosas é uma questão de vital importância para a sobrevivência e o desenvolvimento futuro do próprio paradigma dos direitos humanos”.¹

A Carta das Nações Unidas de 1945 incluiu o respeito aos direitos humanos entre suas proposições-chave:

Os objetivos das Nações Unidas são... estabelecer a cooperação internacional na solução dos problemas globais de natureza econômica, social, cultural ou humanitária, promovendo e estimulando o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.²

Um amplo consenso foi desenvolvido durante os primórdios das Nações Unidas de que, em resposta aos “atos de barbárie que ultrajaram a consciência da humanidade”³ uma declaração adicional seria necessária, estabelecendo os direitos fundamentais compartilhados por todos os seres humanos sem distinção. Esses direitos deveriam ser mais do que meramente teóricos: o objetivo era dar fim à brutalidade e ao sofrimento visto durante as décadas de 1930 e 1940.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos delineou, posteriormente (1948), o paradigma dos direitos humanos:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos enfatiza o direito de todo ser humano à vida, à liberdade e à segurança pessoal (Artigo 3º); que ninguém será mantido em regime de escravidão ou servidão (Artigo 4º); que ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou

◀ Uma senhora de idade conversa sobre o seu tratamento com uma prestadora de serviços de saúde. Os direitos humanos, inclusive o direito à saúde, são universais e indivisíveis, independentemente de idade, gênero ou cultura.

© Peter Bruyneel

degradantes (Artigo 5º); o reconhecimento e a igualdade perante a lei (Artigos 6º e 7º); a efetiva e justa reparação perante a lei (Artigos 8º – 12); o direito de livremente circular (Artigo 13) e o direito de procurar e de se beneficiar de asilo quando sujeito a perseguição, exceto quando exista processo por crimes não políticos (Artigo 14); a ter uma nacionalidade e a mudar de nacionalidade (Artigo 15); o direito de casar e constituir família, com o livre e pleno consentimento dos futuros esposos (Artigo 16); o direito individual à propriedade (Artigo 17); o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, a mudar de religião ou crença ou de praticar sua religião (Artigo 18); o direito à liberdade de opinião, expressão e disseminação de idéias sem interferência (Artigo 19); à liberdade de reunião ou de associação pacíficas (Artigo 20); e de integrar o governo (Artigo 21); à seguridade social e aos direitos econômicos, sociais e culturais, os quais são indispensáveis para sua dignidade (Artigo 22); à livre escolha do trabalho, sem medo de discriminação e sob condições eqüitativas (Artigo 23); ao repouso e a gozar de férias periódicas pagas (Artigo 24); a um padrão de vida adequado para desfrutar de saúde e bem-estar (Artigo 25); à educação, a qual deve ser gratuita no ensino fundamental (Artigo 26); à participação na vida cultural (Artigo 27) e a “uma ordem social e internacional na qual os direitos e as liberdades elencados nesta Declaração sejam plenamente efetivados” (Artigo 28).⁴

A Declaração é um “ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações”.⁵ Ela tem tanto força moral quanto legal. Os Estados-membros das Nações Unidas também ratificaram inúmeros instrumentos sobre aspectos específicos dos direitos humanos que, uma vez tendo entrado em vigor, tornam-se obrigatórios pelas leis internacionais. Certas normas se aplicam a todos os estados, sejam eles signatários ou não e incluem a proibição de crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra.

Vários instrumentos de direitos humanos estabeleceram padrões jurídicos internacionais. Eles incluem as convenções sobre: genocídio (1948), escravatura

(1956), direitos trabalhistas (1966), direitos da criança (Convenção sobre os Direitos da Criança [CRC] 1989) e eliminação da discriminação baseada em raça (1965) e em gênero (a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres [CEDAW] 1979). As Convenções de Genebra (1949) e a Convenção sobre os Refugiados (1951) esboçam os princípios humanitários aplicáveis em situações de conflito.

Esses tratados e convenções detalham os princípios fundamentais dos direitos humanos da universalidade, indivisibilidade, interdependência, igualdade e não discriminação. Além disso, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e outros grandes documentos consensuais como os da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (1993), a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) e a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995) elaboram princípios claros de direitos humanos.

A ratificação dos instrumentos de direitos humanos por um Estado soberano não indica, necessariamente, adesão plena; nem significa que todos os cidadãos do referido Estado estejam convencidos de que os princípios acordados podem ser aplicados dentro de seu contexto cultural particular. Contudo, os Estados concordam em ficar vinculados aos termos dos instrumentos de direitos humanos que ratificam, os quais entram em vigor a partir do momento em que um número previamente acordado de Estados-membros os ratificam.

O Debate sobre os Direitos Humanos

Uma das controvérsias remanescentes envolvendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos está relacionada com até que ponto os direitos referidos são de fato universais. Uma linha de argumentação assevera que o marco dos direitos humanos não pode apresentar uma posição universal, por uma série de razões: primeiro, a Declaração original foi ratificada por um grupo seletivo de países, principalmente europeus, com representação nas Nações Unidas, em 1948; alguns dos mesmos países que proclamaram a universalidade da Declaração ainda mantinham

colônias naquela época. Segundo, esses países elaboraram a Declaração com base em suas próprias premissas culturais, experiências constitucionais e lutas políticas, por exemplo, para separar a religião e o Estado. Conforme essa visão, o marco dos direitos humanos reflete culturas e valores “ocidentais” e dá pouca atenção a premissas e experiências de outras culturas; por exemplo, a ênfase no direito individual à propriedade reflete um conceito de posse que estava longe de ser universal antes do período colonial. Tal visão mantém que o marco “minimiza a importância da comunidade... [e] busca impor um modelo individual de direitos que está em desacordo com estilos de vida não ocidentais”.⁶ Além do mais, muitos países em desenvolvimento não tiveram a luta política pela separação da “igreja e Estado” que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos e, às vezes, há considerável resistência em situar a religião num plano unicamente privado.⁷

Tais argumentos foram ouvidos tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento: em 1947, mesmo antes de a Declaração ter sido adotada, a Associação Antropológica Americana questionou sua universalidade:

“Onde, afinal de contas, os direitos humanos começam? – Em pequenos lugares, próximos de casa – tão próximos e tão pequenos que eles não podem ser vistos em nenhum mapa do mundo. Contudo eles são o mundo das pessoas, o bairro onde elas moram, a escola que elas freqüentam, a fábrica, fazenda ou escritório onde elas trabalham. Esses são os lugares onde todo homem, mulher ou criança busca igualdade de justiça, oportunidades iguais e igualdade de dignidade sem discriminação. Se esses direitos não tiverem significado ali, eles não terão significado em lugar algum.”

—Eleanor Roosevelt

Como pode a Declaração proposta ser aplicável a todos os seres humanos e não se tratar de uma afirmação de direitos concebidos apenas em termos dos valores prevalecentes em países da Europa Ocidental e América? ... Normas e valores são relativos à cultura da qual se derivam, de sorte que qualquer tentativa de formular postulados que se originem das crenças e códigos de moral de uma cultura deve, assim, detrair a aplicabilidade de qualquer Declaração dos Direitos Humanos para a humanidade como um todo.⁸

Dadas essas inquietações, alguns oponentes da posição universalista reivindicaram uma abordagem multicultural para construir e adaptar o marco dos direitos humanos, possivelmente com a inclusão de processos requeridos para adjudicar os direitos humanos. Enquanto a Declaração se fia em mecanismos jurídicos formais de Estado, como nos modelos europeus, alguns países em desenvolvimento enfatizam a eficiência e a eficácia de suas normas e procedimentos consuetudinários, incluindo os religiosos. Alguns estudiosos de questões jurídicas reconhecem a praticidade dessa abordagem, argumentando que os custos de acessar o sistema jurídico freqüentemente são proibitivos para os homens e as mulheres comuns e que procedimentos consuetudinários adequadamente alinhados com direitos humanos ofereceriam acesso mais imediato. Outros rejeitam dispositivos de direitos humanos específicos por razões culturais. Algumas das contestações mais acriminosas sobre a universalidade do marco dos direitos humanos dizem respeito a convenções para as quais existe a percepção de que prejudicam normas culturais e religiosas relativas às relações de família e de gênero. Outras restrições estão baseadas em razões políticas, jurídicas ou constitucionais.

A Natureza Evolutiva dos Direitos Humanos

Os analistas descreveram as formas nas quais o marco dos direitos humanos tem progredido durante os últimos sessenta anos e o papel das culturas na sua promoção. O número de membros das Nações Unidas foi expandido para incluir como Estados soberanos

quase todas as antigas colônias. Desde 1948, os direitos humanos se tornaram menos individualizados, avançaram da proteção das pessoas dentro dos Estados e agora incluem a proteção dos direitos coletivos de grupos, como os dos povos indígenas, as minorias e as nações emergentes. O marco agora inclui dispositivos para direitos econômicos, sociais e culturais: como o direito à saúde reprodutiva e o direito a ser livre de violência associada ao gênero. Em 1993 – 45 anos após a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e doze anos após o CEDAW ter entrado em vigor – 171 nações presentes à Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena confirmaram que os direitos das mulheres eram direitos humanos. Ainda em 1993, as Nações Unidas adotaram a Declaração sobre a Eliminação da Violência, que levou à inclusão de uma sessão sobre violência de gênero durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, quando as 179 nações presentes reconheceram a saúde reprodutiva como parte do direito geral à saúde. Uma sessão sobre violência de gênero também foi incluída na Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, em 1995. O processo demonstra a capacidade do marco internacional dos direitos humanos de reconhecer as mudanças culturais conforme elas ocorrem:

Como podemos ter aspiração de alcançar o progresso e a prosperidade enquanto as mulheres, que constituem metade da sociedade, experimentam a negligência, existente há muito tempo, dos interesses e direitos que lhes foram concedidos por nossa religião, a qual as coloca em igualdade de condições com os homens? Esses direitos expressam a missão nobre das mulheres e lhes concedem justiça contra a iniquidade e a violência que podem acometê-las, apesar do fato de elas terem logrado realizações equivalentes às dos homens, tanto na educação como no trabalho."

Vá ao povo. More com ele. Aprenda com ele. Ame-o. Comece com o que ele sabe. Construa com o que ele ama. Com os melhores líderes, quando o trabalho estiver pronto, a tarefa concluída, o povo dirá:

*"Fomos nós que fizemos!"*¹²

*Compreender a cultura como imóvel, uniforme e imutável ignora os impactos da globalização no presente e as transferências históricas de crenças e práticas culturais do passado. Considerar as culturas como mutáveis e interconectadas, e os direitos como criados historicamente e redefinidos transnacionalmente por atores nacionais e locais, descreve melhor a situação contemporânea. Também descreve a impossibilidade de traçar distinções nítidas entre a cultura e os direitos ou ver o relativismo e a universalidade em situações diametralmente opostas e incompatíveis.*⁹

À medida que o marco evoluiu, a linguagem e a política dos direitos humanos abriram espaço para mudanças culturais. As pessoas estão utilizando a linguagem dos direitos para fazer suas próprias reivindicações. Isso ocorre assim porque a linguagem dos direitos é a linguagem da resistência à privação e à opressão, a qual é comum a todas as culturas. "Vistos dessa perspectiva, os direitos humanos são tanto universais como particulares: universais porque a experiência da resistência à opressão é compartilhada pelos grupos subjugados em todo o mundo, mas também particulares porque a resistência é moldada em resposta às peculiaridades do contexto social relevante."¹⁰ Isso reafirma a importância da compreensão dos direitos dentro de seus respectivos contextos, em outras palavras, a necessidade de abordagens sensíveis às diferenças culturais para a promoção dos direitos humanos.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais reconhecem que:

- Pessoas de diferentes culturas entendem os direitos de maneiras distintas.



▲ Uma sociedade civil forte é importante para a promoção dos direitos humanos. Jovens mulheres treinam para ser assistentes de saúde com a ajuda de uma ONG.
© UNFPA

- Pessoas da mesma cultura também têm diferentes perspectivas e experiências em relação a direitos.
- Pessoas da mesma ou de diferentes culturas defendem os direitos conforme seus contextos.
- Os direitos humanos podem estar enraizados por meio da “legitimidade cultural”.
- A promoção da legitimidade cultural requer conhecimento cultural e engajamento.

Nas relações interculturais, a moralidade e o conhecimento não podem ser o produto exclusivo de algumas culturas e não de outras.¹⁵

A cultura jamais permanece estática. Qualquer suposição de imobilismo – explícita ou implícita – pode ser desastrosamente enganadora. Falar, por exemplo, da cultura hindu, ou nesse sentido, da cultura indiana, entendidas como bem definidas e historicamente inalteradas, não apenas ignora as grandes variações dentro de cada uma dessas

categorias, mas também ignora sua evolução e suas grandes variações ao longo do tempo.¹³

Construindo a Legitimidade Cultural para os Direitos Humanos

Abordagens sensíveis às diferenças culturais estão voltadas para a ação. Elas podem fornecer instrumentos eficazes para compreender as inter-relações entre os direitos humanos e as culturas, assim como para enfrentar a opressão no interior das culturas. Abordagens sensíveis às diferenças culturais

Em todo o mundo, as pessoas geralmente pensam que percebem a realidade e têm uma abordagem para a solução dos problemas que é objetiva, precisa e livre de juízos ou com independência cultural. De fato, a forma como nós interpretamos as evidências depende muito de nosso próprio contexto cultural individual.¹⁶

Em nosso trabalho pelo mundo, descobrimos que a construção de alianças e o envolvimento de integrantes de tradições religiosas podem, de fato, determinar o sucesso ou o fracasso de um programa...¹⁹

reconhecem que “há maior probabilidade de as pessoas observarem proposições normativas se elas acreditarem que estas serão sancionadas por suas próprias tradições culturais e que a observância dos padrões de direitos humanos depende da legitimidade cultural”.¹⁴ Entretanto, os processos para incentivar essa legitimidade cultural requerem salvaguardas importantes:

- *A abordagem de engajamento com a cultura deve ser ela própria norteada por princípios de direitos humanos de não discriminação, igualdade e responsabilidade.* Levados a sério, esses princípios podem melhorar a perspectiva de que as pessoas serão tratadas com respeito e dignidade. Os princípios dos direitos humanos limitam a etnocentricidade rígida que considera todas as “outras” culturas como inferiores e como tendo pouco ou nada a contribuir para o pensamento e os processos do desenvolvimento. O perigo de impor interpretações particulares de direitos é que tais interpretações enfraquecem a apropriação (*ownership*) cultural e podem culminar em resistência e ressentimento: “Embora aqueles que vêm de fora possam simpatizar com e desejar apoiar os grupos ou classes dominadas ou oprimidas, a alegação de conhecerem a visão válida da cultura daquela sociedade não realizará isso de forma eficaz...”¹⁷ Isso não quer dizer que todas as normas e práticas culturais devam ser aceitas e toleradas. No entanto, abordagens sensíveis às diferenças culturais encorajam “o juízo moral e a ação intercultural” e também apontam para “melhores formas de formular juízos e de empreender ações”.¹⁸

4 ÍNDIA: RESTABELECENDO O EQUILÍBRIO NA RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO

Há pressões sociais e familiares consideráveis para gerar filhos na Índia e discriminação disseminada contra as meninas. Algumas regiões continuam a praticar o infanticídio feminino, mas novas tecnologias de seleção (pré-natal) do sexo podem estar dando agora uma contribuição mais significativa para razões de sexo declinantes.

Em 1986, após uma intensa luta pela defesa de direitos empreendida por ativistas dos direitos humanos e da área de saúde, o estado indiano de Maharashtra aprovou leis que proibiam a utilização de técnicas de diagnóstico pré-natal para a seleção do sexo. Posteriormente, campanhas em âmbito nacional resultaram na Lei das Técnicas de Diagnóstico Pré-natal (Regulação e Prevenção do Uso Indevido) de 1994. A seleção por sexo continuou, e no ano 2000 ativistas da área de saúde recorreram à Corte Suprema para exigir o cumprimento da legislação. Enquanto isso, várias organizações das Nações Unidas, incluindo o UNFPA, o UNICEF e a OMS, trabalhavam com ONGs internacionais e com o Ministério da Saúde e Bem-estar da Família da Índia para acionar a mídia, construir redes e fornecer treinamento e apoio para grupos locais, incluindo organizações baseadas na fé comprometidas em dar um fim à seleção por sexo. Essa abordagem abrangente começou a mudar percepções e atitudes. Embora a prática não tenha sido completamente erradicada, tem havido progresso notável. A modificação de práticas lesivas requer mais do que atuação jurídica, depende da colaboração e de ações integradas por meio de um grande conjunto de atores nas esferas nacional e local.

Fonte: Adaptado de:
http://www.unfpa.org/culture/case_studies/india_study.htm
Acessado em março de 2008

- *Em termos práticos, o ponto de partida para a construção dos direitos e das liberdades necessárias para o desenvolvimento humano não consiste em evitar os embates relativos aos significados dos direitos, mas sim reconhecê-los, isto é, descobrir onde eles estão situados e as perspectivas e o papel dos diferentes atores.* Abordagens sensíveis às diferenças culturais devem então situar suas trocas de idéias nesses contextos. O UNFPA aprendeu a importância de identificar e trabalhar com atores locais comprometidos com a

mudança de modo a apoiar iniciativas locais para promover os direitos humanos. A organização desenvolveu parcerias com parlamentares, a mídia e organizações da sociedade civil (incluindo as que lidam com direitos humanos e questões relacionadas à mulher), organizações religiosas e de diálogo inter-religioso influentes, e estruturas locais de poder como, por exemplo, líderes comunitários. Contudo, também reconhece que é necessário ter cautela, estando empenhado em garantir que suas parcerias não obstruam a mudança cultural, nem impeçam a ação coletiva entre os atores menos organizados e poderosos. Em Benin, por exemplo, o UNFPA tem apoiado instituições islâmicas comprometidas com a melhoria dos direitos da mulher. Nos Territórios Palestinos Ocupados, tem trabalhado com o Departamento de Orientação e Reconciliação Familiar nos Tribunais *Shari'a* a fim de lidar com desigualdades de gênero, violência associada ao gênero, direitos e saúde reprodutiva. No Tajiquistão, o UNFPA trabalha com a Universidade Islâmica do Tajiquistão, a Comissão Religiosa do Governo e a ONG *Safe Motherhood* em questões como saúde reprodutiva, direitos e igualdade de gênero. O UNFPA trabalha com *The United Theological School of the West Indies* da Jamaica para lidar com questões como a violência associada ao gênero e o tratamento e a prevenção do HIV. Independente do lugar, o UNFPA desenvolve parcerias com instituições que têm influência considerável nas comunidades e que têm a capacidade de chegar às pessoas e fomentar mudança.²⁰

- *Ao dar sua contribuição às políticas, as abordagens sensíveis às diferenças culturais deverão levar em conta, de forma séria, normas e práticas locais.* Isso significa trabalhar com e fortalecer normas e práticas que respaldem objetivos centrais, tais como direitos humanos, e sujeitem aquelas que não o fazem ao debate e ao escrutínio. “A prática dos direitos humanos corre o risco de perder a relevância e legitimidade se não se preocupar com o que ocorre no âmbito local.”²¹

Ao contrário do que alguns podem alegar ou temer, esse compromisso com a cultura não erode ou deforma a cultura local, mas, ao invés disso, desafia seus aspectos opressivos e discriminatórios. É claro que isso pode provocar resistência daqueles que têm interesse velado na manutenção do status quo. A negociação cultural assentada sobre preocupações com os direitos humanos intrinsecamente questiona, deslegitima, desestabiliza, rompe e, no longo prazo, destrói hierarquias opressoras. Também contribui para canalizar elementos da cultura local para promover os direitos humanos e a igualdade de gênero, um processo que também revalida a própria cultura...²⁴

Por exemplo, ao lidar com o que parece ser a legitimação cultural das desigualdades de gênero, alguns analistas argumentam que os ativistas dos direitos humanos das mulheres deveriam abandonar abordagens que “simplesmente reivindicam o fim de práticas culturais que infringem os princípios dos direitos humanos”. A alegação é que tais abordagens “abolcionistas” deixam de compreender o contexto real dessas atitudes culturais supondo que as mulheres não dispõem de possibilidades, caminhos ou recursos para exercerem seus direitos. Essas abordagens partem do pressuposto de que as únicas soluções viáveis são aquelas propostas no âmbito formal das legislações de direitos humanos nacionais e internacionais.

Contudo, as instituições de estatais e as locais influenciam, sim, a mudança cultural; as instituições locais são, às vezes, a alternativa de mais fácil acesso e menos custosa para as pessoas que vivem nas áreas rurais; e os sistemas baseados em costumes podem reconhecer reivindicações não mencionadas nas leis formais. Embora seja verdade que as instituições culturais podem apresentar obstáculos consideráveis – especialmente quando há falta de conhecimento de opções, onde os papéis ou funções de gênero estão firmemente enraizados no interior das famílias, e onde

a participação da mulher na tomada de decisão está circunscrita – há variações dentro das culturas.

- *As abordagens sensíveis às diferenças culturais não somente devem explorar e se engajar com os sistemas locais de significados, mas também devem procurar entender as culturas, na esfera nacional e internacional, e as inter-relações entre elas.* A compreensão íntima do debate em andamento entre os atores nas esferas local, nacional e internacional e as agências pode revelar tanto os caminhos e os obstáculos para ação, como os métodos adequados e as estratégias para o engajamento. UNFPA, UNICEF e OMS descobriram que essa estratégia multifacetada era importante para trabalhar com os defensores internacionais, nacionais ou locais dos direitos humanos, no enfrentamento da questão da seleção (pré-natal) do sexo na Índia (consultar caixa 4).
- *Abordagens sensíveis às diferenças culturais devem ser marcadas pelo gênero.* A análise de gênero é importante para compreender como categorias diferentes de homens e mulheres, de meninos e meninas, vivenciam seus direitos.

Uma abordagem de gênero aos direitos modifica, de maneira fundamental, o modo como os direitos são compreendidos. Isso requer a compreensão dos direitos não apenas como prerrogativas legais, mas também como um instrumento político nas estratégias de mudança social. A combinação de gênero e direitos proporciona uma forma de examinar valores, comportamentos, suposições, políticas e decisões de programa, de forma a determinar como esses elementos desempenham seu papel na exclusão ou na discriminação contra algumas pessoas ou a favor de outras; e lançando um olhar sobre os diferentes tipos de subordinação, baseadas em gênero assim como em classe, etnia, casta, idade e outros fatores. Em sua essência, uma análise dos direitos marcada pelo gênero nos lembra que eles não se aplicam a

*algum indivíduo neutro, mas que a aplicação e o usufruto dos direitos diferem conforme o poder e a posição de uma pessoa na sociedade e o papel atribuído a ele ou a ela.*²²

Com esse entendimento, abordagens sensíveis às diferenças culturais são importantes para o fortalecimento dos direitos humanos e da igualdade de gênero no cerne dos contextos local e nacional. Abordagens sensíveis às diferenças culturais dão enfoque a áreas íntimas e fundamentais, nas quais os direitos humanos têm sua origem, reconhecendo que, para que sejam sustentados, os direitos humanos têm de ser internalizados.

*O objetivo é promover a apropriação da agenda dos direitos humanos no interior das comunidades. A meta é alcançar os direitos humanos e a igualdade de gênero. A estratégia é trabalhar a partir do interior das comunidades e culturas para construir uma base ampla em prol dos direitos humanos e da igualdade de gênero. Para o UNFPA, uma abordagem com base nos direitos humanos, a transversalização de gênero e as abordagens sensíveis às diferenças culturais caminham lado a lado para maximizar a chance de sucesso.*²³

A fim de construir uma legitimidade cultural para os direitos humanos, abordagens sensíveis às diferenças culturais devem incluir todas as sociedades e ir ao encontro das comunidades. Esse processo deve, ao longo do tempo, promover a apropriação dos direitos humanos, ir além e alcançar os grupos marginalizados no interior das comunidades, de maneira que eles tenham voz determinante em suas próprias culturas e sejam capazes de exercer plenamente seus direitos humanos. Em muitas comunidades, os grupos mais marginalizados e oprimidos são os de mulheres e crianças. Certas categorias – particularmente classes, grupos étnicos, religiões e culturas – podem sofrer formas piores de discriminação e opressão.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais não podem prometer resultados imediatos e previsíveis. O desenvolvimento é complexo e as questões culturais estão entre as mais delicadas a serem resolvidas. Todavia, as mudanças fundamentais para o desenvolvimento humano, as quais requerem a plena realização dos direitos humanos, invariavelmente dependem de um compromisso sério e respeitoso com as culturas.



3

Negociação Cultural: Promovendo a Igualdade de Gênero e Empoderando a Mulher¹

As culturas não são nem estáticas nem monolíticas... Elas se adaptam às novas oportunidades e desafios e às realidades emergentes. O que é visto como “a cultura” pode de fato ser um ponto de vista cultivado por um pequeno grupo de elites ávidas por manter seu poder e status. As tensões e objetivos divergentes inerentes a cada cultura criam oportunidades para que o UNFPA promova os direitos humanos e a igualdade de gênero, particularmente quando o UNFPA pode fazer parcerias com agentes de mudança social locais e desafiar visões dominantes dentro da mesma estrutura de referência cultural.²

Durante a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher na Cidade do México em 1975, os governos, a sociedade civil e as agências das Nações Unidas se comprometeram a trabalhar com e a favor das mulheres. O trabalho continuou durante toda a Década das Nações Unidas para a Mulher, de 1976-1985. A Assembléia Geral da ONU adotou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em 1979. A CEDAW estabeleceu uma agenda de ação nacional para acabar com a discriminação e promover a igualdade entre os homens e as mulheres. Definiu-se discriminação como “qualquer distinção, exclusão ou restrição feita com base no sexo, a qual tenha o efeito ou propósito de prejudicar ou anular o reconhecimento, o gozo ou exercício pelas mulheres, independente de seu estado civil, tendo como fundamento a igualdade entre homens e mulheres, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, civil ou de qualquer outra natureza”.

A igualdade entre homens e mulheres foi um dos principais temas das subseqüentes Conferências Mundiais sobre as Mulheres. A Declaração de

◀ À medida que mudam as culturas, o papel, as responsabilidades e os relacionamentos entre os gêneros também mudam. Este rapaz na Costa do Marfim está aprendendo a costurar em uma turma mista de mulheres e homens.

© Jane Hahn/Panos

Pequim e a Plataforma de Ação, de 1995, explicitamente vincularam a igualdade de gênero ao empoderamento da mulher:

O empoderamento da mulher e sua participação plena com base na igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo sua participação no processo de tomada de decisão e acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, desenvolvimento e paz.

A igualdade de gênero é, antes de tudo, um direito humano. As mulheres têm o direito de viver com dignidade e sem passar necessidades e medo. O empoderamento da mulher é também uma ferramenta indispensável para a promoção do desenvolvimento e a redução da pobreza.⁴

A Plataforma de Ação de Pequim sustenta que as semelhanças e diferenças entre homens e mulheres devem ser reconhecidas e igualmente valorizadas, e que as mulheres e homens deveriam desfrutar de igual status; reconhecimento e consideração; condições iguais para “a plena realização de seu potencial e ambições”; iguais “oportunidades para participar, contribuir e se beneficiar dos recursos da sociedade e do desenvolvimento”; iguais “liberdades e qualidade de vida” e iguais “resultados em todos os aspectos da vida”.³

Em preparação para a reunião de avaliação de cinco anos da Plataforma de Ação de Pequim, ou Pequim+5, em junho de 2000, governos – com participação das Nações Unidas, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações regionais – fizeram uma revisão do progresso alcançado nas questões do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero desde 1995. Relatórios nacionais constataram mudanças significativas na condição das mulheres desde 1976; por exemplo, mais mulheres participavam da força de trabalho e tinham uma importante participação na sociedade civil. Os

5 FATOS DE DESTAQUE SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO

- Do total de um bilhão das pessoas mais pobres do mundo, 3/5 são mulheres e crianças.
- Dos 960 milhões de adultos no mundo que não sabem ler, 2/3 são mulheres.
- 70% das 130 milhões de crianças que não vão para a escola são meninas.
- Com notáveis exceções, como Ruanda e os países nórdicos, as mulheres estão flagrantemente ausentes dos parlamentos, totalizando, em média, apenas 16% dos parlamentares em todo o mundo.
- Em todas as partes, as mulheres ganham menos do que os homens, tanto porque existe uma concentração grande delas em empregos de baixa remuneração como porque elas recebem menos pelo mesmo trabalho.
- Embora as mulheres devam cerca de 70% de seu tempo não remunerado cuidando de integrantes da família, essa contribuição para a economia global permanece invisível.
- Quase a metade de todas as mulheres adultas já foram vítimas de violência nas mãos de seus parceiros íntimos.
- A violência sexual sistemática contra a mulher tem caracterizado quase todos os conflitos armados recentes e utilizada como um instrumento de terror e “limpeza étnica”.
- Na África Subsaariana, 57% dos portadores de HIV são mulheres, e as mulheres jovens com idade entre 15 e 24 anos têm probabilidade três vezes maior de se infectarem que os homens na mesma faixa etária.
- Todo ano, 1/2 milhão de mulheres morre e entre 10 e 15 milhões sofrem com sequelas crônicas de complicações da gestação e do parto passíveis de prevenção.

Fonte: PNUD. 2006. *Levando a Igualdade de Gênero a Sério: Fazendo Progresso, Encontrando Novos Desafios*. PNUD: 2006. <http://www.undp.org/pl/publikacje/TakingGenderEqualitySeriously.pdf>, acessado em junho de 2008.

governos reconheceram o papel das ONGs e das organizações de mulheres na promoção dos interesses das mulheres e da igualdade de gênero. Contudo, relatórios de todas as regiões também notavam que a violência e a pobreza comprometiam a igualdade de gênero. A globalização apresentava novos desafios com “o aumento do tráfico de mulheres e crianças, a mudança na natureza dos conflitos armados, a separação crescente entre nações e entre gêneros e o afastamento da política macroeconômica das preocupações com proteção social”. As mulheres

ainda tinham presença e poder limitados nas estruturas políticas tanto em nível nacional como internacional. Seria importante assegurar “um monitoramento mais cuidadoso do progresso realizado para garantir que as mulheres tivessem participação equivalente nessas posições de poder econômico”.⁵

Pequim+5 apresentou planos para futuras ações, que incluíam:

- A transversalização de gênero em todas as áreas e em todos os níveis e a complementaridade entre a transversalização e atividades especiais visando às mulheres;
- Foco especial na educação, serviços sociais e saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva;
- A pandemia do HIV e da aids;
- Violência contra as mulheres e meninas;
- O persistente e crescente fardo da pobreza sobre as mulheres;
- Vulnerabilidade das mulheres migrantes, incluindo a exploração e o tráfico;
- Desastres naturais e gestão ambiental;
- Desenvolvimento de estruturas nacionais fortes, eficazes e acessíveis para a promoção da mulher;
- Formulação de estratégias para tornar a habilitar homens e mulheres a conciliarem e compartilharem trabalho e responsabilidades familiares de modo equivalente; e
- Acesso das mulheres à tomada de decisão, especialmente nos processos de manutenção da paz.

Metas específicas foram estabelecidas e outras foram confirmadas, como:

- Redução da desigualdade de gênero no ensino fundamental e médio até 2005, e educação fundamental gratuita, compulsória e universal para meninas e meninos até 2015;
- Busca de melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente entre as mulheres;

- Criação e manutenção de um ambiente jurídico não discriminatório, bem como sensível às diferenças de gênero mediante revisão de legislação com o intuito de remover dispositivos discriminatórios tão logo quanto possível, preferencialmente até 2005;
- Garantir acesso universal a cuidados básicos de saúde de alta qualidade em todo o ciclo de vida, incluindo atenção em saúde sexual e reprodutiva, até 2015.⁶

Que cultura digna desse nome negaria à mulher o direito a uma maternidade segura? Que sistema de valores deixaria pessoas jovens ignorantes no mundo, quando um pouco de conhecimento poderia salvar suas vidas?

—Dra. Nafis Sadik, Diretora Executiva do UNFPA, 1987-2000

Em sua revisão de 2005, Pequim+10 verificou notável progresso na promoção da conscientização com relação à igualdade de gênero, em nível dos governos e entre o público, incluindo maior conhecimento de como a globalização, a liberalização dos mercados, a privatização, a migração e a utilização de novas tecnologias afetam as mulheres. Foram constatadas melhorias na mortalidade infantil e materna,

na educação e alfabetização das mulheres e meninas. Questões como os efeitos em meninas e mulheres do HIV e da aids e do tráfico e violência associada ao gênero também estavam recebendo maior atenção. Em nível das políticas, a importância da transversalização de gênero, das vinculações eficazes e de complementaridades entre políticas, legislação e programação também estavam criando raízes. Contudo, ainda havia necessidade de mais estratégias multidimensionais que pudessem estreitar a distância entre as políticas e a prática. Além disso, a despeito das mudanças institucionais e políticas, os estereótipos de gênero ainda estavam disseminados e resultavam em práticas discriminatórias.⁷

A Plataforma de Ação de Pequim e as emendas subsequentes realizadas durante Pequim+5 e Pequim+10 oferecem a estrutura para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000), os quais reconhecem que “a promoção da igualdade de gênero

6 O PODER PODE SER

• Manifesto e Coercitivo

Os mais poderosos podem utilizar sua posição para obrigar os outros a agirem de forma que eles prefeririam não fazê-lo.

• Oculto e Coercitivo

Os mais poderosos podem operar de forma eficaz nos bastidores. Por exemplo, as instituições jurídicas podem implementar normas sociais que discriminam as mulheres e obrigá-las a enquadrar-se.

• Manifesto e Não Coercitivo

As pessoas podem fazer uso do poder de maneiras não conflitantes e não coercitivas, construindo acordos a fim de alcançar resultados desejados.

• Oculto e Não Coercitivo

Quando há um consenso tácito, as relações de poder são mantidas de forma não deliberada e até mesmo inconsciente. Por exemplo, há grupos que não somente aceitam arranjos hierárquicos desvantajosos, mas também os defendem e os mantêm.

Font: Moncrieffe, J. 2005. "Além das Categorias: Poder, Reconhecimento e Condições para Equidade". Documento de apoio para o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006: Equidade e Desenvolvimento*. Nova York: Banco Mundial.

e o empoderamento da mulher são fundamentais para a erradicação da pobreza, fome e doença e para alcançar um nível de desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável".⁸ O objetivo 3 é dedicado à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento da mulher. Foi constatado que todos os outros objetivos requerem uma perspectiva de gênero e há uma reivindicação para que o gênero seja incorporado durante toda a implementação dos ODMs. A Plataforma de Ação de Pequim também oferece uma estrutura para implementar o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), com programas para a igualdade de gênero nas seguintes áreas: assistência em saúde reprodutiva, educação e alfabetização, necessidades não atendidas de contracepção, redução da morbidade e mortalidade materna, HIV e aids.

Igualdade de Gênero, Empoderamento da Mulher e Cultura

"Questões culturais estão por trás das diferenças observadas entre homens e mulheres em termos de sua participação nas diferentes esferas do desenvolvimento", diz um relatório do UNFPA sobre programação cultural na Ásia.⁹ Relatórios de Pequim+5 e Pequim+10 enfatizaram que estereótipos da mulher, culturais renitentes, persistem, apesar de mudanças institucionais e de políticas.

Crenças culturais arraigadas sustentam a desigualdade de gênero. Na América Latina, por exemplo, os movimentos feministas contra a violência doméstica descobriram que as tradições culturais que apóiam a violência patriarcal estão entre os principais empecilhos à mudança. As colônias francesas, espanholas e portuguesas seguiam o Código Napoleônico, segundo o qual o pai ou o marido tinha poder absoluto sobre a família e poderia tratá-la da maneira como lhe aprouvesse.¹⁰ Essa tradição permaneceu essencialmente incontestada após a independência e até muito recentemente, como a luta para implementar a Lei Maria da Penha no Brasil (veja página 38).

A violência relacionada ao gênero "é perpetuada por meio de normas socioculturais e tradições, reforçando estruturas de poder dominadas pelos homens".¹¹ Desde o início da infância, as mulheres aprendem "que elas são inferiores aos homens e que, em geral, são responsáveis pela violência contra elas perpetrada. Como esposas ou parceiras, é obrigação delas manter a família unida, a qualquer custo. Mulheres e homens aprendem a fazer vista grossa ou a aceitar a violência associada ao gênero". Nessas circunstâncias, a violência doméstica se torna "naturalizada" e invisível.

Relatórios de Uganda demonstram as formas pelas quais as culturas sustentam relações de gênero desiguais. Muitos homens estavam irredutíveis na convicção de que suas mulheres não deveriam ter dinheiro: "Após vender o milho, o marido pode comprar um vestido ou *lesu* (khanga) para a esposa. Se a mulher tiver permissão de possuir propriedades, ela estará por cima dos homens." As próprias mulheres deram uma série de exemplos dos problemas que ocorriam quando elas tinham "permissão" para possuir

Prouavelmente a mais insidiosa das três dimensões do poder, o poder invisível molda os contornos psicológicos e ideológicos da participação. Questões e problemas de significativa importância ficam de fora não somente do âmbito da tomada decisão, mas também das mentes e da consciência dos diferentes atores envolvidos, mesmo aqueles diretamente afetados por esses problemas. Ao influenciar como os indivíduos pensam sobre seu lugar no mundo, esse nível de poder conforma as crenças, a consciência de si e a aceitação do status quo – até mesmo sua própria superioridade ou inferioridade.¹⁶

propriedades, em especial a dificuldade de “manter um marido e a própria independência financeira; há que se renunciar a um dos dois”.¹²

Embora as crenças possam estar mudando entre as mulheres mais jovens, algumas mulheres de idade mais avançada retêm-nas e tentam forçar sua aplicação. Em uma área, segundo o estudo de Uganda, as mulheres são proibidas de entrar no lago. Uma mulher mais jovem protestou dizendo que não havia nada de errado em nadar no lago, contudo, as mulheres mais velhas foram contra. Mulheres, disseram as mais velhas, “não deveriam entrar no lago de forma

alguma, pois elas estão sempre sujas”. O deus responsável pelo local teria decretado isso. Uma vez que as mulheres jovens haviam deixado de cumprir essa instrução, o deus não mais abençoaria o local.

Os relatórios também demonstram que a violência doméstica é disseminada. “Os maridos recorrem à agressão a suas esposas até mesmo por pequenas questões, como quando elas não trabalham com afinco no jardim ou quando elas não lavam as roupas deles (mesmo que não haja sabão).” Houve relatos de que homens frustrados estariam “espancando suas esposas quase até a morte”. Mais uma vez, algumas

7 A HISTÓRIA DE MAYMANA E MOZIFUL

Maymana e seu filho Moziful vivem em uma aldeia próxima à região central de Bangladesh. Conforme relato de Maymana, até o início dos anos 1990, ela, seu marido Hafeez e seus três filhos eram ocasionalmente pobres, tendo uma renda modesta e poucos bens, incluindo três jiriquixás e um arrozal de um acre. No entanto, Hafeez ficou doente. Ele visitou o farmacêutico local, que forneceu remédios, mas não era qualificado para diagnosticar o problema. No centro de saúde do governo, os funcionários pediram propina, mas não o trataram. Um médico local informou-lhe que precisaria de remédios especiais. Os jiriquixás tiveram de ser vendidos para arcar com as despesas médicas. A família reduziu o consumo e parou de comprar pequenas comodidades.

Hafeez ficou cada vez pior e eventualmente faleceu, deixando Maymana

e seu filho Moziful, então com 12 anos (naquela época as duas filhas já haviam se casado). Seguindo um costume local, o sogro de Maymana ficou com o lote de terra, o que significou que ela teve de passar a pedir emprestado e até implorar por comida. Moziful conseguiu encontrar emprego eventual, mas ele tinha uma deficiência que era estigmatizada pela comunidade.

Apesar das advertências e ameaças, Maymana decidiu buscar reparação na justiça e levou sua queixa contra o sogro ao tribunal local da aldeia. Embora tivesse direito à terra de acordo com a lei de Bangladesh, como já era previsível, sua reivindicação não teve sucesso: o tribunal seguiu o costume tradicional, com um viés desfavorável à mulher, e permitiu que o sogro retivesse a posse da terra. Com resultado disso, Maymana e Moziful (ambos analfabe-

tos e doentes) dependem de redes de proteção social para sua sobrevivência.

A comunidade considera Maymana uma “pobre que merece ajuda” (uma mulher perturbada) e que, embora precise de caridade, não tem direito a associar-se plenamente ao grupo das mulheres. A caridade, os empréstimos e os poucos rendimentos de Moziful lhes permitiram evitar a indigência, embora eles tenham uma condição crônica de pobreza. Identidades atribuídas socialmente – conforme refletidas por atitudes com relação às deficiências, velhice, mulheres, doença e infortúnio – deram direito a Maymana e a Moziful a alguma assistência, mas ao mesmo tempo lhes bloquearam possíveis rotas de escape.

Fonte: Adaptado de Hulme, D. 2003. “Thinking ‘Small’ and the Understanding of Poverty: Maymana And Moziful’s Story”. Working Paper N° 22. Manchester: Institute for Development Policy and Management.

mulheres aceitaram e mesmo justificaram esse tratamento. *Somos nós, mulheres, que fazemos com que os homens nos agridam. Assim que o homem vai para o lago, a mulher arranja outro parceiro porque ela quer dinheiro. As mulheres, especialmente as mais jovens, têm se negado a se ligar a um parceiro. Quando há um baile, todos os homens com quem ela dormiu se juntam para bater nela.*¹³

As Muitas Faces do Poder: Exemplos da África

O poder opera dentro das culturas de diversas maneiras: por meio de formas visíveis de coerção; oculto em normas jurídicas, políticas e estruturas da governança;¹⁴ e embrenhado nas percepções que as pessoas têm delas mesmas. As pessoas podem internalizar e projetar percepções tanto positivas como negativas delas mesmas. Quando as mulheres internalizam percepções negativas, elas podem estar validando relações de poder prejudiciais de forma não intencional e até mesmo

*A concretização da ... igualdade de gênero no ocidente exigiu e ainda exige a transformação das culturas de muitas instituições – locais de trabalho, sindicatos, igreja, profissões, famílias, partidos políticos, escolas, etc. – todas em diferentes graus e de diferentes maneiras. A igualdade de gênero ... poderia ter sido descrita como sendo inconsistente tanto com as culturas não ocidentais como com as ocidentais. Foi (e continua em importantes aspectos a ser), por exemplo, rejeitada pelas principais igrejas cristãs. É produto de um esforço político intenso e de um trabalho cultural, não é algo imanente ... Apenas nas últimas décadas surgiu um grande distanciamento entre o “ocidente” e o “não ocidente” na questão da igualdade de gênero.*¹⁷

inconsciente. As mulheres podem não somente vir a aceitar arranjos hierárquicos desvantajosos, como podem até mesmo defendê-los e mantê-los vigorosamente. É dentro das culturas que essas percepções, crenças e sistemas de significados são cultivados, internalizados e sustentados. Também é no interior das culturas que as relações de poder são transformadas, por meio da contestação e da construção de um consenso, a fim de alcançar os resultados desejados.

Os desafios culturais descritos acima são comuns nos países ocidentais e não ocidentais, desenvolvidos e em desenvolvimento. Por exemplo, em Messobo, na



▲ Menina guatemalteca. Os costumes e as tradições podem ser reconfortantes em tempos de mudança.

© James Nelson/Getty Images

Etiópia, a tradicional prática do casamento entre crianças tem resultado em inúmeras complicações de saúde reprodutiva, incluindo a fístula obstétrica e o óbito materno. “A prática somente mudará quando a sociedade etíope começar a dar valor às mulheres, concedendo-lhes status equivalente no desenvolvimento social e econômico do país.”¹⁵

A cultura popular e a mídia em muitas sociedades tratam a mulher como objeto sexual e apresentam a violência contra a mulher como normal. Em alguns países, representações da “mulher exótica” têm consequências mais sérias para algumas raças em particular. As desigualdades de gênero – particularmente para algumas categorias de mulheres e homens – ainda existem, tanto nas sociedades ocidentais como nas não ocidentais.

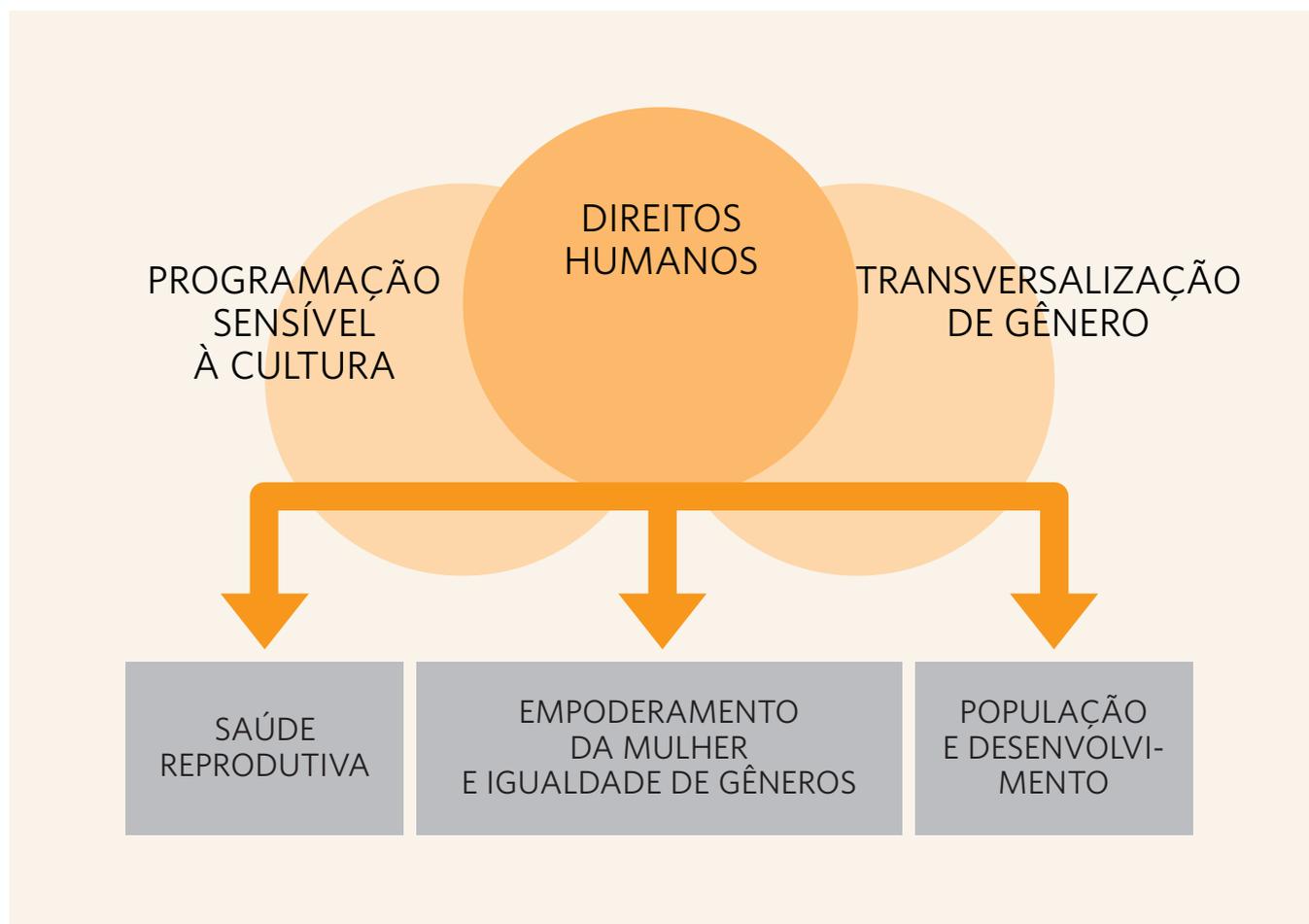
8 PROMOVENDO A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERANDO A MULHER: O VALOR DALENTE CULTURAL

A abordagem cooperativa que o UNFPA dá à programação integra três elementos: direitos humanos, transversalização de gênero e sensibilidade cultural. Baseia-se nas seguintes premissas:

- Todos os seres humanos fazem jus a direitos e proteções iguais.
- A transversalização de gênero é a resposta estratégica à sistemática negação dos direitos humanos da mulher.
- Abordagens sensíveis às diferenças culturais promovem o envolvimento das comunidades na defesa dos direitos humanos em muitos contextos culturais.

Fonte: UNFPA. “*Understanding Culture, Gender and Human Rights.*” http://unfpa.org/rights/main_presentation_3.swf, acessado em junho de 2008. Nova York: UNFPA.

Figura 1: Entendendo cultura, gênero e direitos humanos



Embates Culturais Contra a Violência Doméstica na América Latina

Avanços na igualdade de gênero nunca vieram sem embates culturais contra as dimensões visíveis e invisíveis do poder e as práticas que dão sustentação às desigualdades de gênero e que oprimem as mulheres.

Esforços para erradicar a violência doméstica têm sido empreendidos em toda a América Latina. Defensores dos direitos das mulheres vêm trabalhando contínua e consistentemente pela adoção de legislação governamental e por políticas públicas eficazes. Eles também têm o compromisso de erradicar valores patriarcais existentes em contextos culturais que corroboram a violência associada ao gênero, de forma a expor a violência doméstica à opinião pública e “desnaturalizá-la”. Em 1994, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. O Chile e a Argentina adotaram convenções parecidas em 1994; a Bolívia, o Equador e o Panamá em 1995; a Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e o Peru em 1996; e a República Dominicana modificou seu código penal para incluir legislação contra a violência doméstica em 1997.¹⁸

No Brasil, o processo de mudança começou com a criação de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs), nas quais trabalham, preferencialmente, policiais femininas. A primeira dessas delegacias foi criada em São Paulo em 1985 e agora há mais de 300 em todo o país. Muitos estados construíram centros de referência e abrigos para mulheres agredidas, e disponibilizaram uma rede de serviços para atender mulheres vítimas de violência. Contudo, o principal instrumento para combater a violência doméstica foi desenvolvido muito recentemente. A Lei 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, e denominada *Lei Maria da Penha* (em homenagem a uma mulher baleada por seu ex-companheiro 20 anos atrás e que ficou permanentemente incapacitada), não apenas aumenta o período de reclusão para atos violentos desse tipo (de um para três anos), mas também permite prisões preventivas e em flagrante. Além disso, inclui várias medidas para proteger a mulher.

9

AS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO PODEM SER NEUTRAS EM TERMOS DE GÊNERO?

Decisões tomadas no planejamento de uma iniciativa determinam o tipo de impacto que ela terá na cultura. Por exemplo:

- Uma iniciativa comunitária de fornecimento de água para uma região rural poderia incluir esforços para contar com a colaboração tanto de mulheres quanto de homens na identificação de problemas e na gestão... **ou não**, caso no qual reforçar-se-ia a idéia de que a tomada de decisão é uma função masculina e resulta em decisões que refletem apenas as prioridades e as percepções dos homens.
- Uma abordagem de governança sobre reforma do serviço público poderia incluir pesquisas e consultas públicas sobre as implicações para a igualdade de disposições sobre casamento, divórcio, propriedade no casamento, herança etc... **ou não**, caso no qual ignorar-se-iam aspectos do direito civil que em muitos países institucionaliza a discriminação contra as mulheres.
- Uma iniciativa de infra-estrutura que promova a reestruturação das centrais, equipamentos e força de trabalho de uma companhia telefônica nacional poderia levar em conta aspectos de gênero na reestruturação da seleção e capacitação de profissionais requerida para o novo sistema... **ou não**, caso no qual perder-se-ia a oportunidade de contribuir para uma maior igualdade na força de trabalho futura de um empregador importante.

Decisões tomadas durante o planejamento não são neutras com respeito à igualdade de gênero, mesmo quando as questões de gênero não são consideradas.

Fonte: Schalkwyk, J. 2001. “Questões sobre Cultura, Gênero, Igualdade e Cooperação para o Desenvolvimento,” pp 5-6. Preparado e produzido pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), Quebec.

A transversalização de uma perspectiva de gênero é o processo de avaliação das implicações para as mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para dar às preocupações e experiências de mulheres e homens uma dimensão integral na concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, de forma que as mulheres e os homens se beneficiem igualmente e que a desigualdade não se perpetue.²⁴

Contudo, a legislação para criminalizar a violência doméstica nem sempre basta. No Brasil, vários juízes têm alegado que a Lei Maria da Penha é “inconstitucional” porque discrimina os homens. Alguns até pediram a submissão das mulheres, como no passado. As feministas reconhecem que o engajamento com a cultura é essencial para a erradicação da violência doméstica e que “os fatores culturais podem ... ser aproveitados para produzir mudanças positivas”.^{19,20}

Cultura, Gênero e Direitos Humanos

Em cooperação com governos²¹ e com organizações da sociedade civil, o UNFPA aplica os princípios delinea-

Lavar as mãos diante dos conflitos entre os poderosos e os desprovidos de poder é tomar o partido dos poderosos, não é ser neutro.

—Paulo Freire, educador brasileiro

10 STATUS SOCIAL E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

Cinco homens estupraram Devi, uma mulher *dalit* (de uma casta ‘intocável’, de párias) que trabalha em desenvolvimento comunitário na Índia. A polícia inicialmente se recusou a registrar a ocorrência, mas o clamor público forçou uma investigação e a questão foi levada a um tribunal. A corte de primeira instância julgou que a demora em registrar a queixa e em obter provas médicas demonstrava que ela estaria mentindo. O tribunal considerou improvável que um homem de casta superior estuprasse uma mulher *dalit*.

Todos os *dalits*, homens ou mulheres, enfrentam a discriminação. As mulheres já relutam em registrar a violência da qual são vítimas, e a forma como as autoridades lidaram com o caso de Devi provavelmente aumentará essa relutância. Pode até encorajar outras violações, na medida em que os perpetradores se dão conta de que eles provavelmente não terão de arcar com as conseqüências de seus atos. As mulheres *dalit* serão ainda mais marginalizadas - vulneráveis ao abuso por conta de seu gênero e consideradas menos dignas de proteção em função de sua casta.

Fonte: Banda, F. e C. Chinkin. 2004. “Gênero, Minorias e Povos Indígenas,” p. 15. Londres: Grupo Internacional pelos Direitos das Minorias.

dos nos instrumentos das Nações Unidas que versam sobre igualdade de gênero e empoderamento da mulher, os quais vêem a igualdade de gênero como um direito humano e o empoderamento da mulher como fundamental para promover o desenvolvimento humano. Sua abordagem de programação está fundamentada no Programa de Ação da CIPD, o que requer “o estabelecimento de áreas de convergência, com pleno respeito aos diversos valores religiosos e éticos e antecedentes culturais”.²² Uma programação sensível às diferenças culturais é a chave da construção dessas áreas de convergência. Dá uma resposta prática e estratégica à constatação de que as crenças e percepções culturais estão na raiz das desigualdades de gênero em muitas sociedades e de que a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher não podem ser concretizados a menos que estejam, também, enraizados nas culturas.

As *24 Dicas para uma Programação Culturalmente Sensível* (consulte caixa 2, Capítulo 1) identificam diretrizes úteis para o engajamento com as culturas de forma a promover uma mudança transformadora a partir de seu interior, a qual, geralmente, envolve uma política cultural.

Política cultural é “... o processo deflagrado quando grupos de atores moldados por, e personificando, diferentes práticas e significados culturais entram em conflito entre si ... Quando os movimentos acionam concepções alternativas da mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania que abalam os significados culturais dominantes, eles representam uma política cultural.”²³

A política cultural está baseada na suposição de que os sistemas de significados não são delimitados e podem ser discutidos, debatidos, desafiados ou até mesmo modificados. Entretanto, a forma de apresentação dos debates e discussões é importante. A efetivação da mudança requer:

- Ter disposição para aprender e conhecer as estruturas culturais das pessoas;
- Refletir sobre as próprias estruturas da organização;
- Desenvolver metodologias eficazes para entender e

Há um desafio significativo na aplicação do conhecimento conceitual dentro dos diferentes contextos. É comum que as pessoas – inclusive algumas na área do desenvolvimento – recorram à interpretação de contextos com base em suas próprias experiências, estruturas culturais herdadas, objetivos e expectativas.²⁹

responder às necessidades específicas, experiências, percepções e ao comportamento entre mulheres e homens, meninos e meninas;

- Trabalhar com homens e mulheres que tenham desenvolvido suas próprias estratégias para promover os direitos humanos, a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher;
- Desafiar sistemas de significados por meio de uma variedade de estratégias, em níveis que vão do local ao internacional;
- Mapear o contexto jurídico, político e econômico nas esferas comunitária, nacional e internacional.

Negociação Cultural: Sete Lições Aprendidas a partir da Experiência

1. As abordagens sensíveis às diferenças culturais são fundamentais para enfraquecer as relações de poder que dão sustentação às desigualdades de gênero.

A ignorância da noção contextualizada do senso comum... tem sido endêmica entre os formuladores de políticas sociais no governo e nas instituições de desenvolvimento ...Ao ignorar esse senso comum, os formuladores de políticas impõem às sociedades um conjunto de intervenções estruturado e baseado em fórmulas que atendem mal ao propósito de melhorar o bem-estar. O senso comum, entendido como parte de um sistema cultural... é uma forma de prover uma base de conhecimento que estrutura a maneira como as pessoas entendem a si mesmas e dá estabilidade às interações humanas.³⁰

11 ENTENDENDO AS NORMAS CULTURAIS NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO

Respondo com freqüência perguntas de pessoas expatriadas que trabalham com desenvolvimento e querem saber se, ao intervirmos em nome das mulheres, não estaríamos distorcendo os papéis e as relações de gênero característicos da cultura em questão. Em outras palavras, estaríamos receosos de estar impondo nossa própria cultura em detrimento da cultura na qual estamos trabalhando ao iniciarmos projetos que impactam as relações de gênero? Não estaríamos deixando as mulheres ainda mais vulneráveis do que antes ao pedir-lhes que abandonem seus papéis e relações atribuídos culturalmente?

As suposições por trás dessas questões precisam de um exame minucioso. Primeiro, supõe-se que a cultura das comunidades nas quais trabalhamos como promotores do desenvolvimento sejam um todo contínuo, sem fissuras; segundo, que as relações desiguais de gênero caracterizem essas culturas e que não haja desafios à desigualdade no interior dessas culturas. De fato, supõe-se que ser uma mulher nessas culturas equivalha a ser passiva além de subserviente e servil. A mulher passiva e subserviente, que também é uma vítima, tornar-se-ia assim o estereótipo dessas culturas.

O temor de que possamos estar impondo nossos próprios valores culturais ao insistirmos na promoção da equidade de gênero em nosso trabalho de desenvolvimento é real. Contudo, é real não porque tenhamos preocupações quanto a um imperialismo cultural, mas porque permitimos que nossas suposições culturais sobre a mulher matizem a forma como recebemos as visões alternativas de igualdade de gênero. Nós supomos que as mulheres nos países em desenvolvimento são passivas e dóceis e que nossa própria visão de papéis, normas e práticas de gênero é verdadeira para todos. Também deixamos de reconhecer as formas de resistência cotidiana esboçadas por grupos subordinados, por essas formas de resistência não corresponderem à nossa experiência.

Fonte: Mukhopadhyay, M. 1995. "Relações de Gênero, Práticas de Desenvolvimento e 'Cultura'." *Gênero e Desenvolvimento* 3 (1):13-18. Oxford: Routledge, parte do Grupo Taylor & Francis.

O poder é multidimensional. Ao darem sustentação aos esforços nacionais pelo empoderamento da mulher e igualdade de gênero, as abordagens sensíveis às diferenças culturais vão além da dinâmica visível do poder e buscam entender e responder à forma como se estrutura nos três níveis de interação na vida das mulheres: as esferas pública, privada e íntima.

- A **esfera pública** do poder refere-se à face visível do poder à medida que ela afeta as mulheres e os homens em seus trabalhos, emprego, vida pública, direitos legais, etc.
- A **esfera privada** do poder refere-se aos relacionamentos e papéis nas famílias, entre amigos, parceiros sexuais e casamento.
- A **esfera íntima** do poder tem a ver com a percepção que temos de nós mesmos, autoconfiança, psicologia e relação com o corpo e a saúde.

Para cada mulher, a experiência de ter poder e de ser desprovida de poder será diferente, conforme a raça, classe ou idade, e pode até ser contraditória nas diferen-

tes esferas de sua vida. Por exemplo, uma mulher exercendo cargo eletivo que dá a impressão de ser confiante em público pode aceitar um papel de subordinação em sua família; ela pode até sofrer abusos em seus relacionamentos pessoais ao mesmo tempo em que lida com as exigências de suas responsabilidades públicas.²⁵

2. As abordagens sensíveis às diferenças culturais devem responder às variações em termos de necessidades, experiências e culturas, dependendo de cada contexto e dentro de cada um desses.

Grupos específicos podem sofrer formas mais severas de discriminação; suas experiências de desigualdade se constituem na medida em que “diferentes tipos de

12 SOMOS NOSSAS MELHORES DEFENSORAS...

Trechos de uma entrevista com Marie Josee Lokongo Bosiko, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Congolezes, mostra como as pessoas invocam estrategicamente tanto suas normas culturais como seus direitos formais para lidar com situações da vida real:

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres congolezas que desejam tornar-se sindicalistas? O primeiro obstáculo é ganhar a aceitação dos homens, que acreditam que o lugar de uma mulher é em casa, não em um sindicato. Comecei a participar do movimento sindical quando eu era muito jovem. Tínhamos medo dos homens naquela época. Mas temos que trabalhar juntas para garantir que as mulheres possam ocupar seu lugar de direito nos sindicatos. As pessoas precisam entender que um sindicato com muitas mulheres filiadas é um sindicato forte, pois quando as mulheres participam das atividades sindicais e recrutam outras mulheres, temos uma vantagem enorme. O acesso em desigualdade de condições à educação e à capacitação sindical é outro problema enfrentado pelas trabalhadoras. A maior parte das oportunidades de treinamento é dada

aos homens, sem que a cota de participação de 30% para as mulheres seja respeitada. Ademais, mulheres casadas precisam ter permissão prévia de seus maridos para participarem de cursos fora do país. O Código da Família Congolês requer isso em seu Artigo 448. De fato, o Código da Família estipula que uma mulher deve receber permissão de seu esposo para fazer qualquer coisa que tenha conseqüência. Temos de ensinar as mulheres a contornar esses problemas. É importante estarmos bem organizadas, pois se você for para casa após uma reunião sindical e seu marido se der conta que seus filhos não ficaram com você, ele não permitirá que você compareça à próxima reunião. Então, pedimos às mulheres que conciliem seus papéis como esposas, mães e trabalhadoras. Sendo uma sindicalista que ascendeu do trabalho nas comunidades até a posição de vice-presidente, estou em posição para dizer que é possível sim conciliar esses papéis. Obviamente estamos lutando pela formulação de emendas para todos os dispositivos legais que são contrários aos direitos das mulheres.

Seu esposo e família apóiam seu trabalho no sindicato? Sim. Uma vez que é aceito que uma mulher é leal e faz seu trabalho bem feito, não há razão para impedi-la de ser uma ativista, pois o esposo, a família e a comunidade dela colhem os frutos de seu trabalho como sindicalista.

E em relação ao assédio sexual? É um problema sério. Encorajamos as mulheres a denunciar qualquer caso dessa natureza. Foi, de fato, o tema da nossa campanha pelo Dia Internacional da Mulher deste ano: “Não à violência sexual contra a mulher”. Se um homem for delatado assim que comece a assediá-la, ele pensará duas vezes antes de fazê-lo, ele entenderá que isso não é correto. Os autores de assédio devem ser punidos e, quando isso ocorrer, talvez o problema diminua. Mas as mulheres também podem assediá-lo. Nós aconselhamos as mulheres sobre como reagir ao se confrontarem com o assédio sexual.

Fonte: Entrevista conduzida por Samuel Grumiau, 28 de agosto de 2007. Para a Rede *Resisting Women*, Bruxelas. www.resistingwomen.net/spip.php?article157, acessado em setembro de 2008.

discriminação se cruzam e se sobrepõem”. Em vários conflitos, a violência sexual contra mulheres de minorias se tornou parte do ritual de limpeza étnica,²⁶ como na antiga Iugoslávia durante os anos 1990. Durante todo o genocídio em Ruanda em 1994, as mulheres *tutsi* se tornaram alvo, sujeitadas a abusos sexuais e então assassinadas. Em Gujarat, na Índia, mulheres muçulmanas foram vítimas de abuso sexual e apresentadas como símbolo da subjugação e humilhação da comunidade.²⁷ Mulheres de grupos minoritários, mulheres indígenas, mulheres de diferentes castas, raças, culturas e religiões podem sofrer múltiplas formas de discriminação, as quais ajudam a cultivar diferentes abordagens para a desigualdade de gênero. As abordagens sensíveis às diferenças culturais devem contemplar essas “interseccionalidades”.

A interseccionalidade foi explicada por meio da metáfora de uma intersecção de tráfego: “Raça, gênero, classe e outras formas de discriminação ou subordinação são as vias que integram o terreno social, econômico e político. É por essa malha viária que a dinâmica da perda do poder trafega. Tem-se uma visão dessas vias públicas como sendo separadas e desconexas, mas na realidade elas se encontram, se cruzam e se sobrepõem, formando intersecções complexas. As mulheres que são marginalizadas em função de sexo, raça, etnia ou outros fatores [aqui é importante incluir também as culturas e a religião], que são freqüentemente deixadas de lado] estão nessas intersecções. As intersecções são locais perigosos para as mulheres que devem negociar o constante tráfego por meio das mesmas para evitar danos e obter recursos para as atividades da vida cotidiana. Onde os sistemas de dominação de raça, gênero e classe convergem ... as estratégias de intervenção baseadas unicamente em experiências de mulheres que não compartilham dos mesmos contextos de classe ou raça ajudarão pouco às mulheres que, em função de raça ou classe, enfrentem diferentes obstáculos.”²⁸

Estaremos falando sobre cultura e desenvolvimento, contudo precisamos nos dar conta de que também haverá, entre nós ... uma cultura relativa ao modo como fazemos nosso trabalho de promoção do desenvolvimento. Aqueles que tomam as decisões geralmente determinam os tipos de decisões que serão tomadas. Mas COMO a tomada de decisão é estruturada em qualquer organização também determina as limitações. Por exemplo, se os homens sempre forem os tomadores de decisão, haverá garantias de que a voz das mulheres será ouvida?²⁶

3. Sem ter conhecimento de ou levar em consideração como as pessoas negociam seus próprios contextos, políticas de mudança bem-intencionadas podem acarretar mais custos do que benefícios.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais reconhecem que as construções sociais de “gênero”, “liberdade” e “igualdade” terão diferentes significados em diferentes culturas. Esses significados fundamentam a maneira como as pessoas se relacionam, o que elas consideram relevante e como elas atribuem significância. Em algumas culturas, a participação das mulheres em aspectos específicos da vida da comunidade e a participação dos homens em outros não são considerados como desigualdade, mas como diferenças em termos de responsabilidades e papéis. Há uma tendência a globalizar quaisquer significados que sejam prevalentes, em especial nas culturas ocidentais, contudo essa abordagem não capta as sutilezas dos diferentes contextos.

Intervenções padronizadas podem provocar conflitos, como quando elas descrevem todos os homens como sendo agressores e tiranos e todas as mulheres como passivas, ignorantes e impotentes para mudar relações de poder perniciosas. Tal simplificação rudimentar pode fragmentar famílias e comunidades e produzir reações desfavoráveis às intervenções, favorecendo aqueles que se opõem ao empoderamento da mulher e à igualdade de gênero. A negociação cultural

13 HOMENS E MULHERES SE UNEM NA LUTA PELA EQÜIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO

“Seria uma coisa boa se a opinião pública estivesse suficientemente esclarecida a respeito do fato de que nem todos os homens são agressores e de que muitos homens se opõem à agressão e à violência. Acredito que os embates mais importantes no mundo, a favor dos direitos humanos, contra a violência e a tortura ... não podem ser deixados a cargo de um grupo específico ... As lutas da mulher não podem ser deixadas unicamente para as mulheres. Os homens precisam demonstrar solidariedade, porque eles são a prova viva de que há homens que repudiam esse tipo de agressão e que farão tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que o número daqueles que praticam atos de violência – que infelizmente é muito elevado em todas as classes sociais e em todas as partes do mundo – continuará a cair pela oposição democrática tanto de homens quanto de mulheres.”

Fonte: Boaventura de Souza Santos. 2002. Citado por Medrado, B. e J. Lyra. em “Homens, Masculinidades e Violência de Gênero” na Reunião do Grupo de Especialistas sobre O Papel de Homens e Meninos no Alcance da Igualdade de Gêneros, Instituto Papai, Brasília, 21-24 de outubro de 2003.

requer o reconhecimento e o trabalho a partir de interpretações culturais nos diferentes contextos.

4. As abordagens sensíveis às diferenças culturais devem identificar e aprender com a resistência local.

Aqueles que detêm o poder e buscam impor significados em seu próprio interesse podem opor-se à igualdade de gênero. Eles descrevem as políticas e os programas que visam promover a igualdade de gênero como uma “adulteração cultural” ou tentativa de impor valores “ocidentais” em oposição ao reconhecimento do direito das pessoas às suas próprias culturas. As premissas por trás desses argumentos são, em primeiro lugar, que as culturas são imutáveis, e, em segundo lugar, que não há resistência interna às desigualdades. Tais suposições distorcem as histórias das mulheres, suas opiniões e suas ações. Também obscurecem o papel dos homens no desafio ao patriarcado.

Por exemplo, as *Madres de La Plaza de Mayo* da Argentina completaram recentemente 30 anos de ativismo. O grupo foi formado em 1977 por mães e mulheres parentas dos *desaparecidos* – aqueles que

foram presos, sem mandato, e “desapareceram” durante os anos da ditadura militar (1976-1983). As mulheres se organizaram para exigir justiça para seus filhos, marchando ao redor da *Plaza de Mayo* em Buenos Aires, sede do governo, vestindo lenços brancos simbolizando as fraldas de seus filhos e sua condição de mães. “A denúncia da tortura e do massacre por mulheres simples e, até aqui, ‘apolíticas’, teve um impacto profundo, pois a percepção cultural comum era de que mães abnegadas não participariam de movimentos políticos.”³¹

Antes do desaparecimento de seus filhos, essas mulheres eram tradicionais donas de casa e mães, cuidando do bem-estar de suas famílias dentro da segurança de seus lares. Ao saírem a público para protagonizar seu protesto e buscar justiça, as mães atravessaram outro limiar invisível, politizando o privado e revolucionando a maternidade ao estenderem suas preocupações e responsabilidades à arena nacional e até mesmo à internacional.³² Para elas, “[s]er mãe também significa lutar pelos direitos de seus filhos, amordaçados pelo governo, e continuar com o traba-

14 INCENTIVANDO OS HOMENS A PARTICIPAREM DA SAÚDE REPRODUTIVA E DA IGUALDADE DE GÊNERO

Mudanças em termos de conhecimento, atitudes e comportamento tanto de homens quanto de mulheres são condições necessárias para estabelecer parcerias harmoniosas entre homens e mulheres. Os homens desempenham um papel-chave na concretização da igualdade de gênero já que, na maior parte das sociedades, o homem exerce poder considerável em quase todas as esferas da vida, que vão desde decisões pessoais referentes ao tamanho das famílias até decisões sobre políticas e programas que são tomadas em todos os níveis do governo. É essencial aperfeiçoar a comunicação entre homens e mulheres em questões de saúde reprodutiva e sexualidade, assim como a compreensão de sua responsabilidade conjunta, de forma que os homens e as mulheres sejam parceiros em igualdade de condições na vida privada e na pública.

Fonte: Programa de Ação da CIPD, parágrafo 4.24.



▲ As tradições podem persistir em cenários modernos – mas algumas vezes são necessários lembretes.

© Sven Torfinn

lho e legado dos mesmos em sua ausência”.³³ Isso implicou colocarem-se em risco e discutirem o significado de suas atividades com as autoridades.

As mulheres declararam que a participação no movimento deu-lhes um senso de empoderamento. Maria Del Rosario de Cerruti explicou: *“Uma das coisas que eu simplesmente não vou mais fazer é calar. As mulheres de minha geração na América Latina aprenderam que o homem está sempre no comando e que a mulher deve silenciar mesmo em face da injustiça ... Agora eu sei que nós temos de denunciar as injustiças publicamente. Caso contrário, seremos cúmplices. Vou denunciá-las publicamente sem temor. Foi isso o que eu aprendi.”*

5. As abordagens sensíveis às diferenças culturais são necessárias para identificar alianças concretas e potenciais.

“Direitos iguais e a dignidade inerente a todos os integrantes da família humana são afirmados pelas tradições religiosas do mundo e consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Plataforma de Ação de Pequim e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em que governos e doadores renovaram a promessa de defender os direitos da mulher e também endossaram o empoderamento da mulher como sendo fundamental para erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável”.³⁴ Contudo, alguns aspectos do discurso religioso e algumas práticas tradicionais podem causar dano às mulheres e aos homens, perpetuando a desigualdade de gênero e as violações de direitos humanos. Daí a importância de buscar alianças com aqueles que podem influenciar comportamentos e trabalhar conjuntamente para mudar essas realidades. Alianças que abrangem os domínios da fé, direitos humanos e igualdade de gênero estão na vanguarda das transformações globais, regionais e locais. Para forjar essas alianças cruciais e interdimensionais é preciso uma apreciação das diferentes perspectivas, dos mandatos, métodos de comunicação e até mesmo da cadência de cada um dos atores – ou seja, uma abordagem sensível às diferenças culturais. Por exemplo, a *Women, Faith and Development Alliance* (Aliança para as Mulheres, Fé e Desenvolvimento) congrega organizações baseadas na fé e grupos inter-religiosos, jovens, organizações de direitos das mulheres, corporações e organizações internacionais de desenvolvimento, num esforço concertado para promover a igualdade de gênero. O que congrega esses diferentes setores é uma visão compartilhada do que constitui a dignidade humana, mas o que lhes permitirá trabalhar juntos será um pragmatismo com relação ao contexto do qual cada um vem e para com o qual tem responsabilidade. Ao apoiar a Aliança, o UNFPA está adaptando sua abordagem sensível às diferenças culturais para promover um diálogo construtivo e a colaboração entre pessoas com variados objetivos e antecedentes organizacionais.

6. Contestação das Culturas; diferentes valores e normas podem ou não apoiar a igualdade de gênero.

Algumas contestações internas estão partindo dos homens, por meio de projetos como o *Men for Gender Equality Now* (Homens pela Igualdade de Gênero Agora). Esse projeto é parte da Rede de Desenvolvimento e Comunicação das Mulheres Africanas (FEMNET). Foi iniciado a partir de uma consulta feita entre homens sobre o tema da violência associada ao gênero no Quênia. Desde 2001, a rede de homens vem se expandindo e agora trabalha com homens de diferentes países. O projeto tem os seguintes objetivos-chave:

- Promover a compreensão de conceitos de gênero e praticar e promover a igualdade de gênero.
- Sensibilizar, compartilhar informações e trocar experiências sobre o HIV/AIDS e sua relação com os direitos humanos.
- Apoiar os sobreviventes da violência associada ao gênero disponibilizando serviços emergenciais de encaminhamento e acompanhamento.
- Criar uma rede de contatos e colaborar com outros atores nas questões da violência associada ao gênero, do HIV e da aids.
- Elaborar pesquisas sobre a prevalência da violência associada ao gênero.
- Desenvolver a capacidade de seus integrantes para que possam compreender, promover e aplicar princípios e abordagens de igualdade de gênero em suas relações e comunidades.
- Gerar os recursos necessários para exercer influência junto a governos e doadores a fim de obter apoio.³⁵

Há agora amplo consenso de que a igualdade de gênero deve contar com a participação dos homens.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais reconhecem que os homens são um grupo heterogêneo, para quem a igualdade de gênero tem significados diversos. Ao mesmo tempo, tais abordagens defendem e esboçam como fazer para envolver os homens nas discussões e ações sobre igualdade de gênero - a fim de transformar as relações de gênero - e em torno de

objetivos mais específicos, como a redução das taxas de mortalidade materna e a erradicação da violência associada ao gênero.

Esses objetivos específicos, que também são centrais para os ODMs, dependem fundamentalmente de lidar com relações de poder dentro das famílias, comunidades e do próprio Estado que levam ao abuso dos direitos das mulheres e meninas. Lidar com relacionamentos adversos requer, necessariamente, trabalhar com os homens, mulheres, jovens, meninos e meninas que estão envolvidos ou se envolvem nessas relações e, também, trabalhar com aqueles que influenciam as atitudes e comportamentos desses atores. Além disso, algumas das mudanças mais duradouras ocorrem quando os homens trabalham com outros homens e meninos para promover a igualdade de gênero e para empoderar a mulher.

Desde 1995, instituições internacionais e nacionais de desenvolvimento migraram do paradigma “mulheres no desenvolvimento” para o paradigma “gênero e desenvolvimento” (GED). Essa mudança reflete o reconhecimento de que a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher somente poderão ser alcançados se os homens estiverem envolvidos ativamente no enfrentamento de estruturas patriarcais e, em particular, se suas próprias relações de poder com as mulheres forem objeto de mudança.³⁷ A perspectiva GED revelou que os homens também têm diferentes abordagens e experiências em relação à igualdade de gênero, e que há grupos de homens que têm interesse em transformar as relações de gênero não apenas para atender aos interesses das mulheres, mas aos seus próprios interesses. A perspectiva GED também ajudou a desvendar relações de poder entre os homens: embora eles não sofram a dominação que algumas mulheres encontram, a ordem masculina pode ter conseqüências adversas para os homens que não se adequam a este-reótipos.

Em outubro de 2007, acadêmicos, formuladores de políticas e profissionais que assistiram à conferência *Politicizing Masculinities: Beyond the Personal* (Politizando a Masculinidade: Para além do Pessoal) confirmaram que, a despeito da perspectiva de GED, homens e mulheres continuam a ser caracterizados

inadequadamente: “O discurso de que ‘os homens são problemas e as mulheres são vítimas’ ainda prepondera ... Ambos os pontos de vista baseiam-se em essencialismos que raramente são questionados. Além disso, o trabalho atual sobre homens e masculinidade precisa ir além da questão de como os homens agem em domínios pessoais para questões mais amplas sobre relações de poder e questões centrais de equidade, como remuneração equivalente e benefícios sociais, representação na política e mudanças em instituições que dão sustentação à ordem de gênero. Um único homem pode ter disposição para a mudança, mas o âmbito institucional ou a cultura do grupo de pares pressiona em direção contrária”.³⁸

Profissionais relataram suas experiências no enfrentamento das instituições:

Aproximando-se para despertar consciência crítica em homens de localidades carentes (África do Sul)

Mbuyiselo Botha: “Aproximamo-nos dos homens de uma forma criativa e inovadora ... vamos até os *shebeens* [bares locais]. Esses lugares são importantes, pois é lá que as questões de masculinidade estão entrincheiradas. Primeiro nós conquistamos a confiança do proprietário do *shebeen* ... então passamos a perguntar aos homens se é possível conversar com eles sobre o significado de ser homem. Deparamo-nos com respostas variadas. Numa ocasião, um homem jovem disse ‘todas as mulheres são bruxas’. Então eu lhe perguntei: ‘Você quer dizer, até mesmo a sua mãe’ – ela é uma dessas bruxas? – Ele disse que sim, mas isso foi ao ar em rede nacional de televisão e, quando ele voltou para casa, a mãe o botou para fora!”

Promovendo a consciência política de gênero e masculinidades (Nicarágua)

Patrick Walsh: “Desenvolvemos uma estratégia de intervenção comunitária que funciona com os homens no contexto de suas comunidades. Os homens vivem nas comunidades, eles vivem com

as mulheres, eles vivem em família – não estão isolados. Como parte disso, nós organizamos um curso de treinamento para entre 20 e 25 homens da comunidade, que dez vezes ao ano comparecem a um *workshop* de um dia, durante o qual eles têm um espaço para refletir e analisar a partir de suas próprias perspectivas e experiências. Há uma lógica temática nos *workshops*, que trabalham inicialmente a questão do significado de ser homem e mulher, e as características de masculinidade e feminilidade na sociedade nicaragüense; passamos então à questão do trabalho que nós fazemos, do trabalho que as mulheres fazem e do valor que é atribuído a isso; depois vêm os temas do poder e da violência; daí a sexualidade ... o que acabamos fazendo é promover um processo de desenvolvimento e crescimento pessoal para os homens a partir de uma análise de gênero ... dando a capacidade aos homens de enxergarem os assim denominados atributos femininos e demonstrando-lhes que esses atributos são características humanas, valores humanos e possibilidades humanas que nós, como homens, também podemos incorporar como parte de nossa identidade masculina.”³⁹

7. A negociação cultural pela igualdade de gênero, o empoderamento da mulher e direitos humanos requerem abordagens que promovam reflexão e sejam críticas e abrangentes.

Em conformidade com o consenso global durante a CIPD, o UNFPA assumiu um compromisso com o enfrentamento, na raiz, de algumas das formas mais insidiosas de discriminação associada ao gênero nas esferas pública, privada e íntima: desigualdades em saúde reprodutiva; violência associada ao gênero; discriminação econômica e práticas tradicionais danosas. É importante para a estratégia de programação do UNFPA que haja colaboração, não apenas com os governos, mas também com as organizações locais e com as pessoas que têm defendido a mudança. Por exemplo, na Mauritània, as parceiras locais romperam a cultura do silêncio que

por muito tempo envolveu o estupro e que frequentemente resultava na prisão das vítimas e na liberação dos agressores. O UNFPA apoiou a coleta de dados estatísticos sobre violência sexual e o estabelecimento de um centro para atender às necessidades das sobreviventes. O UNFPA ajudou a deslocar essas questões da esfera privada para a pública, promovendo consenso entre os *imams* (religiosos muçulmanos), juízes, a polícia, autoridades do governo e o público em geral de que as mulheres devem ser protegidas da violência sexual. Essas intervenções levaram a uma sensível redução na incidência de estupro e a mudanças verificadas nas atitudes com relação a esse tema, assim como à coleta de dados relevantes sobre a prática do estupro.⁴⁰

Na Etiópia, o UNFPA apóia o projeto *Berhane Hewan*, que oferece educação às meninas adolescentes a fim de ajudá-las a evitar o casamento precoce. Embora as leis da Etiópia proíbam o casamento antes dos 18 anos, o casamento precoce é uma tradição cultural antiga que com frequência resulta em problemas de saúde reprodutiva, como a fístula obstétrica, ou até mesmo em morte materna. As oportunidades de educação são importantes, pois oferecem às meninas uma percepção distinta delas mesmas e de seu potencial. Também leva a mudanças nas percepções da comunidade à medida que as famílias se envolvem no planejamento e na implementação do projeto educacional.⁴¹

As políticas culturais são polêmicas, e a construção do consenso pode ser difícil de ser efetivada. Ao apoiar o empoderamento da mulher em países tão diversos como a Nicarágua, o Chade, o Vietnã e a República Democrática Popular do Laos, o UNFPA vem trabalhando com vários atores culturais. De organizações baseadas na fé (como o Grupo de Associações Islâmicas para Questões de População e Desenvolvimento na Nigéria), a associações Tradicionais (por exemplo, a Associação de Líderes Tradicionais Africanos) e redes de povos indígenas (por exemplo, o *Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Américas, Region Sur*, coordenado por outra organização indígena – *Chirapaq* – no Peru), o UNFPA utiliza a lente cultural para garantir a

aceitação e o engajamento local em questões que incluem a igualdade de gênero e a saúde reprodutiva. Esses tipos de intervenções estão produzindo mudanças duradouras.



4

Negociação Cultural: Saúde Reprodutiva e Direitos Reprodutivos

Direitos reprodutivos ... decorrem do reconhecimento do direito básico que todos os indivíduos e casais têm de decidir sobre reprodução sem que haja discriminação, coerção ou violência. Estão aí incluídos o direito ao mais alto padrão de saúde e o direito de determinar o número, o espaçamento e o momento oportuno para terem seus filhos. Também abrangem o direito a uma maternidade segura e o direito que todas as pessoas têm de se proteger do HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis.¹

Abordagens sensíveis às diferenças culturais tentam compreender os diversos significados que as pessoas dão aos direitos, à reprodução e à saúde, e as diferentes alegações que os grupos sociais fazem sobre o corpo reprodutivo, sexo e maternidade. Há ampla discussão e disputa sobre essas questões. É um erro supor que todas as pessoas numa cultura ajam conforme a mesma fundamentação, ou que normas e práticas culturais aparentemente similares tenham o mesmo significado.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais devem ser abertas ao inesperado. Tanto o homem como a mulher participam da composição do ordenamento de gênero e das expectativas sociais relativas ao corpo do homem e da mulher, e de formas variadas e imprevisíveis. Por exemplo, alguns homens se tornam defensores de mudanças que favoreçam as mulheres: *Men for Gender Equality Now* (Homens pela Igualdade de Gênero Agora) no Quênia é uma “rede de homens para acabar com a violência associada ao gênero e com o alastramento

A compreensão do que está ocorrendo em outras culturas requer o reconhecimento do peso e da influência da nossa própria estrutura, assim como a aceitação de que as pessoas podem utilizar lentes completamente diferentes para interpretar as mesmas circunstâncias. O entendimento das linguagens de diferentes culturas não significa a aceitação dos significados a elas atribuídos; mas pode prover uma plataforma útil para o diálogo e a ação.²

◀ Todos têm o direito à informação e a serviços que protejam a sua saúde. O que esses jovens em Belize estão aprendendo sobre HIV e aids pode salvar as suas vidas.

© Carina Wint

do HIV e da aids por meio da prevenção, atendimento às vítimas e conscientização com enfoque no papel dos homens como agentes de mudança”.³

Por outro lado, as mulheres podem partilhar pontos de vista masculinos que lhes são prejudiciais: “A violência contra as mulheres em Gaza é basicamente de natureza doméstica”, diz a consultora de pesquisa Aitemad Muhanna. “As mulheres são espancadas por seus maridos, por seus pais e até mesmo por seus irmãos ... Grande parte dessa violência é encoberta. Não é registrada nem debatida.” As mulheres, em sua maioria, não se vêem como vítimas da violência, ainda que sejam maltratadas pelos maridos, pois elas consideram tratar-se do “direito de um esposo” – uma atitude compartilhada pelos homens.⁴

A compreensão da diversidade dos significados culturais é fundamental para delinear e implementar uma cooperação efetiva em prol da mudança num contexto cultural. Por exemplo, todas as sociedades dão valor às crianças e não ter filhos é freqüentemente estigmatizado em maior ou menor grau. O estigma afeta a identidade

das mulheres enquanto mães e não a dos homens enquanto pais, especialmente quando a fecundidade e a maternidade conferem à mulher sua principal identidade e o acesso aos recursos econômicos. Interpretações culturais sobre quais contribuições os homens e as mulheres dão à procriação também podem estigmatizar as mulheres. Em partes do Egito e da Índia, as pessoas acreditam que o homem contribui com um feto integralmente formado; a qualidade do útero da mulher e de seu sangue menstrual determinará como o feto vai se desenvolver.⁵ Algumas culturas asiáticas e africanas definem a infertilidade como a incapacidade da mulher de gerar filhos. Algumas sociedades consideram que as mulheres inférteis tenham sido amaldiçoadas. Quase todos vêem as mulheres “estéreis” de forma negativa. Tais noções reforçam o patriarcado e perpetuam um tipo de valoração da mulher que tem como base a fecundidade. As próprias mulheres podem estimar seu valor e o das outras mulheres com base em sua capacidade reprodutiva.

A contracepção é amplamente utilizada nos países em desenvolvimento para promover a saúde reprodutiva, mas é improvável que as mulheres que recebem a infertilidade a adotem. Estudos qualitativos e demográficos de comportamento contraceptivo na Índia demonstram que é mais plausível que as mulheres aceitem os métodos de contracepção (especialmente os irreversíveis como a esterilização) **após** elas terem tido o número desejado de filhos, ao invés de utilizá-los como um meio para regular o espaçamento entre as gestações.⁶ As mulheres acreditam que os dispositivos de contracepção preservam seu potencial reprodutivo, o qual é ‘gasto’ por meio da parturição.⁷ Esse tipo de conhecimento cultural é importante para determinar como intervir nesses contextos.

15 O ESTIGMA SOCIAL DA INFERTILIDADE

A definição médica de infertilidade primária é a incapacidade de conceber após um ano de coabitação. Após o nascimento de uma criança, doenças do trato reprodutivo podem resultar na infertilidade secundária. Embora a infertilidade possa afetar homens e mulheres, são elas que enfrentam a maior parte dos receios e os custos sociais resultantes da infertilidade secundária. A infertilidade continua a ser um tema de direito reprodutivo não reconhecido. A despeito de sua elevada prevalência em muitas regiões pobres do mundo, em particular na África Subsaariana,* a infertilidade não é considerada uma questão de política de saúde pública. Os planejadores preocupados com a redução da fecundidade elevada ignoram a infertilidade, embora ambas estejam atreladas.** A infertilidade representa um elevado custo social para os indivíduos, especialmente para as mulheres e para os casais que são incapazes de gerar filhos.

*Fonte: Feldman-Savelsburg, P. 2002. “Is Infertility an Unrecognised Public Health Problem: The View from the Cameroon Grassfields”, *A Infertilidade ao Redor do Globo: Novo Pensamento sobre a Ausência de Filhos, Gênero e Tecnologias Reprodutivas*, editado por M. Inhorn e F. Van Balen. Berkeley: University of California Press.

**Fonte: Inhorn, M. e Van Balen, F. 2002. *A Infertilidade ao Redor do Globo: Novo Pensamento sobre a Ausência de Filhos, Gênero e Tecnologias Reprodutivas*. Berkeley: University of California Press.

Mutilação/Excisão Genital Feminina: O Valor do Conhecimento Cultural

O conhecimento cultural é valioso para ajudar homens e mulheres a fazerem escolhas práticas, por exemplo, sobre contracepção. Também fornece orientação estratégica em situações particularmente difíceis. Aproveitando esse conhecimento cultural, o UNFPA tem trabalhado com parceiros para enfrentar

16 A M/EGF NUM CONTEXTO CULTURAL

A denominação local para a “circuncisão” feminina em muitas das sociedades africanas nas quais é praticada é sinônimo do termo limpeza ou purificação (por exemplo, *tahara* no Egito, *tahur* no Sudão e *sili-ji* entre os *bambarra* em Mali). Nessas sociedades, as mulheres que não foram “circuncidadas” são consideradas sujas. Essas mulheres, nos raros casos em que elas existem, não têm permissão para manipular alimentos ou água. Órgãos genitais femininos não “circuncidados” nas sociedades que praticam a “circuncisão” feminina são também considerados demasiadamente grandes e feios ... Em geral, os integrantes dessas sociedades acreditam que se os órgãos genitais da mulher não forem extraídos, os mesmos crescerão a ponto de ficarem suspensos entre suas pernas, ficando assim antiestéticos.

Fonte: Njoh, A. 2006. *Tradição, Cultura e Desenvolvimento na África*, p. 97. Hampshire: Burlington. Ashgate Publishing Company.

práticas lesivas como a mutilação ou excisão genital feminina (M/EGF).

O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) de 1994

Percepções culturais claras evidenciam como o contexto influencia as decisões reprodutivas individuais. Por sua vez, isso estrutura os tipos de intervenções necessárias para acomodar modos de pensar e padrões comportamentais. Isso constitui, em parte, o valor das abordagens sensíveis às diferenças culturais.

cita a mutilação/excisão genital feminina entre “as práticas danosas destinadas a controlar a sexualidade das mulheres” e descreve a prática como “uma violação dos direitos essenciais e um grave risco de saúde por toda a vida da mulher”. (parágrafo 7.35) O consenso é que “os governos e as comunidades deveriam tomar medidas urgentes para acabar com essa prática”. (parágrafo 7.40).

Estudos históricos e culturais revelam o significado cultural da M/EGF. Por exemplo, algumas sociedades africanas consideram a circuncisão feminina fundamental para a vida em sociedade, pois representa a iniciação de uma mulher na vida adulta. Algumas sociedades

17 AJUDANDO AS MENINAS A ESCAPAREM DA MUTILAÇÃO/EXCISÃO GENITAL FEMININA E DO CASAMENTO DE CRIANÇAS NO QUÊNIA

Alguns grupos no Quênia, como os *somali*, *kisii* e os *masai*, adotam a prática da excisão genital feminina como parte de um procedimento rotineiro que prepara as meninas jovens para o casamento (Levantamento Demográfico e de Saúde, Quênia, 2003). Em geral realizada antes que a menina atinja os 14 anos de idade, acredita-se que a “circuncisão” feminina permite que a menina se torne “limpa” antes de entrar na idade adulta. Em sua forma mais severa, toda a genitália é extraída sem anestesia. Os riscos à saúde física incluem trauma e sangramento, e posteriormente dificuldades na parturição e risco elevado de infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV. Os danos psicológicos são incalculáveis.

Em parceria com o UNFPA, o projeto

comunitário *Tasaru Ntomonok Initiative* (TNI) teve sucesso na substituição do valor cultural representado pela prática da M/EGF, ao mesmo tempo reconhecendo sua importância enquanto rito de passagem. Um dos pontos fortes de sua abordagem tem sido oferecer alternativas à M/EGF, de uma forma culturalmente adequada, como parte da transição de uma menina à idade adulta. As mulheres mais velhas continuam a atuar como madrinhas das meninas quando elas se tornam adultas. As meninas também passam pelo período costumeiro de reclusão em que tomam conhecimento do sexo e da reprodução e passam a aprender sobre a importância da saúde reprodutiva e sexual. Contudo, cerimônias alternativas passam a ocorrer quando a M/EGF era tradicionalmente feita, e as

mulheres que costumavam executar a excisão passam a ter outras fontes de renda. O envolvimento dos homens é fundamental. É necessário que os pais sejam tranquilizados quanto ao potencial de as filhas casarem e de serem fonte de renda, e os homens jovens precisam entender que vão ter esposas adequadas.

Se por algum motivo a comunidade não aceitar o rito alternativo à M/EGF, o TNI oferece abrigo às meninas que o requisitarem. O projeto recebeu ajuda em nível nacional do Ato das Crianças de 2001, o qual proíbe a M/EGF e o casamento precoce, com pena de reclusão de até 12 meses e multa de até US\$735.

Fonte: UNFPA. 2007. “Quênia: Criando um Lugar Seguro e um Futuro Melhor para Meninas Masai que Escapam da Violência.” Capítulo 6 em *Programação para Abordar a Violência Contra a Mulher: Dez Estudos de Caso*. Nova York. UNFPA.

vêm as mulheres não “circuncidadas” como anormais. O clitóris e os lábios são vistos como órgãos masculinos e uma mulher só se tornará feminina quando esses órgãos forem removidos.⁸ A prática também é considerada importante para a higiene, limpeza e beleza. Em algumas culturas há ainda a crença de que sem ela os bebês podem ser lesados no nascimento, e, da mesma forma, o pênis do homem durante o coito. Alguns acreditam que a prática pode promover a fecundidade.

A compreensão desses significados múltiplos é importante, não para validar a prática, mas para iden-

Se a cultura é um fator na transmissão e no impacto do HIV, a prevenção e a assistência requerem uma abordagem cultural.¹³

tificar suas raízes e oferecer uma base para o diálogo e atuação. O UNFPA constatou que esse conhecimento cultural tem sido essencial para sua estratégia cooperativa de encontrar alternativas que sejam culturalmente aceitáveis.

18 CONTESTANDO CULTURAS EM COMUNIDADES DE FÉ

Um por um, Annie Kaseketi Mwaba enterrou seu esposo e quatro de seus filhos. Naquela época, 2003, a própria Annie ficou doente. Após vários meses, ela pediu ao seu médico para fazer um teste de HIV. No início, ele se recusou. A maioria dos zambianos, afinal de contas, considera a aids decorrência de um comportamento imoral – e Annie era uma pregadora cristã. Finalmente, no entanto, ele cedeu, e Annie iniciou sua longa jornada de volta à vida. “Eu pensava que o HIV era para as pessoas que não freqüentavam a igreja”, diz Annie. “Acho que eu estava me recusando a aceitar a realidade. Eu não queria enfrentar esse problema do HIV. Até que uma noite eu estava lendo a Bíblia e foi como se alguém tivesse iluminado aquele local. Se descobrirem que você vive com HIV, sua vida não estará no vírus, sua vida estará em Cristo”.

No ano seguinte, o filho de Annie que ainda lhe restava, então com nove anos, foi submetido a um tratamento para tuberculose. Ela decidiu que ele faria um teste de HIV e o resultado foi também positivo. De fato, o sistema imunológico do menino estava mais comprometido do que o dela jamais havia estado. Agora, mãe e filho estão se tratando, e Annie alcançou proeminência no esforço de combate à aids na Zâmbia. Num país onde qualquer

referência à aids era um tabu, Annie se fez ouvir, fazendo de sua dolorosa história o eixo central de seu esforço para mudar corações e mentes. Uma mulher elegante de 43 anos, ela enfrentou líderes religiosos que apregoavam que a aids tinha origem num comportamento vil; que era certo deixar as vítimas morrerem. “É admirável como Deus pôde usar meu infortúnio e transformá-lo numa mensagem”, declara ela.

Annie conta que quando assistia a um seminário para líderes religiosos ela falou sobre sua amiga “Grace”, uma pastora cujo resultado do teste havia sido positivo após ela ter perdido o esposo e os filhos para a aids. A resposta foi áspera e inflexível. “Ela matou os próprios filhos! Ela foi uma prostituta! Deixe-a morrer!” um líder vociferou. Se estivesse no lugar do governo, continuou o homem, ele envenenaria as drogas anti-retrovirais para que os pacientes de aids morressem. “Então, eu lhe disse que aquela era a minha história”, conta Annie ternamente. “Eu caminhei na direção dele e lhe disse, ‘Eu mereço morrer?’ Ele disse, ‘Não, você não merece.’”

Ela também se aproximou das igrejas. Não muito após Annie ter descoberto que estava vivendo com HIV, uma mulher da igreja dela lhe confidenciou que vivia com HIV. “Pensei sobre meu

marido – ele poderia ter tido um diagnóstico positivo, e ele morreu porque nós ficamos calados. Quantos pastores nós já enterramos?” Annie diz. “Eu pensei, ‘o HIV está muito presente na igreja, nos bancos das igrejas, e nós precisamos romper o silêncio’. No domingo seguinte, decidi que eu revelaria minha condição no púlpito.” Ela fez isso, e os portões se abriram. Annie se viu inundada por manifestações de membros da congregação que lhe disseram que eles, também, estavam vivendo com HIV. “Senti que revelar minha condição permitiu que os outros compartilhassem a deles”, diz ela. Agora, Annie trabalha em tempo integral mobilizando as comunidades de fé cristãs e islâmicas, para que se dê uma resposta à aids e se previna a infecção por HIV entre as crianças. Ela assessora iniciativas lideradas pela comunidade de combater a doença e de identificar e ajudar lares vulneráveis, nos quais muitas das crianças são órfãs. A comunidade religiosa, diz Annie, agora encara o HIV e a aids não como uma questão “referente a eles – mas referente a nós”.

Fonte: Centro para o Desenvolvimento e Atividades Populacionais (CEDPA). 2007. “*Changing Hearts and Minds From the Pulpit in Zambia: Annie Kaseketi Mwaba.*” Wash., D.C.: CEDPA. <http://www.cedpa.org/content/news/detail/1713>, acessado em junho de 2008.

Na Guiné-Bissau, por exemplo, indicadores recentes (2006) mostram que a M/EGF ainda é largamente utilizada: 44,5% das meninas e mulheres com idade entre 15 e 49 anos são afetadas. Após uma série de iniciativas frustradas para acabar com a M/EGF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o UNFPA fizeram uma parceria com a Tostan, uma organização não-governamental (ONG) com comprovada experiência de trabalho no Senegal, Guiné, Gâmbia, Burquina Faso e Mauritânia. A abordagem da Tostan consiste em engajar a comunidade em discussões sérias sobre direitos humanos. As pessoas também são encorajadas a falar sobre suas preocupações nessa área e a rever abordagens para a solução dos problemas. Frequentemente, esse processo de engajamento culmina numa decisão coletiva de abandonar a prática da M/EGF. A aceitação da comunidade evita as pressões sociais nas famílias e nas meninas.⁹

Sondando as Culturas

“Se as culturas são, em parte, conversações e contestações – inclusive sobre questões como a saúde e os direitos reprodutivos ... - algumas vozes ... são mais privilegiadas do que outras.”¹⁰ Em geral, as pessoas aceitam as normas culturais e, de uma forma ou de outra, se enquadram em comportamentos esperados.

Algumas das mudanças mais significativas ocorrem quando os guardiões das normas e práticas culturais passam a defender essas mudanças. No Camboja, monjas e monges budistas se destacam no esforço para combater o HIV.¹¹ No Zimbábue, líderes indígenas locais estão na vanguarda. Alguns desses mesmos líderes haviam encorajado anteriormente práticas como a poligamia, o casamento de crianças e a proibição de

contraceptivos. Agora, como um líder admitiu, “nós temos de pregar o evangelho antiaids se quisermos continuar a ter relevância para nossos seguidores”. A nova doutrina dos líderes tem influência nas comunidades e está ocasionando mudança de atitudes e práticas.¹²

É importante construir alianças com líderes proeminentes e influentes, comprometidos com os direitos humanos, com a igualdade de gênero ou com objetivos como a prevenção do HIV. Contudo, os líderes também podem fazer uso das alianças para fortalecer seu poder e autoridade; ao mesmo tempo em que trabalham por um objetivo, eles podem obstaculizar a mudança em outras áreas. Assim, as alianças devem buscar objetivos mais amplos como os direitos humanos e a igualdade de gênero. Esses princípios mais

amplos são fundamentais para estabelecer padrões de engajamento cultural.

Os padrões também devem garantir espaço para o diálogo com integrantes da comunidade, de forma que os esforços para promover mudanças não deixem de ser vistos. Na China, o UNFPA apóia os trabalhadores do setor de transportes, oferecendo instrução

sobre HIV e aids aos viajantes migrantes. Em Belize, o UNFPA trabalha com organizações comunitárias locais, como a 4H, a Fundação Cornerstone, o Corpo de Cadetes, o Movimento Belize Unida pela Defesa de Direitos e a Associação Cristã de Moças para chegar até os integrantes das comunidades, em particular as crianças nas escolas, levando mensagens importantes sobre a prevenção do HIV. O UNFPA apoia as atividades cotidianas dos barbeiros em Belize, que falam com seus clientes sobre o HIV.¹⁴

Abordagens abrangentes e sensíveis às diferenças culturais são necessárias para a prevenção do HIV. A

Ter honra é viver como é determinado por nossa religião.

Os limites da honra não devem ser ultrapassados. Ou seja, ter honra é manter-se distante dos lugares proibidos por Deus, é não tentar atravessar as fronteiras. Por exemplo, não somente a esposa, mas também a mãe, a irmã e a vizinha representam a honra de um homem.

Um homem deve ter o cuidado de proteger a honra dos outros como se estivesse protegendo a própria honra.

—Adana, homem, 30 anos, imam¹⁵



▲ Uma mulher e seu bebê em um hospital em El Alto, Bolívia. Muitas mulheres preferem dar à luz em casa – mas elas precisam de cuidados qualificados e encaminhamento a um hospital em caso de necessidade.

© Tim Weller

19 OS CUSTOS SOCIAIS E PESSOAIS DA FÍSTULA OBSTÉTRICA

A maioria dos integrantes da família confirmou que as mulheres com fistula passam por isolamento, em decorrência, principalmente, da vergonha, mas também devido ao temor do serem intimidadas ou ridicularizadas, ou devido à debilidade física que compromete a capacidade de locomoção da mulher. A minoria dos integrantes da família fez menção explícita à tristeza de viver com fistula. Por exemplo, um grupo de pais contou que sua filha sentia tristeza e solidão, e outro grupo de pais relatou que a filha sempre estava infeliz, pois ela não podia caminhar adequadamente e não podia visitar seus parentes ou amigos por sentir vergonha.

Fonte: Women's Dignity Project and EngenderHealth, 2006. "Living With Obstetric Fistula: The Devastating Impacts of the Condition and Ways of Coping." Nova York: EngenderHealth. http://www.engenderhealth.org/files/pubs/maternal-health/Obstetric_Fistula_Brief_3_Impacts_and_Coping.pdf, acessado em junho de 2008.

Healthlink Worldwide, uma ONG que trabalha com saúde e desenvolvimento em comunidades vulneráveis nos países em desenvolvimento, expôs quatro razões pelas quais as abordagens sensíveis às diferenças culturais devem ser parte de uma estratégia global de combate ao HIV e à aids:

- As abordagens culturais para o HIV e aids constituíram uma relação de confiança e engajamento com as comunidades, elevando a probabilidade de prevenção.
- As abordagens culturais para o HIV e aids estão ganhando aceitação porque interagem com os valores, crenças, tradições e estruturas sociais – as “redes de significado” – em que as pessoas vivem.
- Onde uma abordagem cultural é utilizada na comunicação referente ao HIV e aids há evidência de um impacto maior na consciência, nas atitudes e na redução dos estigmas, assim como de uma maior inclusão dos indivíduos vivendo com HIV e aids.
- A cultura pode oferecer um benefício real para a estratégia global de combate ao HIV e à aids se for reposicionada em termos de uma oportunidade para atuação e engajamento junto às comunidades, ao invés de ser considerada uma barreira à prevenção e às abordagens biomédicas.

A religião ocupa um lugar privilegiado em diversas culturas, e as pessoas aceitam de bom grado – ou pelo menos respeitam – os sistemas de crença religiosa. A religião é central para a vida de muitas pessoas e influencia as decisões e ações mais íntimas.

Os significados religiosos da reprodução e da saúde reprodutiva diferem, até mesmo dentro da mesma religião, dependendo de quem dá as interpretações. Por exemplo, algumas culturas interpretam o incentivo bíblico para ser fecundo e multiplicar-se como significando que as mulheres devem gerar tantas crianças quanto seus organismos lhes permitam. Em outras, essa determinação não impede que as pessoas ou os casais escolham o número de filhos que vão ter e o espaçamento entre eles. É difícil trabalhar com culturas sem compreender seus debates sobre religião.

Como as pessoas geralmente conferem autoridade à religião, um apelo espúrio à mesma pode ser usado para justificar práticas lesivas, até mesmo crimes. Em algumas sociedades, acredita-se que os crimes contra a “honra” sejam sancionados por preceitos religiosos.

O Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas *In-depth Study on all Forms of Violence Against Women*,¹⁶ ressalta que os crimes contra a mulher cometidos em nome da “honra” podem ocorrer no âmbito da comunidade ou no seio da família. Em algumas comunidades curdas, por exemplo: “crimes em nome da honra assumem muitas formas, incluindo ‘assassinatos em nome da honra’, casamento forçado, coerção para casamento com suposto estupro, confinamento ilícito e rigorosas restrições ao direito de ir e vir das mulheres.”¹⁷

No âmbito das sociedades onde essas práticas são comuns, as pessoas podem discordar quanto ao significado implícito do termo “honra”, mas a visão de alguns – os atores mais poderosos, pois estão preparados para fazer uso da violência a fim de reforçar seus argumentos – é a de que a honra masculina depende do controle da mulher, particularmente em relação à sexualidade. Já uma mulher pode ser desonrada em diversas situações, como quando os homens mantêm uma relação extraconjugal, dão início a uma separação ou a um divórcio, iniciam um relacionamento com uma moça solteira sem o consentimento da mesma ou

20 MATERNIDADE SEGURA E O STATUS DAS MULHERES NA SOCIEDADE

- Nas sociedades em que os homens tradicionalmente controlam as finanças familiares, as despesas com a saúde da mulher muitas vezes não são uma prioridade.
- Frequentemente as mulheres não se encontram em posição de decidir se, quando e com quem elas ficarão grávidas, ou de estipular o número de filhos que querem ter, o espaço de tempo entre eles e em que época os terão.
- Nos países com níveis semelhantes de desenvolvimento econômico, a mortalidade materna é inversamente proporcional à situação da mulher.
- Quanto mais pobre a família, maior o risco de morte e morbidade materna.
- Casamentos prematuros, a mutilação ou excisão genital feminina, muitos partos e violência assinalam a violação do direito da mulher de tomar decisões acerca do seu próprio corpo.

Fonte: UNFPA. s/d “Fatos Sobre a Maternidade Segura”. Nova York: UNFPA. <http://www.unfpa.org/mothers/facts.htm>, acessado em março de 2008.

quando tornam as mulheres vítimas de estupro ou de seqüestro. Todas essas ações podem acarretar punição violenta para a mulher, infligida pelos homens da família e, geralmente, com a conivência das outras mulheres da família.

De acordo com a CEDAW e o consenso global da CIPD, as Nações Unidas consideram os “assassinatos em nome da honra” uma clara violação dos direitos humanos desprovida de qualquer justificativa cultural. A Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 55/66 em 4 de dezembro de 2000, intitulada “Trabalhando para a Eliminação dos Crimes Contra a Mulher Cometidos em Nome da Honra”. Nessa resolução, é expressa a preocupação com a ocorrência continuada, em todas as partes do mundo, de violência contra a mulher, “incluindo os crimes come-

*A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que aproximadamente 2 milhões de meninas e mulheres tenham fístula e que haja de 50.000 a 100.000 novos casos todos os anos.*¹⁹

tidos em nome da honra, os quais assumem diversas formas”, e também manifesta sua preocupação de que “alguns desses perpetradores supõe ter alguma justificativa para cometer tais crimes”.

A referência aqui implícita é a justificativa cultural. A Resolução reconhece a importância da cultura e dos atores culturais de maneira muito específica, ao convocar todos os estados a “intensificarem os esforços para prevenir e eliminar os crimes contra as mulheres cometidos em nome da honra, os quais assumem diversas formas, mediante a adoção de legislação, medidas de caráter educacional e social, além de outras como a disseminação da informação, e *promovendo o envolvimento, dentre outros, de formadores de opinião, educadores, líderes religiosos, dirigentes, líderes tradicionais e a mídia* [com mais ênfase] nas campanhas de conscientização”. A frase em itálico cita os atores a quem o UNFPA, em particular, se refere como “agentes da mudança cultural”.

A Resolução 55/68 da Assembléia Geral, adotada em 4 de dezembro de 2000, situa os crimes em nome da “honra” num contexto mais amplo:

Reafirmando mais uma vez o chamamento pela eliminação da violência contra mulheres e meninas, especialmente todas as formas de exploração sexual comercial, assim como de exploração econômica, incluindo o tráfico de mulheres e crianças, infanticídio feminino, crimes cometidos em nome da honra, crimes passionais, crimes com motivação racial, o rapto e a venda de crianças, violência e morte relacionadas a dote, ataques com ácido e práticas tradicionais ou costumeiras lesivas, como a mutilação genital feminina e os casamentos forçados e prematuros...

Muitas das intervenções do UNFPA na esfera nacional são concebidas para mobilizar e apoiar esforços da comunidade visando corrigir quaisquer afirmações de que a religião, ou a cultura de forma mais ampla, possa legitimar tais práticas.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais são importantes para alcançar outras metas fundamentais como o ODM 5, o qual visa uma redução de 75% na

mortalidade materna entre 1990 e 2015. Apesar dos esforços prolongados para reduzir a mortalidade materna nos países em desenvolvimento, o número permanece basicamente inalterado em cerca de 536.000 por ano. Sendo que 99% dos óbitos maternos ocorrem em países em desenvolvimento, a maior parte na África Subsaariana e na Ásia Meridional. Intervenções na área de saúde com boa relação custo/benefício poderiam prevenir muitos óbitos maternos, mas a grande maioria das mulheres pobres não pode se beneficiar delas. Há dúvidas de que o ODM 5 será atingido: no mundo, a razão de mortalidade materna diminuiu menos de 1% entre 1990 e 2005, muito abaixo dos 5,5% necessários para atingir o ODM 5. Poucos países alcançaram uma redução significativa nas taxas de mortalidade materna desde 1990: China, Cuba, Egito, Jamaica, Malásia, Sirilanka, Tailândia e Tunísia.

Muitas mulheres nos países mais pobres sobrevivem à gravidez e ao parto, mas com sérias conseqüências, entre elas: fistula obstétrica, anemia, infertilidade, estrutura pélvica lesada, infecção crônica, depressão e produtividade comprometida.¹⁸

Milhões de mulheres ainda não têm o controle de suas gestações, limitando-as ou espaçando-as a contento, nem têm acesso a métodos eficazes de contracepção. Isso é resultado de sistemas de saúde ineficazes, mas também há fatores sociais e culturais. Em muitas culturas, estruturas patriarcais determinam as percepções de masculinidade e feminilidade, assim como os significados da sexualidade, reprodução e direitos. O resultado é que as necessidades e os direitos da mulher recebem pouca atenção. É importante situar a saúde da mulher em seu contexto social e cultural, e desenvolver respostas sensíveis às diferenças culturais.

O UNFPA tem uma longa tradição de dar apoio à maternidade e de fornecer suprimentos essenciais como contraceptivos e equipamentos para tratamento obstétrico emergencial. Também trabalha em nível nacional, internacional e com as comunidades para melhorar a saúde materna. Por exemplo, na Nigéria, os líderes locais estão tentando convencer os homens de suas comunidades do valor do planejamento familiar e de dar atenção às necessidades de saúde reprodutiva de



▲ A segunda melhor coisa para evitar a fístula obstétrica é a cirurgia reparadora. Rupbahar é uma das “sortudas”, vista aqui com sua mãe em um acampamento para tratamento de portadoras de fístula, em Bangladesh.

© UNFPA

suas famílias e comunidades. O Ministério da Saúde, com apoio do UNFPA, treina os líderes, que por sua vez divulgam as mensagens. “Antes do treinamento, era difícil persuadir os homens da importância dos contraceptivos”, diz Abdulai Abukayode, o *baale* (líder tradicional) de Ajengule, no estado de Ogun. “Quando eles aprenderam mais, isso mudou ... As pessoas agora querem menos filhos, pois assim podem dar atenção a eles.” A prevalência dos contraceptivos aumentou significativamente em Ogun.²⁰

De maneira similar, o UNFPA está trabalhando com parceiros na prevenção e tratamento da fístula obstétrica, bem com na reintegração, na sociedade, das meninas e mulheres afetadas. A fístula é notadamente prevalente nas regiões remotas e pobres e entre as mulheres jovens, cujos corpos não estão ainda plenamente aptos para o parto. Resulta de uma lesão extensa durante um parto no qual há obstrução e demora, deixando um orifício entre a vagina e o reto

ou entre a vagina e a bexiga. Com frequência o bebê acaba morrendo e a mãe fica com incontinência. A fístula é causa de grande vergonha: os esposos, as famílias e as comunidades podem afastar-se e forçar as mulheres afetadas a viverem isoladas. Entretanto, é possível prevenir a fístula obstétrica; não é um problema comum em áreas mais abastadas, onde as mulheres têm acesso adequado a um atendimento obstétrico de qualidade.

Na ausência de engajamento junto às comunidades em questão, a fístula obstétrica não tem recebido a devida atenção e suas vítimas têm sido negligenciadas. Uma resposta eficaz precisa de abordagens sensíveis às diferenças culturais, não apenas para estabelecer um canal de comunicação com as meninas e as mulheres sobre prevenção e tratamento, mas para reduzir o estigma e para tornar a fístula uma prioridade de política de saúde. O UNFPA está apoiando esforços para prevenir a fístula, tratar e reabilitar as meninas e

21 ENVOLVIMENTO DOS HOMENS NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

O “Programa H” incentiva normas e comportamentos de gênero equitativos entre homens jovens de comunidades de baixa renda, ajudando-os a refletir e questionar normas tradicionais de “masculinidade”. O programa, desenvolvido pelo Instituto Promundo, localizado no Rio de Janeiro, Brasil, e três outras ONGs do Brasil e do México, identificou dois fatores: modelos de conduta masculinos e grupos de pares que favorecem a equidade de gênero e reflexões sobre as consequências da violência.

A equipe do programa desenvolveu um manual de atividades sobre gênero, saúde sexual, violência e relacionamentos. O manual aborda a questão do sexismo e da homofobia, que também é direcionado contra o homem não machista e a mulher independente. Ao mesmo tempo, uma campanha de marketing social retratou comportamentos equitativos de gênero como sendo bacanas e estando na moda, utilizando o rádio, outdoors, cartões postais e dança. No Brasil, a intervenção implicou mudanças significativas nos padrões de gênero aos seis meses e aos doze meses de campanha. Homens jovens com padrões mais equitativos passaram a informar sintomas de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) com frequência de quatro a oito vezes menor, havendo melhora adicional doze meses após a intervenção.

O Programa H (o “H” se refere a homens) utiliza a pesquisa para ter uma compreensão das variações de atitudes e práticas de gênero entre os integrantes de seu público-alvo, comunicando-se por meio de mídias que apelam e agradam à cultura jovem.

Fonte: Pulerwitz, J., G. Barker e M. Segundo. 2004. “Promovendo Relacionamentos Saudáveis e a Prevenção do HIV/IST entre Jovens do Sexo Masculino: Descobertas Positivas de um Estudo de Intervenção no Brasil”. Washington, D.C.: Conselho de População/Horizons Communications Unit.

mulheres afetadas. Por exemplo, no Sudão, o UNFPA está apoiando o Hospital Saudita El Fasher, no qual meninas e mulheres se beneficiam de cirurgias reconstrutivas.²¹ Na Eritréia, o UNFPA fez uma parceria com cirurgiões da Universidade de Stanford para fortalecer a capacidade do país de tratar da fístula.²² Na República Democrática do Congo, o UNFPA trabalhou com o Ministério da Saúde para organizar uma campanha nacional, a qual incluiu tratamento.²³

Cultura, Masculinidade e Saúde Sexual e Reprodutiva

O trabalho no campo da saúde e direitos reprodutivos requer abordagens sensíveis às diferenças culturais, pois essas questões estão no âmago da cultura. Também requer um enfoque nas relações de gênero e no homem. Posteriormente à Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres na Cidade do México, em 1975, e a Década das Nações Unidas para a Mulher, de 1976 a 1985, o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994 (CIPD) desafiou os homens a desempenharem um papel incondicional na luta pela igualdade de gênero dentro do marco da saúde reprodutiva, população e desenvolvimento. A Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995, em Pequim, reafirmou o princípio da responsabilidade compartilhada e argumentou que os interesses das mulheres somente poderiam ser abordados em parceria com os homens.²⁴ Convocava os homens a apoiar as mulheres, tomando conta das crianças e se dedicando aos afazeres domésticos na mesma proporção, e também reivindicava a responsabilidade dos homens na prevenção do HIV e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

A 26ª Sessão Especial da Assembléia Geral em 2001 reconheceu a necessidade de confrontar atitudes e desigualdades de gênero referentes ao HIV e à aids mediante o envolvimento ativo dos homens e dos meninos. Sua “Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS” abordava o papel do homem e suas responsabilidades, associadas à redução da propagação e do impacto do HIV e da aids, especialmente a necessidade de engajar os homens no desafio às desigualdades de gênero que impeliam a epidemia.²⁵ Uma década após o Cairo, a 48ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher em 2004 instou governos, entidades do sistema das Nações Unidas e outras partes interessadas a, *inter alia*, estimular a participação ativa dos homens e meninos na eliminação dos estereótipos de gênero; encorajar os homens a participarem da prevenção e tratamento do HIV e da aids; implementar programas que facultassem ao homem adotar práticas sexuais seguras e

responsáveis; apoiar homens e meninos na prevenção à violência associada ao gênero; e implementar programas nas escolas para acelerar a igualdade de gênero.

O poder masculino – patriarcado – continua a existir em muitas culturas. Alguns analistas²⁶ reconhecem que o “... desafio permanente para o marco de saúde reprodutiva é como caracterizar as possíveis influências dos homens e avaliar o impacto delas na saúde das mulheres e das crianças”. Contudo, os homens também estão sujeitos à cultura, o que requer mais atenção para as experiências masculinas relativas à questão do gênero e suas desigualdades, além de sua responsabilidade pelas mesmas.

As evidências sugerem que pressões culturais em torno do gênero aumentam a vulnerabilidade dos homens às enfermidades sexuais. As construções sociais de masculinidade e sexualidade podem acentuar comportamentos de risco e reduzir a probabilidade de que os homens busquem ajuda. De acordo com levantamentos nacionais de homens com idades entre 15 e 54 anos, durante os últimos 10 anos, em 39 países, a iniciação sexual dos homens tende a ser mais precoce do que a das mulheres, e os homens têm mais parceiras sexuais, dentro e fora do casamento.²⁷ Em quase todos os países pesquisados, a maior parte dos homens com idade entre 20 a 24 anos relata ter tido iniciação sexual antes de ter completado 20 anos. Embora isso varie significativamente com a região, em alguns países, até 35% relatam iniciação sexual antes de completar 15 anos. Esses dados, contudo, não incluíram todos os grupos em todas as regiões, deixando de fora países industrializados e grupos-chave como não casados, homens encarcerados, militares, migrantes ou refugiados, muitos dos quais são sexualmente ativos. Muitas culturas vêem a variedade de parcerias sexuais como essencial para a natureza masculina, de forma que os homens vão, inevitavelmente, buscar múltiplas parceiras para sua liberação sexual.²⁸ Estudos globais sobre o comportamento sexual indicam que os homens heterossexuais, tanto os casados como os solteiros, assim como os homens homossexuais e bissexuais, relatam taxas de troca de parceiros mais elevadas do que as mulheres.²⁹

Tem havido crescente interesse na compreensão desse comportamento em termos de gênero. Na busca de abordagens comuns, algumas linhas de pesquisa sugerem que as noções tradicionais de masculinidade estão fortemente associadas a uma ampla gama de comportamentos de risco e que “... expectativas e normas culturais e da sociedade criam um ambiente no qual o risco é aceitável e até encorajado para homens ‘de verdade’”.³⁰ Um projeto de análise qualitativa em nove países da América Latina descobriu que homens jovens com idade entre 10 e 24 anos tinham uma preocupação muito maior de alcançar e preservar sua masculinidade do que de cuidar de sua saúde.³¹

Pressões culturais em torno da masculinidade que alimentam a necessidade dos homens de provar seu desempenho sexual podem encorajar a busca de múltiplas parcerias e a manifestação de comportamento autoritário com relação às mulheres. Isso pode levar, por exemplo, alguns homens a forçar uma relação sexual com uma mulher que não o deseja, sendo isso o resultado de uma aparente necessidade de auto-afirmação.³² Como um homem jovem notou, “se uma mulher não chorar durante o ato sexual, você não terá provado sua masculinidade”. Pressões em torno da questão da masculinidade, atreladas à repressão sexual, resultam em taxas crescentes de estupro e outras formas de violência contra a mulher. Os resultados podem prejudicar não apenas a saúde da mulher, mas sua aceitação social. As mulheres estupradas podem até ser encorajadas a casar com o estuprador para evitar o escândalo de terem sido “defloradas”. Mulheres casadas que denunciam terem sido vítimas de estupro são, às vezes, condenadas à prisão por adultério.

Muitas culturas associam a masculinidade a um senso de invulnerabilidade e condicionam os homens a serem auto-suficientes, a não demonstrar suas emoções e a não buscar ajuda em caso de necessidade.³³ Dados oriundos da África do Sul indicam que os homens utilizam os serviços de aconselhamento e terapia voluntária (ATV) com frequência muito menor do que as mulheres. Os homens constituem apenas 21% de todas as pessoas que se submetem a ATV³⁴ e compõem apenas 30% das pessoas que estão em tratamento.³⁵ Os homens levam mais tempo, em relação às

mulheres, para iniciar a terapia anti-retroviral (TARV) durante a progressão da doença, o que resulta num comprometimento maior do sistema imunológico e num custo maior para o sistema público de saúde.³⁶ Essas discrepâncias parecem refletir mais a crença dos homens de que procurar os serviços de saúde é um sinal de fraqueza e menos a ocorrência de taxas de infecção mais elevadas entre as mulheres.³⁷

Pressões culturais em torno da questão da masculinidade também podem originar ansiedade entre os homens com relação a sua sexualidade. Os homens mencionam preocupações com o desempenho sexual com mais frequência do que com ISTs ou HIV. Isso pode ser particularmente verdadeiro no caso dos homens mais jovens, que são desencorajados pelas famílias, professores e outras pessoas quando querem falar de seus corpos e sobre questões como mudanças durante a puberdade.³⁸ É bem provável que os rapazes saibam mais sobre o corpo das meninas do que sobre o deles. A ignorância durante a infância pode levar os meninos a terem dificuldades para falar e aprender sobre sua sexualidade durante toda a vida.

Pressões culturais, expectativas, ignorância e ansiedade encorajam comportamentos de risco e expõem não apenas os meninos e os homens, mas também seus parceiros sexuais, a uma saúde sexual e reprodutiva precária. Contudo, muitos homens não consideram seu comportamento como sendo de risco; eles podem ter uma percepção da própria sexualidade como sendo um impulso natural e do sexo como sendo uma necessidade biológica, o que atenua o senso de risco.

Também é importante contextualizar em termos sociais e econômicos as noções de risco. Por exemplo, a cidade de São Paulo tem a prevalência mais elevada de infecção por HIV do Brasil, mas é provável que os homens jovens de comunidades de baixa renda tenham menos medo da aids do que de acidentes, da violência ou das drogas.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais devem identificar os contextos nos quais os homens e os meninos atuam. Explicações convencionais suge-

rem que os homens jovens obtêm suas noções referentes a prerrogativas sexuais a partir de relações de gênero desiguais que privilegiam os homens em detrimento das mulheres, ou seja, o poder masculino torna a violência de gênero normal. As abordagens sensíveis às diferenças culturais transcendem essa explicação e investigam a relação entre o contexto político-social e as normas culturais resultantes, além das condições sob as quais tanto homens como mulheres lhes fazem oposição. Por exemplo, é possível vincular a violência sexual dos homens jovens na África do Sul com a coerção política do sistema de *apartheid*. Da mesma forma, um trabalho sobre padrões de gênero com jovens de baixa renda do Rio de Janeiro deveria identificar a violência e o trauma que muitos deles experimentam, à medida que crescem, e que estão relacionados ao racismo, à desigualdade econômica e à violência do Estado. O Brasil tem uma das mais altas taxas de homicídio no mundo e esses índices são mais de 12 vezes superiores entre os homens do que entre as mulheres. Os homens de ascendência africana têm índices de homicídio 73% superiores aos dos homens de ascendência europeia. As abordagens sensíveis às diferenças culturais evitam a tendência de separar o cultural do político e, de forma diferente, consideram o modo como esses fatores interagem. Isso permite dar uma resposta muito mais eficaz às diferentes necessidades dos homens em diferentes contextos.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais reconhecem que generalizações sobre meninos e meninas, homens e mulheres, grupos e comunidades mascaram diferenças importantes. As abordagens sensíveis às diferenças culturais têm interesse nessas diferenças, nas variadas soluções que indivíduos e comunidades desenvolvem. Abordagens sensíveis às diferenças culturais para questões como a infertilidade, fecundidade e a saúde materna fazem uma apreciação de por que as pessoas tomam certas decisões no âmbito de seu contexto cultural e social; que respostas já estão em campo; quais os tipos de alianças disponíveis; que tipos de intervenções são apropriadas; que tipo de

estratégia de comunicação tem o máximo impacto e como permitir que esse conhecimento seja utilizado para fundamentar a programação, ao invés de impor soluções pré-concebidas.

5

Negociação Cultural: Pobreza, Desigualdade e População

O desenvolvimento sustentável reduz a pobreza e a desigualdade e promove a inclusão socioeconômica para todos os grupos. A distribuição desigual dos produtos do crescimento econômico aumenta tanto a extensão como a profundidade da pobreza. A pobreza e a desigualdade limitam o acesso aos recursos e às oportunidades. Dentro dessa realidade, componentes culturais como as relações familiares, os padrões de atividade humana, estratégias de abordagem e comportamentos prescritos e não sancionados são elementos importantes e consistentes. Um sistema de saúde deficiente e baixos níveis de educação dificultam a tarefa de converter renda adicional em melhoria do bem-estar, impedindo que as pessoas estabeleçam ou alcancem metas pessoais.¹

Cerca de 750 milhões de pessoas enfrentam discriminação socioeconômica ou estão em condições desfavoráveis devido às suas identidades culturais.² As políticas podem excluí-las deliberadamente ou então, limitando seu acesso a serviços e recursos, podem expô-las a uma vida de pobreza. As minorias sujeitas à discriminação e a condições desfavoráveis têm maior probabilidade de serem pobres. A saúde dos pobres não é tão boa como a dos mais abastados, eles utilizam menos os serviços de saúde, têm menor probabilidade de evitar práticas insalubres ou de adotar aquelas que são saudáveis e estão em desvantagem em outras áreas que determinam o estado de saúde.³ As expectativas de vida são menores e a morbidade e mortalidade maternas são elevadas. As mulheres pobres, em particular, estão presas a aspectos da tradição e da cultura que são prejudiciais ao seu bem-estar.

Análises recentes enfatizam que as relações de desigualdade dão sustentação às estruturas e aos processos que mantêm as pessoas na pobreza. A análise econômica e política deve se situar dentro de contextos culturais, examinando não apenas os tipos de escolhas, mas as condições locais e as dinâmicas externas dentro das quais elas são feitas. Isso é um requisito para substanciar e aprimorar a assessoria em política resultante.

◀ *Uma empresa familiar em Catmandu, Nepal. Em muitas culturas, a lavagem de roupa alheia é um trabalho tipicamente realizado por pessoas pobres.*

© Peter Bruyneel

Contextos Culturais de Questões Populacionais, Pobreza e Desigualdade

A fecundidade elevada amplia a pobreza ao retardar o crescimento econômico e desviar a distribuição do consumo dos mais pobres. A redução da fecundidade – reduzindo a mortalidade, incrementando a educação e melhorando o acesso aos serviços, especialmente de saúde reprodutiva e planejamento familiar – contrapõe-se a esses efeitos.⁴ O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) é a base para alcançar os objetivos de população e desenvolvimento dentro do quadro dos direitos humanos e da igualdade de gênero. As metas incluem o acesso universal de assistência à saúde reprodutiva, a educação universal, o empoderamento da mulher e a igualdade de gênero como fatores decisivos necessários para promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza. Essas metas foram incorporadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Condições de pobreza e desigualdade, inclusive os direitos desiguais das mulheres ao patrimônio da família e à tomada de decisão; o ônus de ter de prover cuidados que o HIV e a aids impõem às mulheres; a exposição de meninas e mulheres à violência associada ao gênero (incluindo mulheres que são refugiadas ou vítimas do tráfico de pessoas) dificultam a promoção dos direitos e da saúde reprodutiva.

Questões relativas à população nas esferas da comunidade, da família e do indivíduo equivalem a decisões sobre o número de filhos que se quer ter e quando tê-los; as decisões sobre assistência médica e comportamento relacionado à saúde; o investimento feito nas crianças (frequentemente em função do gênero da criança e da perspectiva de renda futura para a família) e as decisões sobre se e quando mudar em busca de uma vida melhor. Todas essas decisões são tomadas no âmbito de contextos culturais específicos.

Questões sobre Cultura e Fecundidade

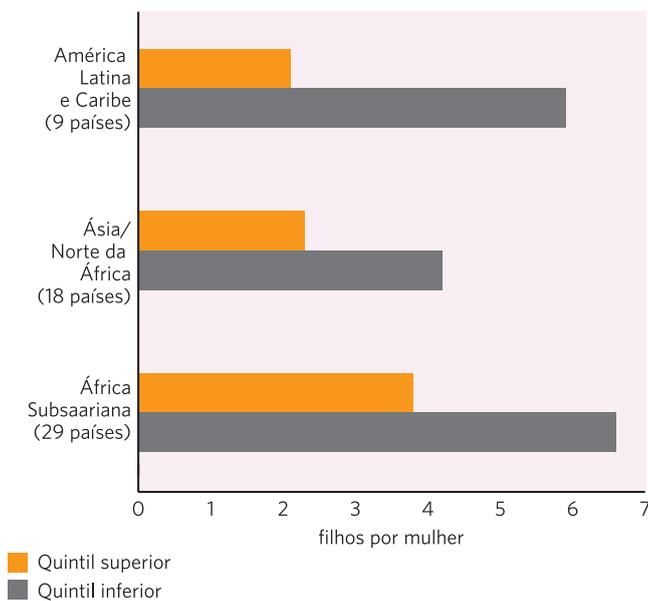
Uma das decisões mais fundamentais que um casal pode tomar diz respeito a quando, quantos e se devem ou não ter filhos. No passado, a rigidez das restrições da sociedade e da cultura moldava o comportamento reprodutivo. A mortalidade antes dos cinco anos era

alta e uma fecundidade muito elevada era necessária para a própria sobrevivência da sociedade. Essa necessidade se fossilizou em normas comportamentais rígidas que favoreciam um número grande de nascimentos e pequenos intervalos entre eles. Isso continua a ser verdadeiro em situações onde a assistência médica é precária, o custo de criar os filhos é relativamente baixo e estável, o trabalho infantil é um recurso econômico importante para a família e não há oportunidades econômicas além da agricultura de subsistência. Nessas condições, as famílias chegam à conclusão de que as crianças podem contribuir para o bem-estar da família por meio do trabalho infantil, trabalho na lavoura, trabalho doméstico e sustentando os pais na velhice. Quando a mortalidade abaixo dos cinco anos é elevada, a alta fecundidade aumenta a probabilidade de que o número de crianças desejado sobreviva.

O desenvolvimento redefine o valor das crianças. Mais crianças sobrevivem e o trabalho infantil não é mais uma fonte importante de renda para a família; pelo contrário, os pais querem investir em sua saúde e

Figura 2: Diferenças de fecundidade entre ricos e pobres

Número médio de filhos por região e quintis de riqueza das famílias



Fonte: Gwatkin, D.; Rutstein, S.; Johnson, K.; Suliman, E.; Wagstaff, A. e Amouzou, A. 2007. *Socio-Economic Differences in Health, Nutrition and Population Within Developing Countries: An Overview. Country Reports on HNP and Poverty*. Washington, D.C.: Banco Mundial.

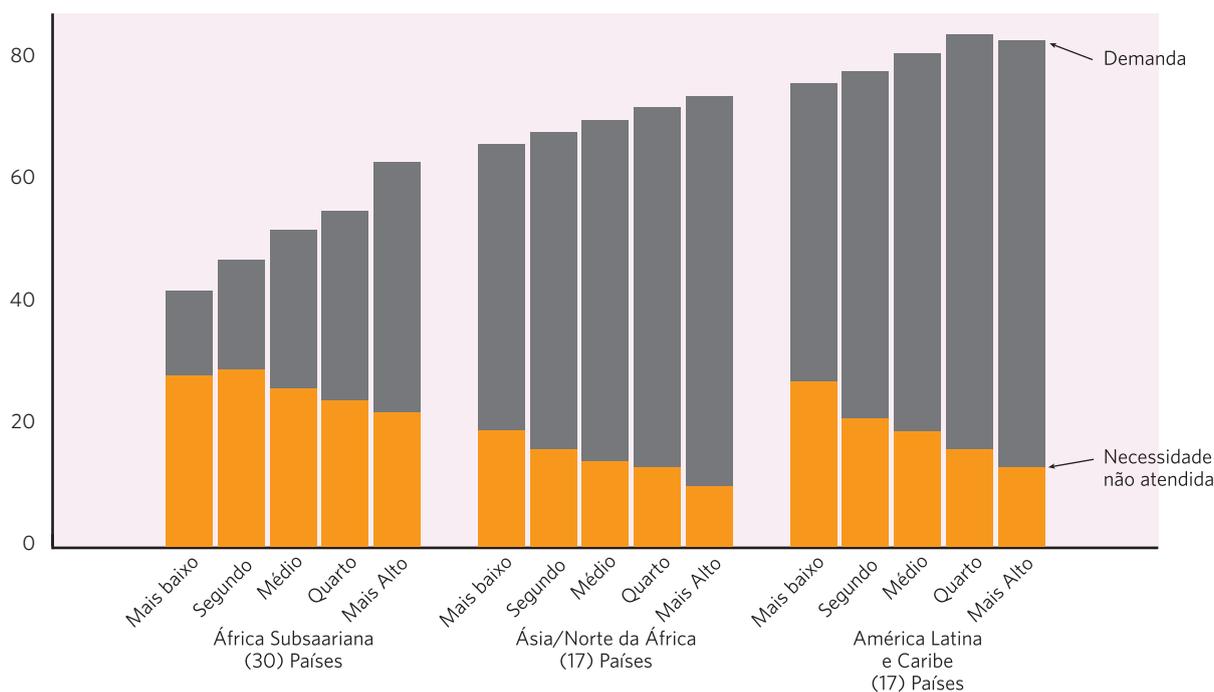
educação. Há uma adaptação das normas culturais quando ocorre exposição crescente à informação e aos serviços de saúde reprodutiva.

Em todo o mundo, o número médio de filhos que uma mulher tem é 2,6; o número nos países desenvolvidos é 1,6 e nos países em desenvolvimento é 2,8. Os quintis de renda nos países também refletem diferenças de fecundidade. Em cada um dos 48 países onde esses dados foram coletados, as mulheres nos quintis de menor renda tiveram, de forma consistente, maior fecundidade do que aquelas nos quintis de maior renda (Figura 2). Na África Subsaariana, na América Latina e no Caribe, as mulheres mais pobres tiveram pelo menos dois filhos a mais do que as mulheres nos quintis de renda mais elevada. Da mesma forma, é menos provável que as mulheres nos quintis de menor renda estejam utilizando qualquer método de contracepção, embora elas declarem que não querem ter mais filhos ou que não desejam outro num futuro próximo (Figura 3).

Em todas as regiões do mundo em desenvolvimento, a proporção de mulheres em idade reprodutiva que

dizem não querer ter outro filho (ou não querer no futuro próximo) é mais elevada entre aquelas dos quintis mais ricos do que entre aquelas dos quintis inferiores. A diferença é notadamente acentuada na África. Entre as mulheres dos quintis mais ricos, a proporção daquelas que não utilizam qualquer método de contracepção é mais baixa do que a proporção correspondente entre as mulheres mais pobres. Em outras palavras, frequentemente há menor demanda pela contracepção entre as mulheres mais pobres – elas estão mais propensas a desejar mais filhos. Quando essa demanda existe, uma proporção maior das mulheres pobres tem essa necessidade não atendida, pois é menos provável que elas tenham acesso à contracepção. À medida que as famílias menores se tornam a norma, uma maior parcela das diferenças de fecundidade observadas entre os ricos e os pobres resulta de diferenças no acesso e no uso da contracepção. Entre os ricos dos países pobres há maior demanda e maior capacidade de satisfazê-la. Os pobres desejam famílias mais numerosas, em parte devido a normas culturais residuais e em parte porque suas circunstâncias se

Figura 3: Nível médio das necessidades não atendidas e demanda total de planejamento familiar, por região e por quintis de riqueza das famílias



Fonte: Westoff, Charles F. (2006). *Novas Estimativas de Necessidades Não Atendidas e a Demanda pelo Planejamento Familiar*. Relatórios Comparativos dos Levantamentos Demográficos e de Saúde Nº 14. Calverton, Maryland, USA. Macro International Inc.

Nota: Médias não ponderadas com base no levantamento mais recente disponível para cada país.

modificaram menos. Eles não captam os sinais referentes às mudanças nos níveis de mortalidade e os retornos dos investimentos em educação que estão disponíveis para seus compatriotas mais abastados.⁵

Há muitas razões pelas quais as mulheres dizem não querer ter mais filhos e ainda assim não utilizam a contracepção. Pode ser que elas não tenham conhecimento de planejamento familiar ou acesso ao mesmo; mas uma maior exposição à informação e o acesso aos serviços de planejamento familiar não eliminam, por si sós, necessidades não atendidas. No entanto, quando as barreiras culturais foram levadas em conta, os programas de promoção do planejamento familiar tiveram mais sucesso. Um exemplo é o rápido aumento na utilização de contraceptivos entre os casais na República Islâmica do Irã e a decorrente queda nos índices de

fecundidade naquele país. Em 1989, o programa nacional de planejamento familiar obteve o apoio de importantes líderes religiosos que, em seus sermões semanais, defenderam a idéia de famílias menores como uma questão de responsabilidade social.⁶

Embora haja uma tendência de que as mulheres mais pobres tenham suas necessidades de planejamento familiar atendidas em menor escala, há casos em que a utilização de contraceptivos aumentou na ausência de desenvolvimento econômico. Em Bangladesh, por exemplo, o compromisso do governo e o trabalho intensivo de organizações não-governamentais para garantir apoio local e comunitário levaram a um aumento na utilização de contraceptivos por mulheres de baixa renda e analfabetas.⁷

Mulheres com algum acesso à informação, mas com pouco dinheiro, por exemplo, em certas áreas

Tabela 1: Estimativas de TMM, número de mortes maternas, risco durante a vida e faixa de incerteza por regiões dos ODMs das Nações Unidas, 2005

Região	TMM (mortalidade materna por 100.000)*	Números de mortes maternas*	Risco de morte materna durante a vida*: 1 em:	Faixa de incerteza das estimativas de TMM	
				Estimativa menor	Estimativa maior
TOTAL MUNDIAL	400	536.000	92	220	650
Regiões desenvolvidas**	9	960	7.300	8	17
Comunidade dos Estados Independentes (CEI) ***	51	1.800	1.200	28	140
Regiões desenvolvidas	450	533.000	75	240	730
África	820	276.000	26	410	1.400
África Setentrional****	160	5.700	210	85	290
África Subsaariana	900	270.000	22	450	1.500
Ásia	330	241.000	120	190	520
Ásia Oriental	50	9.200	1.200	31	80
Ásia Meridional	490	188.000	61	290	750
Ásia Centro-Meridional	300	35.000	130	160	550
Ásia Ocidental	160	8.300	170	62	340
América Latina e Caribe	130	15.000	290	81	230
Oceania	430	890	62	120	1.200

Source: OMS, UNICEF, UNFPA e Banco Mundial. 2007. Mortalidade Materna em 2005. Genebra: OMS.

* A TMM e o risco durante a vida foram arredondados de acordo com o seguinte esquema: < 100, sem arredondamento; 100-999, arredondamento para a próxima dezena; e >1.000, arredondamento para a próxima centena. Os números de mortes maternas foram arredondados como se segue: < 1.000, arredondados para a próxima dezena; 1.000-9.999, arredondados para a próxima centena; e >10.000, arredondados para o próximo milhar.

** Inclui a Albânia, Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Canadá, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia e Montenegro (Sérvia e Montenegro tornaram-se entidades independentes em 2006), Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Antiga República Iugoslava da Macedônia, Reino Unido e Estados Unidos da América.

*** Os países da Comunidade dos Estados Independentes são Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, a República da Moldávia, a Federação Russa e a Ucrânia.

**** Exclui o Sudão, que está incluído na África Subsaariana.

urbanas carentes, podem tomar decisões que elas acreditam serem adequadas para suas circunstâncias, mas que podem parecer irracionais e prejudiciais à saúde. Taxas de contracepção cirúrgica, especialmente entre os mais pobres, são muito elevadas. Por exemplo, trabalhos de campo etnográficos revelaram que esses índices entre mulheres de baixa renda em áreas urbanas do Brasil são muito elevados. Aparentemente essa é uma estratégia para lidar com a pobreza crescente mais do que de regulação da fecundidade propriamente dita; além da pílula, a contracepção cirúrgica é o único método disponível. Mulheres com melhores condições econômicas, por outro lado, têm acesso a uma variedade de métodos por meio de clínicas privadas.⁸

Pobreza e Prestação de Serviços de Saúde

Os taxas de mortalidade materna (TMM) espelham as enormes discrepâncias entre aqueles que têm e aqueles que não têm recursos, tanto dentro da sociedade como entre países:

- Mulheres pobres estão muito mais propensas a morrer em decorrência da gestação ou do parto.
- Pessoas e famílias pobres têm menos dinheiro e em

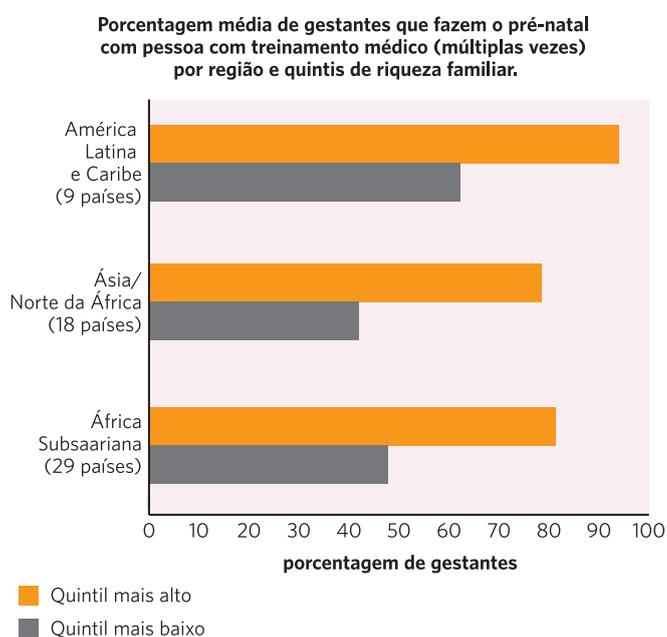
geral moram mais afastados dos centros de atendimento médico.

- O combate à mortalidade materna e às deficiências reduzirá a pobreza.
- O investimento em saúde materna melhora a prestação dos serviços de saúde de maneira geral. Os indicadores de saúde materna são utilizados para aferir o desempenho do sistema de saúde em termos de acesso, equidade de gênero e eficiência institucional.⁹

Cultura e Questões relacionadas à Saúde Reprodutiva

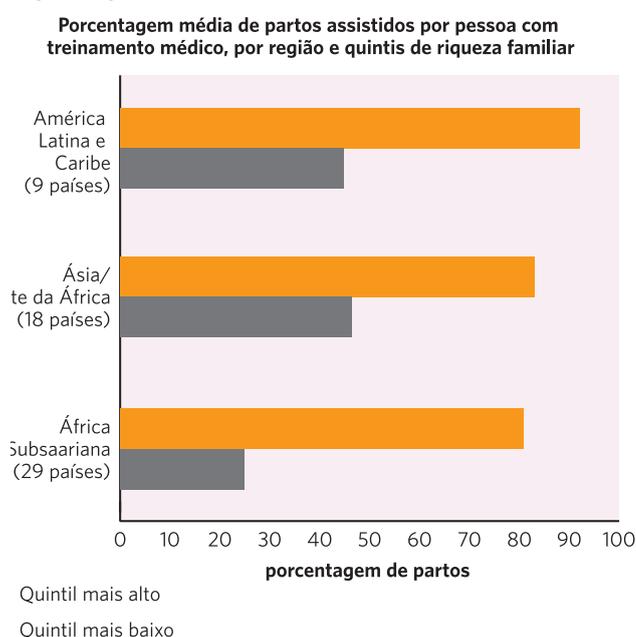
Em outubro de 2007, a 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou uma nova meta para o acesso universal à saúde reprodutiva (após recomendação da Cúpula Mundial de 2005). Os indicadores para aferir o progresso em direção à meta incluem fornecer acesso ao planejamento familiar para reduzir gestações não planejadas e para otimizar o intervalo entre aquelas programadas; abordar a gravidez entre os adolescentes; e providenciar assistência pré-natal de forma a lidar com riscos de saúde para as mães e crianças. Os problemas de saúde reprodutiva conti-

Figura 4: Disponibilidade de atendimento pré-natal



Fonte: Gwatkin, D. e outros. 2007. *Diferenças socioeconômicas em riqueza, nutrição e população dos países em desenvolvimento*, Washington, D.C.: Banco Mundial.

Figura 5: Nascimentos acompanhados por assistentes de parto qualificados



Fonte: OMS. 2007. "Proporção de Partos Acompanhados por Assistentes de Parto Qualificados—2007 Atualizações", *Brochura OMS*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

22 RESIDIR NO LOCAL É DETERMINANTE NA EFICÁCIA DAS ENFERMEIRAS/PARTEIRAS ASSISTENTES

Pesquisas feitas pelo *Action Research and Training for Health* (ARTH) na região rural do Rajastão na Índia revelaram uma correlação entre o local de residência das enfermeiras/parteiras assistentes (EPAs) e sua eficácia. A maior parte (62%) das EPAs não residia nos vilarejos onde elas trabalhavam por causa de condições de vida precárias, ameaças à sua segurança pessoal e outros fatores. Havia pouca demanda pelos seus serviços. O estudo concluiu que a melhoria das condições de vida e trabalho das EPAs e seu empoderamento dentro do sistema são essenciais para que haja uma melhor assistência de saúde materna e infantil. Atender às necessidades dos prestadores de serviços de saúde que estão na linha de frente como as EPAs garante boa comunicação e confiança, que por sua vez determinam a qualidade do atendimento. Isso também garante sua participação de longo prazo e a sustentabilidade do programa.

Fonte: Action Research and Training for Health (ARTH). 2003. *Nurse Midwives for Maternal Health*. <http://www.arth.in/publications.html>, acessado em junho de 2008.

nuam a ser a principal causa de saúde debilitada e morte para as mulheres em idade reprodutiva em todo o mundo. As iniciativas de saúde reprodutiva são impactantes ao tornarem a maternidade mais segura (1) melhorando o acesso ao planejamento familiar a fim de reduzir o número de gestações não programadas e estabelecer os intervalos desejados entre aquelas que forem planejadas; (2) prover atendimento qualificado para todos os partos; e (3) oferecer atendimento obstétrico oportuno para todas as mulheres que tenham complicações durante o parto.

MATERNIDADE SEGURA

Atendimento qualificado para todos os partos, associado a um conjunto de intervenções antes, durante e após a gravidez, é uma das chaves para a saúde materna. Assistentes de parto qualificados são profissionais de saúde credenciados – médicos, enfermeiras e parteiras – e que têm qualificação para

conduzir uma gestação normal (sem complicações), o parto e o período pós-natal imediato; identificar e lidar com complicações nas mulheres e nos recém-nascidos; e fazer encaminhamentos para atendimento emergencial e obstétrico adequado.¹⁰ Essa definição exclui assistentes tradicionais ao parto, treinadas ou não. O atendimento pré-natal e o parto feito por uma pessoa capacitada estão mais acessíveis e disponíveis para aqueles que têm dinheiro. Na África, apenas 46,5% das mulheres contam com pessoas capacitadas para atender um parto, na Ásia são 65,4% e na América Latina e no Caribe, 88,5%." Dados de 48 países em desenvolvimento indicam que a proporção de mulheres que recebem atendimento pré-natal e a proporção daquelas que dão à luz com a assistência de um assistente de parto qualificado foram expressivamente mais eleva-

23 GUATEMALA: ESTABELECENDO E AMPLIANDO PONTOS DE CONVERGÊNCIA

A Lei de Desenvolvimento Social de 2001 tornou-se uma realidade graças ao amplo apoio político recebido para a redução de uma das razões de mortalidade materna mais elevadas da América Latina – 270 mortes por 100.000 nascidos vivos. A lei adota políticas específicas nas áreas de população, saúde reprodutiva, planejamento familiar e educação sexual.

O Governo e os vários atores envolvidos desenvolveram antecipadamente uma elaborada estratégia de promoção e defesa de direitos, incluindo parceiros tradicionais, potenciais aliados na igreja católica e na evangélica e líderes empresariais. Houve amplo consenso sobre a necessidade de reduzir a mortalidade materna e a infantil, e isso se tornou o ponto de partida para as negociações e a peça central da nova lei.

Parcerias estratégicas ajudaram a angariar apoios e a reduzir a influência de grupos contrários. Artigos sobre população e saúde reprodutiva foram publicados em jornais e revistas e debates foram veiculados pela televisão e pelo rádio. O UNFPA articulou o processo, apoiando instituições governamentais e organizações da sociedade civil que assumiram a autoria e responsabilidade pela nova lei.

Fonte: UNFPA. 2004. *A Cultura Importa: Trabalhando com Comunidades e Organizações Baseadas na Fé: Estudos de Caso de Programas de Países*. Nova York: UNFPA.



▲ Lavagem de roupas em Madagascar. Sem água canalizada, as pessoas carentes não têm outra opção que não seja o uso da mesma fonte para todas as suas necessidades de água – para beber, para lavar e para eliminar esgotos.

© Paula Bronstein

das entre os quintis de renda superior do que nos quintis inferiores (Figuras 4 e 5). Na África Subsaariana, na Ásia Meridional e no Sudeste da Ásia, a proporção de mulheres que dão à luz com o auxílio de um assistente de parto qualificado é mais de duas vezes maior entre aquelas com recursos do que entre as mais pobres.

A maior parte das mulheres que recorre a assistentes tradicionais não tem acesso a assistentes de parto qualificados, mas muitas escolhem as assistentes tradicionais porque seu apoio vai além de ajudar no trabalho de parto. Elas prestam uma variedade de serviços que vão desde cuidados físicos até aconselhamento sobre contracepção, transtornos reprodutivos e curas, antes e após o parto. Elas têm laços sociais e emocionais estreitos com suas clientes e são escolhidas em função do cuidado e da bondade que demonstram, além da competência durante a parturição. Essas considerações deveriam ser levadas em conta durante a capacitação dos assistentes de parto qualificados. Por exemplo,

enfermeiras/parteiros assistentes que não moravam nas comunidades a que serviam tinham pouca demanda por seus serviços.

Obter a confiança das mulheres nos lares da área rural foi a razão principal pela qual o Governo da Etiópia iniciou um plano para capacitar 2.800 mulheres para que se tornem trabalhadoras de extensão em saúde rural. O plano, iniciado em 2003, é “destinado a melhorar o padrão de saúde das famílias, com sua plena participação, utilizando tecnologia local e a capacidade e sabedoria da comunidade”.²² O apoio e encaminhamento a um atendimento obstétrico emergencial eficaz pode gerar uma redução ainda mais veloz na mortalidade materna.

Contemplar as inquietações daqueles que se opõem à prestação de serviços e de informação requer sensibilidade ao negociar e *advocacy*. Conhecer a oposição e compreender seus pontos de vista pode ser a chave do sucesso nas negociações sobre questões delicadas como as necessidades de serviços e

24 COMUNIDADES LUTAM CONTRA A AIDS

O *HIV and AIDS Regional Programme in the Arab States* (Programa Regional de HIV e Aids nos Estados Árabes) - HARPAS - patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem trabalhando, desde sua fundação em 2002, pela “quebra do silêncio” em torno do HIV e da aids. O HARPAS tem compromisso com a criação de condições sociais que encorajem a liderança transformacional necessária para manter as taxas de prevalência baixas na região e prevenir o alastramento da doença. Essa questão é particularmente inquietante em contextos onde a cultura impõe um forte tabu sobre qualquer discussão em torno de assuntos relacionados ao sexo. O HARPAS identificou e congregou agentes de mudança econômicos, socioculturais e políticos - líderes religiosos, empresários, ONGs de mulheres, legisladores e a mídia, entre outros - nas primeiras redes de HIV e aids da região árabe. A filosofia do HARPAS é de que uma resposta vitoriosa ao HIV e à aids precisa de envolvimento verdadeiro de toda a comunidade, no qual uns complementam os outros como uma força integrada. Os líderes religiosos constituem uma influência essencial na comunidade árabe, cujo impacto não pode ser negligenciado. “Eles têm legitimidade uma presença permanente e, ainda mais do que isso, ajudam a moldar os valores e as normas sociais das pessoas e estão bem colocados para influenciar as atitudes públicas e as políticas nacionais relacionadas ao HIV e à aids.”

Fonte: PNUD e HARPAS. Em preparação. *AIDS in the Arab Cultures*. <http://hapras.org/products.asp>, acessado em junho de 2008.

informações para adolescentes e a tomada de decisão com relação à fecundidade. O desenvolvimento de uma estratégia específica de defesa de causa para cada uma das partes interessadas é, em geral, a forma mais efetiva de alcançar o consenso. Por exemplo, na Guatemala, a *advocacy*, as consultas e o envolvimento do maior número possível de atores garantiram a promulgação da Lei de Desenvolvimento Social em 2001.

No Irã, uma iniciativa conhecida como o “Projeto das Mulheres” está mobilizando apoio em prol de serviços de saúde reprodutiva de qualidade e da promoção dos direitos da mulher fornecendo evidências baseadas em pesquisas, organizando campanhas de sensibilização social e envolvendo

comunidades de base. Promove a capacitação de instituições e organizações que trabalham na área social e apóia atividades para empoderar a mulher, inclusive com programas de geração de renda. Incentivados por um ambiente com maior abertura, líderes religiosos, comunitários e parlamentares estão agora debatendo legislação de proteção e outras medidas.

HIV E AIDS

O HIV e a aids ilustram a influência das desigualdades econômicas no alastramento das doenças infecciosas. O HIV e a aids transpassam classes, mas as pessoas que vivem em condições de pobreza estão mais vulneráveis às infecções, incluindo o HIV, e têm menor chance de serem tratadas. Perdas de renda e custos médicos podem levar as famílias a uma nova espiral de pobreza. Cuidar de pessoas vivendo com HIV e aids aumenta o ônus da carga de trabalho não remunerada das mulheres e reduz suas opções de auferir renda. Podem sentir-se impelidas a exercer ocupações de alto risco como aquelas da indústria do sexo. Cuidar de um número crescente de órfãos impõe um ônus adicional aos idosos e aos irmãos mais velhos. Isso mantém as crianças, em especial as meninas, fora da escola, ampliando a transmissão da pobreza entre gerações e reduzindo o crescimento econômico potencial.

Não existe cura para a aids, nem na atualidade nem no horizonte imediato; a prevenção continua sendo essencial no esforço de conter a epidemia. Esforços de prevenção estão se consolidando em vários países. A tendência declinante exibida pelo número de novas infecções por HIV na Costa do Marfim, Quênia, Zimbábue, Camboja, Mianmar e Tailândia pode ser o resultado de um incremento proporcional na prevenção.¹³ Líderes tradicionais, indígenas e os mais velhos das tribos podem, assim como as organizações baseadas na fé, ser um recurso importante no esforço para eliminar a propagação do HIV, ao contrapor-se ao estigma e ao ajudar aqueles afetados e infectados a lidar com as adversidades econômicas e sociais.



▲ Hajira, oito anos de idade, na porta de uma oficina de reciclagem de baterias em Bangladesh. Ela trabalha com a mãe e também cuida das crianças mais novas.

© Shehzad Noorani/Getty Images

Migração, Imigrantes e Diversidade Cultural

MIGRAÇÃO, CULTURAS E ESCOLHA

Em 2005, os migrantes internacionais totalizaram 191 milhões, dos quais quase a metade era composta de mulheres.¹⁴ A migração tem sido uma experiência ambivalente para as comunidades e países de origem e de destino, assim como para os próprios migrantes. Estes últimos tendem a preencher as lacunas econômicas deixadas pela força de trabalho local, e os migrantes sem qualificações ou habilidades podem acabar em trabalhos mal remunerados, desagradáveis e frequentemente perigosos. Por outro lado, muitos migrantes e suas respectivas famílias têm encontrado

oportunidades de remuneração, investimento, educação e experiência profissional. Remessas enviadas às famílias têm ajudado a reduzir os níveis de pobreza e contribuído para o crescimento econômico. Os números alcançaram, pelo menos, US\$ 251 bilhões anuais.¹⁵ Conforme um estudo, a elevação de um ponto percentual na participação das remessas no PIB de um país leva a um declínio de 0,4% na pobreza.¹⁶

As remessas são muito mais do que um fenômeno econômico, elas demonstram como as culturas – entendimentos e respostas compartilhadas referentes às responsabilidades e obrigações familiares e coletivas – podem proporcionar segurança econômica às famílias.

Ao longo do tempo, a migração estimula as mudanças culturais, à medida que alguns migrantes alargam suas identidades, dão importância menor a alguns dos sistemas de crenças e normas existentes em suas comunidades anteriores e talvez comecem a contestar alguns. Os migrantes transmitem as mudanças ao entrar em contato com o exterior e ao retornar para casa com novas formas de pensar e perceber a realidade. Pessoas podem ter influência – estrelas do rock e jogadores de futebol, dissidentes políticos e empreendedores bem sucedidos podem transmitir mensagens culturais poderosas. A migração também estimula as mudanças culturais nos países de destino, na medida em que as pessoas assimilam novas idéias e abordagens de outros países. Por meio de rotas como essas, as culturas passam a abarcar abordagens diferentes para os problemas, incluindo direitos humanos e igualdade de gênero. Isso depende muito do caráter desses contextos mais amplos e da experiência de cada migrante nas sociedades que os acolhem e em seus países de origem.

Alguns migrantes enriquecem sua visão de mundo pela exposição a diferentes culturas; outros podem ficar absorvidos pela discriminação e hostilidade que enfrentam. As percepções econômicas, como a pobreza ou a riqueza dos migrantes, a competição pelos postos de trabalho com a população local ou a dependência econômica, podem elevar as barreiras sociais e aprofundar a falta de entendimento. As populações dos países de destino às vezes consideram os migrantes

responsáveis por uma série de mazelas econômicas e sociais, seja a pobreza na África do Sul ou a fragmentação social na Itália.

As políticas de migração dos países de destino podem promover a integração com estratégias para administrar a diversidade e a aprendizagem transcultural. A sociedade civil pode ajudar desfazendo mitos e suprimindo rumores, oferecendo ao migrante conhecimento e acesso a certos serviços e encorajando-o a participar dos processos de integração. Os países de origem têm de se confrontar não apenas com a perda de talentos, mas também de importantes membros das comunidades e famílias, mesmo que possam com isso ganhar interlocutores culturais no estrangeiro. As políticas econômicas e sociais devem proteger as famílias dos migrantes e os interesses dos trabalhadores que vão ao estrangeiro, especialmente das mulheres.

O tráfico é o lado obscuro e negativo da migração, prejudicando as comunidades de origem e de destino, assim como as pessoas envolvidas. A abertura das fronteiras nacionais e dos mercados internacionais aumentou os fluxos legais de capitais, bens e mão-de-obra através das fronteiras, mas também globalizou o crime organizado. Tecnologias de informação e transporte aprimoradas possibilitam que as organizações criminosas transnacionais operem com facilidade. Aqueles que caem nas mãos de traficantes são atraídos pela oportunidade de ter uma vida melhor ou forçados por amigos ou parentes. Eles podem ser iludidos por falsas promessas ou simplesmente comercializados. O recrudescimento das políticas de imigração restritivas na Europa e na América do Norte está arrastando mais e mais supostos migrantes às mãos de traficantes. As mulheres vítimas do tráfico vêem-se forçadas à prostituição, ao turismo sexual ou a contrair matrimônio mediante arranjos comerciais, ou ainda aos trabalhos domésticos, na lavoura ou em fábricas que as exploram, nas quais são remuneradas insatisfatoriamente ou, até mesmo, não remuneradas.¹⁷

MIGRAÇÃO INTERNA

A migração a partir das áreas rurais - bem como o crescimento vegetativo - é responsável pelo rápido aumento populacional urbano nas décadas recentes. Os pobres das áreas urbanas, tanto migrantes como os não migrantes são amplamente desfavorecidos. Em comparação com outros residentes urbanos pobres, as necessidades de assistência de saúde reprodutiva dos migrantes podem estar mais relacionadas à insegurança com relação ao emprego, subsistência e redes sociais do que com serviços médicos e de saúde propriamente ditos.¹⁸ Embora os serviços de saúde reprodutiva possam ser mais acessíveis em áreas urbanas do que nas rurais, muitos migrantes urbanos não têm recursos para utilizá-los. A falta de contatos sociais também atrapalha o acesso e a utilização da assistência ginecológica e obstétrica de emergência em hospitais. As mulheres migrantes pobres no Rajastão retornam para suas casas no vilarejo para dar à luz,¹⁹ embora a assistência ginecológica e obstétrica de emergência, a imunização de crianças e os cuidados do pós-natal sejam provavelmente menos acessíveis do que na cidade.

CONTEXTOS E COMPLEXIDADES

Estilos de vida e expectativas estão mudando rapidamente. Na medida em que a mobilidade geográfica e social aumenta, as relações e a extensão da experiência comum entre os integrantes das famílias e das comunidades também se modificam. Mudanças nas oportunidades sociais e econômicas estão alterando as expectativas e desejos que as pessoas têm com relação a suas famílias. O impacto acumulado da mudança social está criando as condições por meio das quais as transformações culturais acontecem.

À medida que as culturas impactam o contexto no qual as políticas públicas são implementadas, os vários elementos constituintes das culturas também se transformam. Os significados, as normas e as práticas culturais não são, portanto, imutáveis. Deslocam-se e mudam à medida que indivíduos e grupos adquirem

novas informações, ganham capacidades e são expostos a diferentes contextos. Durante todo esse processo, a sensibilidade cultural continua a ser um ingrediente-chave para as políticas que busquem lidar com os desafios da migração e da urbanização – onde quer que esteja a intersecção entre esses, as relações de gênero e a dinâmica dos direitos humanos.



6

Negociação Cultural: Gênero e Saúde Reprodutiva em Situações de Conflito

Desde o fim da Guerra Fria, a maior parte dos conflitos armados tem ocorrido no interior dos Estados e não entre eles. Entre 1998 e 2007 houve 34 grandes conflitos armados – todos internos, à exceção de três – e cerca de quatro vezes esse número de conflitos armados no total.¹ Mais civis do que soldados foram vítimas nesses conflitos,² muitos deles mulheres e meninas.

Os conflitos armados ameaçam os direitos da mulher – incluindo os direitos reprodutivos – e a saúde, e podem exacerbar desigualdades de gênero culturalmente arraigadas. As mulheres também desempenham papéis diferentes em tempo de guerra, algumas são combatentes, e muitas preenchem na vida política e econômica os espaços que são deixados pelos homens. As abordagens sensíveis às diferenças culturais podem ajudar os profissionais do desenvolvimento a mitigar alguns dos efeitos perniciosos dos conflitos, minimizar a deterioração nas relações de gênero e trabalhar com as comunidades locais e as partes relevantes interessadas a fim de proteger todo progresso que tenha sido feito para alcançar a igualdade de gênero, incluindo os direitos das mulheres e a saúde reprodutiva. Essas abordagens também podem ajudar a garantir que as mulheres se tornem participantes de destaque nos processos de negociação e sejam integradas aos esforços de reabilitação e reconstrução pós-conflito.

Culturas, Relações de Gênero e Conflitos Armados

Grande parte do trabalho sobre as relações entre culturas e gênero em situações de conflito desafia as percepções convencionais dos papéis do homem e da mulher. Muitas culturas consideram as mulheres como “mães” e “guardiãs da cultura”, tradicionalmente passivas e necessitadas de proteção masculina. Homens e meninos, vistos como inerentemente agressivos, geralmente

Há uma percepção crescente no campo do desenvolvimento de que as normas culturais de longa data relativas à identidade e ao papel da mulher na sociedade são uma barreira significativa ao pleno usufruto dos direitos da mulher. As restrições sociais que resultam dessas normas são freqüentemente exacerbadas durante o conflito armado.³

◀ A exposição da mulher a todos os tipos de violência aumenta em tempo de guerra, incluindo a violência cometida por seus parceiros.

© UNFPA

são convocados para as guerras, embora em algumas sociedades as mulheres tenham participação como combatentes e como civis. Os homens são normalmente o alvo principal e geralmente representam a maior parte das vítimas, mas a violência sexual também é uma tática de guerra. As mulheres são vistas como protetoras das crianças – o futuro – e portadoras da tradição cultural – o passado – de uma nação ou uma comunidade. Isso as torna alvo de ataques. “O estupro de mulheres em situações de conflito é perpetrado não apenas como uma forma de violência contra as mulheres, mas como um ato de agressão contra uma nação ou comunidade.”⁴

As comunidades podem manifestar alguma simpatia pelas mulheres que são vítimas da violência, mas também podem considerá-las maculadas e sem valor. Os homens de suas famílias, ao sentirem vergonha por não terem “protegido suas mulheres”, podem submetê-las a mais violência. Como muitas culturas consideram a violência associada ao gênero como uma questão privada, e podem inclusive vê-la como uma coisa normal, essa forma de violência não é reconhecida ou confrontada.

Em decorrência disso, as mulheres raramente discutem a violência sexual cometida contra elas, embora a mesma possa ter ocorrido em público. Por exemplo, mulheres no Kosovo, na Croácia e na Bósnia-Herzegovina se recusaram a relatar o abuso sexual pelo qual elas passaram durante a guerra por temor de serem estigmatizadas por suas comunidades.⁵

Os homens também são vítimas de estupro. O estupro masculino pode ser ainda mais

profundamente vergonhoso do que o estupro feminino, ou seja, “solapar o sentido de masculinidade do homem se torna um meio básico para que homens exerçam poder sobre outros homens”.⁶

Raramente um homem admitirá ter sido vítima de estupro.

A militarização pode impactar as culturas ao acentuar percepções certas e equivocadas dos papéis de gênero existentes. A militarização pede uma demonstração de masculinidade agressiva, a qual pode envolver a misoginia.

A violência sexual foi um subproduto do colapso da ordem social no Quênia causado pelo conflito pós-eleição; mas também foi um instrumento para aterrorizar as pessoas e as famílias, precipitando sua fuga. Relatos eventuais de todas as regiões, em particular de Mombasa, Nairobi e de partes de North Rift, descreveram a utilização de ameaças de violência sexual como uma tática para infundir o medo: foi dito às mulheres que desocupassem suas propriedades ou elas e seus filhos seriam estuprados. Além disso, as mulheres foram ameaçadas nos abrigos temporários para onde tinham fugido; às mulheres que ficaram nas casas em Timboroa, por exemplo, foi dito que saíssem ou haveria o risco de serem estupradas.⁸

A linguagem dos exércitos geralmente reflete essa construção da masculinidade, na medida em que os insultos mais comuns são aqueles que sugerem que um soldado é homossexual ou feminino. A misoginia dos exércitos está entrelaçada com a homofobia e o racismo. Mulheres e membros das minorias étnicas que entram nas forças armadas são freqüentemente sujeitos a assédio sexual e discriminação racial.⁷

O conflito armado impõe outros custos às relações de gênero. Deslocamentos forçados provocam a ruptura das famílias. O fardo das mulheres aumenta, pois elas se tornam responsáveis pelos lares, com menos recursos à sua disposição. À medida que as mulheres assumem a liderança das famílias, os papéis de gênero mudam. Isso pode ocasionar mudanças culturais, mas os homens podem responder, em vez disso, com

violência contra as mulheres.⁹ Nessas condições de fragilidade e pobreza de recursos as mulheres e as meninas podem tentar ganhar dinheiro ou apenas um pouco de alimento com trabalho sexual, inclusive com homens das forças de ocupação. As famílias podem ressentir-se diante dessas práticas, e os homens podem reagir com violência, o que geralmente leva a transtornos familiares. O HIV e a aids estão se disseminando nas zonas de conflito à medida que as práticas sexuais mudam. A doença traz estigma adicional e não é discutida abertamente.

Abordando as Relações de Gênero nos Conflitos Armados: A Resolução 1.325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000)

A Resolução 1.325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), adotado em outubro de 2000,¹⁰ resultou de um intenso esforço de promoção e defesa de causa empreendido por várias mulheres e organizações de paz. Apesar do reconhecimento por parte da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, houve resistência à proposição de que os direitos humanos das mulheres seriam uma questão de segurança internacional. A Resolução 1.325 do CSNU, juntamente com a Declaração de Windhoek

25 O ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA

“As mulheres que foram estupradas durante a Guerra contam isso a seus amigos mais próximos. Dificilmente você ouvirá mulheres vindo a público para falar sobre tudo o que lhes aconteceu. Elas preferem sofrer em silêncio até que possam superar o trauma. Tentam viver com isso ou com a idéia de que não aconteceu apenas com elas. Se centenas de outras meninas podem viver com isso, você também pode e, pouco a pouco isso passa... mas a maior parte dos estupros foi cometida abertamente. Um rebelde pode gostar de sua filha, e bem na sua frente – mãe, pai, outras irmãs e irmãos – ele o fará escancaradamente. Foi assim que muitas meninas souberam que suas amigas tinham sido estupradas.”

Fonte: Bennett, O., Bexley, J. e Warnock, K. 1996. *Armas para Lutar, Armas para Proteger: As Mulheres Falam Sobre Conflitos*, p. 39. Londres: *Panos Publications*.

26 MULHERES AGREDIDAS: SOBREVIVENTES CARREGAM FARDADO ADICIONAL

DARFUR, Sudão — Desde que o conflito se iniciou na região de Darfur, no Sudão Ocidental, em 2003, mais de 200.000 pessoas foram mortas e mais de dois milhões foram deslocadas. No total, cerca de quatro milhões de pessoas estão necessitando de ajuda humanitária e de proteção. A violência contra os civis, principalmente contra as mulheres, tem sido uma característica do conflito. Milhares de mulheres foram estupradas. Aldeias foram queimadas e destruídas, forçando seus habitantes a fugir, em geral, apenas com as roupas do corpo. Com suas aldeias destruídas, muitas famílias têm vivido por anos em fuga, em assentamentos informais ou em campos de refugiados internos por toda a região de Darfur. Muitas mulheres se tornaram as principais encarregadas de cuidar dos outros sobreviventes, tendo suas responsabilidades aumentadas pela perda de maridos e meios de sobrevivência e pela necessidade de conseguir as coisas básicas para a sobrevivência da família.

Fonte: UNFPA. 2007. “Despachos de Darfur: Cuidando Daqueles que Cuidam de Outros.” Nova York: UNFPA.
<http://www.unfpa.org/news/news.cfm?ID=1026>, acessado em abril de 2008.

de 2000,” estabeleceu a relevância das questões de gênero para a paz internacional e a segurança. A Resolução 1.325 do CSNU é inequívoca em sua denúncia dos abusos cometidos contra os direitos humanos. Adota uma posição firme quanto à importância da inclusão das mulheres e de sua participação nas negociações e na construção da paz, a despeito de práticas culturais existentes. A Resolução 1.325 também reconhece que suas disposições somente poderão ser efetivadas por meio do engajamento cultural, o que requer “... medidas que apoiem as iniciativas de paz locais realizadas pelas mulheres e os processos internos para a resolução de conflitos, e que envolvam as mulheres em todos os mecanismos de implementação dos acordos de paz”. Há algumas preocupações relativas ao progresso da Resolução 1.325 do CSNU. Em primeiro lugar, embora a Resolução seja um marco, há questões sobre até que ponto ela incorpora as questões dos homens e das mulheres - em contraposição a dar um enfoque predominante às mulheres e às meninas - e

27 CONTESTAÇÃO DE CULTURAS EM COMUNIDADES DE FÉ

Trecho de *Deslocados e Desesperados: Avaliação de Saúde Reprodutiva para as Pessoas Deslocadas Internamente na Colômbia*. Marie Stopes International, fevereiro de 2003.

“Dois milhões de colombianos fugiram do conflito armado e da perseguição: muitos deles foram desarraigados e deslocados repetidas vezes durante os últimos 15 anos. À medida que a guerra continua a se intensificar, algumas pessoas são deslocadas em grupos grandes, mas a maioria foge individualmente ou em família e se recusa a reconhecer seu status de deslocado por medo de represálias. Muitos dos deslocados são grupos indígenas desarraigados de áreas rurais para as urbanas e forçados a fugir outra vez de um *barrio* para outro em busca de segurança e sobrevivência... Pessoas deslocadas internamente (PDIs), em particular as mulheres, meninas e adolescentes, passam por problemas horrendos de saúde reprodutiva na Colômbia. A violência associada ao gênero - incluindo o estupro seguido de assassinato, a servidão sexual e a contracepção e o aborto

forçados - é cometida por atores armados, sendo disseminada e raramente discutida. Além da violência associada ao gênero infligida pelos atores armados, a situação é desesperadora para algumas famílias. A equipe ouviu que, em alguns casos, meninas e meninos estavam sendo explorados sexualmente por seus pais ou estavam se voltando para a prostituição por questões de sobrevivência familiar. A equipe de avaliação também foi informada por mulheres (PDIs) que a violência doméstica é um grande problema, exacerbado pela situação de vida difícil das PDIs.

A prevalência das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) entre as PDIs é desconhecida, mas relatórios casuais do governo e de representantes do UNFPA sugerem que é bastante alta. Em algumas comunidades indígenas, os profissionais de saúde, sem poder se aproximar dos homens para um tratamento adequado, têm admitido mulheres grávidas nos hospitais para evitar que se reinfectem e para prevenir a transmissão de mãe para filho. Essa

população móvel vivendo entre atores armados e em geral sem acesso a cuidados médicos enfrenta o perigo de uma explosão de ISTs, inclusive do HIV.

As circunstâncias para as PDIs adolescentes são calamitosas, e muito pouco está sendo feito para identificar suas necessidades e capacidades específicas. Incapazes de lidar com as circunstâncias ou aliciados pelos traficantes de drogas infiltrados nas áreas urbanas, muitos rapazes se voltam para as drogas, para o álcool e para o furto. Algumas meninas adolescentes buscam consolo e conforto na maternidade, enquanto outras preferem evitar ou adiar a gravidez, o que sugere a necessidade, atualmente não atendida, de planejamento familiar. Um estudo recente do Profamilia indicou que 30% das PDIs adolescentes já eram mães ou estavam grávidas de seu primeiro filho, um percentual quase duas vezes superior ao dos adolescentes colombianos da população em geral no ano 2000.”

Fonte: http://www.womenscommission.org/pdf/co_rh.pdf, acessado em março de 2008.

oferece orientação para uma abordagem de gênero.¹² Em segundo lugar, revisões referentes ao progresso indicam que sua implementação requer confrontar obstáculos culturais no âmbito das organizações de desenvolvimento e desenvolver perícia técnica do quadro de pessoal.¹³ Também requer a concordância, nas instâncias mais elevadas, “de que a questão das mulheres, da paz e da segurança é consistente com o propósito fundamental das instituições de segurança”.¹⁴ Terceiro, sem abordagens sensíveis às diferenças culturais marcadas pelo gênero, “as intervenções pela paz” podem deixar de reconhecer e apoiar as mudanças culturais que podem culminar em relações de gênero mais equitativas. Essas intervenções podem inadvertidamente sustentar as mesmas estruturas e relações que a Resolução objetiva desafiar. Os analistas observam:

1. Os desequilíbrios de gênero e poder estão enraizados nas instituições públicas e privadas, incluindo organizações de desenvolvimento governamentais e não-governamentais que intervêm para acabar com os conflitos armados e promover a paz.¹⁵
2. Intervenções humanitárias fazem avaliações imparciais das necessidades e interesses das vítimas, mas correm o risco de ser indiferentes à questão do gênero em sua execução. As intervenções de grupos humanitários demonstram, de maneira geral, falta de sensibilidade para o gênero.¹⁶
3. Embora intervenções de longo prazo visando à integração social e econômica da mulher possam aprimorar consideravelmente as relações de gênero, a assistência para o desenvolvimento de longo prazo tem sido reduzida, enquanto o

28 RESOLUÇÃO 1.325 DO CSNU (2000):

Expressa preocupação com o fato de que as populações civis, particularmente as mulheres e as crianças, constituam a ser a grande maioria dos que são afetados de forma adversa pelos conflitos armados, incluindo os refugiados e deslocados no próprio território, e que são cada vez mais utilizados como alvos pelos combatentes e elementos armados, e reconhece o conseqüente impacto que tal situação tem para a reconciliação e a paz duradoura,

Reafirma o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, e acentua a importância de sua igual participação e pleno envolvimento em todos os esforços pela manutenção e promoção da paz e da segurança, bem como a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisões no que diz respeito à prevenção e resolução de conflitos,

Reafirma também a necessidade de implementar integralmente a legislação humanitária internacional e sobre os direitos humanos que protege os direitos das mulheres e das meninas durante e após os conflitos,

Realça a necessidade de que todas as partes interessadas assegurem que os programas de remoção de minas e de informações sobre sua existência levem em conta as necessidades especiais das mulheres e das meninas,

Reconhece a urgente necessidade de incluir como princípio geral uma perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz e, no tocante a isso, atentar para a Declaração de Windhoek e o Plano de Ação da Namíbia sobre a Transversalização da Perspectiva de Gênero em Operações Multidimensionais de Apoio à Paz (S/2000/693),

Reconhece também a importância da recomendação, contida na declaração feita à imprensa por seu presidente em 8 de março de 2000, de que se dê, a todo o pessoal de manutenção da paz,

treinamento especializado na área de proteção, necessidades especiais e direitos humanos das mulheres e das crianças em situações de conflito,

Reconhece que a compreensão dos efeitos dos conflitos armados nas mulheres e meninas e que mecanismos institucionais eficazes para garantir a proteção e plena participação das mesmas no processo de paz podem contribuir consideravelmente para a manutenção e o fomento da paz e da segurança internacionais,

A Resolução, portanto, insta os Estados-membros a "garantir o aumento da representação da mulher em todos os níveis da tomada de decisão das instituições e mecanismos nacionais, regionais e internacionais para a prevenção, gestão e resolução de conflitos; incentiva o Secretário-Geral a ... clamar por um aumento da participação da mulher nos níveis de tomada de decisão [e operacionais] nos processos de resolução de conflitos e promoção da paz; expressa sua vontade de incorporar uma perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz e insta o Secretário-Geral a garantir que, quando proceda, as operações de campo incluam um componente de gênero, [inclusive garantindo que seja fornecido treinamento]".

A Resolução insta todos os atores envolvidos, quando estiverem negociando e implementando acordos de paz, a adotar uma perspectiva de gênero, incluindo, *inter alia*: (a) as necessidades especiais das mulheres e meninas durante a repatriação e o reassentamento e de reabilitação, reintegração e reconstrução pós-conflito; (b) medidas que apoiem iniciativas locais de paz realizadas por mulheres e processos nativos para a solução do conflito, que envolvam as mulheres em todos os mecanismos de implementação dos acordos de paz; (c) medidas

que garantam a proteção e o respeito pelos direitos humanos das mulheres e das meninas, particularmente em relação à Constituição, ao sistema eleitoral, à polícia e ao judiciário. Também conclama todos os envolvidos em conflitos armados a respeitar integralmente as leis internacionais aplicáveis aos direitos e à proteção das mulheres e meninas na condição de civis ... [e] a adotar medidas especiais para proteger as mulheres e meninas da violência associada ao gênero, em particular do estupro e de outras formas de abuso sexual e de todas as outras formas de violência que ocorrem em situações de conflito armado. Enfatiza a responsabilidade que todos os Estados têm de acabar com a impunidade e processar aqueles que são responsáveis pelo genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, incluindo aqueles relacionados à violência sexual contra mulheres e meninas, e, no tocante a isso, enfatiza a necessidade de excluir esses crimes, sempre que for exequível, de disposições que concedam anistia. [Ademais], insta todas as partes envolvidas no conflito armado a respeitar a natureza humanitária e civil dos campos de refugiados e assentamentos e a levar em consideração as necessidades especiais das mulheres e meninas, inclusive em seu desenho, e lembra sua resolução 1.208 de 19 de novembro de 1998; e incentiva todos os envolvidos no planejamento do desarmamento, desmobilização e reintegração a levar em consideração as diferentes necessidades dos ex-combatentes, homens e mulheres, e a considerar também as necessidades de seus dependentes.

29 RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Um programa particularmente eficaz foi desenvolvido na América Central para ajudar um número estimado de 45.000 guatemaltecos que fugiram da guerra civil nos anos 1980 e buscaram refúgio no México. Quando as mulheres exigiram ter voz durante as negociações para retornar para casa, o ACNUR financiou projetos para ampliar os direitos das mulheres, combater seu analfabetismo e melhorar os serviços de saúde e suas habilidades de liderança.

As mulheres estiveram diretamente envolvidas nas negociações de repatriação, e entre as concessões por elas obtidas esteve o reconhecimento, pela primeira vez, do princípio de posse igualitária da propriedade privada e comunitária. Embora tenha demandado uma década de trabalho, esse princípio está agora consagrado na jurisprudência da Guatemala, beneficiando toda a população.

Fonte: <http://www.unhcr.org/publ/PUBL/3e2d4d5511.pdf>, acessado em agosto de 2008.

A *Profemme Twese Hamwe* é uma cooperativa de mulheres formada em Ruanda em 1993. Por meio de seus programas de paz e reconciliação, deu uma contribuição substancial à reconstrução da sociedade em Ruanda, após o genocídio de 1994. Um dos principais objetivos da organização é promover a “transformação estrutural da sociedade ruandesa, estabelecendo condições políticas, materiais, econômicas e morais favoráveis à reinstauração da justiça social e da igualdade de oportunidades, a fim de construir uma paz autêntica e duradoura”. Além disso, a *Profemme Twese Hamwe* ajuda a capacitar as mulheres por meio da comunicação, informação e educação.

Fonte: www.profemme.org.rw, acessado em agosto de 2008.

Desde a invasão de 2003 do Iraque, as mulheres têm contribuído significativamente para a reconstrução e para a manutenção da estabilidade social. Inúmeras associações de mulheres têm surgido para lidar com necessidades práticas e para suprir necessidades de educação, treinamento e geração de renda.

Fonte: Al-Ali, N. 2007. “Mulheres Iraquianas: Quatro Anos Após a Invasão.” Silver City, Novo México, e Washington, D.C.: Política Externa em Foco. <http://fpif.org/fpiftxt/4055>, acessado em agosto de 2008.

Embora as mulheres sejam geralmente retratadas como vulneráveis e vitimadas, as mulheres etíopes têm uma longa história de se envolverem na resistência a forças invasoras, estabelecendo associações durante os períodos de conflito armado e contribuindo para a construção da paz e para a reabilitação pós-conflito.

Fonte: Mulugeta Tefera, E. 2005. “Os Invisíveis Inveníveis: Mulheres Etíopes no Conflito e na Negociação da Paz.” Addis Abeba: University for Peace.

financiamento para situações emergenciais humanitárias complexas vem aumentando proporcionalmente ... Agora, há menos dinheiro ainda para a assistência de

longo prazo ao desenvolvimento e, onde os recursos estão disponíveis, a igualdade de gênero torna-se uma questão consideravelmente menos prioritária.”

4. Em geral, as agências de ajuda humanitária e os Estados evitam desafiar a violência associada ao gênero.¹⁸
5. Os programas de desarmamento, desmobilização e

reintegração precisam desenvolver mais abordagens sensíveis às diferenças culturais marcadas pelo gênero.

6. Em geral, supõe-se que as mulheres não tenham qualificação suficiente para operar na esfera pública e são excluídas dos processos de paz. Essa sub-representação também se estende às instituições de manutenção e promoção da paz.

Abordagens Sensíveis às Diferenças Culturais, Relações de Gênero e Conflitos Armados

As abordagens sensíveis às diferenças culturais são fundamentais nos contextos de conflito armado. Elas são

De acordo com as mulheres em Mombasa, “[q]uando o desejo sexual diminuir, a violência aumenta.” Outras mulheres concordaram que nos acampamentos um pai “é como uma criança” e que “quando o esposo não está trabalhando, ele se torna mais um dos filhos”, por quem as mulheres são responsáveis. Em pelo menos três acampamentos, incidentes de violência doméstica que exigiram intervenção da polícia já haviam sido notados.²¹

30 A MENINA E O CONFLITO ARMADO: IDENTIFICANDO E LIDANDO COM VIOLAÇÕES GRAVES DOS DIREITOS HUMANOS DAS MENINAS

Durante os conflitos armados, as meninas ficam sujeitas a formas disseminadas e, às vezes, sistemáticas de violações dos direitos humanos que têm repercussões mentais, emocionais, espirituais, físicas e materiais. Essas violações incluem a detenção ilegal com ou sem outros integrantes da família, a abdução e a remoção forçada dos lares, desaparecimentos, tortura e outras formas de tratamento desumano, amputação e mutilação, recrutamento forçado para as forças e grupos em luta, escravidão, exploração sexual, maior exposição ao HIV e à aids e inúmeras violações físicas e sexuais, incluindo o estupro, a gravidez imposta, a prostituição forçada, o casamento forçado e parturição forçada.

Há uma necessidade urgente de se melhor documentar, monitorar e relatar o sofrimento extremo que o conflito armado inflige às meninas, assim como os vários papéis que as meninas desempenham durante o conflito e seu desenlace. Essas informações e mecanismos de resposta são necessários para fortalecer e desenvolver políticas e programas que previnam e/ou abordem essas graves violações de direitos.

Fonte: Artigo preparado por Mazurana, D. e K. Carlson para a Divisão de Promoção da Mulher das Nações Unidas e para a Reunião do Grupo de Especialistas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação e Violência Contra as Meninas (UNICEF), Florença: 25-28 de setembro de 2008.

importantes para preencher as lacunas nas políticas que a Resolução 1.325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelece, assim como aquelas verificadas nas preocupações manifestadas quanto ao progresso da Resolução.

AS ABORDAGENS SENSÍVEIS ÀS DIFERENÇAS CULTURAIS SÃO ESSENCIAIS PARA A COMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE HOMENS E MULHERES NOS CONFLITOS ARMADOS.

Há evidência suficiente de que as construções sociais de masculinidade podem agravar as relações de gênero em períodos de guerra. Por exemplo, alguns analistas argumentam que a violência contra as mulheres no norte de Uganda resultou, em alguns casos, de sentimentos de emasculação e frustração: as experiências dos homens não correspondem às

“Em todas as guerras e desastres, as pessoas com deficiências é que são as primeiras a morrer; as pessoas com deficiências é que são as primeiras a contrair doenças e infecções; e as pessoas com deficiências é que são as últimas a receber recursos e medicamentos quando estes são distribuídos. As pessoas com deficiências são tratadas em último lugar.”²⁴

expectativas culturais de masculinidade, que exigem que eles sejam provedores das necessidades materiais de suas esposas e filhos, bem como de proteção física. A guerra piora as já precárias condições estruturais. Incapazes de corresponderem ao papel que deles se espera, os homens descarregam suas frustrações nas mulheres, a quem eles faltaram. “Em geral, supõe-se que as mulheres diferem dos homens, que elas são mais fracas, incapazes, um fardo, posição essa legitimada pela passagem bíblica no Gênesis que diz que o homem teria sido criado primeiro e a mulher de sua costela, e a passagem que diz que a mulher é como vaso mais frágil...”²⁵

De forma semelhante, grupos de discussão de mulheres em acampamentos no Quênia revelaram que a violência doméstica aumentava durante os conflitos à medida que os homens, frustrados pela falta de emprego, condições de vida restritivas, inabilidade de sustentar suas famílias, falta de desejo sexual das mulheres e outros desafios, puniam as mulheres e as crianças em função de seu próprio desconforto.²⁶

Esse conhecimento demonstra a necessidade de oportunidades de subsistência, além de estratégias para expor, desafiar e mudar as percepções, normas e práticas que alicerçam as desigualdades de gênero e a violência associada ao gênero, além da necessidade de outras iniciativas psicossociais que lidem com a percepção que tanto o homem quanto a mulher têm de si mesmo e do papel de cada um.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais reconhecem que homens e mulheres exercem o poder de formas variadas e inesperadas e que essas variações são importantes para o entendimento de como as

Por estarem relacionadas a uma esfera tão íntima da vida, as intervenções em saúde reprodutiva devem ser feitas com muita cautela e sensibilidade cultural. Os programas devem ser especialmente sensíveis aos valores religiosos e éticos e aos antecedentes culturais da população de refugiados. A prestação de uma assistência reprodutiva abrangente também requer, com frequência, coordenação cuidadosa entre diversas agências.²⁸

culturas – entendimentos compartilhados ou sistemas de significados – se deslocam e se modificam; que tipos de políticas sensíveis às diferenças culturais são indispensáveis para a promoção dos direitos humanos e dos espaços existentes ou que podem estar emergindo, e que reivindicam a mudança. Por exemplo, a percepção comum existente das mulheres como vítimas e dos homens como agressores nem sempre descreve o que ocorre durante as guerras.²² Está agora comprovado que as mulheres, como no caso da Libéria, podem participar de combates, e que nem todos os homens são agressores. As mulheres vêm participando de batalhas pela independência, por exemplo, mas isso não se traduziu automaticamente em igualdade de oportunidades e acesso a posições de tomada de decisão quando os conflitos findam. O reconhecimento dessas variações é importante para a constatação de representações populares referentes ao papel do homem e da mulher em situações armadas e pós-conflito, assim como do infeliz hábito de rotular as capacidades das pessoas. Isso acarreta, por sua vez, importantes implicações para as políticas.

Recorre-se a suposições de vulnerabilidade com frequência para justificar intervenções de cima para baixo, com base numa avaliação das necessidades, que podem “impedir que o gestor do programa de

assistência enxergue a engenhosidade e a capacidade de adaptação” das pessoas afetadas pelos conflitos armados e “limitar as opções de sobrevivência e reconstrução”.²³ Por outro lado, o conhecimento de quem são as pessoas, como elas divisam suas vidas, como elas trabalham para apaziguar os conflitos armados, como elas prestam serviços e o que mudou como resultado do conflito é indispensável para localizar e apoiar as iniciativas locais e os processos nativos.

Impacto, Análise e Resposta

A experiência das pessoas durante o conflito armado depende de fatores como etnia, raça, gênero, classe, idade, fé e cultura. As abordagens sensíveis às diferenças culturais são importantes para entender como essas “interseccionalidades” evoluem, analisando o



Jovem guatemalteca ao final de uma breve guerra civil. ▶

© Leonard Mccombe//Getty Images

A liberdade de expressar nossa identidade cultural pode ser uma forma poderosa de manter a saúde física e mental da comunidade. A liberdade de expressão é também um direito e, na medida em que evoluímos de uma linguagem de assistência baseada em necessidades para uma linguagem baseada em direitos, o respeito pelas formas de empoderamento da expressão cultural deveriam nortear nossa maneira de pensar e planejar.³²

Para todas as populações – aquelas mulheres que permanecem em comunidades destruídas pela guerra, aquelas que retornam às suas comunidades após terem sido deslocados e aquelas forçadas a fugir – os programas psicossociais mais eficazes funcionam dentro das culturas ou entre elas, prestando serviços que re-estabelecem e fortalecem os laços comunitários rompidos pela guerra e pelo deslocamento.³⁵

impacto do conflito armado nas diferentes categorias de pessoas e respondendo com políticas voltadas para necessidades específicas.

A. IDENTIFICANDO NECESSIDADES ESPECÍFICAS

A discriminação associada à cultura contra mulheres, crianças, minorias e pessoas com deficiências pode recrudescer durante os tempos de Guerra e até as violações mais graves podem alastrar-se. Na República Democrática do Congo, as mulheres *batwa* viraram alvo de violência sexual, uma vez que homens acreditavam que, ao terem relações sexuais com as *batwa*, estariam curados do HIV, protegidos dos disparos de armas de fogo e passariam a ter uma coluna vertebral inquebrável. Algumas dessas mulheres foram capturadas e mantidas como escravas sexuais e outras submetidas ao canibalismo.²⁵ Na província de Basilan nas Filipinas, a violência contra a mulher aumentou durante o período de conflito entre os anos 2000 e 2003. Comunidades daquela região consideravam as mulheres que haviam sido estupradas imundas, e elas foram forçadas a casar com os soldados que as haviam estuproado.²⁶

Pessoas com deficiências, em particular mulheres e crianças, podem sofrer com formas significativamente piores de abusos de direitos humanos em tempos de

guerra. Mais de 80% dos estimados 600 milhões de pessoas com deficiências vivem nos países em desenvolvimento, e muitas foram deslocadas por conflitos armados. Com conhecimento cultural e engajamento, suas experiências pessoais podem ser identificadas e intervenções mais personalizadas podem ser construídas.²⁷

B. PRESTANDO SERVIÇOS URGENTES

O conhecimento cultural é vital para prestar serviços emergenciais de saúde reprodutiva e sexual a refugiados e outras populações durante períodos de guerra. Com o conhecimento cultural, agências externas podem ajudar prestadores de serviços a identificar necessidades, canais que provavelmente serão mais eficazes e parcerias essenciais.

As necessidades de saúde únicas e singulares das mulheres, incluindo todos os aspectos da saúde reprodutiva e sexual, tornam-se mais difíceis de serem atendidas em tempos de guerra. A inadequação ou ausência de serviços obstétricos, de contracepção ou proteção de infecções sexualmente transmissíveis podem ameaçar a saúde da mulher e sua sobrevivência. O *stress*, a nutrição inadequada e a higiene precária comprometem a gestação e o parto. O risco de violência e exploração sexual aumenta.

Intervenções psicossociais com sensibilidade cultural que aperfeiçoam as redes sociais das mulheres e suas oportunidades econômicas contribuem para o senso de calma e estabilidade que deve reinar antes que nós possamos realmente enfrentar e resolver os horrores vivenciados durante o conflito e assistir às mulheres e suas comunidades para que avancem em direção a um futuro pacífico.³⁴

31 4 DE ABRIL DE 2008, KINHASA, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Em meados de março, centenas de mulheres, homens e meninas congoleesas ergueram faixas que diziam “Juntos, vamos dizer NÃO ao silêncio, em nome da dignidade dos congoleeses” e “Basta de violência sexual!” Com uma expressão de determinação, as mulheres, homens e meninas agitavam esses slogans bem acima de suas cabeças. Mais de 1.000 autoridades e cidadãos congoleeses, líderes das Nações Unidas, ONGs e grupos da sociedade civil se reuniram em Kinkole, um subúrbio de Kinshasa, para lançar uma campanha de conscientização pública nacional com o objetivo de erradicar a epidemia de violência sexual. Em média, 1.100 casos de estupro são relatados todos os meses, de acordo com o UNFPA. “A violência sexual constitui uma praga na RDC”, disse Margaret Agama, a representante do UNFPA no país. “Inicialmente, o estupro era utilizado como um instrumento de guerra por todas as forças beligerantes envolvidas nos conflitos recentes do país, mas agora a violência sexual é,

infelizmente, não apenas cometida pelas facções armadas, mas também por pessoas comuns, ocupando cargos de autoridade, vizinhos, amigos e, até mesmo, outras pessoas da família.”

Em janeiro, a assinatura de um acordo de paz acabou oficialmente com os conflitos que devastaram o país por uma década. Por esse motivo, a campanha organizada pelo UNFPA junto com o Ministério das Mulheres, Família e Crianças veio em um momento importante, na medida em que as comunidades se mobilizam para reconstruir a infra-estrutura e reintegrar mais de 1 milhão de pessoas deslocadas pelos conflitos. A campanha elevou o nível de sensibilização sobre a violência sexual em toda a comunidade nacional e internacional e uniu autoridades, vizinhos, sobreviventes, amigos e familiares em torno de sua eliminação ... A necessidade de acabar com a impunidade é a mensagem mais importante na campanha liderada pelo UNFPA e também se tornou uma prioridade para os líderes do

país. Em fevereiro, a Ministra Congoleesa para as Mulheres, Família e Crianças, Philomène Omatuku, declarou ao público: “eu diria que, de agora em diante, nós, as mulheres da RDC, dizemos NÃO à violência sexual, NÃO à impunidade. As mulheres congoleesas pedem paz.”

Uma campanha intensa e multifacetada para elevar o nível de conscientização e sensibilizar os atores-chave em todos os níveis aconteceu em 11 províncias da RDC durante o período de um mês. Diversos canais – incluindo meios de comunicação, teatro, linhas telefônicas abertas, filmes e fóruns em vídeo, além de debates – foram utilizados para levar a mensagem a todos, inclusive ao governo e à comunidade diplomática. A campanha também contou com a autoridade de líderes comunitários reconhecidamente éticos a fim de influenciar a opinião pública.

Fonte: <http://www.unfpa.org/news/news.cfm?ID=1113>, acessado em junho de 2008

É crucial prestar serviços emergenciais de saúde imediatos e eficazes, incluindo atendimento obstétrico básico, além de fornecer suprimentos. O trabalho com grupos e pessoas no cerne do conflito é importante para obter sucesso. Agências que estiverem na linha de frente devem ter ciência das necessidades específicas das mulheres em termos de assistência em saúde reprodutiva, voltando-se deliberadamente para as elas como parceiras na prestação de serviços. Os prestadores de serviços de saúde devem estar conscientes e ser treinados para garantir o melhor cuidado perinatal possível; disponibilidade de preservativos e outros anticoncepcionais; aconselhamento e testagem voluntária de HIV, durante os quais a prevenção deve ser enfatizada; medidas de prevenção da transmissão do HIV da mãe para o bebê; assim como assistência pós-parto

concebida para reduzir substancialmente o número de mortes maternas. Além de fornecer suprimentos e instalações de apoio, os programas patrocinados pelo UNFPA dão ênfase às atividades educativas de preparação para a vida, incluindo informações para mulheres e meninas sobre como se proteger contra as infecções sexualmente transmissíveis como o HIV e serviços especializados de apoio e informação para os adolescentes. O UNFPA também desenvolve diversas alianças com governos, agências humanitárias e organizações locais a fim de prestar serviços que incluem apoio psicológico aos sobreviventes da violência sexual.²⁹

C. CONSTRUINDO PARCERIAS EFICAZES

As abordagens sensíveis às diferenças culturais são cruciais para a construção de parcerias eficazes,

especialmente durante os períodos de guerra. Por exemplo, a organização *Catholic Relief Services* (CRS) estimula o diálogo inter-religioso para promover a construção da paz. Na região de Mindanao nas Filipinas, a organização vem trabalhando para facilitar o diálogo entre os líderes cristãos e muçulmanos. No Paquistão, a CRS vem utilizando os ensinamentos do Islã e do Cristianismo para encorajar o perdão, a paz e a reconciliação. Além disso, a CRS apoiou a caminhada inter-religiosa do milênio no Paquistão e, em Camarões, está apoiando a educação dos cidadãos, a solução de conflitos e programas de articulação da paz.³⁰ De maneira semelhante, a organização *Islamic Relief Services* está colaborando com a *Catholic Agency for Overseas Development* (CAFOD) para apoiar crianças da Faixa de Gaza que ficaram traumatizadas pela violência.³¹ No norte de Uganda, líderes religiosos anglicanos, católicos, muçulmanos e ortodoxos

Levamos lições para fortalecer as relações de trabalho com as comunidades e com líderes locais da sociedade, cultura, política e religião, engajando-os no diálogo, ouvindo-os, compartilhando conhecimento e percepções claras, planejando conjuntamente o caminho a trilhar e seguindo em frente. O UNFPA instituiu um caminho de transversalização sistemática de fatores culturais em seus esforços de programação a fim de fazer mais progresso na afirmação dos direitos humanos.

—Thoraya Ahmed Obaid, Diretora Executiva, UNFPA

formaram a *Acholi Religious Leaders' Peace Initiative* para promover uma reconciliação em termos que as

32 PROGRAMA DE LIDERANÇA DOS HOMENS

"Meu nome é Kayembe Tshibangu, sou líder da Comuna Mushumune em Bagira, cidade de Bukavu. Sou pai de cinco filhos. Eu era um homem comum, vivendo com minha família de forma comum. Eu me comportava como todos os homens de nossa sociedade. Minha esposa era minha escrava, ela não tinha qualquer direito e me devia respeito absoluto. Ela sempre ficava em casa e não podia sair de casa para se reunir com outras mulheres. Ela me pertencia, uma vez que, ao nos casarmos, eu paguei uma quantia à família da noiva, um dote o qual me dava autoridade total para tratá-la como eu quisesse. Ela estava à minha disposição para atividades sexuais, a qualquer hora, em qualquer lugar ou situação. Qualquer recusa nesse sentido era punida. Eu era um completo tirano em minha própria casa. Quando eu chegava em casa, as crianças e todo mundo saíam correndo, pois o 'leão' havia chegado. Era uma ditadura completa e absoluta. Isso ocorria

porque eu não conhecia outra alternativa de vida.

"Após o dia 18 de agosto de 2005, o dia em que conheci o Programa de Liderança dos Homens da (organização) *Women for Women International*, as coisas mudaram completamente. Eu me converti e passei a abraçar um novo tipo de vida. Até mesmo minha família e filhos perguntaram o que havia acontecido comigo. Eles mal podiam acreditar. Era muito bom para ser verdade. Eles pensaram que fosse um sonho, que desapareceria após algum tempo, como uma miragem. Não, nunca mais voltarei à minha forma anterior de ser. Agora, as pessoas da minha família e eu somos amigos, camaradas. Nós conversamos e rimos juntos, e há paz em nossa casa. Chega de lágrimas, chega de sofrimento! Minha esposa tornou-se minha amiga. Agora, eu ouço o que ela tem a dizer e aceito seus conselhos. Como um autêntico convertido, eu quero que

meus amigos aprendam o que eu aprendi. Então, eu vou de casa em casa, junto com minha esposa e filhos, para dialogar com outras famílias. Quando eles nos vêem, ficam chocados e surpresos, querem ouvir o que fez surgir a nova imagem, a mudança. Invariavelmente, eles também se comovem e o processo de mudança prossegue. Algumas pessoas não aceitam a mensagem de mudança no primeiro encontro. Como uma estratégia de acompanhamento, nós nos dividimos: esposo com esposo; esposa com esposa; crianças com crianças. Adotamos uma abordagem individual. Há uma interação constante no âmbito do lar. Até agora, já tocamos a vida de 58 famílias, mas o trabalho continua."

Fonte: *Women for Women International*. 2007. "Acabando com a Violência Contra as Mulheres no Congo Oriental: Preparando os Homens para Defender os Direitos das Mulheres", p. 22. Washington, D.C.: *Women for Women International*. http://www.womenforwomen.org/news-women-for-women/files/MensLeadershipFullReport_002.pdf

peças possam entender e respeitar culturalmente. Isso trouxe benefícios inesperados: “[n]o passado, era difícil juntar um reverendo anglicano como eu com uma irmã da Igreja Católica ... Mas, neste momento, os líderes religiosos locais estão trabalhando juntos, e isso já é um grande passo.”³³

O estabelecimento de parcerias é importante para oferecer apoio psicossocial crítico às vítimas da violência sexual. Isso envolve o trabalho com prestadores de serviços de saúde, polícia e legisladores de forma que os sobreviventes possam ser tratados com o cuidado que lhes cabe de direito. Além disso, requer alianças com defensores de uma reforma legal, que tenha o objetivo de aperfeiçoar as instituições policiais e endurecer a punição aos transgressores. Também implica lidar com relações de gênero, por exemplo, garantindo que as mulheres tenham posições adequadas e influentes na concepção da ajuda humanitária e no estabelecimento e manutenção da paz. Considerando que existe uma resistência cultural muito grande a que mulheres ocupem posições de liderança, isso pode ser um desafio enorme. A experiência de um grande número de organizações de mulheres e de mulheres líderes que trabalham nesses ambientes hostis demonstra que os acordos de paz, a reconstrução pós-conflito, a governança e a segurança têm uma eficácia maior quando as mulheres participam; contudo, esses processos ainda raramente incluem as mulheres.³⁶

As mulheres são parceiras essenciais em todos os programas de sucesso, não apenas na condição de líderes, mas ajudando umas às outras, geralmente de maneiras não acessíveis a atores externos. Nos campos de PDIs do sul de Darfur, por exemplo, o UNFPA está apoiando centros que são “zonas de segurança”, onde as mulheres se reúnem e compartilham conhecimento e experiências sobre questões de saúde e violência.

“As mulheres estão vindo aqui para falar sobre seus problemas”, disse Awatif. “Quando você é apenas uma pessoa, é um problema só seu. Quando você

conta [seus problemas] para muitas mulheres, torna-se um problema de todas”³⁷

D. RECUPERANDO A CULTURA, RECUPERANDO A IDENTIDADE

As organizações de desenvolvimento descobriram que a habilidade de expressar identidades culturais pode ajudar as pessoas a se recuperar do trauma da guerra: “[p]ermitir que as pessoas deslocadas retenham tudo o que lhes resta de sua condição humana pode ser vital para seu futuro, para sua saúde, para mantê-las unidas como uma comunidade e para conservar e restaurar sua dignidade após o trauma do exílio.”³⁸ Os profissionais do desenvolvimento explicam que, além de incentivar as pessoas a expressar sua cultura, recorrer às expressões culturais que as pessoas conhecem e entendem pode tornar os serviços mais eficazes. Por exemplo, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) utilizou arte, teatro, música e dança para ajudar na recuperação de crianças deslocadas em regiões tão diversas como o Kosovo, a Colômbia, Sri Lanka, Argélia, Croácia e Ruanda.³⁹ A estratégia mais eficaz para ajudar as refugiadas sudanesas é fortalecer as comunidades e construir redes sociais e culturais. No Afeganistão, os profissionais advertem contra o uso de diagnósticos e tratamentos ocidentais para aliviar traumas sofridos pelas mulheres no conflito. Ao invés disso, eles sugerem que a fluência cultural (o conhecimento da linguagem da cultura) é importante para entender o que as mulheres passaram e do que elas precisam para se recuperar.⁴⁰ Na província de Aceh na Indonésia, mulheres deslocadas necessitam de um apoio que incorpore sua fé muçulmana e identifique abordagens culturais adequadas para situações de perda. Mulheres da província de Aceh acreditam que o luto prolongado impede que almas dos amados alcancem Deus; elas querem ajuda prática em questões como educação e treinamento para a construção de seu futuro, não discussões prolongadas sobre trauma e pesar. Apenas abordagens sensíveis às diferenças culturais podem revelar e esclarecer necessidades tão particulares.

Negociação Cultural no âmbito das Organizações de Desenvolvimento

A conscientização cultural e o engajamento são tão importantes no âmbito das organizações de desenvolvimento como são em seus contextos de trabalho nacionais e locais. As próprias percepções culturais dos integrantes da equipe podem afetar abordagens de seu trabalho. Abordagens sensíveis às diferenças culturais requerem atenção para a forma como intervenções que têm o objetivo de prevenir conflitos, dar assistência humanitária e construir e manter a paz podem afetar as relações de gênero e a cultura.

O UNFPA, por exemplo, está trabalhando para construir uma cultura organizacional que esteja pronta para responder aos abusos dos direitos humanos e que promova a igualdade de gênero em situações de conflito. Por meio de seu trabalho, descobriu que as intervenções mais eficazes emergem por meio do diálogo, desenvolvendo parcerias estratégicas com pessoas comprometidas com a mudança e fortalecendo iniciativas locais. Os profissionais do desenvolvimento que trabalham em suas próprias sociedades normalmente têm conhecimento íntimo do que é viável em diferentes momentos; eles conhecem os processos requeridos para a mudança e as ferramentas e métodos cuja probabilidade de funcionar é maior. Contudo, parcerias estratégicas requerem comprometimento e tempo. Elas se desenvolvem melhor onde todos os envolvidos reconhecem que as pessoas têm formas diferentes de pensar e merecem reconhecimento e respeito mútuos. Cada vez mais, as agências de desenvolvimento estão descobrindo e utilizando símbolos e formas mais eficazes de comunicação para transmitir mensagens nas diferentes culturas. Ao invés de difundir mensagens de concepção própria sobre mudança de comportamento, as agências se engajam com as comunidades, utilizando formas de comunicação variadas como canções, dança e teatro para iniciar o diálogo e envolver as pessoas na construção de estratégias para enfrentar violações de direitos e promover a igualdade de gênero de uma forma que seja adequada para cada contexto.



7

Negociação Cultural: Algumas Conclusões

O ponto de partida deste relatório é a validade universal e a aplicação do marco internacional dos direitos humanos. O entendimento de como os valores, as práticas e as crenças afetam o comportamento humano é fundamental para a concepção de programas eficazes que ajudem as pessoas e as nações a exercer os direitos humanos. Em nenhum outro contexto esse entendimento é mais importante do que na área de relações de poder entre homens e mulheres e seu impacto na saúde e direitos reprodutivos. A prática do desenvolvimento está firmemente situada nessenexo de cultura, relações de gênero e direitos humanos. É a partir daí que intervenções criativas e sustentáveis emergem.

A cultura é uma fonte de conhecimento, identidade e poder. Ainda assim, as culturas são dinâmicas, adaptam-se a circunstâncias em transformação e elas mesmas contribuem para a mudança. O ímpeto para uma mudança cultural pode provir de circunstâncias externas, mas as transformações vêm do interior, por meio de processos específicos à cultura.

► *As agências internacionais de desenvolvimento ignoram a cultura – ou a marginalizam – por sua conta e risco. A promoção dos direitos humanos requer uma apreciação da complexidade, fluidez e centralidade da cultura, identificando e estabelecendo parcerias com agentes locais de mudança.*

Essa parceria é especialmente valiosa numa conjuntura de rápida mudança das circunstâncias externas, que incluem as mudanças climáticas e a globalização econômica.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais, como a maneira por meio da qual a cultura é negociada com sucesso, representam a integração das dimensões econômica, política, social e de outra natureza com o objetivo de elaborar um quadro abrangente de como as pessoas operam em seus contextos sociais e o porquê das escolhas que fazem. Ao fazer isso, o relatório demonstra a força de uma abordagem sensível às diferenças culturais para concretizar a igualdade de gênero e os direitos humanos.

◀ *Um grupo de homens mais velhos no Tadjiquistão. Em muitas culturas, pequenos grupos de anciãos têm tradicionalmente tomado decisões que afetam toda a comunidade.*

© Warrick Page/Panos

► ***Abordagens baseadas no conhecimento cultural dão viabilidade à formulação de políticas – e permitem a elaboração da “política cultural” requerida no âmbito dos direitos humanos.***

Este relatório ilustra como crenças culturais arraigadas dão sustentação às desigualdades de gênero e como a violência associada ao gênero é perpetuada por meio de normas culturais e sociais, algumas delas reforçadas e perpetuadas pelas próprias mulheres. Ao mesmo tempo, os avanços em questões de igualdade de gênero nunca vieram sem embates culturais contra as dimensões visíveis e invisíveis do poder – ou seja, uma “cultura política” que abranja a criação de alternativas aos significados culturais dominantes.

Uma abordagem que interprete a cultura analisando características como sua história, relações e dinâmicas de poder, política e economia é capaz de ir além de *como* as coisas são e entender o *porquê* de elas serem como são; como elas podem estar em processo de mudança e o que está influenciando esse processo. Essa “política cultural” é importante para uma formulação eficaz de políticas; fornece um contexto, permite parcerias estratégicas, identifica espaços para intervenção e garante que as políticas apóiem e estejam alinhadas com as iniciativas locais.

À medida que o marco dos direitos humanos foi ganhando contorno, a linguagem e a política dos direitos humanos abriram espaço para as mudanças culturais. As pessoas estão utilizando a linguagem dos direitos para fazer suas próprias reivindicações, já que essa é a linguagem da resistência à privação e à opressão que é comum a todas as culturas. A negociação cultural com um enfoque nos direitos humanos questiona, deslegitima e, em última instância, erode a opressão de forma eficaz.

Descobrir o que faz sentido para as pessoas e aquilo em que elas acreditam e pensam e, dessa forma, trabalhar com esse conhecimento, não requer igual aceitação de todos os valores e práticas. A fluência cultural oferece importantes percepções sobre crenças e práticas culturais prejudiciais, assim como sobre aspectos positivos e que promovem o empoderamento, os quais podem alicerçar práticas

baseadas nos direitos. Isso é um requisito necessário e constante para a consolidação da legitimidade cultural que facilita a promoção dos direitos humanos.

► ***A fluência cultural determina como os sistemas de significados, a oposição econômica e política ou as políticas de apoio evoluem – e podem ser desenvolvidos.***

Questões relativas à população nas esferas comunitária, familiar e individual equivalem a decisões sobre o número de filhos que se quer ter e quando tê-los; decisões sobre assistência médica e comportamento relacionado à saúde; o investimento feito nas crianças (freqüentemente em função de seu gênero e das perspectivas de renda futura para a família) e a qualidade do atendimento que será prestado à mãe e à criança. Todas essas decisões são tomadas no âmbito de contextos culturais específicos.

Essas decisões influenciam os taxas de pobreza e as políticas em qualquer país específico. Os taxas de mortalidade materna, por exemplo, espelham as enormes discrepâncias entre aqueles que têm e aqueles que não têm recursos, tanto dentro da sociedade como entre países. Ao mesmo tempo, os indicadores de saúde materna são utilizados para aferir o desempenho do sistema de saúde em termos de acesso, igualdade de gênero e eficiência institucional. É importante identificar e avaliar as dimensões dessas interseccionalidades durante a formulação e implementação das políticas. A oposição ao fornecimento de informações e serviços – na área da saúde reprodutiva dos adolescentes, por exemplo – mesmo acontecendo na arena política, tem sua raiz na cultura.

Remessas de migrantes são muito mais do que um fenômeno econômico – elas demonstram como as culturas decifram e traduzem responsabilidades e obrigações familiares e comunitárias para oferecer segurança. De maneira similar, a cultura desempenha um papel importante na determinação da rejeição ou aceitação dos migrantes e das políticas que os países de destino adotam em resposta à migração. A cultura é um aspecto da dinâmica do tráfico, que é prejudicial



▲ Policiais no Haiti. É necessário mais ação para inserir mulheres em profissões tradicionalmente dominadas por homens, como as atividades policiais.
© Carina Wint

tanto para as comunidades de origem como para as de destino. A fluência cultural implica consciência da centralidade da cultura, do campo das interações culturais e da natureza, amplitude e modalidade das parcerias necessárias para enfrentar essas questões.

► ***Para desenvolver a fluência cultural, o UNFPA propõe uma “lente cultural” como ferramenta de programação.***

A cultura ajuda a identificar os vários fatores na contestação e na mudança das práticas que alicerçam a desigualdade de gênero. Ajuda o UNFPA a trabalhar com seus parceiros que negociam com indivíduos, grupos e comunidades e a construir alianças para a efetivação dos direitos humanos por meio de uma concepção de programação eficaz.

Perspectivas com sensibilidade cultural fazem uma apreciação das diferentes dimensões do poder e de

como o poder opera dentro das culturas. As pessoas podem dar valor e aceitar as normas culturais sem que sejam persuadidas a fazer isso, mas as culturas também são manipuladas para sustentar estruturas e relações de poder. A dominação cultural visível é mais fácil de ser reconhecida do que as dimensões ocultas e invisíveis do poder. O poder oculto não permite que algumas questões sequer alcancem a agenda de discussão. O poder invisível ou internalizado talvez seja a forma mais contumaz. As pessoas podem aceitar normas culturais que lhes são prejudiciais porque elas têm uma visão negativa de si mesmas. As diferentes formas de poder têm implicações diferentes para as políticas e as abordagens sensíveis às diferenças culturais devem ajustar-se a elas.

Ao apoiarem os esforços nacionais em favor do empoderamento da mulher e da igualdade de gênero, as abordagens sensíveis às diferenças culturais transcendem a dinâmica de poder visível e buscam responder e entender como o poder ganha contornos na interseção das vidas de mulheres e homens (pública, privada e íntima). Essas abordagens permitem a identificação de como as pressões culturais em torno do gênero podem aumentar a vulnerabilidade dos homens a agravos à saúde sexual, ao aumentarem o comportamento de risco. Isso, por sua vez, reduz a probabilidade de que os homens procurem ajuda; ao invés disso, eles podem buscar múltiplas parceiras em seu afã de provar a si mesmos que são “homens de verdade”. As pressões culturais em torno da masculinidade, associadas à repressão sexual, elevam a incidência de estupro e outras formas de violência associada ao gênero.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais reconhecem que as construções sociais de “gênero”, “liberdade” e “igualdade” terão diferentes significados em diferentes culturas; intervenções padronizadas podem causar mais mal do que bem. Há muitos exemplos em contextos de conflito armado, quando os homens são retratados como sendo agressores e tiranos e as mulheres como passivas, ignorantes e impotentes para modificar relações de poder que lhes são prejudiciais. Tais suposições de vulnerabilidade podem impedir que os prestadores de serviços de

desenvolvimento enxerguem a capacidade de adaptação e a criatividade das pessoas afetadas pelos conflitos armados. Tal excessiva simplificação pode produzir uma reação contra a assistência ao desenvolvimento, e jogar a favor daqueles que se opõem ao empoderamento da mulher e à igualdade de gênero.

► ***Abordagens sensíveis às diferenças culturais demandam marcos operacionais e analíticos diferentes e requerem introspecção por parte da comunidade do desenvolvimento.***

As abordagens sensíveis às diferenças culturais demandam que as realidades humanas, fundamentalmente incluindo as culturas, sejam a base para as políticas e não o raciocínio abstrato, teorias grandiosas e suposições generalizadas sobre preferências e objetivos humanos.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais rejeitam o etnocentrismo rígido. Elas reconhecem que a saúde materna e o envelhecimento, por exemplo, podem ter significados muito diferentes nos diferentes contextos culturais. Elas tratam de compreender essas diferenças e significados – por que e como as pessoas (homens e mulheres) pensam e agem de certa forma – sem supor que as pessoas devam pensar e agir da mesma forma que “nós”.

Lidar com os etnocentrismos das instituições de desenvolvimento pode ser particularmente desafiador, uma vez que a prática da reflexão requer que cada pessoa confronte sua própria dimensão cultural. Também requer uma análise clara de como as organizações e as pessoas exercem o poder e com que efeitos.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais evitam generalizações indiscriminadas sobre as pessoas e suas culturas. Não permitem suposições pré-concebidas sobre as intenções, prioridades e capacidades das pessoas, mas dedicam tempo a aprender sobre, adequar-se a e fortalecer os esforços das próprias pessoas. Reconhecem que pessoas no mesmo contexto cultural podem ter valores e

objetivos diferentes. Buscam um conhecimento local profundo – a fluência – e relações que possam dar a base para o diálogo e a mudança recíproca.

A sensibilidade cultural e o engajamento terão um propósito instrumental muito restrito se seu objetivo único for utilizar mecanismos culturais para mudar os “outros”. Abordagens sensíveis às diferenças culturais proporcionam uma plataforma para a reflexão crítica sobre as culturas e sobre como elas influenciam os processos de desenvolvimento. Incentivam as organizações e os indivíduos que têm preocupação com o desenvolvimento a confrontar e modificar suas formas convencionais de pensar e trabalhar.

Este relatório demonstra que os profissionais do desenvolvimento ignoram a cultura por sua conta e risco. Não porque a cultura seja tudo, mas porque a pobreza, a saúde precária, a falta de instrução e o conflito também contribuem para destruir e prejudicar a cultura. Há, portanto, um forte vínculo entre fluência cultural, política cultural e o enfrentamento das causas que estão na raiz da tensão e da negação dos direitos humanos.

A fluência cultural é parte integral de uma abordagem multidimensional para o desenvolvimento e não um método de análise distinto e superior. As abordagens sensíveis às diferenças culturais incentivam a humildade entre aqueles que trabalham com as comunidades em prol do bem-estar de seus integrantes, sem discriminação. Elas se preocupam com a construção dos relacionamentos de reconhecimento, respeito e confiança que são fundamentais para o desenvolvimento humano.



Construindo Consenso: Cultura, Gênero e Direitos Humanos

12 de novembro de 2008

Prezado(a) Editor(a):

O *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008* do UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas, é publicado poucos dias antes da celebração do Dia Internacional para a Tolerância, 16 de novembro, o qual pede respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos, sem qualquer distinção de raça, sexo, língua ou religião. Também coincide com o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O relatório clama por abordagens ao desenvolvimento que sejam sensíveis às diferenças culturais, para promover os direitos humanos em geral e, em particular, os direitos da mulher.

O *Relatório sobre a Situação da População Mundial* diz que não deveria haver conflito entre direitos humanos e valores culturais, uma vez que os direitos humanos expressam valores que são universais a todas as culturas. Todavia, práticas que infringem os direitos humanos podem ser encontradas em todas as culturas. A prática de se abraçar as realidades culturais pode revelar as maneiras mais eficazes de se questionar práticas culturais prejudiciais e fortalecer as que são benéficas. A intenção do relatório é demonstrar como isso funciona na prática.

O relatório diz que as abordagens sensíveis às diferenças culturais, entre outros aspectos, buscam as relações e o conhecimento local que podem prover a base para o diálogo e mudanças positivas, evitar generalizações e incentivar a humildade entre aqueles que trabalham com as comunidades.

Novamente em 2008, o UNFPA está publicando um suplemento jovem ao *Relatório sobre a Situação da População Mundial. Geração da Mudança: Os Jovens e a Cultura*, mostra histórias de mulheres e homens jovens, suas experiências e realizações em diferentes culturas.

Estou certa que o(a) Sr.(Sra.) considerará o relatório e o suplemento fontes valiosas de notícias, reportagens e editoriais. O *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008* e o suplemento *Geração da Mudança: Os Jovens e a Cultura* estão sob embargo até as 12 HORAS GMT de 12 de novembro de 2008.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Safiye Çağar', is positioned above the typed name.

Safiye Çağar

Diretora

Divisão de Informação e Relações Exteriores

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas

Notas e Indicadores

Notas 94

Indicadores

Monitoramento das Metas da CIPD:
Indicadores Seleccionados 98

Indicadores Demográficos, Sociais e Econômicos 102

Indicadores Seleccionados para Países/Territórios
Menos Populosos 106

Notas dos Indicadores 108

Notas Técnicas 109

CAPÍTULO 1

- 1 UNFPA. 1994. "Princípios" do Programa de Ação da CIPD adotados na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Cairo: UNFPA.
- 2 UNFPA. s.d. *Situação da População Mundial*. Nova York: UNFPA.
- 3 Sen, A. 2004. "How Does Culture Matter?" em *Culture and Public Action*, editado por V. Rao e M. Walton. Stanford: Stanford University Press.
- 4 Ver Capítulo 2 para uma discussão mais aprofundada.
- 5 UNESCO. 1997. *Our Creative Diversity: Report of the World Commission on Culture*. Paris: Oxford & IBH Publishing Co. / UNESCO Publishing.
- 6 PNUD. 2004. *Cultural Liberty in Today's Diverse World*. Nova York: PNUD.
- 7 UNFPA. A ser publicado em 2008. "Indonesia: Ending violence against women and keeping the faith", em *Programação para lidar com a Violência contra a Mulher: Oito Estudos de Caso*. Nova York: UNFPA.
- 8 Ibid.
- 9 LeBaron, M. 2003. "Culture and Conflict", em *Beyond Intractability*, editado por G. Burgess e H. Burgess. Boulder: Conflict Research Consortium, University of Colorado.
- 10 UNFPA. 2004. Wole Sovinka, Nigeriano Laureado com o Prêmio Nobel, citado em "Citações sobre a Cultura e Abordagens Sensíveis às Diferenças Culturais". Website: <http://www.unfpa.org/culture/quotes.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 11 UNFPA. 2004. *Culture Matters: Working with Communities and Faith-based Organizations — Estudos de Caso de Programas de Países*. Nova York: UNFPA.
- 12 Geertz, C. 1973. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. Nova York: Basic Books.
- 13 UNFPA. 2004. "Citações sobre Cultura e Abordagens Sensíveis às Diferenças Culturais". Website: <http://www.unfpa.org/culture/quotes.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 14 Ross, M.H. 1997. "Culture and Identity in Comparative Political Analysis" em *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*, editado por M. Lichbach e A. Zuckerman. Cambridge: Cambridge University Press.
- 15 Schalkwyk J. 2000. "Cultura, Igualdade de Gênero e Cooperação para o Desenvolvimento". Artigo não publicado preparado para a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.
- 16 Bourdieu, P. 1980. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- 17 Ross, M.H. 1997. Op. cit.
- 18 Chabal, P. e J. Daloz. 1988. *Culture Troubles: Politics and the Interpretation of Meaning*. Londres: Hurst and Company.
- 19 Ibid.
- 20 UNESCO. 2001. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO.
- 21 Sen, A. 2004. Op. cit.
- 22 Bourdieu, P. 1980. Op.cit.
- 23 UNFPA. 2004. Pastor Pax Tan Chiow Lian, citado em "Citações sobre a Cultura e Abordagens Sensíveis às Diferenças Culturais". Website: <http://www.unfpa.org/culture/quotes.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 24 Said, E. 2003. *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*, Londres: Penguin Books.
- 25 Mohanty, C. 2003. *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham: Duke University Press.
- 26 Marshall, K. 2005. "Religious Faith and Development: Rethinking Development Debates". Artigo apresentado durante a Conferência das ONGs Religiosas e Desenvolvimento Internacional, Oslo, Noruega, 7 de abril de 2005. Website: <http://www.vanderbilt.edu/csdc/PDFs%20and%20jpps/marshall-debates.pdf>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 27 Knutsson, K.E. 2005. "Sem Cultura não há Desenvolvimento Sustentável: Algumas Reflexões sobre o Assunto". Artigo não publicado apresentado durante o seminário "Research Collaboration in the Fields of Culture and Sustainable Development", realizado em Stjersund, Suécia, em setembro de 2000.
- 28 Nações Unidas. 1986. *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento* (A/RES/41/128). Nova York: Assembléia Geral das Nações Unidas.
- 29 Harragin, S. 2004. "Relief and an Understanding of Local Knowledge: The Case of Southern Sudan", em *Culture and Public Action*, editado por V. Rao e M. Walton. Stanford: Stanford University Press.
- 30 Njoh, A. 2006. *Tradition, Culture and Development in Africa*. Burlington: Ashgate Publishing Company.
- 31 Chabal, P. e J. Daloz. 1988. *Culture Troubles: Politics and the Interpretation of Meaning*. Londres: Hurst and Company.
- 32 Geertz, C. 1983. *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. Londres: Perseus Books.
- 33 Murray, S. 2001. *Changing Culture, Changing Rights*. Oxford: Oxford University Press.
- 34 An-Na'im, A. 1990. "Problems of Universal Cultural Legitimacy for Human Rights", em *Human Rights in Africa: Cross-Cultural Perspectives*, editado por A. An-Na'im e F. M. Deng. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- 7 Chanock, M. 2002. "Human Rights and Cultural Branding: Who Speaks and How", em *Cultural Transformation and Human Rights in Africa*, editado por A. An-Na'im. Londres: Zed Books.
- 8 Associação Americana de Antropologia. 1947. "Statement on Human Rights", *American Anthropologist*, 49: 539.
- 9 Murray, S. 2001. *Changing Culture, Changing Rights*. Oxford: Oxford University Press.
- 10 Nyamu-Musembi, C. 2005. "Toward an Actor-Oriented Perspective on Human Rights", em *Meanings and Expressions of Citizenship: Perspectives from the North and South*, editado por N. Kabeer. Londres: Zed Books.
- 11 UNFPA. 2003. *Addressing Violence against Women: Piloting and Programming*. Nova York: UNFPA.
- 12 UNFPA. 2008. Lao Tsu, citado em *Integrando Direitos Humanos, Cultura e Gênero na Programação - Manual do Instrutor*, Workshop de Treinamento Cultural, Brasília, Brasil, junho de 2008.
- 13 Sen, A. 2004. "How Does Culture Matter?" em *Culture and Public Action*, editado por V. Rao and M. Walton. Stanford: Stanford University Press.
- 14 An-Na'im, A. 1990. "Human Rights in the Muslim World: Socio-Political Conditions and Scriptural Imperatives" em *Harvard Human Rights Journal*, Volume 3, Primavera: 20.
- 15 An-Na'im, A. 1992. "Toward a Cross-Cultural Approach to Defining International Standards of Human Rights", em *Human Rights in Cross-Cultural Perspective*, editado por A. An-Na'im. Filadélfia: University of Philadelphia Press.
- 16 UNFPA. 2008. *Integrando Direitos Humanos, Cultura e Gênero na Programação - Manual do Instrutor*, Workshop de Treinamento Cultural, Brasília, Brasil, junho de 2008.
- 17 An-Na'im, A. 1990. Op. Cit.

CAPÍTULO 2

- 1 An-Na'im, A. 1990. *Toward an Islamic Reformation: Civil Liberties, Human Rights and International Law*. Syracuse: Syracuse University Press.
- 2 Nações Unidas. 1945. *Carta das Nações Unidas*. São Francisco: Nações Unidas.
- 3 Nações Unidas. 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Francisco: Nações Unidas.
- 4 Ibid.
- 5 Ibid.
- 6 Nyamu-Musembi, C. 2005. "Toward an Actor-Oriented Perspective on Human Rights",

- 18 An-Na'im, A. 1992. Op.cit.
- 19 Thoraya Ahmed Obaid, Diretora Executiva do UNFPA.
- 20 UNFPA. 2004. *Culture Matters: Working with Communities and Faith-based Organizations — Estudos de Caso de Programas de Países*. Nova York: UNFPA.
- 21 Nyamu-Musembi, C. 2002. "Are Local Norms and Practices Fences or Pathways? The Example of Women's Property Rights", em *Cultural Transformation and Human Rights in Africa*, editado por A. An-Na'im. Londres: Zed Books.
- 22 Clark, C. e M. Reilly. *Rights-Based Approaches and Beyond: Challenges of Linking Rights and Participation*. Sussex: Institute of Development Studies.
- 23 UNFPA. 2008. *Integrando Direitos Humanos, Cultura e Gênero na Programação - Manual do Instrutor*, Workshop de Treinamento Cultural, Brasília, Brasil, junho de 2008.
- 24 Nações Unidas. 2007. *Relatório do Relator Especial sobre a Violência contra a Mulher, suas Causas e Conseqüências - Intersecções entre Cultura e Violência contra a Mulher (A/HRC/4/34)*. Nova York: Nações Unidas.
- 6 Nações Unidas. 1995. *Plataforma de Ação de Pequim*, op. cit. Artigos 38-40.
- 7 Nações Unidas. 2000. "Women 2000: Gender Equality, Development and Peace for the Twenty-first Century". Seção Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 5-9 de junho de 2000.
- 8 Nações Unidas. 2000. *Declaração do Milênio (A.55.2)*. Nova York: ONU.
- 9 UNFPA. 2005. *Cultural Programming: Reproductive Health Challenges and Strategies in East and South-East Asia*. Nova York: UNFPA.
- 10 Hawthorne, S. M. 2006. *Origins, Genealogies, and the Politics of Identity: Towards a Feminist Philosophy Of Myth*. Londres: School of Oriental and Asian Studies.
- 11 Spindel, Cheywa, Elisa Levy and Melissa Connor. 2000. *With an End in Sight: Strategies from the UNIFEM Trust Fund to Eliminate Violence Against Women*. Nova York: UNIFEM.
- 12 FMI. 2000. *Poverty Reduction Strategy Paper — Uganda's Poverty Eradication Action Plan Summary and Main Objectives*. Kampala: Ministério da Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento Econômico.
- 13 Yates J. e J. Moncrieffe. 2002. *Synthesis of Uganda's Participatory Poverty Assessment Cycle 1 Findings*. Londres: Earthscan.
- 14 Bachrach, P. e M. Baratz. 1962. "Two Faces of Power", em *The American Political Science Review* 56(4): 947-952.
- 15 Ibid.
- 16 Veneklasen, L. com V. Miller. 2002. *A New Weave of Power, People and Politics*. Warwickshire: Practical Action Publishing.
- 17 Chanock, M. 2002. "Human Rights and Cultural Branding: Who Speaks and How?" em *Cultural Transformation and Human Rights in Africa*, editado por A. An-Na'im. Londres: Zed Books.
- 18 Chanock, M. 2002. Op. cit.
- 19 UNFPA. 2005. Op. cit.
- 20 Sardenberg C. 2007. "Negotiating Cultures: Promoting Gender Equality and Empowering Women". Documento de apoio para o *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008*, Nova York: UNFPA.
- 21 Em conformidade com a Resolução da Assembléia Geral A/RES/62/208, as "atividades operacionais do UNFPA são empreendidas para beneficiar os países com programas, mediante requisição daqueles países e de acordo com suas políticas e prioridades de desenvolvimento".
- 22 UNFPA. 1994. *Programa de Ação da CIPD*, parágrafo 1.15. Nova York: UNFPA.
- 23 Veneklasen, L. com V. Miller. 2002. Op. cit.
- 24 UNFPA. 2008. *Integrando Direitos Humanos, Cultura e Gênero na Programação - Manual do Instrutor*, Workshop de Treinamento Cultural, Brasília, Brasil, junho de 2008.
- 25 Veneklasen, L. com V. Miller. 2002. Op. cit.
- 26 Banda e Chinkin, 2004. *Gender, Minorities and Indigenous Peoples*. Londres: MRG.
- 27 Ibid.
- 28 Ibid.
- 29 UNFPA. 2008. Op. cit.
- 30 Rao, V. e M. Walton, 2006. *Culture and Public Action*. Stanford: Stanford University Press.
- 31 Lavrin, A. 1998. "International Feminisms: Latin American Alternatives", em *Gender & History*, Vol. 10(3): 525.
- 32 Ibid.
- 33 Nyamu-Musembi, C. 2005. "An Actor Oriented Approach to Rights in Development", em *Developing Rights?* IDS Bulletin, Volume 36, Número 1. Sussex: Institute of Development Studies.
- 34 Women, Faith and Development Alliance. "Mission". Website: <http://www.wfd-alliance.org/AUmission.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 35 Rede de Desenvolvimento e Comunicação das Mulheres Africanas (FEMNET). 2008. Website: <http://www.femnet.or.ke/subsubsection.asp?ID=8>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 36 UNFPA. 2008. Op. cit.
- 37 IDS. 2008. *Report on the Politicising Masculinities Symposium*. Sussex: Institute for Development Studies. Website: http://64.233.169.104/search?q=cache:v_XjaZ2-FHEJ:www.siyanda.org/docs/esplen_greig_masculinities.pdf+IDS+2008,+Report+on+the+Politicising+Masculinities+Symposium+hl=en&ct=clnk&cd=4&gl=us, acessado em 15 de junho de 2008.
- 38 Ibid.
- 39 Ibid.
- 40 UNFPA. 2006. "Ending Violence Against Women". Website: <http://www.unfpa.org/endingviolence/>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 41 UNFPA. 2006. "Kindling Hope in Northern Ethiopia by Keeping Adolescent Girls in School", in *UNFPA Feature*. Website: <http://www.unfpa.org/news/news.cfm?ID=947&Language=1>, acessado em 15 de junho de 2008.

CAPÍTULO 3

- 1 A Professora Cecilia Sardenberg contribuiu com parte do material deste capítulo e também escreveu um documento de apoio.
- 2 UNFPA. 2008. Lao Tsu, citado em *Integrando Direitos Humanos, Cultura e Gênero na Programação - Manual do Instrutor*, Workshop de Treinamento Cultural, Brasília, Brasil, junho de 2008.
- 3 Nações Unidas. 1995. *Plataforma de Ação de Pequim*. Nova York: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão para a Promoção da Mulher.
- 4 UNFPA. 2008. *Gender Equality: An End in Itself and a Cornerstone of Development*. Website: <http://www.unfpa.org/gender/index.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 5 Nações Unidas. 1995. *Plataforma de Ação de Pequim*, op. cit.

CAPÍTULO 4

- 1 UNFPA. 1994. *Programa de Ação da CIPD*, adotado na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Nova York: UNFPA.
- 2 Nações Unidas. 2006. *Relatório do Secretário Geral: In-depth Study on all Forms of Violence Against Women*. Nova York: ONU.
- 3 Men for Gender Equality Now — rede queniana de homens trabalhando para acabar com a violência associada ao gênero. 2008. Website: <http://www.changemakers.net/en-us/node/313>, acessado em 19 de junho de 2008.
- 4 Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento. 2008. *Addressing Violence Against Palestinian Women*. IDRC Bulletin. Website: http://www.idrc.ca/en/ev-5311-201-1-DO_TOPIC.html, acessado em 19 de junho de 2008.
- 5 Inhorn, M. e F. Van Balen. 2002. *Infertility around the Globe: New Thinking on Childlessness, Gender,*

- and Reproductive Technologies. Berkeley: University of California Press.
- 6 Visaria, L., 2007. "Deficit of Girls in India: Can It be Attributed to Female Selective Abortion?" em *Sex Selective Abortion in India*, editado por T. Patel. Deli: Sage Publications.
- 7 Inhorn, M. e F. Van Balen. 2002. *Infertility around the Globe: New Thinking on Childlessness, Gender, and Reproductive Technologies*. Berkeley: University of California Press.
- 8 Ibid.
- 9 UNFPA e UNICEF. "The Government of Guinea Bissau, in Partnership with UNICEF and UNFPA, Launches a Joint Programme for the Abandonment of Female Genital Mutilation Through Tostan Community-Led Strategy." Comunicado à Imprensa, 9 de junho de 2008, Nova York.
- 10 Dudgeon, M. e M. Inhorn. 2004. "Men's influences on Women's Reproductive Health: Medical Anthropological Perspectives", em *Social Science and Medicine*. (59):1379-1395.
- 11 UNFPA. 2006. "Lessons from the Field—Cambodia". Website: http://www.unfpa.org/culture/case_studies/cambodia.htm, acessado em 15 de junho de 2008.
- 12 UNFPA. 2006. "Zimbabwe: Indigenous Christian Churches Make an About Turn on HIV Prevention", em *Nova Reportagem*. Website: <http://www.unfpa.org/news/news.cfm?ID=786>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 13 UNFPA. 2008. *Preventions for Life, HIV/AIDS: Dispatches from the Field*. Nova York: UNFPA.
- 14 PNUD, Associação de População, e UNFPA. 2007. *The Dynamics of Honour Killings in Turkey: Prospects for Action*. Nova York: UNFPA e PNUD.
- 15 Nações Unidas. 2006. *Relatório do Secretário Geral: In-depth Study on all Forms of Violence Against Women*. Nova York: ONU.
- 16 Ibid.
- 17 UNFPA. 2006. "Maternal Morbidity: Surviving Childbirth, but Enduring Chronic Ill-Health." *Maternal Health Fact Sheet*. Website: <http://www.unfpa.org/> mothers/morbidity.htm, acessado em 15 de junho de 2008.
- 18 UNFPA. 2008. "Good Neighbours: UNFPA Trains Nigerian Men and Women to Bring Better Reproductive Health to their Communities", em *Reportagem do UNFPA*. Website: <http://www.unfpa.org/news/news.cfm?ID=1087>, acessado em 19 de junho de 2008.
- 19 UNFPA. 2008. "Campaign to End Fistula—Sudan". Website: <http://www.endfistula.org/sudan.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 20 UNFPA. 2008. "Campaign to End Fistula". Website: <http://www.endfistula.org>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 21 Ibid.
- 22 Nações Unidas. 1995. *Plataforma de Ação de Pequim*. Nova York: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão para a Promoção da Mulher.
- 23 Nações Unidas. 2001. *Declaração de Compromisso na Luta Contra o HIV/AIDS*. (A/26/2). Nova York: ONU.
- 24 Dudgeon, M. e M. Inhorn. 2004. Op. cit.
- 25 Alan Guttmacher Institute. 2003. *In Their Own Right: Addressing the Sexual and Reproductive Health Needs of Men Worldwide*. Nova York: AGI.
- 26 Weiss, E. e G.R. Gupta. 1998. *Bridging the Gap: Addressing Gender and Sexuality in HIV Prevention*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women.
- 27 Orubuloye, I.O. e J.C. Caldwell. 1993. "African Women's Control over their Sexuality in an Era of AIDS: A study of the Yoruba of Nigeria", em *Social Science & Medicine* (37):859-872.
- 28 Mane, P. e P. Aggleton. 2001. "Gender and HIV/AIDS: What Do Men Have to Do with It?" *Current Sociology* 49(6): 23-37.
- 29 Rivers, K. e P. Aggleton. 2001. *Men and the HIV Epidemic*. Nova York, PNUD.
- 30 Weiss, E. e G.R. Gupta. 1998. Op. cit.
- 31 Rivers, K. e P. Aggleton. 2001. Op. cit.
- 32 Magongo, B., S. Magwaza, V. Mathambo e N. Makhanya. 2002. "National Report on the Assessment of the Public Sector's Voluntary Counselling and Testing Programme". Durban: Health Systems Trust.
- 33 Weiss, E. e G.R. Gupta. 1998. *Bridging the Gap: Addressing Gender and Sexuality in HIV Prevention*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women.
- 34 Hudspeth, J., W.D.F. Venter, A. Van Rie, J. Wing and C. Feldman. 2004. "Access to and Early Outcomes of a Public South African Antiretroviral Clinic", em *The Southern African Journal of Epidemiology and Infection* 19(2): 48-51.
- 35 Nachega, J., M. Hislop, D. Dowdy, M. Lo, S. Omer, L. Regensberg, R. Chaisson e G. Maartens. 2006. "Adherence to Highly Active Antiretroviral Therapy Assessed by Pharmacy Claims Predicts Survival in HIV-Infected South African Adults", em *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes* 43(1): 78-84.
- 36 Population Council. 2004. "Involving Young Men in HIV Prevention Programs: Operations Research on Gender-based Approaches in Brazil, Tanzania, and India", em *Horizons*. Nova York: Population Council.
- 37 Rivers, K. e P. Aggleton. 2001. Op. cit.
- 38 Population Council. 2004. Op. cit.
- 6 Abbasi-Shavazi, M. 2002. "Recent changes and the future of fertility in Iran". Relatório apresentado durante a reunião do Grupo Especializado das Nações Unidas sobre a Conclusão da Transição da Fecundidade (ESA/P/WP.172). Nova York: ONU.
- 7 Cleland, J. 1994. *The determinants of reproductive change in Bangladesh: Success in a challenging environment*. Washington D.C.: Banco Mundial.
- 8 Unnithan, M. 2004. "Conception technologies, local healers and negotiations around childbearing in Rajasthan". Capítulo 5 em *Reproductive Agency, Medicine and the State: Cultural Transformations in Childbearing, Fertility, Reproduction and Sexuality*. Nova York: Berghahn Books.
- 9 UNFPA. 2006. "Facts About Safe Motherhood". Website: <http://www.unfpa.org/mothers/facts.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 10 OMS. 2004. *Making pregnancy safer: The critical role of the skilled attendant — Comunicado Conjunto da OMS, ICM e FIGO*. Genebra: OMS.
- 11 OMS. 2008. "Proportion of births attended by a skilled health worker — 2008 updates". Informações básicas - Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa. Genebra: OMS.
- 12 Wilder, J. 2008. "Ethiopia's Health Extension Program: Pathfinder International's support 2003-2007". Adis Abeba: Pathfinder International.
- 13 UNAIDS. 2007. *Relatório de Atualização sobre a Epidemia de Aids — Relatório Conjunto da UNAIDS e da OMS*. Genebra: UNAIDS.
- 14 Nações Unidas. 2006. *Migração Internacional e Desenvolvimento, Relatório do Secretário-Geral* (A/60/871). Nova York: ONU.
- 15 Banco Mundial. 2008. *Perspectiva Econômica Global 2006. Difusão Tecnológica num Mundo em Desenvolvimento*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- 16 Fajnzylber, P. e H. Lopez. 2006. *Close to Home: The Development Impact of Remittances in Latin America*. Washington D.C.: Banco Mundial.

CAPÍTULO 5

- 1 Sen A. 1993. "Capability and well-being", em *The Quality of Life. A study prepared for World Institute for Development Economics Research*, editado por M. Nussbaum e A. Sen. Oxford: Oxford University Press.
- 2 PNUD. 2004. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Nova York: PNUD.
- 3 Banco Mundial. 2007. *Socio-economic differences in health, nutrition and population within developing countries, An Overview, Country reports on HNP and poverty*. Washington D.C.: Banco Mundial.
- 4 Ibid.
- 5 Merrick, T. 2002. "Population and poverty: New views on an old controversy", em *International*

- 17 UNFPA. 2006. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2006: Vislumbrando a Esperança - As mulheres e a Migração Internacional*. Nova York: UNFPA.
- 18 Unnithan, M. 2004. Op. cit.
- 19 Ibid.

CAPÍTULO 6

- 1 Stockholm International Peace Research Institute. 2008. *SIPRI Yearbook 2008: Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press.
- 2 El Jack, A. 2003. *Gender and Armed Conflict*. Sussex: Institute of Development Studies.
- 3 Women for Women International. 2007. "Ending Violence Against Women in Eastern Congo: Preparing Men to Advocate for Women's Rights", em Relatório Trimestral da organização *Women for Women International*, Inverno de 2007. Website: http://www.womenforwomen.org/news-women-for-women/files/MensLeadershipFullReport_002.pdf, acessado em 15 de junho de 2008.
- 4 Byrne, B. 1996. "Towards a gendered understanding of conflict", em *Institute for Development Studies Bulletin* 27(3) 31-40. Sussex: IDS.
- 5 The Advocates for Human Rights. 2008. "Sexual Assault During Armed Conflict". Stop Violence Against Women website: www.stopvaw.org/Sexual_Assault_During_Armed_Conflict.html, acessado em 15 de junho de 2008.
- 6 Dolan, C. 2002. "Collapsing Masculinities and Weak States", em F. Cleaver, ed., *Masculinities Matter*. Londres: Zed Books.
- 7 Byrne, B. 1996. Op. cit.
- 8 UNICEF, UNFPA, UNIFEM. 2008. *A Rapid Assessment of Gender-based Violence During the Post-Election Violence in Kenya*. Nova York: UNICEF, UNFPA, UNIFEM.
- 9 Dolan, C. 2002. Op. cit.
- 10 Nações Unidas. 2000. "Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Mulher, Paz e Segurança." (S/RES/1325). Nova York: ONU.
- 11 Nações Unidas. 2000. *Declaração de Windhoek e o Plano de Ação da Namíbia sobre*

- a Transversalização da Perspectiva de Gênero em Operações Multidimensionais de Apoio à Paz*. Adotada em Windhoek, Namíbia em 31 de maio de 2000. Website: www.un.org/womenwatch/osagi/wps/windhoek_declaration.pdf, acessado em 15 de junho de 2008.
- 12 El Jack, A. 2003. *Gender and Armed Conflict*. Sussex: Institute of Development Studies.
- 13 UNFPA. 2006. *Women are the Fabric: Reproductive Health for Communities in Crisis*. Nova York: UNFPA.
- 14 Byrne, B. 1996. Op. cit.
- 15 El Jack, A. 2003. Op. cit.
- 16 Ibid.
- 17 Ibid.
- 18 Ibid.
- 19 Ibid.
- 20 UNICEF, UNFPA, UNIFEM. 2008. Op. cit.
- 21 Ibid.
- 22 Best, M. e P. Hussey. 2005. *A Culture of Peace: Women, Faith and Reconciliation*. Londres: Catholic Institute for International Relations.
- 23 Byrne, B. 1996. Op. cit.
- 24 Comissão da Mulher para Refugiados Mulheres e Crianças. 2008. *Disabilities among Refugees and Conflict Affected Populations*. Nova York: Comissão da Mulher.
- 25 Women for Women International. 2007. Op. cit.
- 26 Magcalen-Fernandez, E. 2006. *Conflict, State Fragility and Women's Reproductive Health: The Case of Basilan, Philippines*. Washington D.C.: USAID.
- 27 Comissão de Mulheres para Mulheres e Crianças Refugiadas. 2008. *Disabilities among Refugees and Conflict Affected Populations*. Nova York: Comissão da Mulher.
- 28 The Pew Forum on Religion and Public Life. 2008. "Ugandan Religious Leaders Set Aside Rivalries in Pursuit of Peace". *News Update*. Washington D.C.: Pew Forum. Website: <http://pewforum.org/news/display.php?NewsID=14725>, acessado em 20 de junho de 2008.

- 29 UNFPA. 2006. Op. cit.
- 30 Catholic Relief Services. 2008. *Newsletter*. Website: <http://crs.org/peacebuilding/dialogue.cfm>, acessado em 19 de junho de 2008.
- 31 Islamic Relief Worldwide. 2008. Website: <http://www.islamic-relief.com/>, acessado em 19 de junho de 2008.
- 32 UNFPA. 2008. "Protegendo a Saúde Reprodutiva em Tempos de Crise". *Informações Básicas - UNFPA*. Website: <http://www.unfpa.org/emergencias/rh.htm>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 33 Centro de Estudos sobre Refugiados. 1999. "Culture in Exile", em *Forced Migration Review*. Oslo: Centro de Estudos sobre Refugiados. Website: <http://www.fmreview.org/FMRpdfs/FMRO6/fmr6full.pdf>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 34 Women for Women International. 2006. "Psychosocial Challenges and Interventions for Women Affected by Conflict", em *Critical Half: Bi-Annual Journal of Women for Women International*. 4(1): Verão de 2006. Website: <http://www.womenforwomen.org/documents/CH5.pdf>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 35 Ibid.
- 36 International Crisis Group. 2006. "Beyond Victimhood: Women's Peacebuilding in Sudan, Congo and Uganda." *Africa Report No. 112*, 28 de junho de 2006. Website: <http://www.crisis-group.org/home/index.cfm?id=4185&f=1>, acessado em 15 de junho de 2008.
- 37 Centro de Estudos sobre Refugiados. 1999. Op. cit.
- 38 Ibid.
- 39 Women for Women International. 2006. Op. cit.
- 40 Ibid.

Monitoramento das Metas da CIPD - Indicadores Seleccionados

	Indicadores de Mortalidade			Indicadores de Educação				Indicadores de Saúde Reprodutiva			
	Mortalidade infantil total por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula em ensino fundamental (bruto) M/F	Proporção que atinge o 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula em ensino médio (bruto) M/F	% de analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) (15-49 anos) M/F
Total Mundial	49	65,1 / 69,6						53	62	55	
Regiões mais desenvolvidas (*)	7	73,0 / 80,2						23	68	57	
Regiões menos desenvolvidas (+)	54	63,8 / 67,4						57	61	55	
Países menos desenvolvidos (‡)	87	53,6 / 56,0						116	30	23	
ÁFRICA (1)	86	51,9 / 53,9						104	27	22	
ÁFRICA ORIENTAL	81	50,2 / 52,0						107	25	20	
Burundi	99	48,3 / 51,1	1.100	108 / 98	84 / 92	16 / 12	33 / 48	55	20	9	1,6 / 2,4
Eritreia	55	55,8 / 60,4	450	69 / 56	77 / 70	39 / 23		72	8	5	1,0 / 1,5
Etiópia	86	51,8 / 54,4	720	97 / 85	64 / 65	37 / 24	50 / 77	94	15	14	1,6 / 2,4
Quênia	64	53,1 / 55,3	560	107 / 104	81 / 85	52 / 49	22 / 30	104	39	32	
Madagascar	65	57,8 / 61,5	510	142 / 137	35 / 37	24 / 23	23 / 35	133	27	17	0,2 / 0,1
Malawi	88	48,1 / 48,4	1.100	117 / 121	44 / 44	32 / 27	25 / 46	135	42	39	10,3 / 13,5
Maurício (2)	14	69,6 / 76,3	15	102 / 102	98 / 100	89 / 88	12 / 19	41	76	41	2,4 / 1,0
Moçambique	95	41,9 / 42,5	520	113 / 97	60 / 55	18 / 13	45 / 75	149	17	12	10,1 / 14,9
Ruanda	112	44,9 / 48,2	1.300	138 / 142	43 / 49	14 / 13	29 / 40	40	17	10	2,3 / 3,2
Somália	115	47,1 / 49,6	1.400					66	15	1	0,8 / 0,3
Uganda	76	51,0 / 52,5	550	116 / 117	49 / 49	20 / 16	22 / 41	152	24	18	4,3 / 6,6
República Unida da Tanzânia	71	51,5 / 53,7	950	113 / 111	85 / 89	7 / 6	22 / 38	121	26	20	5,0 / 7,6
Zâmbia	92	42,2 / 42,5	830	118 / 116	92 / 87	33 / 27	24 / 40	125	34	23	12,4 / 18,0
Zimbábue	57	44,2 / 42,8	880	102 / 101	68 / 71	39 / 14	7 / 14	59	60	58	12,2 / 18,7
ÁFRICA CENTRAL (3)	111	46,0 / 48,4						178	20	6	
Angola	131	41,4 / 44,4	1.400	69 / 59		19 / 16	17 / 46	138	6	5	1,7 / 2,5
Camarões	87	50,1 / 51,0	1.000	117 / 98	64 / 64	27 / 21	23 / 40	118	26	13	3,9 / 6,3
República Centro-Africana	96	43,4 / 46,1	980	72 / 49	53 / 45		35 / 66	115	19	9	4,6 / 8,0
Chade	119	49,4 / 51,2	1.500	90 / 61	34 / 32	23 / 8	59 / 87	164	3	2	2,8 / 4,2
Congo, República Democrática do (4)	113	45,3 / 47,9	1.100	68 / 54		28 / 16	19 / 46	222	21	6	
Congo, República do	70	54,1 / 56,6	740	113 / 102	65 / 67	47 / 39	10 / 21	115	44	13	2,8 / 4,2
Gabão	53	56,7 / 57,3	520	153 / 152	68 / 71	53 / 46	12 / 21	82	33	12	4,8 / 7,1
ÁFRICA SETENTRIONAL (5)	38	66,9 / 70,9						31	51	46	
Argélia	30	71,0 / 73,9	180	114 / 106	95 / 96	80 / 86	20 / 40	7	61	52	0,1 / 0,1
Egito	29	69,3 / 73,8	130	108 / 102	96 / 97	91 / 85	33 / 56	39	59	57	<0,1 / <0,1
Jamhira Árabe Popular Socialista da Líbia	18	71,8 / 77,0	97	113 / 108		86 / 101	7 / 24	3	45	26	
Marrocos	30	69,1 / 73,6	240	112 / 100	82 / 79	53 / 45	34 / 60	19	63	55	0,2 / 0,1
Sudão	64	57,2 / 60,2	450	71 / 61	78 / 79	35 / 33	29 / 48	57	8	6	1,1 / 1,7
Tunísia	19	72,0 / 76,2	100	110 / 107	97 / 97	81 / 89	17 / 35	7	63	53	0,1 / <0,1
ÁFRICA MERIDIONAL	46	48,5 / 49,1						61	58	58	
Botsuana	46	50,3 / 50,3	380	108 / 106	80 / 85	75 / 78	20 / 18	52	44	42	18,9 / 28,9
Lesoto	64	42,9 / 42,2	960	115 / 114	68 / 80	33 / 42	26 / 10	74	37	35	19,4 / 27,1
Namíbia	41	52,2 / 52,6	210	107 / 107	84 / 90	53 / 61	13 / 16	59	44	43	12,2 / 18,6
África do Sul	45	48,8 / 49,6	400	108 / 103	82 / 83	92 / 98	16 / 19	61	60	60	14,5 / 21,8
Suazilândia	70	39,6 / 39,1	390	110 / 102	81 / 87	47 / 47	19 / 22	33	46	46	20,2 / 32,1
ÁFRICA OCIDENTAL (6)	105	49,7 / 51,2						124	13	8	
Benin	97	55,8 / 58,0	840	105 / 87	72 / 71	41 / 23	52 / 77	120	17	6	0,9 / 1,6
Burquina Faso	104	50,8 / 53,9	700	66 / 54	72 / 74	17 / 12	71 / 85	126	14	9	1,5 / 1,7
Costa do Marfim	116	47,6 / 49,3	810	79 / 62	88 / 87	32 / 18	39 / 61	107	13	8	3,1 / 4,7
Gâmbia	74	58,8 / 60,5	690	71 / 77		47 / 43		104	18	13	0,7 / 1,0

Monitoramento das Metas da CIPD - Indicadores Selecionados

	Indicadores de Mortalidade			Indicadores de Educação				Indicadores de Saúde Reprodutiva			
	Mortalidade infantil total por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula em ensino fundamental (bruto) M/F	Proporção que atinge o 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula em ensino médio (bruto) M/F	% de analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) (15-49 anos) M/F
Gana	56	59,7 / 60,6	560	98 / 97	62 / 65	52 / 46	34 / 50	55	17	14	1,6 / 2,3
Guiné	102	54,7 / 57,9	910	96 / 81	83 / 78	45 / 24	57 / 82	149	9	6	1,3 / 2,0
Guiné-Bissau	112	45,1 / 48,1	1.100	84 / 56		23 / 13	29 / 52	189	10	6	1,5 / 2,2
Libéria	131	45,0 / 46,7	1.200	96 / 87		37 / 27	42 / 54	219	6	6	1,4 / 2,1
Mali	128	52,3 / 56,7	970	90 / 71	83 / 80	35 / 21	67 / 84	179	8	7	1,2 / 1,8
Mauritânia	63	62,5 / 66,2	820	99 / 104	59 / 56	27 / 23	40 / 57	85	8	5	1,2 / 0,5
Níger	109	58,0 / 56,2	1.800	58 / 43	58 / 54	14 / 9	91 / 91	196	11	5	1,1 / 0,5
Nigéria	109	46,5 / 47,4	1.100	105 / 87	71 / 75	36 / 29	22 / 40	126	13	8	2,5 / 3,8
Senegal	65	61,2 / 65,3	980	81 / 79	65 / 65	27 / 21	49 / 71	87	12	10	0,8 / 1,2
Serra Leoa	160	41,1 / 44,3	2.100	155 / 139		38 / 26	53 / 76	160	5	4	1,4 / 2,0
Togo	88	56,8 / 60,3	510	110 / 95	79 / 70	54 / 27	31 / 61	89	17	11	2,6 / 3,9
ÁSIA	43	67,3 / 71,2						40	66	60	
ÁSIA ORIENTAL (7)	22	72,2 / 76,4						8	85	83	
China	23	71,4 / 74,9	45	112 / 111		75 / 76	5 / 13	8	87	86	0,1 / 0,1
Rep. Popular Democrática da Coreia	48	65,1 / 69,3	370					1	69	58	1,1 / 1,6
Hong Kong REA, China (8)	4	79,5 / 85,2		97 / 92	99 / 100	85 / 85		5	84	76	
Japão	3	79,1 / 86,2	6*	100 / 100		101 / 102		3	54	44	<0,1 / <0,1
Mongólia	39	64,0 / 70,1	46	99 / 102		84 / 95	2 / 2	45	66	61	0,1 / <0,1
República da Coreia	4	75,1 / 82,3	14	107 / 103	99 / 100	100 / 95		4	81	67	0,1 / <0,1
SUDESTE DA ÁSIA	27	68,2 / 73,0						34	58	51	
Camboja	62	57,6 / 62,1	540	127 / 118	61 / 64	43 / 34	15 / 36	42	40	27	1,2 / 0,5
Indonésia	26	68,8 / 72,8	420	116 / 112	83 / 86	64 / 64	6 / 13	40	58	58	0,3 / 0,1
Rep. Democrática Popular do Laos	50	63,2 / 66,0	660	123 / 109	62 / 62	49 / 38	23 / 39	72	32	29	0,3 / 0,1
Malásia	9	72,1 / 76,8	62	101 / 100	99 / 100	66 / 72	8 / 15	13	55	30	0,8 / 0,3
Mianmar	65	59,3 / 65,4	380	114 / 115	71 / 72	49 / 49	6 / 14	16	37	33	0,8 / 0,6
Filipinas	23	69,6 / 74,1	230	110 / 109	70 / 78	79 / 88	8 / 6	47	51	36	<0,1 / <0,1
Cingapura	3	78,1 / 82,0	14				3 / 11	5	62	53	0,2 / 0,1
Tailândia	10	66,5 / 75,0	110	108 / 108		75 / 82	5 / 9	42	72	70	1,7 / 1,2
Timor-Leste, República Democrática do	65	60,2 / 62,0	380	103 / 95		53 / 54		54	10	9	<0,1 / <0,1
Vietnã	19	72,5 / 76,4	150	92 / 88	87 / 87	76 / 75	6 / 13	18	76	60	0,8 / 0,3
ÁSIA CENTRO-MERIDIONAL	57	63,2 / 66,3						63	53	45	
Afeganistão	156	44,0 / 43,9	1.800	126 / 75		28 / 9	57 / 87	113	19	16	<0,1 / <0,1
Bangladesh	51	63,4 / 65,3	570	101 / 105	63 / 67	43 / 45	46 / 59	125	58	47	<0,1 / <0,1
Butão	44	64,3 / 67,8	440	103 / 101	91 / 95	51 / 46		37	31	31	0,1 / <0,1
Índia	54	63,3 / 66,6	450	116 / 113	73 / 73	59 / 49	27 / 52	62	56	49	0,4 / 0,3
Irã (República Islâmica do)	30	69,5 / 72,8	140	104 / 132	88 / 88	83 / 78	16 / 30	20	74	56	0,3 / 0,1
Nepal	53	63,4 / 64,5	830	129 / 123	75 / 83	46 / 41	37 / 65	115	48	44	0,7 / 0,3
Paquistão	67	65,4 / 65,9	320	94 / 74	68 / 72	34 / 26	45 / 71	36	26	18	0,1 / 0,1
Sri Lanka	11	68,8 / 76,3	58	108 / 108		86 / 88	8 / 11	25	70	50	<0,1 / <0,1
ÁSIA OCIDENTAL	38	67,7 / 72,2						38	55	34	
Iraque	79	58,4 / 62,1	300	109 / 90	87 / 73	54 / 36	16 / 36	37	50	33	
Israel	5	78,7 / 82,9	4	109 / 111	100 / 99	93 / 92		14	68	52	0,2 / 0,1
Jordânia	19	70,9 / 74,6	62	96 / 98	97 / 96	88 / 90	5 / 15	25	56	41	
Kuwait	8	76,1 / 79,9	4	97 / 96	95 / 97	87 / 91	19 / 26	13	52	39	
Libano	22	69,9 / 74,3	150	96 / 93	88 / 94	78 / 85		25	58	34	0,2 / 0,1
Território Palestino Ocupado	17	71,9 / 75,1		82 / 3		91 / 97	3 / 12	79	50	39	

Monitoramento das Metas da CIPD - Indicadores Selecionados

	Indicadores de Mortalidade			Indicadores de Educação				Indicadores de Saúde Reprodutiva			
	Mortalidade infantil total por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula em ensino fundamental (bruto) M/F	Proporção que atinge o 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula em ensino médio (bruto) M/F	% de analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) (15-49 anos) M/F
Omã	12	74,3 / 77,6	64	82 / 83	100 / 100	90 / 87	13 / 26	10	24	18	
Arábia Saudita	19	71,0 / 75,4	18	103 / 100	100 / 93	98 / 90	12 / 24	28	32	29	
República Árabe Síria	16	72,4 / 76,2	130	129 / 123	93 / 92	72 / 68	12 / 26	35	58	43	
Turquia (10)	27	69,5 / 74,4	44	96 / 92	89 / 90	86 / 71	5 / 20	38	71	43	
Emirados Árabes Unidos	8	77,2 / 81,5	37	104 / 103	98 / 100	89 / 91	11 / 12	18	28	24	
Iêmen	58	61,3 / 64,6	430	100 / 74	67 / 65	61 / 30	27 / 65	71	23	13	
ESTADOS ÁRABES (11)	44,0	66,7 / 70,3	495	103 / 92	88 / 86	71 / 65	24 / 45	36	39	31	0,5 / <0,1
EUROPA	8	70,6 / 78,9						18	68	53	
EUROPA ORIENTAL	13	63,0 / 74,5						26	68	45	
Bulgária	12	69,6 / 76,8	11	101 / 100		108 / 104	1 / 2	40	42	26	
República Tcheca	4	73,4 / 79,6	4	100 / 100	100 / 100	96 / 97		11	72	63	<0,1 / <0,1
Hungria	7	69,4 / 77,5	6	98 / 96		96 / 95	1 / 1	19	77	68	0,1 / <0,1
Polónia	7	71,5 / 79,8	8	98 / 97		100 / 99	7 / 7	13	49	19	0,1 / 0,1
Romênia	15	69,1 / 76,2	24	105 / 104		86 / 86	2 / 4	32	70	38	0,1 / 0,1
Eslováquia	7	70,9 / 78,6	6	101 / 99		94 / 95		20	74	41	
EUROPA SETENTRIONAL (12)	5	76,5 / 81,5						19	77	72	
Dinamarca	4	76,1 / 80,7	3	99 / 99	93 / 93	122 / 126		6	78	72	0,3 / 0,1
Estônia	7	66,0 / 76,9	25	100 / 98	97 / 97	99 / 101	0 / 0	21	70	56	2,0 / 0,6
Finlândia	4	76,3 / 82,5	7	98 / 98	99 / 100	109 / 114		9	77	75	0,1 / <0,1
Irlanda	5	76,5 / 81,4	1	104 / 103	97 / 100	108 / 116		16	89		0,3 / 0,1
Letônia	10	67,5 / 77,8	10	96 / 93		98 / 99	0 / 0	14	48	39	1,2 / 0,4
Lituânia	8	67,6 / 78,4	11	95 / 94		99 / 99	0 / 0	19	47	31	0,2 / 0,1
Noruega	3	77,9 / 82,6	7	98 / 98	100 / 100	113 / 113		8	74	69	0,2 / 0,1
Suécia	3	78,8 / 83,1	3	96 / 95		104 / 103		5	75	65	0,1 / 0,1
Reino Unido	5	77,2 / 81,7	8	107 / 107		104 / 106		24	84	82	0,3 / 0,1
EUROPA MERIDIONAL (13)	6	76,5 / 82,4						11	62	45	
Albânia	19	73,6 / 79,9	92	106 / 105		78 / 75	1 / 2	16	75	8	
Bósnia-Herzegovina	12	72,2 / 77,5	3				1 / 6	20	36	11	
Croácia	6	72,4 / 79,2	7	99 / 99		90 / 93	1 / 3	13			
Grécia	7	77,2 / 81,9	3	102 / 102	97 / 100	104 / 102	2 / 6	9	76	42	0,2 / 0,1
Itália	5	77,6 / 83,5	3	104 / 103	99 / 100	101 / 100	1 / 2	6	60	39	0,6 / 0,2
Macedônia (Antiga Rep. Iugoslava da)	15	71,9 / 76,7	10	98 / 98		85 / 83	2 / 6	21	14	10	
Montenegro	22	72,4 / 76,8						17	39	17	
Portugal	5	75,1 / 81,3	11	118 / 112		94 / 102	0 / 1	14	67	63	0,7 / 0,3
Sérvia	12	71,8 / 76,4	14**	97 / 97**		87 / 89	1 / 6**	25	41	19	0,2 / 0,1
Eslovênia	5	74,2 / 81,6	6	101 / 100		96 / 95	0 / 0	7	74	59	
Espanha	4	77,7 / 84,3	4	106 / 104	100 / 100	115 / 122	2 / 4	9	66	62	0,8 / 0,2
EUROPA OCIDENTAL (15)	4	77,0 / 82,9						8	70	67	
Áustria	4	77,0 / 82,7	4	102 / 101		104 / 100		12	51	47	0,3 / 0,1
Bélgica	4	76,5 / 82,4	8	102 / 102	96 / 97	112 / 108		7	78	74	0,3 / 0,1
França	4	77,2 / 84,2	8	110 / 109	98 / 98	114 / 114		7	71	71	0,5 / 0,2
Alemanha	4	76,6 / 82,2	4	103 / 103		102 / 100		9	70	66	0,2 / 0,1
Países Baixos	5	77,6 / 81,9	6	108 / 105	99 / 100	119 / 117		5	67	65	0,3 / 0,1
Suíça	4	79,1 / 84,2	5	98 / 97		95 / 90		4	82	78	0,7 / 0,5
AMÉRICA LATINA & CARIBE	21	70,2 / 76,7						76	72	64	
CARIBE (16)	28	69,0 / 74,3						64	59	55	
Cuba	5	76,3 / 80,5	45	102 / 100	96 / 98	93 / 94	0 / 0	47	73	72	0,1 / 0,1

Monitoramento das Metas da CIPD - Indicadores Seleccionados

	Indicadores de Mortalidade			Indicadores de Educação				Indicadores de Saúde Reprodutiva			
	Mortalidade infantil total por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrícula em ensino fundamental (bruto) M/F	Proporção que atinge o 5º ano do ensino fundamental M/F	Matrícula em ensino médio (bruto) M/F	% de analfabetos (>15 anos) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) (15-49 anos) M/F
República Dominicana	29	69,4 / 75,6	150	101 / 96	66 / 71	63 / 75	13 / 13	108	61	60	1,0 / 1,1
Haiti	48	59,2 / 63,0	670				43 / 40	46	32	25	2,1 / 2,3
Jamaica	13	70,0 / 75,3	170	95 / 95	88 / 93	86 / 89	26 / 14	78	69	66	2,3 / 0,9
Porto Rico	7	74,9 / 82,8	18				4 / 8	47	84	72	
Trinidad e Tobago	12	68,0 / 71,9	45	96 / 94	90 / 92	75 / 78	1 / 2	35	38	33	1,2 / 1,8
AMÉRICA CENTRAL	19	72,5 / 77,8						74	69	64	
Costa Rica	10	76,5 / 81,3	30	112 / 111	93 / 95	83 / 89	5 / 5	71	80	71	0,5 / 0,2
El Salvador	21	68,9 / 75,0	170	116 / 112	70 / 74	63 / 66		81	67	61	1,2 / 0,5
Guatemala	29	66,9 / 73,9	290	118 / 109	70 / 68	56 / 51	25 / 37	107	43	34	1,1 / 0,4
Honduras	28	67,0 / 73,8	280	119 / 118	81 / 87	66 / 86	20 / 20	93	65	56	0,9 / 0,4
México	16	73,9 / 78,7	60	114 / 111	94 / 95	86 / 88	8 / 10	65	71	67	0,4 / 0,2
Nicarágua	21	70,1 / 76,2	170	117 / 115	50 / 57	62 / 70	23 / 23	113	72	70	0,3 / 0,1
Panamá	18	73,1 / 78,3	130	113 / 110	87 / 89	67 / 73	7 / 9	83			1,4 / 0,6
AMÉRICA DO SUL (17)	21	69,6 / 76,5						78	74	66	
Argentina	13	71,7 / 79,2	77	113 / 112	89 / 91	80 / 89	3 / 3	57	65		0,8 / 0,3
Bolívia	45	63,6 / 67,9	290	109 / 109	85 / 85	84 / 81	7 / 19	78	58	35	0,2 / 0,1
Brasil	23	68,9 / 76,2	110	146 / 135		101 / 111	12 / 11	89	77	70	0,4 / 0,2
Chile	7	75,6 / 81,6	16	107 / 102	99 / 99	90 / 92	4 / 4	60	64		0,4 / 0,2
Colômbia	19	69,4 / 76,7	130	117 / 115	78 / 86	78 / 87	7 / 7	65	78	68	0,8 / 0,3
Equador	21	72,2 / 78,1	210	117 / 117	77 / 78	67 / 68	8 / 10	83	73	58	0,5 / 0,2
Paraguai	32	69,8 / 74,0	150	113 / 110	86 / 90	66 / 67	6 / 8	72	73	61	0,8 / 0,3
Peru	21	69,1 / 74,2	240	116 / 117	90 / 89	93 / 96	6 / 18	60	71	48	0,6 / 0,3
Uruguai	13	72,9 / 79,9	20	117 / 113	92 / 95	94 / 109	4 / 3	61	77	75	0,8 / 0,3
Venezuela (República Bolivariana da)	17	70,9 / 76,9	57	106 / 103	90 / 95	73 / 82	7 / 7	90	70	62	1,1 / 0,4
AMÉRICA DO NORTE (18)	6	75,9 / 81,1						40	73	69	
Canadá	5	78,4 / 83,0	7	100 / 99		119 / 116		15	74		0,5 / 0,2
Estados Unidos da América	6	75,7 / 80,9	11	98 / 99	96 / 98	94 / 94		42	73	68	0,9 / 0,3
OCEANIA	26	72,8 / 78,0						27	58	52	
AUSTRÁLIA-NOVA ZELÂNDIA	4	78,9 / 83,4						16	72	66	
Austrália (19)	4	79,0 / 83,7	4	105 / 105		154 / 146		14	71		0,3 / <0,1
Melanésia (20)	55	57,1 / 62,6						48	28	20	
Nova Zelândia	5	78,3 / 82,2	9	102 / 102		117 / 123		23	74	71	0,1 / <0,1
Papua Nova Guiné	60	54,7 / 60,4	470	60 / 50			37 / 49	51	26	20	1,8 / 1,2
PAÍSES COM ECONOMIAS EM TRANSIÇÃO DA ANTIGA UNIÃO SOVIÉTICA (21)											
Armênia	29	68,5 / 75,2	76	96 / 100		88 / 91	0 / 1	30	53	20	0,2 / 0,1
Azerbaijão	72	63,9 / 71,3	82	98 / 95		85 / 81	0 / 2	29	55	12	0,3 / 0,1
Bielorrússia	9	63,2 / 75,3	18	97 / 95		95 / 97	0 / 1	22	73	57	0,3 / 0,1
Geórgia	39	67,1 / 74,8	66	94 / 97	86 / 90	83 / 86		30	47	27	0,2 / 0,1
Cazaquistão	24	61,9 / 72,6	140	105 / 106		93 / 92	0 / 1	31	51	49	0,2 / 0,1
Quirguistão	53	62,1 / 70,0	150	97 / 96		86 / 87	1 / 2	31	48	45	0,2 / 0,1
República da Moldávia	16	65,2 / 72,5	22	97 / 96		87 / 91	0 / 1	32	68	44	0,6 / 0,2
Federação Russa	16	58,9 / 72,6	28	96 / 96		85 / 83	0 / 1	28	73	53	1,7 / 0,6
Tadjiquistão	59	64,2 / 69,5	170	103 / 98		90 / 75	0 / 1	28	38	33	0,4 / 0,1
Turcomenistão	74	59,1 / 67,6	130				1 / 2	16	62	53	
Ucrânia	13	62,2 / 73,8	18	102 / 102		94 / 93	0 / 1	28	68	38	1,9 / 1,3
Uzbequistão	55	64,1 / 70,5	24	97 / 94		103 / 102	2 / 4	34	65	59	0,1 / 0,1

Indicadores Demográficos, Sociais e Econômicos

	População total (milhões) (2008)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento pop. (%) (2005-2010)	% urbana (2008)	Taxa de crescimento urbano (2005-2010)	População /ha terra arável & de cultivo permanente	Taxa total de fecundidade (2008)	% partos atendidos por assistentes qualificados	RIB per capita PPC\$ (2006)	Despesa/aluno ensino fundamental (% do PIB per capita)	Gastos públicos em saúde (% do PIB)	Assistência externa à população (US\$.000)	Estimativas de mortalidade de menores de 5 anos (M/F) para 2008	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Total Mundial	6.749,7	9.191,3	1,2	50	2,0		2,54	66	9.209				73 / 72	1.796	83
Regiões mais desenvolvidas (*)	1.226,3	1.245,2	0,3	75	0,5		1,60	100					9 / 8		
Regiões menos desenvolvidas (+)	5.523,4	7.946,0	1,4	44	2,5		2,73	62					80 / 80		
Países menos desenvolvidos (‡)	823,8	1.742,0	2,4	28	4,1		4,60	35	1.076				145 / 133	312	
ÁFRICA (1)	987,0	1.997,9	2,3	39	3,3		4,63	47				2.310.570²²	148 / 135		
ÁFRICA ORIENTAL	315,8	692,9	2,5	23	3,9		5,21	34				1.259.919	140 / 125		
Burundi	8,9	28,3	3,9	10	6,8	5,3	6,79	34	320	19,1	1,0	11.942	178 / 156		79
Eritreia	5,0	11,5	3,2	21	5,4	5,4	5,00	28	680	11,3	1,7	9.974	79 / 72		60
Etiópia	85,2	183,4	2,5	17	4,3	4,6	5,24	6	630		3,0	233.235	151 / 136	288	22
Quênia	38,6	84,8	2,7	22	4,0	4,6	4,92	42	1.470	23,6	2,1	169.437	111 / 95	484	61
Madagascar	20,2	44,5	2,7	29	3,8	3,8	4,72	51	870	8,4	2,0	13.038	110 / 99		46
Malawi	14,3	31,9	2,6	19	5,2	3,6	5,55	54	690	13,5	8,7	76.443	134 / 125		73
Maurício (2)	1,3	1,4	0,8	42	0,9	1,1	1,86	99	10.640	11,8	2,2	794	18 / 14		100
Moçambique	21,8	39,1	2,0	37	4,1	3,3	5,06	48	660	14,1	2,7	136.904	170 / 153	497	43
Ruanda	10,0	22,6	2,8	18	4,2	5,6	5,86	28	730	11,3	4,1	67.329	199 / 173		74
Somália	9,0	21,1	2,9	37	4,2	4,1	6,00	33				8.854	196 / 186		29
Uganda	31,9	92,9	3,2	13	4,4	2,9	6,42	42	880	11,3	2,0	174.668	132 / 119		60
República Unida da Tanzânia	41,5	85,1	2,5	25	4,2	2,8	5,11	43	980		2,9	160.011	123 / 110	530	62
Zâmbia	12,2	22,9	1,9	35	2,3	1,4	5,13	43	1.140	5,4	2,7	148.100	163 / 147	621	58
Zimbábue	13,5	19,1	1,0	37	2,2	2,3	3,15	69			3,6	49.190	100 / 86	741	81
ÁFRICA CENTRAL (3)	122,5	312,7	2,8	42	4,3		5,99	55				164.835	200 / 178		
Angola	17,5	44,6	2,8	57	4,4	3,2	6,40	45	3.890		1,5	30.640	243 / 215	615	53
Camarões	18,9	33,1	2,0	57	3,5	1,2	4,27	63	2.060	10,3	1,5	19.445	150 / 136	392	66
República Centro-Africana	4,4	7,6	1,8	39	2,3	1,4	4,54	54	690	11,8	1,5	12.268	178 / 145		75
Chade	11,1	29,4	2,9	27	4,7	1,7	6,16	14	1.170	7,3	1,5	8.325	195 / 180		42
Congo, República Democrática do (4)	64,7	186,8	3,2	34	5,1	4,6	6,69	61	270		1,5	90.486	205 / 184	289	46
Congo, República do	3,8	7,6	2,1	61	2,7	2,4	4,44	86		4,0	0,9	1.429	112 / 89	332	58
Gabão	1,4	2,1	1,5	85	2,1	0,8	3,03	86	11.180		3,0	2.242	89 / 79	1.333	88
ÁFRICA SETENTRIONAL (5)	199,5	310,2	1,7	51	2,4		2,86	71				108.269²³	55 / 46		
Argélia	34,4	49,6	1,5	65	2,5	0,9	2,36	95	5.940	11,3	2,6	3.485	34 / 30	1.058	85
Egito	76,8	121,2	1,8	43	1,8	6,9	2,87	74	4.940		2,3	38.679	37 / 29	841	98
Jamahiria Árabe Pop. Socialista da Líbia	6,3	9,7	2,0	78	2,2	0,1	2,69	100	11.630		2,2	536	20 / 19	3.218	
Marrocos	31,6	42,6	1,2	56	1,8	1,1	2,35	63	3.860	22,9	1,9	16.832	42 / 28	458	81
Sudão	39,4	73,0	2,2	43	4,3	1,1	4,17	49	1.780		1,4	43.513	110 / 96	499	70
Tunísia	10,4	13,2	1,1	67	1,7	0,5	1,91	90	6.490	24,1	2,4	5.224	23 / 21	843	93
ÁFRICA MERIDIONAL	56,0	65,0	0,6	58	1,5		2,69	89				305.785	74 / 63		
Botsuana	1,9	2,7	1,2	60	2,5	2,1	2,87	99	11.730	17,2	4,5	27.676	73 / 60	1.032	95
Lesoto	2,0	2,4	0,6	25	3,5	2,3	3,33	55	1.810	24,2	8,5	10.647	104 / 90		79
Namíbia	2,1	3,0	1,3	37	2,9	1,1	3,15	76	4.770	20,1	3,5	70.474	70 / 58	683	87
África do Sul	48,8	55,6	0,6	61	1,4	0,4	2,62	92	8.900	14,2	3,6	183.967	71 / 60	2.722	88
Suazilândia	1,1	1,4	0,6	25	1,7	1,8	3,41	74	4.700	12,4	4,0	13.022	121 / 103		62
ÁFRICA OCIDENTAL (6)	293,2	617,0	2,4	43	3,8		5,25	41				471.763	179 / 170		
Benin	9,3	22,5	3,0	41	4,0	1,4	5,37	78	1.250	11,5	3,0	23.852	147 / 143	304	67
Burquina Faso	15,2	37,5	2,9	20	5,0	2,6	5,96	54	1.130	34,7	4,0	30.648	183 / 176		61
Costa do Marfim	19,6	34,7	1,8	49	3,2	1,1	4,40	57	1.580		0,8	35.229	192 / 173	422	84
Gâmbia	1,8	3,6	2,6	57	4,2	3,5	4,65	57	1.110	7,4	3,4	3.090	129 / 124		82

Indicadores Demográficos, Sociais e Econômicos

	População total (milhões) (2008)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento pop. (%) (2005-2010)	% urbana (2008)	Taxa de crescimento urbano (2005-2010)	População /ha terra arável & de cultivo permanente	Taxa total de fecundidade (2008)	% partos atendidos por assistentes qualificados	RIB per capita PPC\$ (2006)	Despesa/aluno ensino fundamental (% do PIB per capita)	Gastos públicos em saúde (% do PIB)	Assistência externa à população (US\$,000)	Estimativas de mortalidade de menores de 5 anos (M/F) para 2008	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Gana	23,9	41,9	2,0	50	3,5	1,9	3,79	50	1.240	12,8	2,1	53.639	90 / 86	397	75
Guiné	9,6	22,7	2,2	34	3,5	3,9	5,39	38	1.130		0,7	13.184	163 / 144		50
Guiné-Bissau	1,7	5,3	3,0	30	3,3	2,4	7,04	39	460		1,7	2.342	204 / 181		59
Libéria	3,9	12,5	4,5	60	5,7	3,7	6,75	51	260		4,4	7.069	212 / 194		61
Mali	12,7	34,2	3,0	32	4,8	1,9	6,46	41	1.000		2,9	31.466	206 / 189		50
Mauritânia	3,2	6,4	2,5	41	3,0	3,0	4,32	57	1.970	9,8	1,7	4.869	98 / 85		53
Níger	14,7	53,2	3,5	16	4,0	0,8	7,16	18	630	19,0	1,9	12.633	183 / 188		46
Nigéria	151,5	288,7	2,3	48	3,8	1,2	5,27	35	1.410		1,2	209.913	190 / 182	734	48
Senegal	12,7	25,3	2,5	42	3,1	3,3	4,63	52	1.560	18,7	1,7	25.804	120 / 108	258	76
Serra Leoa	6,0	13,5	2,0	38	2,9	4,9	6,44	43	610		1,9	8.437	290 / 264		57
Togo	6,8	14,1	2,7	42	4,3	1,3	4,74	62	770	6,7	1,4	9.587	134 / 116	320	52
ÁSIA	4.075,4	5.265,9	1,1	41	2,5		2,33	65				929.713	56 / 61		
ÁSIA ORIENTAL (7)	1.546,9	1.591,2	0,5	47	2,2		1,68	98				63.405²³²⁴	23 / 32		
China	1.336,3	1.408,8	0,6	43	2,7	5,4	1,73	98	4.660		1,8	57.521	24 / 34	1.316	77
República Popular Democrática da Coreia	23,9	24,7	0,3	63	0,9	2,1	1,85	97			3,0	969	62 / 62	898	100
Hong Kong REA, China (8)	7,3	9,0	1,0	100	1,0		0,96	100	39.200	14,9			5 / 4	2.653	
Japão	127,9	102,5	0,0	66	0,2	0,8	1,27	100	32.840	22,6	6,7	(371.241)	5 / 4	4.152	100
Mongólia	2,7	3,4	1,0	57	1,2	0,5	1,86	99	2.810	14,3	3,3	4.764	57 / 49		62
República da Coreia	48,4	42,3	0,3	81	0,6	1,7	1,20	100	22.990	18,6	3,1	151	5 / 5	4.426	92
SUDESTE DA ÁSIA	579,9	766,6	1,3	47	3,0		2,31	70				355.904	39 / 30		
Camboja	14,7	25,1	1,7	22	4,6	2,5	3,13	44	1.550	6,1	1,5	47.122	92 / 84		41
Indonésia	234,3	296,9	1,2	52	3,3	2,5	2,16	66	3.310	2,6	1,0	155.125	36 / 26	814	77
Rep. Democrática Popular do Laos	6,0	9,3	1,7	31	5,6	4,0	3,15	19	1.740	8,6	0,7	9.882	69 / 62		51
Malásia	27,0	39,6	1,7	70	3,0	0,5	2,57	100	12.160	18,6	1,9	381	12 / 10	2.389	99
Mianmar	49,2	58,7	0,9	33	2,9	3,0	2,04	57		2,7	0,3	8.771	105 / 87	307	78
Filipinas	89,7	140,5	1,9	65	3,0	2,9	3,20	60	3.430	11,7	1,2	47.541	32 / 21	528	85
Cingapura	4,5	5,0	1,2	100	1,2	5,0	1,26	100	43.300		1,1		4 / 4	6.933	100
Tailândia	64,3	67,4	0,7	33	1,7	1,6	1,85	97	7.440	13,9	2,2	45.630	17 / 13	1.588	99
Timor-Leste, Rep. Democrática do	1,2	3,5	3,5	27	5,0	4,6	6,48	19	5.100		11,9	5.760	90 / 89		58
Vietnã	88,5	120,0	1,3	28	3,1	6,2	2,12	88	2.310		1,5	75.690	26 / 19	617	85
ÁSIA CENTRO-MERIDIONAL	1.724,6	2.536,0	1,5	32	2,5		2,86	47				371.544	77 / 85		
Afeganistão	28,2	79,4	3,9	24	5,4	2,0	7,03	14			1,0	45.621	232 / 237		39
Bangladesh	161,3	254,1	1,7	27	3,5	9,3	2,81	20	1.230	7,0	0,8	87.072	68 / 67	158	74
Butão	0,7	0,9	1,4	35	4,9	3,4	2,17	51	4.000		2,8	4.289	67 / 58		62
Índia	1.186,2	1.658,3	1,5	29	2,4	3,4	2,78	47	2.460	11,1	1,0	141.359	73 / 83	491	86
Irã (República Islâmica do)	72,2	100,2	1,4	69	2,1	0,9	2,02	97	9.800	9,7	4,4	3.503	35 / 34	2.352	94
Nepal	28,8	51,9	2,0	17	4,9	10,1	3,24	19	1.010	12,4	1,6	52.797	68 / 72	338	90
Paquistão	167,0	292,2	1,8	36	3,0	3,5	3,46	54	2.410	7,0	0,4	29.884	89 / 99	490	91
Sri Lanka	19,4	18,7	0,5	15	0,5	4,5	1,88	97	3.730		1,9	7.019	14 / 12	477	79
ÁSIA OCIDENTAL	224,0	372,0	1,8	66	2,2		2,97	79				138.861²³	52 / 44		
Iraque	29,5	61,9	1,8	67	1,7	0,4	4,21	89			3,1	61.211	105 / 98		81
Israel	7,0	10,5	1,7	92	1,7	0,4	2,73		23.840	22,8	4,8		6 / 5	2.816	100
Jordânia	6,1	10,1	3,0	78	3,1	2,0	3,08	100	4.820	14,0	4,8	3.007	23 / 19	1.311	97
Kuwait	2,9	5,2	2,4	98	2,5	1,6	2,17	100		12,2	1,7		11 / 9	11.100	
Líbano	4,1	5,2	1,1	87	1,2	0,3	2,19	98	9.600	7,2	3,8	5.543	30 / 20	1.391	100
Território Palestino Ocupado	4,1	10,3	3,2	72	3,3	1,7	5,04	99				8.785	22 / 17		92

Indicadores Demográficos, Sociais e Econômicos

	População total (milhões) (2008)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento pop. (%) (2005-2010)	% urbana (2008)	Taxa de crescimento urbano (2005-2010)	População /ha terra arável & de cultivo permanente	Taxa total de fecundidade (2008)	% partos atendidos por assistentes qualificados	RIB per capita PPC\$ (2006)	Despesa/aluno ensino fundamental (% do PIB per capita)	Gastos públicos em saúde (% do PIB)	Assistência externa à população (US\$.000)	Estimativas de mortalidade de menores de 5 anos (M/F) para 2008	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
Omã	2,7	4,6	2,0	72	2,0	7,7	2,95	98		16,3	2,1	6	14 / 13	5.570	
Arábia Saudita	25,3	45,0	2,2	82	2,5	0,4	3,30	96	22.300		2,6	317	26 / 17	6.068	
República Árabe Síria	20,4	34,9	2,5	54	3,1	0,8	3,04	93	4.110	14,2	2,1	3.367	20 / 15	948	93
Turquia (10)	75,8	98,9	1,3	69	2,0	0,8	2,13	83	8.410	11,8	5,4	32.728	35 / 26	1.182	96
Emirados Árabes Unidos	4,5	8,5	2,9	78	2,9	0,6	2,28	100		7,1	1,9		9 / 9	11.436	100
Iêmen	23,1	58,0	3,0	31	4,9	5,8	5,44	20	2.090		2,1	23.896	83 / 72	319	67
ESTADOS ÁRABES (11)	337,3	586,3	2,0	56	2,5	2,7	3,3	71	5.978	11,2	2,3	228.124	62 / 53	1.646	84
EUROPA	731,1	664,2	0,0	72	0,2		1,45	100					11 / 9		
EUROPA ORIENTAL	293,6	221,7	-0,5	68	-0,4		1,29	100				5.826	19 / 14		
Bulgária	7,6	4,9	-0,7	71	-0,3	0,1	1,31	99	10.270	19,0	4,7	323	16 / 12	2.592	99
República Tcheca	10,2	8,8	0,0	73	0,0	0,2	1,24	100	20.920	12,9	6,3		5 / 4	4.417	100
Hungria	10,0	8,5	-0,3	68	0,3	0,2	1,28	100	16.970	21,9	5,5		9 / 8	2.752	99
Polónia	38,0	30,3	-0,2	61	-0,3	0,5	1,22	100	14.250	22,9	4,3	10	8 / 7	2.436	
Romênia	21,3	15,9	-0,5	54	-0,1	0,2	1,30	99	10.150		3,9	5.493	20 / 15	1.772	57
Eslováquia	5,4	4,7	0,0	56	0,2	0,3	1,25	100	17.060	13,0	5,2		9 / 8	3.496	100
EUROPA SETENTRIONAL (12)	97,6	108,2	0,4	84	0,5		1,78	99					6 / 6		
Dinamarca	5,5	5,5	0,2	87	0,5	0,1	1,80		36.190	25,5	7,7	(103.910)	6 / 6	3.621	100
Estônia	1,3	1,1	-0,4	69	-0,3	0,2	1,49	100	18.090	20,1	3,8		11 / 8	3.786	100
Finlândia	5,3	5,4	0,3	63	0,8	0,1	1,83	100	33.170	18,7	5,8	(50.948)	5 / 4	6.664	100
Irlanda	4,4	6,2	1,8	61	2,3	0,3	1,96	100	34.730	13,9	6,5	(143.654)	6 / 6	3.676	
Letônia	2,3	1,8	-0,5	68	-0,5	0,2	1,29	100	14.840	20,6	3,9		16 / 11	2.050	99
Lituânia	3,4	2,7	-0,5	67	-0,4	0,2	1,26	100	149.550	14,4	4,0		13 / 9	2.515	
Noruega	4,7	5,7	0,6	77	0,7	0,2	1,84		50.070	21,7	7,5	(114.775)	4 / 4	6.948	100
Suécia	9,2	10,5	0,5	85	0,5	0,1	1,80		34.310	24,0	7,5	(369.569)	4 / 4	5.782	100
Reino Unido	61,0	68,7	0,4	90	0,5	0,2	1,82	99	33.650	18,4	7,1	(863.793)	6 / 6	3.884	100
EUROPA MERIDIONAL (13)	152,1	146,3	0,3	67	0,7		1,43	99				13.324	8 / 7		
Albânia	3,2	3,5	0,6	47	1,9	2,0	2,04	100	6.000	7,8	2,6	4.055	24 / 20	762	96
Bósnia-Herzegovina	3,9	3,2	0,1	47	1,4	0,1	1,23	100	6.780		5,2	3.861	15 / 13	1.268	97
Croácia	4,6	3,7	-0,1	57	0,4	0,2	1,35	100	13.850	20,2	6,0	1.644	8 / 7	2.000	100
Grécia	11,2	10,8	0,2	61	0,6	0,4	1,33		30.870	16,1	4,3	(13.641)	8 / 8	2.790	
Itália	58,9	54,6	0,1	68	0,4	0,2	1,38	99	28.970	25,9	6,8	(3.904)	6 / 6	3.160	
Macedônia (Antiga Rep. Iugoslava da)	2,0	1,7	0,1	67	0,8	0,3	1,42	98	7.850	23,8	5,5	3.659	17 / 16	1.346	
Montenegro	0,6	0,6	-0,3	60	-0,8		1,83	99	8.930		6,2	1.392	25 / 23		
Portugal	10,7	10,0	0,4	59	1,4	0,7	1,46	100	19.960	24,4	7,4	(6.807)	7 / 7	2.575	
Sérvia	9,9	9,6	0,1	52	0,5	0,4**	1,80	99	9.320		5,8	5.829	14 / 13		93**
Eslovênia	2,0	1,7	0,0	48	-0,6	0,1	1,28	100	23.970	30,0	6,2		6 / 6	3.657	
Espanha	44,6	46,4	0,8	77	1,0	0,1	1,42		28.200	18,6	5,9	(67.452)	6 / 5	3.346	100
EUROPA OCIDENTAL (15)	187,9	188,0	0,2	77	0,4		1,59	100					6 / 5		
Áustria	8,4	8,5	0,4	67	0,7	0,2	1,42		36.040	23,2	7,7	(7.959)	6 / 5	4.174	100
Bélgica	10,5	10,6	0,2	97	0,3	0,2	1,65	99	33.860	20,2	6,9	(75.677)	6 / 5	5.407	
França	61,9	68,3	0,5	77	0,8	0,1	1,89	99	32.240	17,6	8,9	(250.720)	6 / 5	4.534	100
Alemanha	82,5	74,1	-0,1	74	0,1	0,1	1,36	100	32.680	16,6	8,2	(151.949)	5 / 5	4.180	100
Países Baixos	16,5	17,2	0,2	82	0,9	0,5	1,72	100	37.940	18,7	6,0	(546.801)	6 / 6	5.015	100
Suíça	7,5	8,4	0,4	73	0,5	1,0	1,42	100	40.840	24,9	6,8	(36.540)	6 / 5	3.651	100
AMÉRICA LATINA & CARIBE	579,4	769,2	1,2	79	1,7		2,35	89				316.094	30 / 23		
CARIBE (16)	41,6	50,4	0,9	66	1,6		2,40	73				125.582	44 / 32		
Cuba	11,3	9,9	0,0	76	0,0	0,4	1,50	100		37,6	6,9	5.116	7 / 6	906	91

Indicadores Demográficos, Sociais e Econômicos

	População total (milhões) (2008)	População projetada (milhões) (2050)	Taxa média de crescimento pop. (%) (2005-2010)	% urbana (2008)	Taxa de crescimento urbano (2005-2010)	População /ha terra arável & de cultivo permanente	Taxa total de fecundidade (2008)	% partos atendidos por assistentes qualificados	RIB per capita PPC\$ (2006)	Despesa/aluno ensino fundamental (% do PIB per capita)	Gastos públicos em saúde (% do PIB)	Assistência externa à população (US\$1.000)	Estimativas de mortalidade de menores de 5 anos (M/F) para 2008	Consumo de energia per capita	Acesso a melhores fontes de água potável
República Dominicana	9,9	14,0	1,5	69	2,6	1,0	2,80	96	5.550	8,1	1,7	14.453	37 / 28	777	95
Haiti	9,8	15,3	1,6	47	4,5	5,0	3,50	26	1.070		3,2	96.668	82 / 59	269	54
Jamaica	2,7	2,8	0,5	53	0,9	1,8	2,42	97	7.050	11,5	2,3	7.397	18 / 16	1.445	93
Porto Rico	4,0	4,4	0,6	98	0,8	0,8	1,83	100					9 / 8		
Trinidad e Tobago	1,3	1,3	0,4	13	2,9	0,8	1,64	98	16.800	15,7	2,4	1.948	20 / 15	9.599	91
AMÉRICA CENTRAL	149,6	202,0	1,3	71	1,8		2,44	83				83.595	27 / 21		
Costa Rica	4,5	6,4	1,5	63	2,3	1,4	2,08	94	9.220	17,0	5,4	1.581	13 / 10	883	97
El Salvador	7,0	10,0	1,4	61	1,9	2,2	2,66	69	5.610	9,2	3,8	9.241	32 / 26	694	84
Guatemala	13,7	27,5	2,5	49	3,4	2,8	4,11	41	5.120	6,5	2,0	14.992	44 / 33	628	95
Honduras	7,2	12,1	2,0	48	2,9	1,4	3,26	67	3.420		3,8	15.175	46 / 36	566	87
México	107,8	132,3	1,1	77	1,5	0,8	2,19	94	11.990	15,5	2,9	11.322	22 / 17	1.712	97
Nicarágua	5,7	8,2	1,3	57	1,8	0,4	2,72	67	2.720	8,8	4,1	29.598	28 / 22	611	79
Panamá	3,4	5,1	1,7	73	2,8	0,9	2,55	91	8.690	9,6	5,0	1.686	27 / 20	804	90
AMÉRICA DO SUL (17)	388,2	516,8	1,3	83	1,7		2,31	93				106.918	30 / 23		
Argentina	39,9	51,4	1,0	92	1,2	0,1	2,24	99	11.670	10,9	4,5	5.602	17 / 13	1.644	96
Bolívia	9,7	14,9	1,8	66	2,5	1,2	3,46	67	3.810	16,2	4,3	16.779	64 / 55	578	85
Brasil	194,2	254,1	1,3	86	1,8	0,4	2,23	97	8.700	10,8	3,5	17.509	32 / 24	1.122	90
Chile	16,8	20,7	1,0	88	1,3	1,0	1,93	100	11.300	12,8	2,8	2.964	10 / 8	1.815	95
Colômbia	46,7	61,9	1,3	74	1,7	2,3	2,21	96	6.130	19,5	6,2	8.307	29 / 22	636	93
Equador	13,5	18,0	1,1	66	2,1	1,2	2,56	80	6.810		2,1	11.128	29 / 21	799	94
Paraguai	6,2	9,9	1,8	60	2,8	0,5	3,05	77	4.040	12,6	2,7	5.189	43 / 32	674	86
Peru	28,2	39,0	1,2	71	1,3	1,8	2,49	73	6.490	6,7	2,1	35.370	30 / 26	506	83
Uruguai	3,4	3,6	0,3	92	0,4	0,2	2,11	100	9.940	6,5	3,4	538	17 / 14	875	100
Venezuela (República Bolivariana da)	28,1	42,0	1,7	93	2,0	0,6	2,53	95	10.970		2,1	3.534	24 / 19	2.293	83
AMÉRICA DO NORTE (18)	342,1	445,3	1,0	82	1,3		2,00	100					8 / 8		
Canadá	33,2	42,8	0,9	80	1,0	0,0	1,52	100	36.280		6,8	(300.868)	6 / 6	8.417	100
Estados Unidos da América	308,8	402,4	1,0	82	1,3	0,0	2,05	100	44.070	21,5	7,2	(2.535.693)	8 / 8	7.893	100
OCEANIA	34,7	48,7	1,2	71	1,3		2,29	76				52.325	37 / 32		
AUSTRÁLIA-NOVA ZELÂNDIA	25,2	33,3	1,0	88	1,2		1,82	100					6 / 5		
Austrália (19)	21,0	28,0	1,0	89	1,2	0,0	1,79	100	33.940	16,4	5,9	(95.463)	6 / 5	5.978	100
Melanésia (20)	8,3	13,8	1,9	19	2,0		3,59	46					81 / 69		
Nova Zelândia	4,2	5,2	0,9	87	1,0	0,1	1,99	95	25.750	19,4	6,9	(17.663)	6 / 6	4.090	
Papua Nova Guiné	6,5	11,2	2,0	12	1,9	5,1	3,74	38	1.630		3,6	52.325	90 / 76		39
PAÍSES COM ECONOMIAS EM TRANSIÇÃO DA ANTIGA UNIÃO SOVIÉTICA (21)														105.294	
Armênia	3,0	2,5	-0,2	64	-0,3	0,6	1,37	98	4.950		1,8	3.015	36 / 31	848	92
Azerbaijão	8,5	9,4	0,8	52	1,0	1,0	1,80	97	5.430	6,3	1,0	9.615	89 / 81	1.649	77
Bielorrússia	9,6	7,0	-0,6	73	0,0	0,2	1,20	100	9.700	14,1	5,0	3.830	14 / 10	2.720	100
Geórgia	4,4	3,1	-0,8	53	-0,6	0,7	1,40	92	3.880		1,7	9.176	45 / 37	718	82
Cazaquistão	15,5	17,3	0,7	58	1,2	0,1	2,29	100	8.700	10,0	2,5	9.324	33 / 23	3.462	86
Quirguistão	5,4	6,6	1,1	36	1,6	0,9	2,45	98	1.790	7,6	2,5	7.002	69 / 58	544	77
República da Moldávia	3,8	2,9	-0,9	42	-1,5	0,3	1,40	100	2.660	16,6	4,2	3.041	21 / 17	917	92
Federação Russa	141,8	107,8	-0,5	73	-0,6	0,1	1,34	100	12.740		3,2	4.725	24 / 18	4.517	97
Tadjiquistão	6,8	10,8	1,5	26	1,6	1,9	3,31	83	1.560	8,7	1,1	5.304	81 / 72	528	59
Turcomenistão	5,0	6,8	1,3	49	2,2	0,6	2,48	100			3,2	622	104 / 84	3.381	72
Ucrânia	45,9	30,9	-0,8	68	-0,7	0,2	1,21	100	6.110	14,8	3,7	43.456	18 / 13	3.041	96
Uzbequistão	27,8	38,4	1,4	37	1,6	1,3	2,46	100	2.190		2,4	6.186	71 / 60	1.798	82

Indicadores Seleccionados para Países/Territórios Menos Populosos

Monitoramento das Metas da CIPD - Indicadores Seleccionados

	Indicadores de Mortalidade			Indicadores de Educação		Indicadores de Saúde Reprodutiva			
	Mortalidade infantil total por 1.000 nascidos vivos	Expectativa de vida M/F	Razão de mortalidade materna	Matrículas no ensino fundamental (bruto) M/F	Matrículas no ensino médio (bruto) M/F	Nascimentos por 1.000 mulheres de 15-19 anos	Prevalência do uso de contraceptivos Qualquer método	Métodos modernos	Taxa de prevalência do HIV (%) (15-49) M/F
Bahamas	13	70,9 / 76,6	16	98 / 98	91 / 91	53	62	60	4,4 / 1,6
Bahrain	11	74,4 / 77,6	32	120 / 119	100 / 104	17	62	31	
Barbados	10	74,5 / 79,9	16	104 / 102	100 / 104	42	55	53	1,8 / 0,6
Belize	16	73,3 / 79,3	52	125 / 121	77 / 81	79	56	53	1,6 / 2,5
Brunei Darussalam	5	75,0 / 79,8	13	107 / 106	96 / 100	27			
Cabo Verde	24	68,4 / 74,6	210	108 / 103	75 / 86	83	61		
Comores	48	63,2 / 67,6	400	91 / 80	40 / 30	49	26	19	0,1 / <0,1
Chipre	6	76,6 / 81,7	10	103 / 102	96 / 97	8			
Djibuti	84	53,8 / 56,2	650	49 / 40	27 / 18	23	18	17	2,4 / 3,7
Guiné Equatorial	91	50,6 / 53,0	680	125 / 119	41 / 23	123			2,8 / 4,1
Fiji	19	66,7 / 71,2	210	101 / 99	80 / 88	32			0,1 / 0,1
Polinésia Francesa	8	71,8 / 76,9				34			
Guadalupe	7	76,1 / 82,3				19			
Guam	9	73,3 / 78,0				52	67	58	
Guiana	42	64,3 / 70,0	470	125 / 124	106 / 104	63	35	34	2,0 / 3,0
Islândia	3	80,3 / 83,3	4	98 / 97	108 / 111	15			0,3 / 0,1
Luxemburgo	4	75,8 / 81,7	12	102 / 103	94 / 98	10			0,3 / 0,1
Maldivas	33	67,7 / 69,7	120	118 / 114	76 / 84	23	39	34	<0,1 / <0,1
Malta	6	77,4 / 81,4	8	101 / 99	99 / 100	13	86	46	0,1 / 0,1
Martinica	7	76,6 / 82,4				30			
Micronésia (25)	34	70,0 / 74,3		109 / 111	80 / 86	37	49	47	
Antilhas Holandesas	15	71,4 / 78,9		125 / 123	87 / 95	30			
Nova Caledônia	6	73,0 / 79,8				26			
Polinésia (26)	16	70,7 / 75,8				28	43	37	
Catar	8	75,3 / 76,5	12	105 / 104	103 / 100	18	43	32	
Reunião	13	72,4 / 80,6				33	67	64	
Samoa	22	68,7 / 75,0		100 / 100	76 / 86	27			
Ilhas Salomão	54	62,9 / 64,4	220	102 / 98	33 / 27	41			
Suriname	28	67,0 / 73,6	72	121 / 121	66 / 90	40	42	41	3,4 / 1,4
Vanuatu	28	68,4 / 72,3		110 / 106	43 / 37	44	39	28	

Indicadores Seleccionados para Países/Territórios Menos Populosos

Indicadores Demográficos, Sociais e Econômicos

	População total (milhares) (2008)	População projetada (milhares) (2050)	% urbana (2008)	Taxa de crescimento urbano (2005-2010)	População /ha de terra arável & de cultivo permanente	Taxa total de fecundidade (2008)	% de partos com assistentes qualificados	RIB per capita PPC\$ (2006)	Mortalidade de menores de 5 anos (M/F)
Bahamas	335	449	84	1,4	0,8	2,01	99		20 / 14
Bahrein	766	1.173	89	1,8	1,0	2,27	99		14 / 14
Barbados	295	272	40	1,5	0,6	1,50	100		12 / 10
Belize	294	487	52	3,1	0,8	2,90	91	7.080	22 / 17
Brunei Darussalam	398	681	75	2,6	0,1	2,28	100	49.900	7 / 6
Cabo Verde	542	1.002	60	3,5	2,0	3,33	89	2.590	38 / 19
Comores	860	1.715	28	2,7	4,3	4,24	62	1.140	70 / 53
Chipre	864	1.183	70	1,3	0,4	1,60	100	25.060	8 / 6
Djibuti	848	1.480	87	2,2		3,90	93	2.180	132 / 116
Guiné Equatorial	520	1.183	39	2,8	1,5	5,34	63	16.620	162 / 145
Fiji	844	910	52	1,6	1,1	2,73	99	4.450	24 / 24
Polinésia Francesa	266	357	52	1,3		2,25	100		10 / 10
Guadalupe	448	468	98	0,7	0,4	2,10	99		10 / 8
Guam	176	242	93	1,3		2,52	87		11 / 10
Guiana	736	477	28	-0,1	0,2	2,32	94	3.410	65 / 47
Islândia	303	355	92	0,9	3,0	2,06		33.740	4 / 4
Luxemburgo	472	722	82	1,0	0,1	1,66	100	60.870	7 / 6
Maldivas	311	510	38	5,3	5,1	2,59	84	4.740	41 / 41
Malta	408	428	94	0,7	0,5	1,36	100	20.990	8 / 7
Martinica	400	350	98	0,3	0,6	1,91	100		8 / 8
Micronésia (25)	560	808	68	1,6		2,66	88	6.070	41 / 42
Antilhas Holandesas	194	186	93	1,6	0,1	1,86			20 / 13
Nova Caledônia	245	360	65	2,1	8,5	2,06	92		9 / 8
Polinésia (26)	666	850	43	1,6		3,02	99		20 / 19
Catar	856	1.333	96	2,2	0,4	2,64	100		9 / 12
Reunião	817	1.072	93	1,6	0,5	2,35			20 / 10
Samoa	189	215	23	1,7		3,89	100	5.090	27 / 25
Ilhas Salomão	507	955	18	4,1	4,4	3,82	43	1.850	72 / 71
Suriname	461	426	75	1,0	1,2	2,40	71	7.720	40 / 29
Vanuatu	232	454	25	4,1		3,70	92	3.480	38 / 28

Notas para os Indicadores

A terminologia empregada nesta publicação não implica expressão de opinião por parte do UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) com relação ao status jurídico de qualquer país, território ou área, de suas autoridades ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Nesta tabela, os dados relativos aos pequenos países ou áreas, geralmente com populações de até 200.000 habitantes em 1990, não são apresentados separadamente. Tais dados foram incluídos nas respectivas estatísticas demográficas regionais.

- (*) As regiões mais desenvolvidas incluem a América do Norte, Japão, Europa e Austrália-Nova Zelândia.
- (+) As regiões menos desenvolvidas incluem todas as regiões da África, América Latina e Caribe, Ásia (excluindo o Japão), bem como Melanésia, Micronésia e Polinésia.
- (‡) Os países menos desenvolvidos são assim designados segundo a terminologia padrão das Nações Unidas.
- (1) Incluindo o Território Britânico do Oceano Índico e a Seicheles.
- (2) Incluindo Agalesa, Rodrigues e St. Brandon.
- (3) Incluindo São Tomé e Príncipe.
- (4) Antigo Zaire.
- (5) Incluindo o Saara Ocidental.
- (6) Incluindo Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha.
- (7) Incluindo Macau.
- (8) Em 1º de julho de 1997, Hong Kong tornou-se uma Região Administrativa Especial (RAE) da China.
- (9) Esse item está incluído no agregado das regiões mais desenvolvidas, mas não na estimativa referente à região geográfica.
- (10) A Turquia faz parte da Ásia Ocidental por razões geográficas. Outras classificações incluem esse país na Europa.
- (11) Incluindo Argélia, Bahrain, Comores, Jibuti, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, Mauritânia, Marrocos, Território Palestino Ocupado, Omã, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. A agregação regional para indicadores demográficos foi fornecida pela Divisão de População das Nações Unidas. Agregados para outros indicadores são médias ponderadas com base nos países que têm dados disponíveis.
- (12) Incluindo as Ilhas do Canal da Mancha, Ilhas Faroé e a Ilha de Man.
- (13) Incluindo Andorra, Gibraltar, o Vaticano e San Marino.
- (14) Não havia dados disponíveis separadamente para Sérvia e Montenegro, dessa forma apresentamos aqui dados agregados. Após a Declaração de Independência adotada pela Assembléia Nacional de Montenegro, em 3 de junho de 2006, a afiliação da antiga Sérvia e Montenegro às Nações Unidas foi continuada pela Sérvia, e, em 28 de junho de 2006, Montenegro foi admitido como o 192º Estado-membro das Nações Unidas.
- (15) Incluindo Listenstaine e Mônaco.
- (16) Incluindo Anguila, Antígua e Barbuda, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Dominica, Granada, Monserrate, Antilhas Holandesas, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Ilhas Turcas e Caicos e as Ilhas Virgens Americanas.
- (17) Incluindo as Ilhas Falkland (Malvinas) e a Guiana Francesa.
- (18) Incluindo Bermudas, Groenlândia e São Pedro e Miquelon.
- (19) Incluindo a Ilha do Natal, Ilhas Cocos (Keeling) e Ilha de Norfolk.
- (20) Incluindo Nova Caledônia e Vanuatu.
- (21) Os Estados que sucederam a antiga União Soviética estão agrupados em outras regiões. A Europa Oriental inclui a Bielorrússia, República da Moldávia, Federação Russa e Ucrânia. A Ásia Ocidental inclui a Armênia, Azerbaijão e Geórgia. A Ásia Centro-Meridional inclui Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão. Total regional, excluindo a sub-região apresentada separadamente abaixo.
- (22) Total regional, excluindo a sub-região apresentada separadamente abaixo.
- (23) Estas sub-regiões estão incluídas na região do UNFPA para a Europa e os Estados Árabes.
- (24) O total para a Europa Oriental inclui alguns Estados balcânicos do Sul da Europa e Estados bálticos do Norte da Europa.
- (25) Abrangendo os Estados Federados da Micronésia, Guam, Quiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Ilhas Marianas do Norte e Ilhas do Pacífico (Palau).
- (26) Incluindo Samoa Americana, Ilhas Cook, Ilhas Johnston, Pitcairn, Samoa, Tokelau, Tonga, Ilhas Midway, Tuvalu e Ilhas Wallis e Futuna.

Notas Técnicas

As tabelas estatísticas no Relatório sobre a Situação da População Mundial deste ano novamente enfocam os indicadores que podem ajudar a acompanhar o progresso na realização dos objetivos quantitativos e qualitativos estabelecidos pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) nas áreas de redução da mortalidade, acesso à educação, acesso aos serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar e a prevalência do HIV/AIDS entre os jovens. As fontes e os critérios de seleção dos indicadores são apresentados a seguir, por categoria.

Monitoramento das Metas da CIPD

INDICADORES DE MORTALIDADE

Mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, masculina e feminina. Fonte: Planilhas fornecidas pela Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores medem níveis de mortalidade, respectivamente, no primeiro ano de vida (mais sensível aos níveis de desenvolvimento) e ao longo de toda a vida. Dados estimados para 2008.

Razão de mortalidade materna. Fonte: OMS, UNICEF, UNFPA e Banco Mundial. 2005. *Maternal Mortality in 2005: Estimates Developed by WHO, UNICEF, and UNFPA*. Genebra: OMS. Este indicador apresenta o número de mortes maternas por 100.000 nascidos vivos que resultam de circunstâncias relacionadas à gravidez, ao parto e às complicações decorrentes. É difícil chegar a números precisos, embora os valores relativos sejam informativos. As estimativas entre 100 e 999 foram arredondadas para as dez unidades mais próximas e, acima de 1.000, para a centena mais próxima. Muitas estimativas diferem daquelas dos números oficiais dos governos. As estimativas são, sempre que possível, baseadas nos valores publicados, com o uso de fórmulas para melhorar a comparabilidade dos dados de diferentes fontes. Verificar as fontes para obter detalhes sobre a origem de estimativas nacionais específicas. As estimativas e as metodologias são revisadas regularmente pela OMS, pelo UNICEF, pelo UNFPA, por instituições acadêmicas e outras agências, e são revisadas, sempre que necessário, como parte do processo contínuo de melhoria dos dados sobre mortalidade materna. Devido às mudanças nos métodos, estimativas anteriores aos níveis de 1995 podem não ser estritamente comparáveis às estimativas atuais.

INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Razões de matrícula de meninos e meninas no ensino fundamental, razões de matrícula de meninos e meninas no ensino médio (valores brutos). Fonte: Planilha fornecida pelo Instituto de Estatística da UNESCO, abril de 2008. Os dados populacionais são provenientes de: Divisão de População das Nações Unidas. 2005/06. *World Population Prospects: The 2006 Revision*. Nova York: Nações Unidas. As taxas de matrícula (valores brutos) indicam o número de alunos matriculados em um determinado nível no sistema de educação por 100 indivíduos na faixa etária apropriada. Não foram utilizados fatores de correção para pessoas mais velhas do que a idade apropriada para cada nível devido ao início tardio, à evasão escolar ou repetência. Os dados são relativos às estimativas anuais mais recentes disponíveis para o período 1999-2007.

Analfabetismo entre homens e mulheres adultos. Fonte: Ver acima as fontes correspondentes às taxas de matrícula (valores brutos); os dados sobre analfabetismo foram obtidos ajustando os de alfabetização. As definições de analfabetismo estão sujeitas a variações nos diferentes países; três definições amplamente aceitas estão em uso. Na medida do possível, os dados se referem à proporção de pessoas que não conseguem ler nem escrever, com compreensão, uma frase simples e curta sobre a vida cotidiana. O analfabetismo entre adultos (taxas de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos de idade) reflete tanto os níveis recentes de matrícula no sistema educacional quanto o nível de escolaridade já adquirido no passado. Os indicadores de educação acima foram atualizados utilizando estimativas da Divisão de População das Nações Unidas. 2008. *World Population Prospects: The 2006 Revision*. Nova York: Nações Unidas. Os dados são relativos às estimativas anuais mais recentes disponíveis para o período 1995-2004.

Proporção dos que alcançam o 5º ano do ensino fundamental. Fonte: Ver acima fonte para razões de matrícula (bruta). Os dados são os mais recentes para os anos letivos 1999-2007.

INDICADORES DE SAÚDE REPRODUTIVA

Nascimentos por 1.000 mulheres 15-19 anos. Fonte: Planilha fornecida pela Divisão de População das Nações Unidas. Este é um indicador da carga de fecundidade em mulheres jovens. Por ser um nível anual para todas as mulheres na mesma faixa etária, não reflete plenamente o nível de fecundidade

das mulheres na sua juventude. Como indica o número médio anual de nascimentos por mulher por ano, pode-se multiplicá-lo por cinco para aproximar o número de nascimentos por 1.000 mulheres jovens no final da adolescência. A medida não indica a dimensão completa da gravidez na adolescência, pois são incluídos apenas os nascidos vivos. O indicador não reflete os natimortos nem os abortos espontâneos ou induzidos. As estimativas correspondem ao período 2005-2010.

Prevalência do uso de contraceptivos. Fonte: Planilha fornecida pela Divisão de População das Nações Unidas. Estes dados foram obtidos de relatórios de pesquisas por amostragem e estimam a proporção de mulheres casadas (incluindo mulheres em uniões consensuais) que atualmente usam, respectivamente, qualquer método ou métodos modernos de contracepção. Os métodos modernos ou clínicos oferecidos incluem a esterilização masculina e feminina, o DIU, a pílula, anticoncepcionais injetáveis, implantes hormonais, preservativos e métodos femininos de barreira. Esses números são aproximadamente, mas não inteiramente, comparáveis entre os diferentes países devido a variações no momento de aplicação das pesquisas e nos detalhes dos questionários. Todos os dados nacionais e regionais referem-se a mulheres entre 15 e 49 anos de idade. São mencionados os dados das pesquisas mais recentes disponíveis, variando de 1986 a 2007.

Taxa de prevalência do HIV, M/F, 15-49 anos. Fonte: UNAIDS – dados fornecidos pela Divisão de População das Nações Unidas 2006. Estes dados são baseados em relatórios de sistemas de vigilância e estimativas realizadas aplicando modelos teóricos. Os dados apresentados para homens e mulheres de 15-49 anos são estimativas pontuais para cada país. O ano de referência é 2007. As diferenças entre homens e mulheres refletem diferentes graus de vulnerabilidade fisiológica e social à doença e são afetadas por diferenças de idade entre os parceiros sexuais.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

População total em 2008, População projetada para 2050, Taxa média anual de crescimento populacional 2005-2010. Fonte: Planilhas fornecidas pela Divisão de População das Nações Unidas. Estes indicadores apresentam o tamanho, a projeção do tamanho futuro e a atual taxa de crescimento anual das populações nacionais.

Percentual da população urbana, Taxa de crescimento urbano. Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. 2008. *World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*. Edição em CD-ROM: Dados em formato digital. Nova York:

Nações Unidas. Estes indicadores refletem a proporção da população nacional que vive em áreas urbanas e a projeção da taxa de crescimento nas áreas urbanas.

População por hectare de terra arável e de cultivo permanente. Fonte: Dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Divisão de Estatística, utilizando dados de população baseados em dados totais de população da Divisão de População das Nações Unidas. 2008. *World Population Prospects: The 2006 Revision*. Nova York: Nações Unidas; e taxas de atividade da população economicamente ativa da OIT. 1996. *Economically Active Population, 1950-2010*, 4ª edição. Genebra: OIT. Este indicador vincula o número da população de agricultores com a superfície das terras aptas para a produção agrícola. Reflete as mudanças na estrutura das economias nacionais (proporções de mão-de-obra que trabalha na agricultura) e nas tecnologias para o aproveitamento de terras. Os valores altos podem ser relacionados à sobrecarga da produtividade da terra e à fragmentação das propriedades. Entretanto, o indicador também é sensível aos diferentes níveis de desenvolvimento e diversas políticas de uso do solo. Os dados correspondem ao ano de 2005.

Taxa de fecundidade total (2008). Fonte: Planilha fornecida pela Divisão de População das Nações Unidas. A taxa indica o número das crianças que uma mulher teria durante seus anos reprodutivos se desse à luz de acordo com a taxa estimada para diferentes grupos de idade no período de tempo especificado. Os países podem alcançar o nível projetado em momentos diferentes dentro do período.

Partos atendidos por assistentes qualificados. Fonte: Planilha fornecida pela OMS com os dados de: Base de Dados sobre Assistentes Qualificados durante o Parto. Genebra: OMS. Web site: www.who.int//reprodutiva-health/global_monitoring/data.html. Este indicador é baseado em relatórios nacionais sobre a proporção de partos atendidos por "pessoal de saúde capacitado ou atendente capacitado, médicos (especialista ou não especialista) e/ou pessoas com conhecimentos sobre atendimento à parturição que podem diagnosticar e tratar complicações obstétricas, bem como atender partos normais". Os dados para países mais desenvolvidos refletem seus níveis mais altos de atendimento qualificado ao parto. Devido à hipótese de cobertura total, os déficits de dados (e de cobertura) para populações marginalizadas e os impactos de atrasos por fatores aleatórios ou condições de transporte podem não estar inteiramente refletidos nas estatísticas oficiais. Os dados são as estimativas mais recentes disponíveis para o período de 1995 a 2006.

Renda interna bruta *per capita*. Fonte: Os dados mais recentes (2006) foram fornecidos por: Banco Mundial. *World Development Indicators Online*. Website: <http://devdata.worldbank.org/dataonline/> (por assinatura). Este indicador (anteriormente Produto Nacional Bruto [PNB] *per capita*) mede o total dos bens e serviços finais produzidos por residentes e não residentes, independente de sua alocação para atender o mercado doméstico ou externo, em relação ao tamanho da população. Dessa forma, é um indicador da produtividade econômica de uma nação. Difere do Produto Interno Bruto (PIB) devido à introdução de ajustes por renda recebida do exterior, por trabalho e capital, por residentes; por pagamentos semelhantes feitos a não residentes; e pela incorporação de diversos ajustes técnicos que incluem aqueles relacionados a flutuações da taxa de câmbio ao longo do tempo. Esta medida também leva em conta as diferenças no poder aquisitivo das moedas, mediante ajustes da Paridade do Poder de Compra (PPC) para obter o "PNB real". Alguns valores da PPC são baseados em modelos de regressão; outros são extrapolados a partir dos mais recentes dados básicos de referência do Programa de Comparações Internacionais. Ver fonte original para detalhes.

Gastos do governo central em educação e saúde. Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators Online*. Website: <http://devdata.worldbank.org/dataonline/> (por assinatura). Estes indicadores refletem a prioridade dada por um país aos setores de educação e saúde, em função da proporção de gastos do governo dedicados aos referidos setores. Não são sensíveis às diferenças nas alocações dentro de um mesmo setor, por exemplo, ensino fundamental ou serviços de saúde com relação a outros níveis, que variam consideravelmente. A comparabilidade direta é complicada devido às diferentes responsabilidades administrativas e orçamentárias dos governos centrais em comparação com os governos locais e devido aos diferentes papéis desempenhados pelo setor público e o setor privado. As estimativas indicadas são apresentadas como parcelas do PIB *per capita* (para a educação) ou do PIB total (para a saúde). Sugere-se muita cautela ao efetuar comparações entre os países devido às variações nos custos dos insumos em diferentes lugares e setores. Os dados provisórios correspondem às estimativas anuais mais recentes disponíveis para 2005.

Assistência externa à população. Fonte: UNFPA. 2006. *Financial Resource Flows for Population Activities in 2006*. Nova York: UNFPA. Este valor corresponde ao montante de assistência externa gasto em 2006 para atividades de população em cada país. Os recursos externos são desembolsados por meio das agências multilaterais e

bilaterais de assistência e organizações não-governamentais. Os países doadores são indicados por suas contribuições colocadas em parênteses. Os totais regionais incluem tanto projetos por país como atividades regionais (que não tenham sido indicados na tabela).

Mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos.

Fonte: Planilha fornecida pela Divisão de População das Nações Unidas. Este indicador refere-se à taxa de mortalidade de menores de um ano e de crianças pequenas. Conseqüentemente, reflete o impacto das doenças e outras causas de morte em menores de um ano e crianças pequenas. Outras medidas demográficas mais padronizadas são as taxas de mortalidade infantil e as taxas de mortalidade em crianças entre 1 e 4 anos de idade, que refletem diferentes causas e freqüência de mortalidade nessas idades. Esta medida é mais sensível do que a mortalidade de menores de um ano devido à carga de doenças da infância, incluindo aquelas que podem ser prevenidas com melhor nutrição e programas de imunização. A mortalidade de menores de 5 anos se expressa como quantidade de mortes de crianças menores de 5 anos por 1.000 nascidos vivos em um dado ano. As estimativas correspondem ao período 2005-2010.

Consumo de energia *per capita*. Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators Online*. Website: <http://devdata.worldbank.org/dataonline/> (por assinatura). Este indicador reflete o consumo anual de energia comercial primária (carvão, lenha, petróleo, gás natural, energia hidrelétrica, energia nuclear e eletricidade geotérmica), expresso em equivalente de quilogramas de petróleo *per capita*. Reflete o nível de desenvolvimento industrial, a estrutura da economia e os padrões de consumo. A evolução ao longo do tempo pode refletir mudanças no nível e no equilíbrio de várias atividades econômicas e variações no grau de eficiência do uso de energia (inclusive diminuições ou aumentos no grau de consumo com desperdício). As estimativas correspondem a 2005.

Acesso a melhores fontes de água potável. Fonte: OMS e UNICEF. 2007. *Meeting the MDG Drinking Water and Sanitation Target: The Urban and Rural Challenge of the Decade*. Genebra: OMS. Este indicador refere-se à porcentagem da população com acesso a uma *melhor* fonte de água potável que proporciona uma *quantidade adequada de água apta para consumo*, situada a uma *distância razoável* do domicílio do usuário. Os conceitos em itálico correspondem às definições de cada país. Este indicador está relacionado com a exposição a fatores de risco à saúde, incluindo aqueles que resultam de instalações sanitárias impróprias. Dados estimados para 2004.

Equipe Editorial

Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008

Autor/Pesquisador Principal: Joy Moncrieffe

Editor: Alex Marshall

Conselheira para Cultura, Gênero e Direitos Humanos: Azza Karam

Coordenador: Christian Fuersich

Editora Associada: Triana D'Orazio

Editora e Administradora Associada: Mirey Chaljub

Agradecimentos:

A Equipe Editorial expressa seu especial agradecimento aos seguintes contribuidores que elaboraram documentos de apoio: Alan Greig, Vasantha Kandiah, Cecilia Maria Bacellar Sardenberg e Maya Unnithan.

Nosso sincero obrigado também aos estudiosos e profissionais que fizeram inestimáveis comentários: Professor Abdullah An-Na'im, Dr. Josef Boehle, Rabbi Amy Eilberg, Katérina Stenou, Reverendo Hans Ucko e a Reverenda Irmã Francisca Ngozi Uti. Nossos agradecimentos também aos colegas do UNFPA, especialmente Purnima Mane, Mari Simonen e Aminata Toure, Stan Bernstein, Jose Miguel Guzman, Werner Haug, Kristin Hetle, Abubakar Dungus, Laura Laski, Nuriye Ortayli, Sherin Saadallah e Saskia Schellekens.

Pelo apoio a seus programas na área de cultura desde 2002, o UNFPA gostaria de agradecer, em particular, ao governo da Suíça, assim como aos governos da Alemanha e da Suécia.

Coordenação editorial português: Etienne França

Tradução: César A. C. Sanchez

Revisão: ADOF Traduções

Diagramação e arte-finalização: Tiago Schitkoski

Impressão e acabamento: Coronário Editora Gráfica

A equipe editorial agradece a colaboração da equipe do UNFPA Brasil pelo apoio à produção da versão em português do relatório.



Fundo de População das Nações Unidas

220 East 42nd Street

Nova York, NY 10017

E.U.A.

www.unfpa.org

são, a discriminação e a hostilidade com relação aos migrantes; os países de origem enfrentam a perda de trabalhadores talentosos e qualificados, assim como de membros de comunidades e famílias. O tráfico, o lado obscuro e negativo da migração, prejudica tanto as comunidades como as pessoas envolvidas.

A migração interna produz muitos riscos e oportunidades, embora o relatório observe que há mais riscos e menos oportunidades para os mais pobres. Os serviços urbanos são de melhor qualidade, mas os pobres não têm condições econômicas para acessá-los. Muitos migrantes, por exemplo, retornam para casa para ter seus filhos, apesar de a assistência médica ser aparentemente de menor qualidade.

O *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008* conclui que o impacto cumulativo da mudança econômica e social está forçando as culturas a se modificarem, mas uma adaptação bem-sucedida depende de se compreender o que está ocorrendo e de se responder a isso.

Gênero e Saúde Reprodutiva em Situações de Conflito

A percepção de que as mulheres são as “guardiãs da cultura” freqüentemente faz delas um alvo durante a guerra. O estupro é uma forma de violência dirigida não apenas contra a mulher, mas contra toda a sua cultura. A vítima sofre duplamente, diz o relatório: as comunidades podem considerá-la maculada ou desprovida de valor e ela pode ser submetida, como resultado disso, a mais atos de violência.

A militarização de uma cultura torna a violência mais provável e mais aceitável, contrapondo-se ao empoderamento e à igualdade das mulheres. Ao mesmo tempo, elas passam a arcar com responsabilidades e ônus adicionais, como desempenhar o papel de chefes de família na ausência dos homens. Pode haver ressentimento e atos de violência por parte dos homens que sentem ter falhado com o dever de proteger suas famílias.

A Resolução nº 1.325/2000 do Conselho de Segurança aceita que os direitos humanos das mulheres são uma questão de segurança internacional. Apesar das preocupações quanto ao que esteja faltando na resolução do Conselho, o documento reconhece importantes lacunas nas políticas e clama por mudanças.

Este relatório enfatiza que a assistência humanitária e ao desenvolvimento deve ter sensibilidade para o *stress* produzido pelo conflito armado. As abordagens sensíveis às diferen-

ças culturais têm o objetivo de proteger qualquer progresso que as mulheres tenham feito em direção à igualdade de gênero, incluindo direitos e saúde reprodutiva. Podem também resguardar as mulheres da violência e ajudar os homens a evitá-la.

A descrição das mulheres como sendo vítimas e dos homens como agressores ignora as diversas responsabilidades que as mulheres têm em tempos de guerra como chefes de família, provedoras de sustento e cuidados, e combatentes. As políticas e as abordagens devem reconhecer a capacidade de recuperação e a engenhosidade das pessoas, além das mudanças ocorridas em decorrência do conflito, diz o relatório. Não fazer isso pode excluir as mulheres e as minorias, inclusive as pessoas portadoras de necessidades especiais, do estabelecimento de prioridades e estratégias de desenvolvimento pós-conflito.

Também é necessário utilizar abordagens sensíveis às diferenças culturais para lidar com pessoas que enfrentam traumas, para atender às necessidades de assistência em saúde reprodutiva e sexual dos refugiados, para construir parcerias com organizações locais e ajudar as pessoas a manterem ou recuperarem seu senso de identidade cultural em meio à devastação causada pela guerra.

Conclusões

- Os agentes do desenvolvimento internacional ignoram ou marginalizam a cultura por sua conta e risco. A promoção dos direitos humanos requer uma apreciação da complexidade, fluidez e centralidade da cultura, identificando e estabelecendo parcerias com agentes locais de mudança.
- Abordagens baseadas no conhecimento cultural dão viabilidade à formulação de políticas – e permitem a “política cultural” requerida para os direitos humanos.
- A fluência cultural determina como os sistemas de significados, a oposição econômica e política, ou as políticas de apoio evoluem – e podem ser desenvolvidos.
- Para desenvolver fluência cultural, o UNFPA propõe uma “lente cultural” como ferramenta de programação.
- As abordagens sensíveis às diferenças culturais investigam de que maneira variáveis como status econômico, política, lei, classe, idade, gênero, religião e etnia se cruzam e conduzem a compreensões e manifestações divergentes de poder.
- Abordagens sensíveis às diferenças culturais demandam marcos operacionais e analíticos diferentes e requerem introspecção da comunidade do desenvolvimento.

Número de Palavras: 2.907

A íntegra deste relatório e seu resumo em árabe, inglês, francês, russo e espanhol podem ser encontrados no website do UNFPA, www.unfpa.org, junto com subsídios adicionais para a imprensa.



Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008

CONSTRUINDO CONSENSO: CULTURA, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

(Não divulgar antes de 12 HORAS GMT, 12 de novembro de 2008)

Visão Geral

Como parte fundamental da vida das pessoas, a cultura deve ser integrada nas políticas e na programação do desenvolvimento. O *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008* do UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas, mostra como esse processo funciona na prática.

Este ano comemoramos o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O ponto de partida do relatório é que os direitos humanos refletem valores universais. Clama pela utilização de abordagens ao desenvolvimento sensíveis às diferenças culturais, pois elas são essenciais para os direitos humanos em geral e para os direitos das mulheres.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais requerem fluência cultural – familiaridade com a forma como as culturas funcionam e com a maneira de trabalhar com elas. O relatório sugere que parcerias – por exemplo, entre o UNFPA e Organizações Não Governamentais (ONGs) locais – podem criar estratégias eficazes para promover os direitos humanos, como o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero, e acabar com abusos aos direitos humanos, como a mutilação ou excisão genital feminina.

A cultura influencia como as pessoas regem suas vidas, diz o relatório. As culturas afetam como as pessoas agem e pensam; mas não fazem com que todos pensem ou ajam da mesma forma. Culturas influenciam e são influenciadas por circunstâncias externas, e mudam em resposta a elas. As pessoas estão continuamente redimensionando-as, embora alguns aspectos da cultura continuem a influenciar escolhas e estilos de vida por um longo tempo.

É arriscado fazer generalizações sobre as culturas, diz o relatório. E é particularmente perigoso julgar uma cultura pelas normas e valores de outra. Mesmo em se tratando da mesma cultura, há divergências sobre esses dois aspectos – de

fato, a mudança ocorre quando as pessoas resistem às pressões culturais. O movimento pela igualdade de gênero é um bom exemplo disso.

O desenvolvimento cultural é um direito assim como o desenvolvimento econômico ou social, diz o relatório. Abordagens sensíveis às diferenças culturais buscam soluções criativas concebidas no âmbito das próprias culturas e

trabalham com elas. Esse tipo de abordagem é essencial para entender as relações de poder nas esferas legal, política, econômica e social, e o que elas significam para o desenvolvimento.

O relatório adverte que a sensibilidade cultural e o engajamento não significam aceitação de práticas tradicionais prejudiciais ou um passe livre para abusos aos direitos humanos – longe disso. Valores e práticas que infringem os direitos humanos podem ser constatados em todas as culturas. A prática de se abraçar as realidades culturais pode revelar as formas mais eficazes de desafiar práticas culturais danosas e fortalecer as positivas.



Direitos Humanos

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os Estados-membros das Nações Unidas adotaram um vasto leque de instrumentos de direitos humanos, assim como documentos de consenso como o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) e a Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995).

O *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008* diz que a discussão sobre se os direitos humanos são verdadeiramente universais desconsiderou as inter-relações críticas entre direitos humanos e culturas. Os direitos humanos protegem tanto os grupos como os indivíduos. Por exemplo, entre as proteções dos direitos coletivos estão o

Para mais informações:

Fundo de População das Nações Unidas
Divisão de Informação e Relações Externas
220 East 42nd Street, New York, NY 10017
Tel: + 1 212 297 5020; Fax: + 1 212 557 6416
E-mail: gharzeddine@unfpa.org

direito à saúde, incluindo a saúde reprodutiva. A resistência à privação e à opressão é comum a todas as culturas, e as pessoas utilizam a linguagem dos direitos para expressar sua resistência. Mas tanto os indivíduos como os grupos culturais têm uma percepção própria dos direitos universais, e defendem os direitos conforme seus contextos culturais. Aquilo que o relatório denomina “legitimidade cultural” pode imbuir direitos humanos, mas a aquisição dessa legitimidade requer conhecimento e engajamento cultural.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais devem alcançar todas as comunidades, incluindo os grupos marginalizados dentro dessas comunidades. Não é um processo imediato ou previsível, admite o relatório. O desenvolvimento humano com a plena realização dos direitos humanos depende de um engajamento sério e respeitoso com as culturas.

Empoderamento da Mulher e Igualdade de Gênero

Apesar dos acordos internacionais, inclusive mais recentemente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), o relatório destaca que a desigualdade de gênero continua disseminada e profundamente arraigada em muitas culturas. As mulheres e as meninas constituem 3/5 do bilhão de pessoas mais pobres do mundo. As mulheres são 2/3 dos 960 milhões de adultos do mundo que não sabem ler, e as meninas representam 70% dos 130 milhões de crianças que não vão para a escola. Normas e tradições culturais podem perpetuar a violência de gênero, e tanto os homens como as mulheres podem aprender a fazer “vistas grossas” para a situação.

O poder cultural opera por meio da coerção, diz o relatório. A coerção pode ser visível, oculta nas estruturas do governo e da legislação, ou estar infundida nas percepções que as pessoas têm delas mesmas. As relações de poder moldam as dinâmicas de gênero e são subjacentes a práticas como o casamento entre crianças (uma das principais causas da fístula obstétrica e da mortalidade materna) e a mutilação ou excisão genital feminina. Essas e outras práticas prejudiciais continuam existindo em muitos países apesar das leis contra elas. As mulheres podem apoiá-las, na crença de que dão proteção a suas crianças e a elas mesmas.

Avanços na igualdade de gênero nunca vieram sem um embate cultural. As mulheres na América Latina, por exemplo, tiveram sucesso em dar visibilidade à violência de gênero e em assegurar uma legislação contra essa prática; mas, sua aplicação continua a ser um problema.

O relatório destaca que a abordagem do UNFPA integra um trabalho pelos direitos humanos pela igualdade de gênero com sensibilidade cultural. A abordagem estimula mudanças endógenas, ao mesmo tempo em que respeita a soberania

nacional e a integridade cultural. O UNFPA colabora não apenas com os governos, mas também com várias organizações e indivíduos em âmbito local, muitos dos quais identificados como agentes de mudança.

A “lente cultural” é a ferramenta do UNFPA para implementar essa abordagem. A “lente cultural” ajuda a desenvolver a fluência cultural necessária para negociar, persuadir e cultivar a aceitação e a apropriação cultural. Ajuda os programas apoiados pelo UNFPA a responder a variações nas necessidades, experiências e culturas; entender como as pessoas negociam em seus próprios contextos e a aprender com a resistência local.

Saúde e Direitos Reprodutivos

O relatório observa que o entendimento que as pessoas têm de saúde e direitos reprodutivos pode variar mesmo dentro de uma comunidade. A sensibilidade cultural tem a ver com estar ciente desses significados variados e estar preparado para o inesperado: por exemplo, alguns homens podem trabalhar a favor da igualdade de gênero e contra o que são aparentemente seus próprios interesses, enquanto algumas mulheres podem apoiar práticas que lhes são aparentemente prejudiciais. As abordagens sensíveis às diferenças culturais compreendem e trabalham com os pontos de vista da comunidade: por exemplo, o que significa quando uma mulher ou um casal não se reproduz; o efeito da contracepção na capacidade da mulher de conceber; ou a visão que um homem tem sobre o que constitui sua “masculinidade”.

A sensibilidade cultural ajuda a mitigar e superar a resistência cultural contra casais e pessoas que utilizam a contracepção moderna, diz o relatório. Prepara o caminho para empoderar a mulher, especialmente quanto ao controle sobre a própria fertilidade. Abordagens sensíveis às diferenças culturais são ferramentas essenciais para as organizações de desenvolvimento que têm uma preocupação com a promoção da saúde reprodutiva e sexual.

Por exemplo, muitos governos de países, comunidades locais e a comunidade internacional em geral consideram a mutilação ou excisão genital feminina uma violação dos direitos humanos e um perigo para a saúde mental e física. Contudo, essa prática está disseminada e arraigada em algumas comunidades. Pode até mesmo ser considerada essencial para o ingresso na vida adulta e a aceitação plena na comunidade; as mulheres que não se submetem podem ser consideradas feias e sujas. Acabar com essa prática implica levar em consideração todos os diferentes significados culturais e descobrir alternativas relevantes, em estreita cooperação com a comunidade.

É importante fazer alianças com formadores de opinião e líderes, assim como com pessoas e organizações que trabalham

na área. Algumas vezes, os próprios guardiões da cultura tornam-se defensores dos direitos das mulheres. No Camboja, monjas e monges budistas destacam-se na luta contra o HIV e a aids; no Zimbábue, líderes locais decidiram enfrentar o desafio. Alianças bem-sucedidas buscam parcerias amplas, incluindo, por exemplo, organizações de mulheres, jovens e trabalhadores que podem agir e se fortalecer de forma conjunta.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais são vitais para se alcançar os ODMs, diz o relatório, incluindo o Objetivo 5, de aprimorar a saúde materna. O número de mulheres que morrem em decorrência da gestação e do parto permaneceu, basicamente, inalterado desde a década de 1980, em torno de 536.000. Um número muitas vezes maior, entre 10 e 15 milhões, sofre lesões ou adoce. A redução da mortalidade materna e a prevenção de lesões como a fístula obstétrica dependem de um melhor atendimento durante a gestação e o parto, de serviços de emergência em caso de complicações e do acesso ao planejamento familiar. A sensibilidade cultural é essencial para o sucesso dessas iniciativas críticas.

O relatório reconhece que a religião é tema central da vida de muitas pessoas, influenciando suas decisões e ações mais íntimas. Mas o relatório observa que apelos à religião podem ser utilizados para justificar violações lamentáveis dos direitos humanos, como o assassinato de mulheres em nome da “honra” ou os “crimes passionais”. A sensibilidade cultural implica o apoio às mulheres e aos homens que se opõem a tais práticas nesses contextos culturais.

Fazer com que os homens participem da concepção, implementação e execução de programas de saúde reprodutiva, por exemplo, é uma forma de garantir que os programas tenham sensibilidade cultural. A observação de experiências masculinas relativas à questão do gênero e suas desigualdades pode ajudar a vencer resistências.

Pobreza, Desigualdade e População

O desenvolvimento depende, dentre outras coisas, do cumprimento de objetivos populacionais, diz o relatório. Durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994), 179 governos definiram objetivos a serem cumpridos até 2015. Muitos deles estão agora incorporados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), incluindo o acesso universal à assistência em saúde reprodutiva, a educação universal, o empoderamento da mulher e a igualdade de gênero.

Os mais pobres e outras comunidades marginalizadas são os que menos se beneficiam das políticas de desenvolvimento. Eles têm níveis educacionais e de atendimento em saúde inferiores e menor expectativa de vida

em relação a pessoas com melhor condição econômica. As mulheres mais pobres, em particular, sofrem de aspectos daninhos da tradição e da cultura, sofrendo maiores riscos de morte, doenças e seqüelas maternas.

O “desenvolvimento” desigual faz com que mais pessoas empobrecam e torna mais pobres ainda aqueles que já o são. Baixos níveis de saúde e educação tornam mais difícil transformar qualquer renda adicional em maior bem-estar. O acesso a oportunidades e recursos e a possibilidade de desfrutar dos direitos humanos depende, em parte, das relações de gênero e de capacidades físicas. O relatório conclui que a análise das escolhas das pessoas, em suas condições locais e contextos culturais, é pré-condição para se ter políticas melhores.

O *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008* verifica que, onde as limitações culturais (e não a pobreza) impedem que as mulheres utilizem o planejamento familiar, os programas podem ter sucesso mesmo onde tem havido pouco desenvolvimento econômico, como em Bangladesh. Por outro lado, algumas mulheres pobres recorrem à contracepção por não poderem arcar com os custos de ter filhos e não para proteger a própria saúde reprodutiva.

O relatório afirma que a chave para uma maternidade mais segura é uma melhor saúde reprodutiva, por meio de: (1) acesso ao planejamento familiar para reduzir gestações não planejadas e aumentar o espaçamento entre as gestações programadas; (2) assistência qualificada a todos os partos; (3) cuidados obstétricos oportunos para as complicações do parto, e (4) assistência qualificada para as mulheres e crianças após o parto.

Quanto maior a probabilidade de uma mulher dar à luz na presença de um profissional qualificado, maiores as chances de um bom resultado. As mulheres mais pobres e os países mais pobres com menos partos assistidos têm taxas mais elevadas de mortalidade materna e morbidade. Mas este fato é mais do que uma questão de números, diz o relatório. O desafio para os serviços de saúde reprodutiva é disponibilizar não apenas mais assistentes de parto qualificados, mas assistentes que tenham um vínculo cultural com as mulheres que atendem, assim como apoio, encaminhamento e atendimento obstétrico e de emergência que sejam aceitáveis do ponto de vista cultural.

O relatório reconhece que a migração tem sido uma experiência ambivalente para todos os envolvidos. Os migrantes internacionais – quase 191 milhões em 2005 – enviam anualmente, pelo menos, US\$ 251 bilhões em remessas para seus países de origem, normalmente onde vivem suas famílias. A contribuição deles é cultural e econômica: os migrantes assimilam e transmitem mensagens culturais, incluindo atitudes com relação aos direitos humanos e à igualdade de gênero.

Os problemas nos países de destino incluem a incompreen-



Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008

Construindo Consenso: Cultura, Gênero e Direitos Humanos

Copyright © UNFPA 2008

Fundo de População das Nações Unidas
Thoraya Ahmed Obaid, Diretora Executiva

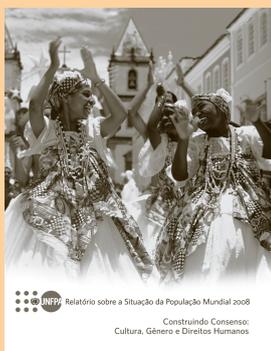
Visão Geral	1
Direitos Humanos	2
O Empoderamento da Mulher e a Igualdade de Gênero	3
Saúde Reprodutiva e Direitos Reprodutivos	4
Pobreza, Desigualdade e População	6
Guerra, Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher	8
Conclusões	9

1	Negociação Cultural: Uma Introdução	11
	Por que a Cultura?	11
	Antecedentes	12
	O que é a Cultura?	14
	O que a Cultura não é...	15
	Por que as Abordagens Sensíveis às Diferenças Culturais são Essenciais?	16
	Visão Geral dos Capítulos	18

2	Negociação Cultural: Construindo Apoio para os Direitos Humanos	21
	O Debate sobre os Direitos Humanos	22
	A Natureza Evolutiva dos Direitos Humanos	23
	Construindo a Legitimidade Cultural para os Direitos Humanos	25

3	Negociação Cultural: Promovendo a Igualdade de Gênero e Empoderando a Mulher	31
	Igualdade de Gênero, Empoderamento da Mulher e Cultura	34
	As Muitas Faces do Poder: Exemplos da África	36
	Embates Culturais Contra a Violência Doméstica na América Latina	38
	Cultura, Gênero e Direitos Humanos	39
	Negociação Cultural: Sete Lições Aprendidas a partir da Experiência	40

FIGURA	Figura 1	
	Entendendo Cultura, Gênero e Direitos Humanos	37



Na capa
Mulheres dançando em uma rua de Salvador, Brasil.

© Peter Adams/Getty Images

Construindo Consenso: Cultura, Gênero e Direitos Humanos

4

Negociação Cultural:
Saúde Reprodutiva e
Direitos Reprodutivos 49

Mutilação/Excisão Genital
Feminina: O Valor do
Conhecimento Cultural 50

Sondando as Culturas 53

Cultura, Masculinidade e
Saúde Sexual e
Reprodutiva 58

5

Negociação Cultural:
Pobreza, Desigualdade
e População 63

Contextos Culturais de
Questões Populacionais,
Pobreza e Desigualdade 64

Questões sobre Cultura e
Fecundidade 64

Pobreza e Prestação de
Serviços de Saúde 67

Cultura e Questões
Relacionadas à Saúde
Reprodutiva 67

Migração, Imigrantes e
Diversidade Cultural 71

FIGURAS

Figura 2
Diferenças de fecundidade
entre ricos e pobres 64

Figura 3
Nível médio das necessi-
dades não atendidas e
demanda total de planeja-
mento familiar, por região
e por quintis de riqueza
das famílias 65

Figura 4
Disponibilidade de
atendimento pré-natal 67

Figura 5
Nascimentos acompanha-
dos por assistentes de
parto qualificados 67

TABELA

Tabela 1
Estimativas de TMM,
número de mortes mater-
nas, risco durante a vida e
faixa de incerteza por
regiões dos ODMs das
Nações Unidas, 2005 66

6

Negociação Cultural:
Gênero e Saúde
Reprodutiva em
Situações de Conflito 75

Culturas, Relações de
Gênero e Conflitos
Armados 75

Abordando as Relações de
Gênero nos Conflitos
Armados: A Resolução
1.325 do Conselho de
Segurança das Nações
Unidas 77

Abordagens Sensíveis às
Diferenças Culturais,
Relações de Gênero e
Conflitos Armados 80

Impacto, Análise e
Resposta 82

Negociação Cultural no
âmbito das Organizações
de Desenvolvimento 87

7

Negociação Cultural:
Algumas Conclusões 89

Notas e
Indicadores 93

Notas 94

Indicadores 98

Monitoramento das Metas
da CIPD - Indicadores
Selecionados 98

Indicadores Demográficos,
Sociais e Econômicos 102

Indicadores Selecionados
para Países/Territórios
Menos Populosos 106

Notas para os
Indicadores 108

Notas Técnicas 109

Equipe Editorial 112

Imagem de fundo:
*Mulher cubana com um bebê
em seus braços.*

© J. Royan/Still Pictures





Visão Geral

A cultura é, e sempre foi, tema central ao desenvolvimento. Como uma dimensão natural e fundamental da vida das pessoas, a cultura deve estar integrada na política e na programação do desenvolvimento. Este relatório sobre a Situação da População Mundial 2008 mostra como esse processo funciona na prática.

O ponto de partida do relatório é a validade universal do marco internacional de direitos humanos. O enfoque será, portanto, discutir e mostrar como abordagens sensíveis às diferenças culturais são fundamentais para a concretização dos direitos humanos em geral e dos direitos das mulheres em particular.

O relatório dá uma visão geral do marco conceitual assim como da prática do desenvolvimento, lançando um olhar sobre os eventos cotidianos que constituem a experiência das pessoas em relação ao desenvolvimento. Abordagens sensíveis às diferenças culturais demandam fluência cultural – familiaridade com o funcionamento das culturas e com a forma de trabalhar com elas. O relatório apresenta alguns dos desafios e dilemas de estratégias sensíveis às diferenças culturais e sugere como as parcerias podem enfrentá-los.

A cultura – padrões herdados de significados compartilhados e de entendimentos comuns – influencia o modo como as pessoas regem suas vidas e oferece uma lente por meio da qual podem interpretar sua sociedade. As culturas afetam a forma como as pessoas pensam e agem, mas não produzem uniformidade de pensamento ou de comportamento.

As culturas devem ser vistas em seu contexto mais amplo: elas influenciam e são influenciadas por circunstâncias externas e, em resposta a elas, se modificam. As culturas não são estáticas; as pessoas estão continuamente envolvidas em remodelá-las, embora alguns aspectos da cultura continuem a influenciar escolhas e estilos de vida por períodos muito longos.

Os costumes, normas, comportamentos e atitudes culturais são tão variados quanto ambíguos e dinâmicos. É arriscado generalizar e é particularmente perigoso julgar uma cultura pelas normas e valores de outra. Tal simplificação excessiva pode levar à presunção de que todo membro de uma cultura pensa de forma idêntica. Isso não somente se trata de uma percepção equivocada,

◀ Família nepalesa.

© Peter Bruyneel

mas ignora um dos acionadores da mudança cultural, que são as múltiplas expressões da resistência interna, a partir das quais as transições emergem. O movimento em direção à igualdade de gênero é um bom exemplo desse processo em funcionamento.

Apelos por sensibilidade cultural e engajamento são, às vezes, mal interpretados como uma aceitação de práticas tradicionais perniciosas ou como uma forma de dar desculpas pelo não cumprimento dos direitos humanos universais. Isso está longe de ser o caso – esse relativismo não provê uma base para ação e produz apenas impasse e frustração. Valores e práticas que infringem os direitos humanos podem ser encontrados em todas as culturas. As abordagens sensíveis às diferenças culturais procuram o que faz sentido para as pessoas e trabalham com esse conhecimento. A prática de abraçar as realidades culturais pode revelar as formas mais eficazes de enfrentar as práticas culturais prejudiciais e de fortalecer as positivas.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais:

- vão para além do “quê” e estendem-se ao “como” e ao “porquê” de as coisas serem como são;
- buscam o conhecimento local e as relações que podem fornecer uma base para o diálogo e a mudança positiva;
- evitam as generalizações e reconhecem as diferenças nos valores e nos objetivos, mesmo dentro de uma mesma cultura;
- encorajam a humildade entre aqueles que trabalham com as comunidades; e
- certificam-se de que uma profunda compreensão das realidades humanas, incluindo a cultura, e não teorias ou suposições, torne-se a base para a elaboração de políticas.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais são ao mesmo tempo lógicas e práticas, reconhecendo que o desenvolvimento cultural é um direito da mesma forma que o desenvolvimento econômico ou o social. Soluções criativas sobejam nas culturas e as abordagens sensíveis às diferenças culturais buscam-nas e

trabalham com elas. As abordagens sensíveis às diferenças culturais são essenciais para o entendimento dos contextos de cada local – que envolvem as relações de poder jurídico, político, econômico e social – e suas implicações para o desenvolvimento.

Direitos Humanos

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os Estados-membros das Nações Unidas adotaram vários instrumentos que detalham os princípios da universalidade, indivisibilidade, interdependência, igualdade e não discriminação. Quando esses instrumentos entram em vigor, os países concordam em ficar vinculados as suas disposições; as disposições fundamentais são vinculantes para todas as nações. A esses instrumentos acrescentam-se documentos consensuais como o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) e a Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995).

Tem havido considerável discussão sobre a universalidade dos direitos humanos, mas essa discussão vem, em geral, negligenciando as inter-relações fundamentais entre os direitos humanos e as culturas. O marco dos direitos humanos inclui proteções para os direitos coletivos de grupos assim como para os direitos dos indivíduos; entre esses está o direito à saúde, incluindo a saúde reprodutiva. A linguagem dos direitos é a linguagem da resistência à privação e à opressão, que é comum a todas as culturas: as pessoas começaram a utilizar a linguagem dos direitos para fazer suas próprias reivindicações.

Os direitos universais são exercidos por pessoas específicas e grupos em seus próprios contextos culturais e devem, portanto, ser entendidos dessa forma. Esse exercício é o que as abordagens sensíveis às diferenças culturais almejam alcançar.

Abordagens sensíveis às diferenças culturais reconhecem que:

- pessoas de diferentes culturas entendem os direitos de maneiras distintas;

- pessoas da mesma cultura também têm diferentes perspectivas e experiências em relação a direitos;
- pessoas defendem os direitos conforme seus contextos culturais;
- os direitos humanos podem ser enraizados por meio da “legitimidade cultural”; e
- a promoção da legitimidade cultural requer conhecimento cultural e engajamento.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais podem oferecer ferramentas para compreender como os direitos humanos e as culturas interagem. Direitos humanos que forem percebidos como sendo legítimos do ponto de vista cultural serão respeitados pelas pessoas, mas para garantir essa legitimidade são necessárias salvaguardas importantes:

- Evitar impor interpretações particulares dos direitos que prejudiquem a apropriação (*ownership*) cultural.
- Não evitar os embates sobre os significados dos direitos, mas reconhecê-los.
- Contribuir com as políticas levando em conta normas e práticas locais de maneira séria.
- Entender as culturas nas esferas local, nacional e internacional, e as inter-relações entre elas existentes.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais exigem a inclusão de todas as sociedades e uma aproximação das comunidades, incluindo os grupos marginalizados dentro dessas comunidades. Isso não é um processo imediato e previsível. O desenvolvimento humano com pleno exercício dos direitos humanos depende de um engajamento sério e respeitoso com as culturas.

O Empoderamento da Mulher e a Igualdade de Gênero

Em uma série de reuniões e conferências internacionais desde 1975, os governos, a sociedade civil e as agências das Nações Unidas se comprometeram a trabalhar com e para as mulheres, com objetivos e metas específicas e, mais

recentemente, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no ano 2000. Contudo, a desigualdade de gênero continua disseminada e arraigada em muitas culturas. As mulheres e as meninas constituem 3/5 do bilhão de pessoas mais pobres do mundo, as mulheres são 2/3 dos 960 milhões de adultos em todo o mundo que não sabem ler e as meninas representam 70% dos 130 milhões de crianças que não vão para a escola. Algumas normas e tradições culturais e sociais perpetuam a violência associada ao gênero, e tanto os homens como as mulheres podem aprender a fazer “vista grossa” ou aceitar a situação. De fato, as mulheres podem defender as estruturas que as oprimem.

O poder opera dentro das culturas por meio da coerção que pode ser visível, oculta nas estruturas do governo e da legislação, ou estar enraizada nas percepções que as pessoas têm delas mesmas. As relações de poder são, portanto, o cimento que liga e molda a dinâmica de gênero e fundamenta o raciocínio e a maneira como as culturas interagem e se manifestam. Práticas como o casamento de crianças (que é uma das principais causas da fístula obstétrica e da mortalidade materna) e a mutilação ou excisão genital feminina (que tem conseqüências gravíssimas para a saúde) continuam a existir em muitos países apesar de haver leis proibindo-as. As mulheres podem até ajudar a perpetuar tais práticas, na crença de que são uma forma de proteção para seus filhos e para elas mesmas.

Os avanços na igualdade de gênero nunca vieram sem um embate cultural. As mulheres da América Latina, por exemplo, tiveram sucesso ao dar visibilidade à violência associada ao gênero e assegurar uma legislação adequada, contudo sua aplicação continua a ser um problema.

A abordagem que o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) dá à programação objetivando o empoderamento da mulher e a igualdade de gênero integra os direitos humanos, a transversalização de gênero e a sensibilidade cultural, encorajando uma mudança cultural transformadora de dentro para fora. O UNFPA colabora não apenas com

os governos, mas também com uma série de organizações locais e indivíduos, muitos dos quais são identificados como agentes da mudança.

A “lente cultural” é a ferramenta do UNFPA para a contestação da desigualdade de gênero e para a construção de alianças. Ajuda a desenvolver a fluência cultural necessária para negociar, persuadir e cultivar a aceitação e a apropriação cultural.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais devem responder às variações em termos de necessidades, experiências e culturas; devem propiciar um entendimento de como as pessoas negociam seus próprios contextos culturais e devem tirar lições da resistência local. As abordagens devem ser reflexivas, críticas e abrangentes.

Saúde Reprodutiva e Direitos Reprodutivos

As pessoas e as comunidades conferem uma ampla variedade de significados à saúde reprodutiva e aos direitos reprodutivos, e o seu entendimento pode variar mesmo entre as pessoas dentro da mesma comunidade. A sensibilidade cultural refere-se à percepção e à compreensão desses significados variados e estar preparado para lidar com algumas realidades inesperadas; por exemplo, alguns homens podem trabalhar a favor da igualdade de gênero, o que é aparentemente contrário aos seus interesses, e algumas mulheres podem apoiar práticas que lhes são aparentemente prejudiciais. As abordagens sensíveis às diferenças culturais procuram entender e trabalhar com os pontos de vista da comunidade sobre a contribuição que o homem e a mulher dão à procriação; por exemplo, qual o significado de uma mulher ou de um casal não ter filhos, o efeito da contracepção na capacidade de uma mulher conceber ou na visão que o homem passa a ter do que constitui sua “masculinidade”. Esse entendimento é essencial para uma cooperação eficaz.

A sensibilidade cultural ajuda a mitigar e a vencer resistências ao planejamento voluntário, por parte de casais e indivíduos, sobre o momento oportuno, o espaçamento entre as gestações e o número de filhos que querem ter. Prepara o caminho para o empoderamento da mulher, especialmente em relação ao

controle sobre a própria fecundidade. As abordagens sensíveis às diferenças culturais são ferramentas essenciais para as organizações promotoras do desenvolvimento que se ocupam da promoção da saúde sexual e reprodutiva.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais também são fundamentais para a mobilização das comunidades e para a construção de parcerias visando trabalhar contra certas práticas tradicionais lesivas, notadamente a mutilação ou excisão genital feminina M/EGF. A maioria dos governos nacionais e das comunidades locais e grande parte da comunidade internacional têm uma posição firmemente contrária à M/EGF, considerando-a uma violação dos direitos humanos e uma ameaça à saúde mental e física. Essa prática é, no entanto, uma tradição disseminada e arraigada em algumas comunidades, algumas vezes apoiada numa interpretação completamente espúria de ensinamentos religiosos. Pode ser considerada essencial para uma plena iniciação à vida adulta e admissão à comunidade; as mulheres que não adotam a prática podem ser consideradas feias ou sujas. O fim da prática requer levar em consideração os diversos significados culturais e encontrar alternativas significativas, mantendo estreita cooperação e debatendo com a comunidade.

[N]ós estamos revendo nossa experiência para termos a capacidade de responder ao desafio cultural: ajudar os países, as comunidades e as pessoas a interpretar os princípios universais, traduzi-los em termos sensíveis às diferenças culturais e, com base nelas, conceber programas que as pessoas possam sentir como sendo seus.

Podemos ter sucesso nisso se mantivermos em nossos corações a convicção de que cada vida humana é valiosa de forma única e que o direito ao desenvolvimento representa o direito de homens e mulheres expressarem a plenitude de sua natureza humana.

—Thoraya Ahmed Obaid, Diretora Executiva, UNFPA



▲ O acesso universal à educação e à saúde ajuda a todos.
© UNICEF/HQ06-1355/Claudio Versiani

Ao reconhecer e apoiar esforços da comunidade local é importante fazer alianças com os formadores de opinião e com os líderes, bem como com aqueles cujo trabalho em campo lhes confere projeção e influência. Algumas das mudanças mais significativas ocorrem quando os guardiões das normas e práticas culturais, os “*gatekeepers*”, passam a defender os direitos das mulheres. No Camboja, monjas e monges budistas destacam-se no esforço para combater o HIV; no Zimbábue, líderes locais decidiram enfrentar o desafio. As alianças bem-sucedidas buscam parcerias amplas em áreas dos direitos humanos e da igualdade de gênero e estabelecem padrões para sua aplicação em áreas específicas como a prevenção do HIV e tratamento e assistência à aids. A sensibilidade cultural também precisa levar em conta os diversos esforços de transformação empreendidos localmente por organiza-

ções como grupos de mulheres, jovens e trabalhadores e as formas como trabalham e se fortalecem mutuamente.

A religião é um tema central da vida de muitas pessoas e uma dimensão importante da cultura que influencia as decisões e ações mais íntimas. Pode-se apelar à religião para justificar práticas culturais como os assassinatos em nome da “honra” ou os “crimes passionais”, que são flagrantes violações dos direitos humanos. A sensibilidade cultural implica o apoio às muitas mulheres – e alguns homens – na sociedade que contestam tais práticas.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais são essenciais para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que incluem como meta (Objetivo 5) reduzir a razão de mortalidade materna em 75%. O número de mulheres que mor-

rem em decorrência da gestação e do parto permanece basicamente inalterado desde os anos 1980 em aproximadamente 536.000. Um número muito maior, entre 10 e 15 milhões de mulheres, sofre lesões ou adocece. A redução da mortalidade materna e a não ocorrência de lesões como a fístula obstétrica dependem de uma melhor assistência na gravidez e no parto, de serviços emergenciais em caso de complicações e de acesso ao planejamento familiar. A sensibilidade cultural é essencial para o sucesso dessas iniciativas cruciais.

O engajamento dos homens na concepção, implementação e execução de programas, por exemplo, é um meio assim como um resultado das abordagens sensíveis às diferenças culturais, além de ser um requisito de qualquer processo de desenvolvimento que tenha a intenção de modificar comportamentos e atitudes. A desigualdade de gênero e atitudes negativas dos homens são geralmente vistas como um desafio para os direitos e para a saúde reprodutiva. Especial atenção para as experiências dos homens com relação ao gênero e suas desigualdades é um dos elementos constitutivos das abordagens sensíveis às diferenças culturais.

Construções culturais de masculinidade e sexualidade podem acentuar comportamentos de risco e reduzir a probabilidade de os homens buscarem ajuda. Os homens tendem a ter relações sexuais quando mais jovens e a ter mais parceiras; isso pode estar relacionado às expectativas da sociedade do que constitui um “verdadeiro” homem e encoraja um comportamento sexual de risco. Alguns homens podem estar menos preocupados com sua saúde do que com sua masculinidade. As construções culturais intensificam o *stress* e a pressão em alguns homens para que se afirmem exercendo sua autoridade “masculina”, a ponto de forçarem relações sexuais com mulheres que não o desejam. Esse comportamento prejudica não apenas a saúde das mulheres, mas também suas personalidades sociais – mulheres vítimas de estupro já foram forçadas a casar com seus agressores, ou, até mesmo, acusadas de adultério.

Os homens podem interpretar a busca de ajuda ou mesmo de informações como um sinal de fraqueza. A probabilidade de os homens submeterem-se a aconselhamento ou testagem voluntária de HIV é muito

menor. A ignorância e a ansiedade dos homens põem tanto as mulheres como os próprios homens em risco, mas os homens podem não ver risco em seu comportamento. Fatores sociais e econômicos também são importantes: nas comunidades onde a pobreza, as drogas e as armas são comuns, o HIV e a aids juntam-se a outros riscos.

As abordagens sensíveis às diferenças culturais vão além das explicações-padrão do comportamento masculino para investigar a relação entre o contexto social, o político e o legal e as normas culturais que deles resultam, além das condições sob as quais homens e mulheres lhes fazem oposição. A construção desse conhecimento com iniciativas locais permite um apoio calculado e direcionado ao desenvolvimento.

Pobreza, Desigualdade e População

O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) é a base para alcançar os objetivos de população dos quais depende o desenvolvimento. Os objetivos da CIPD, agora incorporados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), incluem o acesso universal à assistência em saúde reprodutiva, a educação universal, o empoderamento da mulher e a igualdade de gênero. As comunidades marginalizadas beneficiam-se menos das políticas de desenvolvimento e têm maior probabilidade de serem pobres. Em comparação com aqueles que têm mais recursos, as pessoas dessas comunidades têm opções educacionais e atendimento médico de menor qualidade, além de viverem menos. As mulheres mais pobres, em especial, ficam sujeitas a aspectos nocivos da tradição e da cultura, com riscos mais elevados de morte, doenças ou lesões por causas maternas.

O “desenvolvimento” desigual aumenta a extensão e a profundidade da pobreza. Níveis baixos de saúde e educação dificultam a conversão de qualquer renda adicional em maior bem-estar, impedindo que as pessoas estabeleçam ou alcancem objetivos pessoais. As relações de gênero e as capacidades físicas também têm impacto na determinação do acesso às oportunidades, aos recursos e à habilidade para usufruir os direitos humanos. A análise das escolhas das pessoas em suas

condições e contextos locais é, portanto, pré-condição para políticas melhores.

As questões populacionais equivalem às decisões que as pessoas tomam em contextos culturais específicos sobre, por exemplo, planejamento familiar, educação, assistência médica e migração. Em contraste com o passado rural, o desenvolvimento redefiniu o valor das crianças. Famílias menores e um maior investimento em cada criança tornaram-se a norma, e as culturas se adaptaram conforme essa tendência, amparadas por uma saúde reprodutiva de melhor qualidade e outros serviços. As pessoas pobres podem ainda querer famílias maiores porque suas circunstâncias mudaram menos. Muitos ainda têm de perceber como uma família menor e saúde e educação de melhor qualidade podem beneficiá-los.

Algumas mulheres mais pobres de fato querem menos filhos, mas as restrições culturais as cerceiam. Ao levar isso em consideração, os programas de planejamento familiar podem ter sucesso mesmo onde tem havido pouco desenvolvimento econômico, como em Bangladesh. Por outro lado, algumas mulheres pobres utilizam a contracepção por não terem condições econômicas para ter filhos e não para proteger sua própria saúde reprodutiva.

A chave da saúde reprodutiva é tornar a maternidade mais segura por meio de (1) acesso ao planejamento familiar para reduzir gestações não planejadas e espaçar as gestações programadas; (2) assistência qualificada para todas as gestões e partos; (3) tratamento obstétrico no momento certo para as complicações do parto, e (4) assistência qualificada para as mulheres e crianças após o parto.

Quanto maior a probabilidade de uma mulher dar à luz na presença de uma pessoa qualificada para atender o parto, maiores as chances de melhores resultados. As mulheres mais pobres e os países mais pobres com menores proporções de partos assistidos têm índices mais elevados de mortalidade e morbidade materna. Uma mulher pode escolher uma parteira tradicional ao invés de um profissional qualificado para a atenção ao parto porque a primeira presta uma variedade de serviços antes e após o parto e também porque ela está mais familiarizada com a mulher grá-

vida e sua cultura. Um dos desafios para os serviços de saúde reprodutiva é disponibilizar profissionais qualificados para atenção ao parto que tenham um vínculo cultural com as mulheres que vão atender, assim como prover apoio, encaminhamento e atendimento obstétrico e de emergência eficazes, que sejam também aceitáveis do ponto de vista cultural.

A migração tem sido uma experiência ambivalente para todos os envolvidos. Os migrantes internacionais – quase 191 milhões em 2005 – enviam anualmente, pelo menos, US\$ 251 bilhões em remessas para os países de origem, com efeitos consideráveis nas economias nacionais e nas rendas das famílias. Sua contribuição é cultural e também econômica; os migrantes assimilam e transmitem mensagens culturais tanto nas comunidades de destino como nas de origem, incluindo atitudes em relação aos direitos humanos e à igualdade de gênero.

As políticas de migração dos países de destino muitas vezes têm de confrontar-se com a incompreensão, a discriminação e a hostilidade em relação aos migrantes; os países de origem enfrentam a perda de trabalhadores talentosos e qualificados, assim como membros de comunidades e famílias. O tráfico, o lado obscuro e negativo da migração, prejudica tanto as comunidades como as pessoas envolvidas. Isso está ficando mais comum à medida que as políticas migratórias tornam-se mais restritivas, expondo os migrantes à exploração econômica, aos maus tratos físicos e à violência. Essas condições propiciam terreno fértil para discursos culturais conflitantes, que incluem a reinvenção de tradições (algumas das quais implicam a perpetuação de práticas nocivas como a M/EGF) entre alguns grupos de migrantes, que se sentem alienados pela distância física de suas culturas de origem e, ao mesmo tempo, marginalizados pelas culturas dos países de destino.

A migração interna produz uma série de riscos e oportunidades, com probabilidade maior de risco no caso dos pobres, tanto nas populações nativas como nas de migrantes. Serviços urbanos de melhor qualidade, incluindo os de saúde reprodutiva, perdem a eficácia em função de seu elevado custo e pelo fato de os migrantes não terem redes sociais de apoio.

Muitos migrantes voltam para casa para ter seus filhos, apesar da assistência médica aparentemente de inferior qualidade.

O impacto cumulativo da mudança econômica e social está forçando as culturas a se modificarem. Mas o processo pode não ser rápido, e uma adaptação bem-sucedida depende da compreensão do que está ocorrendo. A mudança cultural pode, por si só, modificar os contextos social, político e econômico que a produziram e as tradições e os sistemas de significados podem sobreviver a muitas mudanças.

Guerra, Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher

As mulheres se tornam alvo na guerra por conta da percepção de que são as guardiãs da cultura. O estupro é um ato de violência não apenas contra a mulher, mas contra a composição cultural de sua identidade comunitária ou nacional. As comunidades podem considerar as mulheres vítimas de estupro como maculadas ou desprovidas de valor e elas podem ser submetidas a mais violência como resultado disso. Poucas comunidades abordam a questão da violência associada ao gênero de forma aberta e, em geral, as mulheres não falam sobre isso.

A militarização da cultura se contrapõe ao empoderamento da mulher e à igualdade de gênero, em parte por conta do aumento da incidência – e da aceitação – da violência. Os conflitos impõem responsabilidades e custos adicionais às mulheres, que podem passar a comandar os lares na ausência dos homens. Estes podem sentir-se impotentes e incapazes de cumprir com seu dever de proteger suas famílias. Isso pode incitar o ressentimento e a violência dos homens.

Os direitos humanos das mulheres são uma questão de segurança internacional, definida dessa forma pela Resolução 1.325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que também reconhece a necessidade de engajamento cultural para garantir que as mulheres sejam parte do processo de paz. Apesar das preocupações quanto ao que esteja faltando na Resolução 1.325, o documento reconhece importantes lacunas nas políticas e clama por mudanças.

É necessária sensibilidade cultural por parte das pessoas engajadas na assistência humanitária e ao desenvolvimento quando estiverem trabalhando com mulheres que tenham sido sujeitas ao *stress* produzido pelos conflitos armados. As abordagens sensíveis às diferenças culturais enfocam a deterioração concreta ou potencial nas relações de gênero e visam proteger todo progresso que as mulheres tenham feito em direção à igualdade de gênero, incluindo os direitos e a saúde reprodutiva da mulher. Abordagens sensíveis às diferenças culturais são necessárias, em especial, no contexto do conflito armado, que desafia expectativas culturais de masculinidade, como a responsabilidade do homem de proteger sua família.

A frustração e a impotência dos homens em face das privações em tempo de guerra freqüentemente voltam-se contra as mulheres, mas a percepção comum das mulheres como vítimas e dos homens como sendo agressores não descreve as diversas responsabilidades que as mulheres têm em tempos de guerra como chefes de família, provedoras de sustento e cuidados, além de combatentes. As políticas e as abordagens devem reconhecer essa complexidade. O não reconhecimento da capacidade de recuperação e da engenhosidade das pessoas e das mudanças ocorridas em decorrência do conflito pode excluir as mulheres e as minorias, inclusive as pessoas com deficiências, do estabelecimento de prioridades e estratégias de desenvolvimento pós-conflito.

Também é necessário utilizar abordagens sensíveis às diferenças culturais para lidar com pessoas que enfrentam traumas, para atender às necessidades dos refugiados em termos de assistência em saúde sexual e reprodutiva, para construir parcerias com organizações locais e ajudar as pessoas a manter ou recuperar seu senso de identidade cultural em meio à devastação causada pela guerra.

Parcerias estratégicas inclusivas são a pedra fundamental das abordagens sensíveis às diferenças culturais. Constróem-se reconhecendo que intervenções criativas sobre direitos humanos e em torno deles demandam uma significativa participação das comunidades, alicerçada numa apreciação de símbolos, formas e agentes poderosos de comunicação.

Conclusões

- *As agências internacionais de desenvolvimento ignoram a cultura – ou a marginalizam – por sua conta e risco. A promoção dos direitos humanos requer uma apreciação da complexidade, fluidez e centralidade da cultura, identificando e estabelecendo parcerias com agentes locais de mudança.*
- *Abordagens baseadas no conhecimento cultural dão viabilidade à formulação de políticas – e permitem a elaboração da “política cultural” requerida no âmbito dos direitos humanos.*
- *A fluência cultural determina como os sistemas de significados, a oposição econômica e política ou as políticas de apoio evoluem – e podem ser desenvolvidos.*
- *Para desenvolver a fluência cultural, o UNFPA propõe uma “lente cultural” como ferramenta de programação.*
- *As abordagens sensíveis às diferenças culturais investigam de que maneira variáveis como status econômico, política, lei, classe, idade, gênero, religião e etnia se cruzam e conduzem a compreensões e manifestações divergentes de poder.*
- *Abordagens sensíveis às diferenças culturais demandam marcos operacionais e analíticos diferentes e requerem introspecção por parte da comunidade do desenvolvimento.*

